

1
2
3
4
5
6
7
8
9
10
11
12
13
14
15
16
17
18
19

**86ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONAMA
BRASÍLIA, 03 DE JULHO DE 2007
AUDITÓRIO DA ANA**

20
21

Nilo Diniz – Diretor do CONAMA

22
23
24
25
26
27
28
29
30
31
32
33
34
35
36
37
38
39
40
41
42
43
44
45
46
47
48
49
50
51
52
53
54
55
56
57
58
59
60

Bom dia a todos os Conselheiros e Conselheiras no CONAMA e demais convidados e participantes dessa 86ª. Reunião do CONAMA, quero dar as boas-vindas a todos, a esta reunião, agradecendo muito especialmente aqui a Agência Nacional de Águas que mais uma vez nos concede o auditório para essa reunião, agradecendo aqui na pessoa do Conselheiro Maurício Andrés e também do Presidente da ANA, José Machado, nós já vamos dar início a esta reunião convidando para presidir e abrir essa sessão a nossa querida Ministra de Estado do Meio Ambiente, Marina Silva. (palmas) Convido também para integrar a mesa o Conselheiro titular do Ministério do Meio Ambiente, nosso querido Secretário de Articulação Institucional e Cidadania Ambiental, Hamilton Pereira que irá nesta reunião secretariar e dirigir os trabalhos aqui do CONAMA nessa 86ª. reunião. Nós estamos aguardando a chegada do Presidente da ANA, o doutor José Machado e assim que ele chegue a gente vai pedir que ele venha aqui à mesa também compor com a gente essa abertura. Então, passo imediatamente a palavra para a Ministra Marina Silva para fazer a abertura desta reunião.

20
21

Marina Silva – Ministra de Estado do Meio Ambiente

22
23
24
25
26
27
28
29
30
31
32
33
34
35
36
37
38
39
40
41
42
43
44
45
46
47
48
49
50
51
52
53
54
55
56
57
58
59
60

Bom dia a todos e todas. Primeiro eu quero agradecer a Deus por estarmos aqui, quero cumprimentar o Secretário de Cidadania Ambiental e Relações Institucionais, quero cumprimentar o nosso companheiro Nilo, saudar todos os conselheiros e conselheiras, pois é motivo de satisfação podermos estar novamente numa reunião do CONAMA. Esta é a terceira reunião que nós estamos realizando em 2007, há dois meses atrás nós estivemos aqui num momento muito rico onde o conjunto de medidas foram anunciadas dentro de uma reunião do CONAMA, e neste momento nós estamos na 86ª. Reunião Ordinária do CONAMA. E temos na pauta um conjunto de ações que vão desde a Resolução sobre o descarte contínuo de águas, de processo ou de produção em plataformas marítimas de petróleo e gás natural, temos a Resolução que dispõe sobre os critérios para a determinação de espécies silvestres a serem criadas e comercializadas como animais de estimação e temos também a Resolução que estabelece diretrizes para definição de indicadores de aplicação das normas ambientais. E ainda teremos a Agenda Nacional do Meio Ambiente, que na nossa proposta deve ser constituída pela recomendação de que se implemente no âmbito do sistema as deliberações da Conferência Nacional de Meio Ambiente, as deliberações das conferências estaduais e municipais, bem como a Agenda 21 e aquelas questões que já estão previstas no PPA. Sorte que nós não temos que criar uma Agenda Ambiental Nacional, nós já temos isso como fruto de um processo que nos últimos quatro anos vem se constituindo através da realização das duas Conferências Nacional de Meio Ambiente que perpassam todo o sistema. Temos também nessa reunião uma questão muito importante que é dar conta de uma das dimensões do CONAMA, que tem um papel importante no que concerne às suas competências referente ao seu papel de deliberar em termos de aprovar resoluções num conjunto de medidas, mas o CONAMA também tem uma função consultiva e essa função consultiva ela vai estar sendo exercitada nessa reunião a partir do documento que foi encaminhado para os senhores há quinze dias atrás que trata-se do documento de orientação estratégica do Ministério do Meio Ambiente para o PPA que é o plano plurianual 2008, 2011. Essa função consultiva é muito importante e vou estar falando a respeito dessa nossa missão para os próximos quatro anos um pouco mais à frente. Nós estaremos fazendo aqui também e os senhores terão a oportunidade de receber em breve o lançamento do relatório de gestão do Ministério do Meio Ambiente do período 2003 a 2006. Esse relatório já está aqui, e a satisfação estar aqui o nosso anfitrião que nos recebe tão afetosamente, aqui o relatório de gestão dos últimos quatro anos envolvendo tanto o Ministério do Meio Ambiente e suas diferentes secretarias, as ações do próprio CONAMA, do IBAMA, da ANA, do Jardim Botânico, enfim, de todos os entes que compõe o Ministério do Meio Ambiente. É uma ferramenta importante porque eu sempre tenho dito que nós trabalhamos a partir da idéia de um processo cumulativo aonde tivemos graças a Deus a capacidade de receber os bons encaminhamentos já encontrados na gestão pública, buscar resolver os problemas encontrados e ao mesmo tempo criar o nosso delta mais. Esse relatório reflete todos esses processos. E é também uma oportunidade para que não se perca de vista o ponto de vista da gestão pública aquilo que precisa ser aperfeiçoado, aquilo que precisa ser mudado, corrigido e aquilo que deve ser estimulado. Então esse relatório estará sendo distribuído a todos os senhores como um documento daquilo que foi o esforço dos últimos quatro anos. Nesse esforço dos últimos quatro anos vocês vão poder ver refletido aí o esforço em relação a uma série de ações, mas eu vou me referir à apenas

61 algumas delas a título de uma breve apresentação, onde eu quero destacar, por exemplo, a criação de
62 uma política integrada para fortalecimento do Sistema Nacional de Meio Ambiente e buscando a
63 descentralização e a viabilização de políticas baseadas em diretrizes como eu tenho repetido aqui
64 inúmeras vezes. A realização das conferências de meio ambiente que eu já me referi anteriormente,
65 tanto na versão adulta como na versão infanto juvenil, a Política Nacional de Desenvolvimento
66 Sustentável das Populações Tradicionais que foi elaborada a partir de um decreto do Presidente da
67 República e já está inserida no PPA e que já estamos viabilizando essa sua implementação, o Plano
68 Amazônia Sustentável, o Plano Nacional de Recursos Hídricos que foi um esforço feito no âmbito do
69 sistema de gerenciamento de recursos hídricos mas com a participação de inúmeros segmentos da
70 sociedade, o Programa de Revitalização de Bacia do Rio São Francisco e toda a discussão que vem
71 sendo levada a cabem relação ao programa de revitalização de bacias, inclusive tendo agora nesse
72 próximo período de compromisso o Governo do Presidente Lula a criação de uma diretoria específica
73 para a revitalização. O plano de ação para a prevenção e controle do desmatamento com os resultados
74 que já são de conhecimento dos senhores. 51 % de redução, e com certeza com a graça de Deus e
75 muito trabalho esse ano, teremos novamente uma redução do desmatamento, o que é muito positivo, a
76 queda de desmatamento em três anos consecutivos, graças a uma política pública que vem sendo
77 implementada pela sociedade, pelos diferentes níveis de governo, enfim, por todos os segmentos. E
78 ainda podemos falar em relação ao que vai estar referido aqui da questão da nossa ação voltada para a
79 criação de unidades de conservação, proteção da Biodiversidade, no que concerne inclusive à
80 implementação dos acordos internacionais que fizemos. Criamos 20 milhões de hectares de unidades
81 de conservação, além dos esforços que temos feito na agenda de estruturação do setor ambiental,
82 realização de concursos públicos e estruturação da melhoria da condição de serviço para servidores do
83 Ministério, do IBAMA, do Jardim Botânico, da Agência Nacional de Águas, ainda bem recente tivemos
84 um seminário sobre mudanças climáticas e recursos hídricos aonde o nosso Presidente José Machado
85 definiu a convocação de mais servidores concursados para a Agência Nacional de Águas no último
86 concurso. O IBAMA inseriu no seu sistema dois mil novos servidores, 30% a mais da capacidade
87 encontrada em 2003, aumentos de salários maior do que 120 %, além de melhorias nas condições em
88 relação às diárias. Tudo isso foram esforços que vem sendo refletidos nesse relatório de gestão para
89 que a gente possa ter uma idéia de como está se balizando todo esse trabalho ao longo dos anos. Mas
90 eu falei também que não iríamos ficar apenas naquilo que já são o acúmulo que contou com a
91 contribuição de Conselheiros, dos agentes do setor privado, das organizações não governamentais,
92 enfim, dos diferentes níveis de governo e dos diferentes setores. Nós estamos nos referindo aqui
93 também à aquilo que é apontar para o futuro e apontar para o futuro é pensar as políticas, mas pensar
94 também a capacidade de gestão, a estrutura necessária para implementação das políticas. De sorte,
95 que o Ministério do Meio Ambiente, juntamente com todos os outros setores de governo foram instados,
96 bem como vocês também foram instados pelo Ministério de Planejamento e a Secretaria Geral da
97 Presidência que é responsável pela relação com a sociedade no que concerne à participação da
98 sociedade no processo de feitura do PPA e nós estamos agora também apresentando aqui, ainda que
99 rapidamente o documento referente à orientação estratégica do Ministério do Meio Ambiente para 2008
100 a 2011. E eu vou aqui mencionar algumas questões importantes em relação a isso. Neste documento
101 está sendo proposta a missão do Ministério do Meio Ambiente para os próximos quatro anos e a missão
102 que foi estabelecida exatamente é essa, promover adoção dos princípios e estratégias para o
103 conhecimento, a proteção e a recuperação do meio ambiente, o uso sustentável dos recursos naturais,
104 a valorização dos serviços ambientais e a inserção do desenvolvimento sustentável na formulação e na
105 implementação de políticas públicas de forma transversal e compartilhada, participativa e democrática
106 em todos os níveis e instâncias de governo e na sociedade. E, com isso nós entendemos que estamos
107 abarcando todas as diretrizes e sobretudo a visão que temos de que a proteção do meio ambiente se
108 fará quanto mais formos capazes de viabilizar o desenvolvimento em bases sustentáveis. Para atender
109 a essa missão, o planejamento que foi feito, essa missão estratégica, nós estabelecemos os seguintes
110 objetivos setoriais. O primeiro deles ampliar a contribuição do Brasil na redução de emissões por fontes
111 e remoção por sumidouro de gases de efeito estufa e preparar o país para os efeitos das mudanças
112 climáticas. Esse objetivo setorial já se casa com a medida concreta tomada pelo governo, já no início
113 dessa segunda gestão do Presidente Lula, que é a criação da Secretaria Nacional de Relações
114 Institucionais e Cidadania Ambiental, a Secretaria de Mudanças Climáticas e Qualidade Ambiental, a
115 Secretaria de Desenvolvimento Rural Sustentável e Extrativismo, que vai lidar com toda essa agenda
116 de biocombustíveis, bem como na Secretaria de Recursos Hídricos temos aqui a presença do nosso
117 Secretário Luciano Zica também que já está numa ação bastante dinâmica à frente da secretaria e vai
118 cuidar de toda essa parte aí de resíduos. De sorte que esse objetivo estratégico já está estreitamente
119 articulado com medidas concretas para sua viabilização. O segundo objetivo estratégico é o de
120 aprimorar o licenciamento ambiental e desenvolver instrumentos de planejamento e gestão ambiental

121 em apoio ao desenvolvimento sustentável. Os senhores têm acompanhado toda essa polêmica de
122 tentar opor meio ambiente e desenvolvimento, mas eu posso dizer sem sombra de dúvida que temos
123 aperfeiçoado no âmbito do sistema o processo de licenciamento ambiental, é só verificarmos o que
124 aconteceu nos últimos quatro anos. Saímos de uma situação em que se tinha 7 pessoas efetivas no
125 cargo para todo o processo de licenciamento na área de transporte, petróleo, gás, hidroeletricidade para
126 90% agora efetivo do quadro. E saindo de uma média de 145 licenças por ano para 270 licenças por
127 ano. Sendo que no processo anterior tínhamos 45 hidrelétricas judicializadas e no processo atual
128 apenas uma em questionamento judicial. Isso significa que com a contribuição das resoluções, dos
129 encaminhamentos e trabalhos feitos nas Câmaras Técnicas nós conseguimos avançar, além de outros
130 processos que foram colocados a cabo pelo Ministério. Promover a queda contínua e consistente do
131 desmatamento, o combate à desertificação e a conservação da biodiversidade em todos os biomas
132 brasileiros. Para isso já temos o Plano Nacional de Combate a Desertificação, Plano do Desmatamento
133 e temos também o mapa das áreas prioritárias para conservação da biodiversidade e o Plano Nacional
134 para a Criação de Unidades de Conservação. Temos ainda o objetivo estratégico terceiro que é o de
135 promover, aliás quarto, de promover a disponibilidade de água com qualidade e a gestão dos recursos
136 hídricos, o controle de poluição e conservação e revitalização de bacias, aqui ladeado pelo nosso
137 Presidente da Agência Nacional de Águas, esse é um trabalho que vem sendo feito pela secretaria
138 juntamente com a agência e que nós imputamos da maior responsabilidade. Também outro objetivo
139 específico é o de ampliar a participação do uso sustentável dos recursos da biodiversidade continental e
140 marinha e das áreas protegidas do desenvolvimento nacional, além do objetivo 6 que é o de promover e
141 difundir a gestão ambiental e produção sustentável nos ambientes urbanos e rurais e nos territórios dos
142 povos e comunidades tradicionais, e já temos inclusive o Programa Nacional de comunidades
143 tradicionais. E por último, promover a articulação institucional e a cidadania ambiental por meio do
144 fortalecimento da Educação ambiental, da participação e do controle social. Aqui eu estou fazendo
145 essa fala para que a gente possa fazer mesmo esse ponto de encontro entre a plataforma sobre a qual
146 nós estamos nos apoiando e aquilo que nós precisamos fazer o trânsito para o futuro, no sentido de
147 termos políticas públicas voltadas para o grande desafio do nosso país que é o de promovermos a
148 conservação dos nossos recursos naturais, a proteção dos nossos recursos naturais com
149 sustentabilidade nas suas diferentes dimensões. O grande desafio que nós temos é de fazer com que
150 esse esforço que é de médio e longo prazo comece a acontecer agora. E não tenho dúvida de que
151 durante todo um período, o Brasil tem se aperfeiçoado cada vez mais na sua capacidade de gestão e
152 nós temos buscado fazer esse fortalecimento a partir inclusive das estruturas, o processo de
153 reestruturação do Ministério e do IBAMA com a criação do Instituto Chico Mendes já reflete todos esses
154 objetivos estratégicos aqui e essa nova missão que nós estamos nos colocando, no sentido de que o
155 setor ambiental ele não pode se colocar à parte, ele tem que plasmar o conjunto das ações dos demais
156 setores a partir de políticas que sejam pró-ativas, mas que sejamos capazes de terem mente a
157 capacidade de suporte dos ecossistemas. Se não tivermos isso em mente nós não vamos estar
158 contribuindo de fato para o desenvolvimento sustentável. De sorte que eu fico muito feliz de estar na
159 abertura de mais essa reunião, existe uma série de processos que estão em curso na área de
160 participação e controle social e de aperfeiçoamento do Sistema Nacional de Meio Ambiente está sendo
161 levado a cabo pelo companheiro Hamilton no sistema de recursos hídricos já referi às secretarias, o
162 Plano Nacional de Mudanças Climáticas que está sendo coordenado pelo Ministério de Ciências e
163 Tecnologia, Ministério do Meio Ambiente com a participação do Ministério da Agricultura, Indústria e
164 Comércio, Desenvolvimento Agrário, Minas e Energia e outros Ministérios para que possamos fazer
165 frente ao grande desafio do Brasil dar uma contribuição pró ativa a esse processo, de que nós não
166 tenhamos que ficar na retranca, reivindicando o direito de cometermos os erros que os desenvolvidos já
167 cometeram. Nós queremos de fato enfrentar o problema das economias carbonizadas a partir de uma
168 visão sustentável de combustíveis e de fontes de energia que sejam renováveis, o Brasil tem o privilégio
169 de ter 45% da sua matriz energética limpa, e queremos continuar nesse processo de aperfeiçoamento.
170 Estamos contando também com o apoio do Fórum Nacional de Mudanças Climáticas, na pessoa do
171 doutor Pinguelli Rosas, bem como dos fóruns estaduais na pessoa do doutor Fábio Feldman. E uma
172 série de eventos estão acontecendo exatamente para que o Plano Nacional de Combate e
173 Enfrentamento das Mudanças do Clima possa tratar das duas questões mais importantes. Os aspectos
174 de mitigação e aspectos de adaptação e no que concerne aos aspectos de mitigação que isso possa
175 acontecer sem muitos prejuízos do ponto de vista econômico e do ponto de vista social. Nós queremos
176 mitigar os impactos, mas queremos as menores consequências da mitigação para que possamos
177 otimizar o benefício da redução dos gases de efeito estufa, e quando eu falo de efeitos indesejáveis das
178 ações de mitigação é evitar que os povos e países sejam subtraídos da real necessidade de promover o
179 desenvolvimento, gerar emprego e promover a inclusão social como acontece em países enfim a
180 América Latina, países da África, Ásia e enfim, vários continentes e que possamos contar com aporte

181 de recursos de transferência de tecnologia. É com isso que nós estamos trabalhando, e é por isso que
182 o Brasil apresentou a proposta de uma compensação positiva pela redução do desmatamento. Eu
183 quero cumprimentar a todos os senhores desejar uma boa reunião e que possamos cada vez mais
184 aprofundar a contribuição do setor ambiental para o desenvolvimento com sustentabilidade ambiental,
185 social, cultural, política e ética. Muito obrigada (palmas).

186
187 **Nilo Diniz – Diretor do CONAMA**

188
189 Nós vamos já distribuir o relatório de gestão nesse momento para todos os Conselheiros. Quero até
190 pedir um auxílio para o pessoal da secretaria do CONAMA para distribuição rápida aos Conselheiros do
191 relatório de gestão. Nós vamos com a palavra da Ministra já passar imediatamente à pauta,
192 agradecendo aqui a presença também do Presidente da ANA, a Agência Nacional de Águas, nesta
193 abertura e passando então à secretaria a direção dos trabalhos para o nosso Presidente da mesa que
194 vai presidir aqui os trabalhos, Hamilton Pereira.

195
196 **Hamilton Pereira - Secretário de Articulação Institucional e Cidadania Ambiental**

197
198 Aproveitar este momento da distribuição do relatório de gestão para saudarmos as Conselheiras e
199 Conselheiros do CONAMA. Eu penso que daqui a 20 ou 30 anos quando alguém se lembrar do
200 governo Lula, certamente entre as lembranças estará esta, um governo que estimulou a participação da
201 sociedade no sentido de partilhar e responsabilizar pelas políticas públicas do país. Eu quero nessa
202 saudação ainda agregar que nós temos aqui nesse espaço que é resultado do acúmulo da sociedade
203 brasileira no sentido de conquistas e espaços coletivos de deliberação. Creio que nós vivemos o
204 momento privilegiado da história do país e que pesa sobre nós o desafio de qualificar o novo projeto de
205 desenvolvimento nacional. É disso que se trata. Que a gente possa no século 21, desencadear um
206 processo que recolha aquilo que foi de positivo dos processos anteriores, mas sejamos capazes de
207 incorporar a agenda ambiental, a inclusão social e a democracia como elementos fundamentais desse
208 novo ciclo. Eu passo então imediatamente ao primeiro ponto da nossa pauta que é a discussão da
209 transcrição *ipsis verbis* da 85^a. Reunião Ordinária realizada em 25 e 26 de abril de 2007 e da 50^a.
210 Reunião Extraordinária realizada em 29 e 30 de maio de 2007.

211
212 **Nilo Diniz – Diretor do CONAMA**

213
214 Apenas para esclarecer aos Conselheiros que nós na pauta prevíamos aqui discussão e votação da
215 transcrição da 85^a. Reunião Ordinária que foi realizada nos dias 25 e 26 de abril de 2007. Entretanto
216 foi aquela reunião que realizamos aqui no próprio auditório da ANA, nós tivemos um atraso, um
217 pequeno problema na transcrição dessa ata da reunião 85^a, então não pudemos disponibilizar no site
218 para que os Conselheiros pudessem hoje discutir e votar a ata dessa reunião. Então, nós estamos
219 disponibilizando, nós já disponibilizamos apenas a transcrição da 50^a. Reunião Extraordinária que foi
220 realizada nos dias 29 e 30 de maio no Rio de Janeiro. Portanto apenas esta transcrição que nós vamos
221 submeter aqui à votação do plenário, correto? A 85^a. nós vamos deixar para a próxima reunião do
222 CONAMA, em setembro. OK? Então, eu pergunto aos Conselheiros se em relação à transcrição da
223 50^a. Reunião Extraordinária, se existe nessa transcrição alguma alteração, alguma observação a ser
224 feita pelos Conselheiros, por algum Conselheiro ou Conselheira. Se podemos considera-la então
225 aprovada. Bom, diante do silêncio do plenário, eu acho que podemos então considerar aprovada a
226 transcrição da 50^a. Reunião Extraordinária do CONAMA. Bem, nós passamos imediatamente à
227 apresentação dos novos Conselheiros. Pessoal da secretaria, estou precisando da lista dos novos
228 Conselheiros que não está aqui. Está na tela, vamos ler na tela então. Muito bem. Então, tomando
229 posse hoje, Volney Zanardi Júnior do Ministério do Meio Ambiente como suplente, Vilma Ramos do
230 Ministério da Previdência-Social como titular. Fátima de Lurdes Paladino França, Ministério da
231 Previdência-Social como suplente, Ilan Bruno Guimarães de Souza Ministério da Previdência-Social,
232 como suplente, Maria Palmira da Silva, da secretaria especial de Políticas de Promoção da Igualdade
233 Racial da Presidência da República como titular, Luciana Batista de Sá da Secretaria Especial de
234 Políticas de Promoção da Igualdade Racial da Presidência da República, como suplente, e Saintclar
235 Honorato Santos do Ministério Público Estaduais, como titular, Fernando Referendo Vital dos
236 Ministérios Públicos Estaduais também como suplente. Hélio Gurgel Cavalcante do Governo de Estado
237 de Pernambuco como suplente. Carlos Otaviano Brenner de Moraes Governo do Estado do Rio Grande
238 do Sul como titular, Francisco Luiz da Rocha Simões Pires, Governo do Estado do Rio Grande do Sul,
239 suplente, Ana Maria Peline, Governo do Estado do Rio Grande do Sul como suplente, Ana Von Behr
240 pelas Entidades Ambientais da Região Centro-Oeste, Representando a Entidade OCA Brasil como

241 suplente. São esses os Conselheiros que tomam posse hoje nessa reunião. Quero dar boas-vindas a
242 todos, esperando que venham ao Conselho prestar colaboração que os demais Conselheiros já vêm
243 prestando a este CONAMA. E quero convidar então a Ministra Marina Silva.

244
245 **Marina Silva – Ministra de Estado do Meio Ambiente**

246
247 Só pedindo licença para me ausentar, uma boa reunião para todos os senhores.

248
249 **Nilo Diniz – Diretor do CONAMA**

250
251 Obrigado, Ministra por essa abertura. Voltamos a palavra então ao secretário Hamilton, aproveito
252 também para agradecer o nosso Presidente anfitrião, José Machado (palmas).

253
254 **Hamilton Pereira - Secretário de Articulação Institucional e Cidadania Ambiental**

255
256 Passamos então ao ponto quatro da nossa pauta, com os informes da Secretaria Executiva do
257 CONAMA.

258
259 **Nilo Diniz – Diretor do CONAMA**

260
261 Algumas informações breves para os Conselheiros e Conselheiras. Inicialmente quero informar a todos
262 que tendo em vista o tamanho de alguns documentos que nos foram enviados para debate nessa
263 reunião, especialmente alguns pareceres de vistas, principalmente da Associação Mineira de Defesa do
264 Ambiente, a AMDA sobre a Resolução que dispõe sobre a criação de animais silvestres, o parecer
265 também do Ministério das Minas e Energia sobre as multas que vamos debater também nesta pauta e
266 os anexos da moção da APROMAC sobre a atuação da Petrobrás no Equador, esses documentos não
267 foram inseridos na pauta impressa, mas foram copiados, fotocopiados numa quantidade de três cópias
268 para cada segmento que tenha assento aqui no CONAMA. A razão disso é que são documentos
269 volumosos e se a gente fizesse a impressão de 105 desses documentos, nós teríamos um despêndio
270 de cento e poucas páginas a mais na pauta. E a gente teria uma página muito volumosa e temos
271 procurado na secretaria do CONAMA economizar sempre que possível o gasto com papel por razões
272 ecológicas evidentes. Então, com isso a gente tendo três cópias de cada um destes pareceres para
273 cada segmento, então nós temos condições que cada segmento tome a exata dimensão, tome
274 conhecimento sobre esses pareceres e possam votar com a informação devida. Então é só essa
275 explicação, a gente já fez essa explicação para os autores dos pareceres, de forma que eu peço então
276 a compreensão de todos para esse procedimento. Inclusive porque todos esses pareceres foram
277 disponibilizados já há 15 dias no site do CONAMA, para que os Conselheiros também viessem
278 devidamente preparados para debater cada um desses pareceres. Então, a gente acredita que a
279 maioria dos Conselheiros inclusive, já conhece o conteúdo desses documentos. Segunda informação
280 que eu tenho quero trazer aqui aos Conselheiros é da nova data do Primeiro Encontro Nacional de
281 Colegiados Ambientais que tinha uma previsão que acontecesse em setembro e agora acontecerá nos
282 dias 16 a 18 de outubro aqui em Brasília. Nós já expedimos inclusive carta a todos os Secretários de
283 Meio Ambiente Estaduais e também os Secretários de Recursos Hídricos dos Estados convidando
284 representantes dos conselhos estaduais tanto de meio ambiente quanto de recursos hídricos para
285 participar desse encontro. Ontem nós expedimos também um convite a todos os Comitês de Bacia
286 Hidrográfica que são um número aproximado de 95 comitês e ainda essa semana vamos expedir o
287 convite para 355 Conselhos Municipais de Meio Ambiente que também vão participar desse Encontro
288 Nacional de Colegiados. É um encontro que pela primeira se realiza no países, esse encontro é uma
289 iniciativa da secretaria executiva do Ministério através da Secretaria do CONAMA, do Conselho
290 Nacional de Recursos Hídricos e do Conselho de Gestão do Patrimônio Genético já está organizando.
291 Agora com a Secretaria de Articulação Institucional e Cidadania Ambiental dirigida pelo Hamilton
292 Pereira também integrante da comissão organizadora e então eu peço que todos os Conselheiros que
293 tenham interesse nesse encontro que já reservem na sua agenda nos dias 16 a 18 de outubro. E outra
294 informação também de calendário de atividade do CONAMA é a data da reunião da Câmara Técnica de
295 Economia e Meio Ambiente que vai integrar também o seminário sobre instrumentos econômicos para
296 uma gestão ambiental rural na Amazônia, desafios e oportunidades. Essa reunião com o seminário
297 acoplado acontecerá nos dias 21 e 22 de agosto próximo na cidade de Cuiabá. O seminário está sendo
298 organizado também em conjunto agora com a nova diretoria de Economia e Meio Ambiente do
299 Ministério do Meio Ambiente que está vinculado à Secretaria Executiva do Ministério e também
300 organizada com o Ministério da Agricultura e Pecuária que inclusive está prestando um apoio

301 importante para realização dessa reunião em Cuiabá. O Governo do estado do Mato Grosso através da
302 Secretaria de Meio Ambiente, a Confederação Nacional da Agricultura e Pecuária que também está
303 dando um apoio importante, a Assembléia Legislativa do Mato Grosso vai sediar esse seminário lá em
304 Cuiabá e também conta com apoio do Instituto Centro Vida que tem assento no CONAMA como
305 membro representante também das Entidades Ambientalistas do Centro-Oeste. Então esse seminário,
306 repito, acontece nos dias 21 e 22 de agosto próximo em Cuiabá. Outra informação da secretaria
307 executiva é que relacionado com o regimento interno, o regimento interno ele estipula que as Câmaras
308 Técnicas serão presididas por um de seus Conselheiros titular ou suplente e na ausência deste
309 Conselheiro por um vice-presidente. Porque eu estou dizendo isso? Porque algumas Câmaras
310 Técnicas nós recebemos indicação de Conselheiros de outras entidades para atuação de algumas
311 entidades nas Câmaras Técnicas, por exemplo então nós temos situação muito comum no caso por
312 exemplo da ANAMMA que indica um representante por exemplo de uma região, mas às vezes foi
313 escolhido para aquela Câmara Técnica a ANAMMA Centro-Oeste e a ANAMMA Centro-Oeste indica
314 um representante da ANAMMA Sudeste. Esse talvez não seja o melhor exemplo, mas há situações, eu
315 posso mencionar talvez também no caso do Setor Empresarial que a gente pode vir a ter casos de ter,
316 por exemplo, a CNI numa Câmara Técnica mas a CNI indica um representante, um membro da
317 Confederação Nacional do Comércio, vamos dizer assim. Então essas situações, nós vamos ter que
318 avaliar bem em cada Câmara Técnica porque Câmara de Educação Ambiental por exemplo elegeu o
319 Governo da Bahia como Presidente da Câmara Técnica, mas na reunião onde foi eleito esse Presidente
320 estava presente um representante, não era Conselheiro nem titular e nem suplente. Então, na próxima
321 reunião da Câmara de Educação ambiental que a Bahia presidir a reunião, vai ter que estar presente
322 um dos Conselheiros do Governo da Bahia titular ou suplente. Então o regimento ele é bem claro
323 nesse ponto. Quer dizer, pode presidir Câmaras Técnicas Conselheiros titulares ou suplentes membros
324 das Câmaras Técnicas. Se for membro mesmo o Conselheiro titular ou suplente mas membro de outra
325 Câmara Técnica ele não pode assumir como Presidente naquela Câmara em que a entidade foi eleita.
326 Eu não sei se estou conseguindo me fazer claro, mas é apenas porque essa situação nos últimos dias
327 que nós realizamos reuniões de Câmaras Técnicas ocorreram situações em que nós tivemos
328 representantes ou até Conselheiros titular ou suplente de uma entidade que não tem assento na
329 Câmara Técnica e estava presente e pretendia assumir como Presidente da Câmara. E nesse caso não
330 pode porque o regimento pede que o Conselheiro titular ou suplente para assumir a presidência ele
331 precisa ser efetivamente membro daquela Câmara Técnica. Apenas para deixar clara essa situação,
332 um exemplo que a gente também pode usar para clarear isso, é o caso, por exemplo, do Ministério do
333 Meio Ambiente. O nosso diretor de licenciamento do Ministério, o Volney Zanardi foi eleito Presidente
334 da Câmara Técnica de Controle e Qualidade Ambiental como Conselheiro do Ministério do Meio
335 Ambiente. Mas numa determinada reunião ele pode indicar para representar o Ministério uma pessoa,
336 um Conselheiro do IBAMA porque o assunto vai estar mais afeto ao IBAMA, a própria diretoria de
337 licenciamento do IBAMA como aplicação de alguma norma em debate na Câmara Técnica, mas aí
338 nesse caso essa Conselheira ou Conselheiro do IBAMA na Câmara de Controle e Qualidade Ambiental
339 não vai poder exercer a presidência naquela reunião. Quem vai exercer a presidência vai ser o vice-
340 presidente daquela Câmara Técnica. Então é um esclarecimento que eu estou prestando assim mais
341 em caráter geral, mas nós vamos tratar disso pontualmente em cada reunião de Câmara Técnica. A
342 gente só pede que os Conselheiros observem o regimento nesse aspecto para evitar eventuais
343 constrangimentos nas reuniões. Tem mais dois avisos agora mais breves. Outro aviso que quero fazer
344 aqui é sobre um instrumento que a gente tem utilizado numas reuniões do CONAMA e que nós vamos
345 ter que disciplinar um pouco, especialmente eu peço atenção assim dos segmentos que tem usado
346 mais esse tipo de expediente, os representantes da sociedade civil muito especialmente que é o
347 seguinte. São os requerimentos de informação. O que acontece com os requerimentos de informação.
348 Nós temos, por exemplo, nessa reunião aqui nós tínhamos 9 requerimentos de informação para essa
349 reunião. Isso quer dizer que como a gente tem feito na manhã do segundo dia os informes, para
350 exatamente ainda aproveitar a presença de Conselheiros aqui, embora na pauta os informes estejam
351 previstos para o final da reunião, nós temos antecipado e procurado fazer o máximo possível de
352 informes na manhã do segundo dia. Acontece que os requerimentos tem sido em número tão grande
353 que tem acontecido da reunião, por exemplo, no segundo dia iniciar com os informes, já tem o quorum,
354 já tem condições de dar início à matéria deliberativa e a gente ainda tem informes sendo apresentados.
355 Então, como eu estou dizendo para essa reunião de hoje, amanhã cedo seriam nove informes. Cada
356 informe com uma média de cinco a dez minutos, isso acaba levando mais de uma hora só com
357 informes. Inclusive desvalorizando o próprio instrumento da transparência, porque esses requerimentos
358 são importantes porque eles tornam concreta essa diretriz que nós temos o Governo e o Ministério de
359 controle e participação social que depende também de transparência de informação. Mas para a gente
360 executar isso a bom termo, nós vamos disciplinar da seguinte maneira, é uma proposta e sugestão que

361 queremos fazer no plenário. Primeiro que esses requerimentos de informação sempre tem sido
362 submetidos ao plenário. Se são submetidos ao plenário para o plenário aprovar e que seja prestada a
363 informação nós precisamos que esses requerimentos de informação nos sejam enviados quinze dias
364 antes, porque toda matéria que é submetida à deliberação do plenário por regimento, ela precisa ser
365 disponibilizada quinze dias antes da reunião, para que os Conselheiros cheguem aqui sabendo o que
366 exatamente vai estar sendo apresentado para sua apreciação em plenária. Então, deixando bem claro,
367 qualquer requerimento de informação, essa é a proposta que a secretaria está apresentando, qualquer
368 requerimento de informação que seja apresentado em plenário ou ele nos é enviado à secretaria quinze
369 dias antes ou é dada a entrada aqui numa plenária e vai ser votado e decidido pelo plenário apenas na
370 próxima reunião para que na reunião então seguinte venha a ser efetivamente apresentado se o
371 plenário assim estiver de acordo. Porque alguns Conselheiros vieram reclamar do número de informes
372 e do fato de decidir sobre o informe na mesma hora que toma conhecimento dele, não dando tempo
373 para se refletir bem sobre a necessidade ou não daquele informe, inclusive a prioridade em relação a
374 outros informes que já estão sendo apresentados. Então, apenas esse esclarecimento que a gente
375 quer prestar e quero inclusive perguntar se há por parte do plenário um entendimento e uma aceitação
376 por esse procedimento que a secretaria está adotando. Se algum Conselheiro se opuser a esse
377 procedimento, naturalmente que a gente vai observar e avaliar a observação do Conselheiro. Alguma
378 contestação? Zuleica

379
380 **Zuleica Nycz - APROMAC**

381
382 Bom dia, os requerimentos é impossível entregar 15 dias antes, porque eles só são válidos com 10
383 assinaturas. Se os pontos de pauta geralmente o ponto de pauta é apresentação à mesa, então é
384 impossível apresentar quinze dias antes à mesa com dez assinaturas, é impossível. Inclusive porque
385 isso fere até o próprio princípio do Conselho que é a possibilidade da gente discutir e trazer os
386 problemas dos estados para esse informe. Por exemplo no caso do Paraná a gente não tem Conselho
387 de Meio Ambiente, ele só existe praticamente no papel e a única oportunidade que nós ambientalistas
388 do Paraná e Santa Catarina e dezenas de estados que fingem que tem Conselho mas não tem, a única
389 saída que a gente tem é o CONAMA. E então se eu tiver que apresentar quinze dias antes um
390 requerimento com dez assinaturas vou ter que fretar um avião, sair pelo Brasil inteiro atrás de
391 assinaturas, que é um absurdo. Isso também fere como eu já te falei, eu acho que o direito do cidadão
392 de trazer esses problemas aqui é trazer justamente em plenária para que seja apreciado em plenária o
393 conteúdo, e isso é extremamente positivo para o CONAMA. Os informes não são um problema para o
394 CONAMA, são uma solução.

395
396 **Nilo Diniz – Diretor do CONAMA**

397
398 OK, Conselheira. Eu só tinha feito um esclarecimento, Conselheira Zuleica, que em função dessa
399 dificuldade, se bem que avaliando e analisando o regimento, eu até consulto aqui a Dominique que tem
400 conhecimento melhor do que eu de regimento, mas avaliando o regimento nós observamos o seguinte,
401 a figura do requerimento de informação, ele não está previsto no regimento e portanto essa
402 necessidade de ter dez assinaturas é questionável. O requerimento de informação, ele não necessita
403 de dez assinaturas, viu Conselheira, quer dizer, pelo o que a gente analisou do regimento antes dessa
404 reunião. Agora eu entendo o que você observa e estou de acordo que muitas vezes não tem condições
405 de mandar com essa antecedência, mas aí não há problema. O que eu quero consultar, viu
406 Conselheira, só para ver se temos acordo é o seguinte, quando o requerimento é apresentado na
407 plenária, ele não ser colocado imediatamente já a apreciação da plenário, porque muitos Conselheiros
408 querem ter acesso ao requerimento antes no site para poder analisar e aí na reunião seguinte então é
409 submetido ao plenário para se votar, se vai ou não prestar aquela informação. Se o plenário considera
410 necessária ou não aquela informação, só por isso. Então, pode ser apresentada na plenária acontece
411 que ele não é apreciado e decidido pelo plenário na mesma reunião, a gente dá um prazo para os
412 Conselheiros conhecerem o teor do requerimento que está sendo apresentado. Só isso.

413
414 **Zuleica Nycz - APROMAC**

415
416 Eu acho que primeiro tinha que ser analisado.

417
418 **Nilo Diniz – Diretor do CONAMA**

419

420 No microfone para a gente poder gravar. Enquanto você vem, só confirmando não é necessário dez
421 assinaturas, o requerimento pode ser apresentado por um único Conselheiro. Agora, o conjunto do
422 plenário tem que decidir se aquela informação que o plenário acha importante ter conhecimento ou não.
423 Isso só surgiu, Conselheira, porque nós tínhamos 9 informes para essa plenária. Nós tivemos que
424 priorizar quatro informes ou cinco.

425
426 **Zuleica Nycz - APROMAC**

427
428 É o artigo 13, parágrafo segundo, é isso? Deliberação de assuntos em plenária, obedecerá a seguinte
429 sequência, é esse?

430
431 **Nilo Diniz – Diretor do CONAMA**

432
433 A Dominique vai lhe mostrar.

434
435 **Zuleica Nycz - APROMAC**

436
437 Poderá ser recorrido em regime de urgência de matéria, é isso?

438
439 **Nilo Diniz – Diretor do CONAMA**

440
441 não, porque isso são matérias já em tramitação, pode ser Resolução, recomendação, moção ou
442 decisão, entende? A gente na verdade o requerimento de informação propriamente ele não está
443 previsto.

444
445 **Zuleica Nycz - APROMAC**

446
447 É no artigo 13, no parágrafo segundo. E colocação em regime de urgência que submeterão previsto no
448 artigo 16 previsto no regimento. O requerimento de urgência, no artigo 14, deverá ser apresentado à
449 mesa subscrito no mínimo por dez Conselheiros...

450
451 **Nilo Diniz – Diretor do CONAMA**

452
453 Peço só um minuto de paciência da plenária, isso embora seja só um detalhe, mas é importante, porque
454 tem consumido muito tempo das reuniões. Conselheiro Bertoldo.

455
456 **Bertoldo Silva Costa - ABES**

457
458 Eu só gostaria de dizer Conselheira por questão de ordem, que isso não tem muita importância, a gente
459 poderia avançar e isso poderia ser discutido em outro momento da reunião.

460
461 **Zuleica Nycz - APROMAC**

462
463 Eu concordo com o Conselheiro que é um assunto que todo mundo foi pego de surpresa agora, não foi
464 feita uma análise e nem parecer, não temos um parecer por escrito uma proposta, eu mesma eu acho
465 que a gente deveria discutir isso, sou favorável. No entanto, eu apresentei agora, por exemplo, uma
466 moção pedindo apoio do CONAMA para que a gente encaminhe ao STF um apoio à Advocacia Geral
467 da União em relação à questão dos pneus. O Brasil já ganhou na Organização Mundial de Comércio e
468 precisaríamos então de uma sentença no Supremo Tribunal Federal. Acabei de protocolar a moção e
469 dois requerimentos. Um requerimento solicitando que o Ministério de Minas e Energia explique, porque
470 não foi cumprida até agora a Resolução 262 de 2005 que trata do refino de óleo e lubrificante
471 contaminado. E o segundo requerimento pedindo explicações também a uma série de entidades que
472 tem a ver com passivos ambientais no Paraná relacionados a amianto. Porque a gente não tem lá
473 nenhum Fórum, o Conselho Estadual de Meio Ambiente mal se reúne, então não tem condições.

474
475 **Nilo Diniz – Diretor do CONAMA**

476
477 OK, a gente vai registrar a entrada dessas emoções aqui daqui a pouco. Antes eu tenho mais uma
478 última informação. Então em relação a esse encaminhamento sobre requerimento de informações, a
479 gente deixa para deliberar então na próxima plenária, já que não é uma matéria que a gente distribuiu

480 com a anterioridade que o regimento exige, mas pedimos que os Conselheiros reflitam sobre isso e
481 vamos colocar então na pauta para decidir sobre esse encaminhamento na próxima reunião, OK?
482 Agora, a última informação que eu quero prestar aos Conselheiros, é que hoje mesmo às 18h30 aqui na
483 continuidade logo em seguida ao final desta sessão de hoje, nós teremos o lançamento do livro os
484 desafios da sustentabilidade que é do Fernando Almeida, Presidente do CEBDS, o Conselho
485 Empresarial para o Desenvolvimento Sustentável. Ele convida aqui a todos inclusive a agência
486 nacional de águas está colaborando com esse lançamento também e convida a todos os Conselheiros
487 para permanecerem às dezoito horas aqui que vai ser feito o lançamento com um pequeno coquetel
488 também oferecido a todos os Conselheiros. Então, essa informação hoje às 18h30, aqui mesmo na
489 entrada deste auditório o lançamento do livro Os Desafios da Sustentabilidade. Volto a palavra ao
490 Presidente da mesa.

491
492 **Hamilton Pereira - Secretário de Articulação Institucional e Cidadania Ambiental**

493
494 Nós passamos ao número cinco que é a apresentação à mesa por escrito dos requerimentos de
495 urgência, de inversão de pauta ou de retirada de matérias dessa pauta proposta. Por favor,
496 Conselheiro.

497
498 **Coronel Marcondes José Tenório da Silva – Ministério da Defesa**

499
500 Bom dia senhores e senhoras do CONAMA, sou Coronel Tenório do Ministério da Defesa. Com base
501 no parágrafo quinze e na condição do Ministério da Defesa como Presidente da Comissão da Câmara
502 Técnica de Unidades de Conservação e Demais Áreas de Preservação, nós estamos entrando com um
503 requerimento solicitando a retirada de pauta da Resolução ou da Proposta de Resolução, que dispõe
504 sobre a gestão compartilhada de unidades de conservação com as organizações da sociedade civil de
505 interesse público. Tendo em vista que durante o período a retirada entre a 85ª e o presente momento
506 nós recebemos diversas emendas, o que pressupõe que a matéria precisa ser analisada e
507 aprofundada. Com base nisso, nós estamos solicitando a retirada de pauta desta reunião. Muito
508 obrigado.

509
510 **Hamilton Pereira - Secretário de Articulação Institucional e Cidadania Ambiental**

511
512 Muito obrigado, Conselheiro. Está OK, essa mesa concede a retirada proposta pelo Conselheiro
513 Coronel Tenório do Ministério da Defesa. E chega à mesa o requerimento do Conselheiro do Ministério
514 Público Federal que eu passo ao Nilo Diniz para leitura.

515
516 **Nilo Diniz – Diretor do CONAMA**

517
518 Só a Conselheira está me consultando aqui se o plenário se posiciona sobre essa retirada solicitada
519 pelo Ministério da Defesa na condição de Presidente da Câmara Técnica de Unidades de Conservação.
520 O que me consta do regimento, onde estão os nossos regimentalistas? O que me consta do regimento
521 é que essa matéria embora tenha sido pedido vistas, o artigo 15 do regimento ele diz que: - É facultada
522 aos presidentes das Câmaras Técnicas solicitar a retirada de pauta devidamente justificada de matéria
523 ainda não votada e oriunda de sua expectativa Câmara Técnica. Parágrafo Único. “A matéria retirada
524 de pauta por iniciativa do Presidente da Câmara Técnica será incluída obrigatoriamente na pauta da
525 reunião ordinária subsequente ou extraordinária convocada na forma deste regimento interno e deverá
526 estar acompanhada de parecer fundamentado quanto às alterações sugeridas.” Então não é submetido
527 ao plenário. O Presidente da Câmara Técnica tem o direito de requisitar o retorno da matéria à Câmara
528 que trata do mérito, OK? Aí no casos pareceres por eventuais emendas que tenham sido apresentadas
529 e ser trazidos a essa plenária pelos pareceristas são enviados também para a Câmara Técnica. E então
530 essa matéria tinha parecer já do Ministério da Justiça com propostas já de alteração, está aqui o doutor
531 Byron, não é isso doutor Byron? Tem parecer do Ministério da Justiça e também do GERC, se bem que
532 do GERC nós não recebemos o parecer ainda. Então o GERC não está aqui hoje representado, nós
533 tivemos um problema de Saúde do Conselheiro representante do GERC, mas ele terá agora um prazo e
534 peço até que o pessoal das entidades ambientalistas, o André que preside a comissão permanente do
535 CNEA, por favor nos ajude a comunicar o pessoal que eles agora terão então um prazo para apresentar
536 o seu parecer já diretamente à Câmara Técnica de Unidades de Conservação assim como o Ministério
537 da Justiça, OK? Bom, passando ao próximo documento apresentado aqui, seguindo aqui a ordem do
538 Presidente. “Senhora Presidente do CONAMA a Ministra Marina Silva, nos termos do regimento interno
539 deste Conselho vem respeitosamente solicitar a inversão da pauta para que o item 7.4 referente à

540 proposta de Resolução que cria diretrizes gerais para definição e implementação de indicadores de
541 aplicação e cumprimento de normas ambientais no intuito de permitir que a coordenadora do Grupo de
542 Trabalho que elaborou a proposta a doutora Silvia Capeli Representante do Ministério Público do
543 Estado do Rio Grande do Sul e só poderá relatar a matéria em plenário neste primeiro dia da 86ª.
544 reunião em virtude de seus compromissos na cidade de Porto Alegre, o faça como primeiro item da
545 pauta.” E então é uma proposta de inversão do item 7. 4 que pela proposta, aí nós vamos sujeitar ao
546 plenário essa proposta passaria a ser 7.1, portanto antecipando o item que trata da proposta de
547 Resolução de questões sobre o descarte contínuo de água e de processo.
548

549 **Hamilton Pereira - Secretário de Articulação Institucional e Cidadania Ambiental**

550

551 A mesa solicita que o plenário se pronuncie sobre a proposta de inversão de pauta do item 7.4, a partir
552 da argumentação aqui apresentada para que se antecipe o ponto 7.1 da pauta. Senhoras Conselheiras
553 e senhores Conselheiros, quem estiver de acordo por favor se manifeste levantando o crachá. A
554 proposta é antecipar o ponto 7.4 e cumprimento de normas ambientais para que esse item da pauta vá
555 para o ponto 1 em substituição à proposta de Resolução que dispõe sobre o descarte contínuo de água,
556 OK? Aqueles que são favoráveis à antecipação do ponto 7.4, por favor se manifestem levantando o
557 crachá. Os que são contrários, por favor. OK. Aprovado. Abstenções? OK, aprovada a proposta.
558 Então tratemos do ponto 7.4 que será tratado no início do debate sobre as resoluções. A mesa registra
559 a chegada das propostas de moção. São duas a respeito da questão dos pneus, uma moção que no
560 momento oportuno será lida, moção de apoio à Advocacia Geral da União que protocolou uma arguição
561 do descumprimento de preceito de 2006 no Supremo Tribunal Federal e requerimentos de urgência.
562 São três requerimentos de informação apresentados a essa mesa, e que nós vamos dar a tramitação
563 de acordo com o regimento. Alguma questão a mais nesse capítulo que tratamos nessa apresentação
564 à mesa de requerimentos de urgência e inversão de pauta ou retirada de matérias, senhores
565 Conselheiros? Então, vamos adiante. Ao ponto 6. São as orientações do documento de orientações
566 estratégicas do Ministério do Meio Ambiente para o PPA 2008/2011. A mesa convida o Maurício do
567 Ministério do Meio Ambiente para fazer uma apresentação breve do documento preparado pelo
568 Ministério do Meio Ambiente ao Ministério do Planejamento.
569

570 **Maurício Ferreira Wanderley – DGE/MMA**

571

572 Bom dia, senhoras e senhores Conselheiros, eu sou da Secretaria Executiva do Ministério, do
573 departamento responsável por gestão estratégica. Falando apenas brevemente sobre esse documento,
574 esse documento ele é fruto de uma série de reuniões que nós fizemos com todos os secretários do
575 Ministério, onde nós procuramos transmitir, ou seja, colocar nesse documento os objetivos que já foram
576 lidos pela Ministra hoje mais cedo. O que nós chamamos durante a reunião das principais bandeiras do
577 Ministério. Ou seja, dentre todos os assuntos que o Ministério, dentro de todas as suas
578 responsabilidades, sua competências, nós procuramos eleger as competências ou obrigações do
579 Ministério que no momento estariam para o período de 2008 a 2011 com maior necessidade de
580 trabalho, com maior ênfase, onde a gente pudesse dar uma resposta mais direta e completa tanto à
581 sociedade quanto a todos aqueles que atuam na área de meio ambiente como os senhores. Então ele
582 procura ser apenas uma parte do trabalho do Ministério, logicamente, é o foco do nosso trabalho. O
583 que nós procuramos durante toda a reunião ter em mente, não representa um percentual muito grande
584 de tudo o que a gente trabalha, não vai representar logicamente a diminuição de importância, seriedade
585 e atenção a nenhum dos trabalhos que o Ministério faz hoje, mas vai nos dar uma direção, um objetivo
586 para que a gente possa estar de acordo com as necessidades da nossa sociedade, do nosso país, e da
587 humanidade em geral. Então, nós saímos apenas com sete objetivos de uma maneira bem simplificada,
588 tratando dos principais assuntos em voga hoje no mundo, os principais assuntos que estão recebendo
589 foco do meio ambiente mundial, partindo diretamente do primeiro objetivo com um assunto de
590 mudanças climáticas, da posição do Brasil, da preparação do nosso país, e daí levando todos os outros
591 objetivos também sempre com essa idéia. A preocupação com o desmatamento, a preocupação com
592 desertificação, a preocupação com qualidade e quantidade de águas, a preocupação com as ações que
593 vão trazer sustentabilidade para a nossa produção agrícola, ou seja, preocupação de pontos que vão
594 estar colocando o trabalho do Ministério do Meio Ambiente alinhado com as necessidades da nossa
595 sociedade. E basicamente é isso, a não ser que tenha alguma dúvida ou esclarecimento que se torne
596 necessário, como uma pequena introdução, eu diria que essa transmissão aos senhores da orientação
597 do desenvolvimento das nossas reuniões, e daí o resultado que está representado por este trabalho já
598 pode ajudá-los a ter em mente e concluído a maneira como se pode ajudar a gente.
599

600 **Hamilton Pereira - Secretário de Articulação Institucional e Cidadania Ambiental**

601
602 Só um minuto. Senhoras e senhores Conselheiros, nós vamos a partir de agora proceder da seguinte
603 maneira, nós vamos ouvir se estiverem presentes aqueles Conselheiros que enviaram contribuições
604 antecipadas à secretaria do CONAMA, e em seguida abriremos a palavra para a manifestação daqueles
605 Conselheiros e Conselheiras que desejarem. Essa é a proposta de encaminhamento que fazemos.

606
607 **Nilo Diniz – Diretor do CONAMA**

608
609 Só um minuto. Eu quero pedir ao doutor Mário Gizi só um minuto, porque nós cometemos um pequeno
610 equívoco aqui na posse de novos Conselheiros, alertar aqui o pessoal que nós tínhamos o aviso do
611 Ministério das Minas e Energia número 75 de 12 de julho indicando Celso, eu acho que é isso, no lugar
612 do Conselheiro Hélder Torres como suplente do Ministério das Minas e Energia. Então, fui comunicado
613 disso aqui agora e então queremos ver já aqui a posse então como Suplente pelo Ministério das Minas
614 e Energia o doutor Celso, acredito que seja isso. E só aproveitando, Presidente, que nós recebemos
615 em relação a esse ponto da pauta, os documentos de orientações estratégicas, nós recebemos três
616 colaborações, três sugestões importantes, a primeira delas do doutor Leopoldo Brandão da
617 Confederação Nacional do Comércio que mandou uma contribuição por e-mail, e eu não estou vendo
618 ele aqui hoje presente, não sei se o representante do comércio vai querer explicar a contribuição que
619 ele mandou, mas a gente já recebeu e já passamos para a diretoria de gestão estratégica do Ministério.
620 Também recebemos uma colaboração de um representante da academia que veio por intermédio da
621 Conselheira Zuleica. E também pergunto e depois a gente verifica-se a Conselheira quer reforçar de
622 alguma maneira a contribuição que foi enviada por esse representante da Comunidade Científica que
623 eu não estou com o nome dele aqui. E também recebemos, estou recebendo aqui agora uma
624 contribuição que também nos chegou da Secretaria de Estado do Meio Ambiente de São Paulo, o
625 doutor Pedro Ubiratan de Azevedo que está aqui presente e depois se quiser explicar também a
626 contribuição, está aqui e já vou passar também às mãos da diretoria de gestão estratégica. Era só esse
627 esclarecimento inicial.

628
629 **Hamilton Pereira - Secretário de Articulação Institucional e Cidadania Ambiental**

630
631 Eu convidaria então. Ele trouxe por escrito e em seguida a gente passa a palavra para o nosso
632 Conselheiro.

633
634 **Pedro Ubiratan – Secretário Adjunto do Meio Ambiente do Estado de São Paulo**

635
636 Sou Pedro Ubiratan, Secretário Adjunto do Meio Ambiente no Estado de São Paulo. A sugestão nossa
637 é uma sugestão de redação de dois objetivos estratégicos, ou três ou cinco objetivos setoriais, já que
638 eles se referem à proteção de biodiversidade, a sugestão é que no caput do objetivo três seja a
639 conservação da biodiversidade realçado, não está muito clara, é questão de redação em todos os
640 biomas brasileiros para a queda contínua e consistente do desmatamento. E a segunda sugestão é
641 utilidade por unidades de conservação o objetivo número cinco ao invés de área protegidas que eu
642 acho que daria uma melhor consistência de objetivos, ao invés de falar pura e simplesmente, falar em
643 unidades de conservação. Eu fiz isso por escrito para consideração aí da mesa e estou à disposição
644 para qualquer esclarecimento.

645
646 **Hamilton Pereira - Secretário de Articulação Institucional e Cidadania Ambiental**

647
648 Muito obrigado, Conselheiro. Eu convidaria o doutor Mário Gizi.

649
650 **Mário José Gisi – Ministério Público Federal**

651
652 É sempre é uma alegria saber que o Ministério está dedicando esforços para uma transversalidade nas
653 ações do governo federal e nós só gostaríamos de saber como que está sendo adotada pelo Ministério
654 do Planejamento a implementação, aceitação como que esse trabalho vai integrar o plano plurianual ou
655 é apenas um indicativo, e enfim, em que bases essa proposta ou essa orientação estratégica está
656 sendo implementada pelo Governo Federal.

657
658 **Maurício Ferreira Wanderley – DGE/MMA**

659

660 Inicialmente esse trabalho ele deriva diretamente do Governo Federal para a elaboração do PPA
661 através das orientações estratégicas do Governo Federal. E, como resultado dessa reunião, a gente
662 vai fazer a emissão final do documento e esse documento vai fazer parte do nosso PPA e vai ser
663 refletido no desdobramento. Programas, ações que o Ministério está propondo e negociando com o
664 Ministério do Planejamento, para que seja o nosso planejamento estratégico de 2008 a 2011. E como
665 nós vamos aplicar? Nós vamos refletir esses objetivos nos programas e ações que o Ministério vai
666 desenvolver e que nós estamos pleiteando exatamente nessa época agora, nós estamos fazendo a
667 discussão com o Ministério do Planejamento na composição dos programas do Ministério.

668
669 **Hamilton Pereira - Secretário de Articulação Institucional e Cidadania Ambiental**

670
671 Muito obrigado, por favor, Conselheiro Maurício Mendonça com a palavra.

672
673 **Maurício Mendonça Jorge – CNI**

674
675 Bom dia a todos. Sou Maurício Mendonça da CNI. Em primeiro lugar, eu queria parabenizar o trabalho
676 do Ministério, é muito importante a reflexão do encaminhamento pelas orientações estratégicas do
677 plano plurianual e para quem conhece um pouco do processo sabe que esse é um passo fundamental
678 para determinação do orçamento dos próximos quatro anos do plano plurianual. Portanto, uma
679 correlação direta entre aquilo que está sendo proposto e a alocação de recursos futuros do Ministério.
680 E é nesse sentido que a CNI gostaria de trazer aqui uma contribuição e fazer algumas observações de
681 forma bastante sucinta aqui e depois nós podemos encaminhá-las por escrito. No primeiro ponto é
682 apenas fazer uma referência que neste Conselho estamos discutindo um texto chamado Agenda
683 Nacional de Meio Ambiente que deverá ser objeto da nossa discussão aqui nessa sessão e seria muito
684 importante uma integração entre as propostas que estão na agenda e as propostas para orientações
685 estratégicas, houve aí um certo descompasso, talvez porque o texto não estivesse aprovado ainda
686 entre os dois esforços e acho que é fundamental essa integração. Nós temos várias pequenas
687 observações que depois nós vamos encaminhar e eu gostaria de basicamente me concentrar em cinco
688 pontos aqui. Em primeiro lugar, a Confederação Nacional da Indústria gostaria de pleitear a inclusão do
689 Setor Produtivo como um agente fundamental no processo de construção de desenvolvimento
690 sustentável do país. Há um capítulo, uma parte do texto que trata da questão dos agentes e o Setor
691 Produtivo que é o principal destinatário das normas e das ações de controle de fiscalização da área
692 ambiental, ele é colocado no meio de um conjunto de agentes que também são relevantes, mas alguns
693 ganharam destaque, e nós gostaríamos de reivindicar esse mesmo destaque e vou tentar justificar
694 inclusive porque eu acho que nós deveríamos ter esse papel importante. Então, eu acho que dentro
695 dos objetivos setoriais é preciso definir claramente a questão do fomento ao uso sustentável de
696 recursos naturais e a produção e consumo sustentáveis baseado na parceria efetiva com o setor
697 produtivo. Eu acho que entre os sete objetivos que foram mencionados eles têm um caráter mais geral
698 e eles indicam pouco a ação concreta do Ministério a não serem alguns programas que nós já
699 conhecemos que são ações meritórias como o programa de desmatamento de conversão do
700 desmatamento da Amazônia e outros que vão receber estudos e etc. Mas a alavancagem dos recursos
701 públicos é fundamental que esteja articulada à questão da parceria do setor privado. É também
702 fundamental na nossa opinião ampliar a participação do setor produtivo com mecanismos chamados de
703 participação social. Nós fizemos um levantamento que nós vamos passar para o senhor em que são
704 citados vários conselhos lá. O CONAMA, o CNRH, o CONABIO, o CONAFLO, o CPDS, o Fundo
705 Nacional de Meio Ambiente e nós véu em um levantamento da participação do setor produtivo lá e em
706 geral assim o CONAMA são 6 em 57 e na CONABIO são dois em 20, no Conaflo são 6 em 37, sempre
707 uma participação inexpressiva do setor produtivo quando ele é fundamentalmente aquele que recebe as
708 normas destinadas por estes conselhos. Então eu acho que esse é um ponto fundamental que eu acho
709 que é importante que seja refletida nessas orientações estratégicas. Outro ponto que nós queremos
710 chamar a atenção é o desenvolvimento, é necessário desenvolver estratégias de uso sustentável da
711 biodiversidade baseadas na inovação, no desenvolvimento tecnológico e na gestão empresarial. Nós
712 temos uma lei enorme de concessão florestal e nós temos uma crença muito forte de desenvolvimento
713 tecnológico e a inovação podem contribuir para você mudar as condições de operação da sociedade
714 para garantir um consumo e uma produção sustentável. Isso são programas de produção mais limpa
715 que estão aí no texto que de alguma forma aparece, mas no nossa opinião tem uma ênfase muito
716 menor do que deveria ter. E finalmente, identificar as oportunidades de ampliar a sinergia em
717 orçamentários e regimentos produtivos em conservação ambiental, em serviços ambientais, em
718 educação ambiental e adoção de produção mais limpa e minimização de resíduos. Nós temos um
719 enorme do setor produtivo nessas áreas, não vou ficar aqui citando exemplos, mas bastante conhecidos

720 com alguns milhões que são gastos pelas empresas na área de preservação, de conservação. E eu não
721 percebi nenhum movimento de integração dos esforços do setor público com o setor privado nessas
722 áreas. Então seria importante que essas sugestões fossem efetivamente incorporadas ao texto e nós
723 estamos à disposição para contribuir com o Ministério na inclusão desses pontos. Muito obrigado.

724
725 **Hamilton Pereira - Secretário de Articulação Institucional e Cidadania Ambiental**

726
727 Muito obrigado, Conselheiro Maurício. Eu pediria o mais rápido possível que o Conselheiro pudesse
728 nos oferecer inclusive essas contribuições sem dúvida enriquecedoras em tal momento. Quero registrar
729 a presença do Ex-Secretário Executivo o doutor Cláudio Langone, e passar a palavra ao Carlos Bocuí
730 que vai falar a pedido do professor Paulo Nogueira Neto.

731
732 **Carlos Bocuí – Instituto Brasileiro de Proteção Ambiental**

733
734 Bom dia, senhores. Meu nome é Carlos, eu presido o Instituto Brasileiro de Proteção Ambiental, e
735 minha vinda é no sentido de contribuir para a questão de objetivo setorial seis que está implícito no
736 plano plurianual. Nós entendemos que existe uma lacuna de governo, uma lacuna institucional entre a
737 questão da agenda das cidades na medida em que nós temos o Ministério das Cidades tratando das
738 cidades no Brasil e dos programas urbanos e do outro lado o Ministério do Meio Ambiente tratando das
739 questões ambientais. Então esse plano ele coloca algumas questões como sustentabilidade, coloca a
740 questão de recursos hídricos e recursos urbanos, mas não trata daquilo que nós entendemos que seja
741 fundamental que é a capacidade de suporte dos grandes centros urbanos, em especial das mega
742 cidades brasileiras. Eu vou ler rapidamente o documento para que os Conselheiros tenham idéia da
743 nossa preocupação. Eu acho que as grandes regiões metropolitanas são um grande desafio de
744 sustentabilidade para o futuro e também a grande casa dos brasileiros, à medida que foi feita e grande
745 parte na zona metropolitana. As cidades perdem o seu caráter de oportunidade cultural frente à
746 perspectiva diante de problemáticas cada vez mais acentuadas. Na escala metropolitana as diferenças
747 sociais e de gestão de renda e produção de suas formas em especial a ante antecipação do
748 planejamento pelo setor privado antes que a sociedade possa se manifestar ou exercer um saudável
749 controle social sobre uso e ocupação do solo trazem as tendências atuais e prognósticos sombrios. E
750 quando projetamos cenários negativos devemos contar com a possibilidade de irrigação social para
751 correção de rumos, mas é preciso avaliar as condições e potencializar essa reação, que não ocorrerá
752 sem informação, diagnóstico e elementos de participação social que permita a oportunidade da
753 sustentabilidade. A sistematização de dados acerca de temas específicos ou da qualidade dos
754 ambientes pressupõe o desenvolvimento de indicadores e índices que contemplem as características
755 mais relevantes das situações em foco. E nesse sentido a complexidade dos ambientes urbanos e em
756 particular das metrópoles, pressupõe indicadores que tenham significância frente aos aspectos de maior
757 relevância associada a isso. É esse o nosso pedido com relação a necessidade do Ministério do Meio
758 Ambiente se debruçar sobre a questão de indicadores para a grandes áreas metropolitanas. Queria
759 colocar também a existência de muitos indicadores existentes hoje, índices de aspectos representativos
760 das realidades metropolitanas apresentam lacunas que de fato representam as realidades
761 metropolitanas, ou seja, todo o conjunto de indicadores disponíveis para a sociedade hoje não
762 contemplam a capacidade de suporte ambiental ou índices como o IDH. Então é preciso que a
763 sociedade se volte para o desenvolvimento de indicadores específicos para regiões metropolitanas, em
764 especial que determinem a capacidade de suporte ambiental dessas regiões. Eu vou citar um exemplo
765 maior que é o complexo maior metropolitano expandido envolvendo a cidade de São Paulo, a Baixada
766 Santista, Campinas, Sorocaba, o Vale do Paraíba e onde temos hoje 26 milhões de habitantes com a
767 perspectiva de aproximadamente 40 milhões de habitantes para o ano de 2005, e como vão gerenciar
768 esse grande conglomerado. E é nesse sentido que nós gostaríamos que o plano anual do Ministério do
769 Meio Ambiente contemplasse um estudo estrategicamente na evolução de indicadores para essas
770 regiões. Eu encaminho oportunamente.

771
772 **Hamilton Pereira - Secretário de Articulação Institucional e Cidadania Ambiental**

773
774 A mesa agradece ao doutor Carlos e passo a palavra imediatamente ao Conselheiro Rosalvo e quero
775 anunciar a presença entre nós do doutor Bazileu Margarido, Presidente do IBAMA que está aqui entre
776 nós. O Conselheiro Rosalvo com a palavra e durante a fala do Conselheiro Rosalvo a mesa encerrará
777 as inscrições sobre esse tema.

778
779 **Rosalvo Oliveira Júnior - Ministério da Integração Social**

780
781 Senhor Presidente, senhoras e senhores Conselheiros bom dia. Rosalvo Júnior do Ministério de
782 Integração Nacional. Eu queria apenas colocar quatro aspectos e iniciar introduzir o tema elogiando o
783 Ministério do Meio Ambiente porque eu não conheço na história da república qual foi o Ministério que
784 submeteu à discussão pública e sugestões a elaboração das suas orientações estratégicas, sendo que
785 este é sempre um papel do órgão. Então está de parabéns e espero que isso sirva de exemplo para
786 outros órgãos da república. O primeiro aspecto, Senhor Presidente, eu gostaria de levantar porque tem
787 muita possibilidade com nossa atribuição institucional, refere-se tema levantado pelo Conselheiro
788 Maurício que a gente reputa de grande importância que é a questão da inovação tecnológica. E a
789 inovação tecnológica tem um link com a nossa proposta de política de desenvolvimento regional,
790 porque a união européia, um dos pilares do seu desenvolvimento regional e com a incorporação
791 daqueles países do leste europeu, isso ficou mais forte ainda porque a nova união européia com a
792 incorporação desse país e a desigualdade regional ficou maior, que eles estão diminuindo e um dos
793 caminhos que eles estão utilizando é exatamente a inovação tecnológica. Então eu gostaria muito que
794 o Ministério do Meio Ambiente, pudesse incorporar suas orientações estratégicas não só o tema da
795 inovação tecnológica, mas juntando ele com o desenvolvimento regional e também observar que é o
796 decreto 6042 que é o decreto presidencial da Política Nacional de Desenvolvimento Regional. O
797 segundo ponto é que quando o Maurício da CNI colocou a questão dessa Agenda Ambiental que nós
798 estamos discutindo para 2007 a 2008, eu acho que era importante também incorporar uma parte estar
799 incorporada, mas fazer uma leitura do que saiu dos resultados das Conferências Nacionais de Meio
800 Ambiente que são absolutamente importantes e mobilizaram o país e acho que tem um conjunto de
801 orientações, senão estratégicas, mas pelo menos de ações. No terceiro aspecto é que eu gostaria e
802 enfatizo isso sempre aqui no CONAMA, e em toda reunião que eu estou é porque muitos dos nossos
803 colegas e muitos da sociedade não leram a nossa constituição e sou constitucionalista por referência,
804 que é o artigo terceiro da constituição quando fala dos objetivos da república. Os objetivos da república
805 é que orientam a nossa forma de organização de Governo Federal, Governo Estadual e Governo
806 Municipal e lá estão os cinco objetivos que a gente tem da república com certeza isso será uma
807 orientação maior do governo federal quando da sua discussão no PPA a questão da diminuição das
808 desigualdades regionais e sociais, e queria muito de ver elencada a questão de preservação com a
809 diminuição das desigualdades sociais e regionais já que este é um objetivo da república, é fruto da
810 nossa carta política de 88. E por fim, cadê o Maurício? Não estou vendo, me incomoda um pouco, já
811 disse isso a ele em reuniões, e vou continuar falando toda vez que ele colocar. No meu entendimento
812 não existe Setor Produtivo, porque senão eu posso supor que existe na economia setor não produtivo,
813 por oposição. Então, eu acho que esse termo não é adequado no meu entendimento. Ou a gente parte
814 para colocar na sua redação setor privado ou setor industrial ou então retira essa história do setor
815 produtivo por eu ser um setor governamental não me considero improdutivo. E então acho que não é
816 pertinente essa expressão. Muito obrigado.

817
818 **Hamilton Pereira - Secretário de Articulação Institucional e Cidadania Ambiental**

819
820 Muito obrigado Conselheiro Rosalvo. Por favor com a palavra, o Conselheiro.

821
822 **Fernando Carneiro – Ministério da Saúde**

823
824 Meu nome é Fernando Carneiro, eu represento o Ministério da Saúde na próxima reunião sou novo
825 Coordenador Geral de Vigilância Ambiental e Saúde. Só queria reforçar esse debate com a questão da
826 necessidade de precisão desses indicadores. Eu acho que para dar um exemplo muito claro da relação
827 Meio Ambiente e Saúde, podemos falar da questão da poluição atmosférica, estudos epidemiológicos
828 Santiago do Chile, Cidade do México, Nova Iorque mostra que se conseguíssemos diminuir 10% da
829 contaminação ambiental nessas cidades poderíamos estar salvando mais de 20 mil vidas e então esses
830 estudos mostram essa relação intrínseca, e nós principalmente no campo da gestão temos que ter
831 indicadores de Saúde Ambiental para tomada de decisões. Então eu coloco o Ministério da Saúde à
832 disposição, o nosso corpo técnico junto ao CONAMA, Ministério do Meio Ambiente para estar
833 construindo essa proposta, principalmente em cima da fala do Carlos Bucuí, nessa construção também
834 das metrópoles saudáveis. Se a gente não tiver indicadores que façam essa ponte entre o Meio
835 Ambiente e a Saúde fica muito difícil a gente tomar decisões em termos do nosso objeto principal que é
836 melhorar a qualidade de vida da nossa população. E então é nesse sentido que a gente cobra o
837 Ministério à disposição para estar construindo junto uma proposta integrada. Obrigado.

838
839 **Hamilton Pereira - Secretário de Articulação Institucional e Cidadania Ambiental**

840
841
842
843
844
845
846
847
848
849
850
851
852
853
854
855
856
857
858
859
860
861
862
863
864
865
866
867
868
869
870
871
872
873
874
875
876
877
878
879
880
881
882
883
884
885
886
887
888
889
890
891
892
893
894
895
896
897
898
899

Muito obrigado Conselheiro. Por favor, Conselheira Suzana com a palavra.

Suzana Cabral – Secretária de Políticas Para Mulheres

Bom dia a todos e todas. Eu sou Suzana Cabral da Secretaria de Políticas Para Mulheres. Eu queria passar a palavra à nossa companheira Graça Carvalho da secretaria que foi quem conduziu a discussão do PPA dentro da secretaria e também é quem representa a secretaria no Conselho de Recursos Hídricos...

Graça Carvalho – Secretária De Políticas Para Mulheres

Bom dia a todas e todos. Em primeiro lugar, eu senti falta aqui dos objetivos do governo, porque os objetivos estratégicos, esses objetivos setoriais eles estão atrelados a dez objetivos do governo. Se vocês me permitirem, eu gostaria de fazer para situar um pouco como é que foi a intervenção da secretaria neste processo. O primeiro é promover inclusão social e a redução das desigualdades. O segundo é promover o crescimento, com sustentabilidade, geração de empregos e distribuição de renda. O terceiro é propiciar o acesso da população brasileira à Educação, ao conhecimento com equidade e qualidade e valorização da diversidade. O quarto é fortalecer a democracia e a cidadania com transparência, diálogo social, garantia dos direitos humanos e igualdade de gênero e raça. O quinto é implantar uma infra-estrutura eficiente e integrada do território brasileiro. O sexto é reduzir as desigualdades regionais a partir das potencialidades locais do território nacional. O sétimo é fortalecer a inserção da soberania internacional e a integração sul americana. O oitavo é elevar a competitividade sistêmica da economia com inovação tecnológica. O nono é promover um ambiente social pacífico e garantir a integridade dos cidadãos. E o décimo é promover o acesso com qualidade a serviços e benefícios sociais sob a perspectiva da universalidade e equidade, assegurando seu caráter democrático e descentralizado. A partir daí nós fizemos duas intervenções, a primeira foi colocar já junto ao Ministério do Planejamento fazer essa inserção da questão de gênero e raça que foi contemplada aqui e nessa nossa intervenção, nós pedimos também que nesse objetivo número 8, que era elevar competitividade sistêmica da economia com inovação tecnológica, nós pedimos para colocar com respeito ao Meio Ambiente, porque entendíamos que isso era muito importante. E depois oficiamos ao Ministério do Meio Ambiente um objetivo setorial que era promover intervenções que considerem a participação igualitária de mulheres e homens no processo decisório de gerenciamento dos recursos naturais. E hoje, ao cuidar dos objetivos do Ministério do Meio Ambiente, na verdade o que a gente veio aqui foi registrar a satisfação da secretaria porque, embora não tenha aparecido como objetivo específico, nós nos sentimos e está registrado aqui dentro do sétimo objetivo que é onde dentro das políticas a serem desenvolvidas, relacionadas ao sétimo objetivo setorial que é promover a articulação institucional e a cidadania ambiental por meio do fortalecimento do SISNAMA e da Educação ambiental e da participação do controle social, tem uma política que é apoiar as ações que visa enfrentar as igualdades de gênero relacionadas às questões ambientais, considerando princípios e diretrizes do Plano Nacional de Política Para as Mulheres. e então basicamente nós fizemos essa introdução mostrando que os nossos objetivos setoriais estão atrelados aos objetivos já colocados no governo e que nós sentimos contemplado aqui dentro desse objetivo setorial.

Hamilton Pereira - Secretário de Articulação Institucional e Cidadania Ambiental

Muito obrigado. Doutor Mário Gizi, ele é o último inscrito nessa bateria, por favor com a palavra.

Mário José Gizi – Ministério Público Federal

Naturalmente nos limites afetados dessa reunião não será possível um debate exaustivo desse documento tão importante aí que está sendo trazido. Todavia, nós gostaríamos só de manifestar o nosso desacordo com relação ao pedido de alteração no texto do documento feito pelo nosso representante de São Paulo, quando ele fala de substituir áreas protegidas por unidades de conservação. Então, a nossa posição é que se mantenha o texto como original.

Hamilton Pereira - Secretário de Articulação Institucional e Cidadania Ambiental

Conselheira Zuleica é a última inscrita.

900 **Zuleica Nycz - APROMAC**

901
902 Eu tenho três pontos aqui que eu queria falar. Eu apresentei uma proposta vinda da Rede Brasileira de
903 Justiça Ambiental sobre Nanotecnologia, que não tem nenhuma discussão, nenhuma menção, nada no
904 Brasil, o mundo inteiro está falando em nanotecnologia, os riscos à saúde, ao meio ambiente e então eu
905 gostaria de chamar a atenção para a necessidade do Ministério do Meio Ambiente para essa discussão
906 e na exigência dos princípios da publicação, da conduta ética na pesquisa, na luta entre tantas outras
907 coisas, estou resumindo aqui. Eu quero reforçar as palavras do doutor Carlos Bocuí a respeito da
908 necessidade de um diagnóstico das cidades, a gente não vê nada sobre segurança química neste
909 projeto. Quando você fala assim de saneamento e tal, eu procurei a palavra buscar e não encontrei.
910 Isso também é um indicador da falta de indicadores e isso é muito grave, porque hoje a gente tem
911 IBAMA voltado para florestas e unidade de conservação, e a gente não tem nada praticamente a não
912 ser a Secretaria de Qualidade Ambiental, uma estrutura que a gente sabe que é muito pequena para
913 um país como o Brasil e para fazer todos os estudos que a gente precisa na área de contaminação. E
914 por isso também quero reforçar as palavras do Fernando do Ministério da Saúde quando fala da
915 importância de conversar mais com o Ministério da Saúde e também com o Ministério do Trabalho que
916 desenvolve Saúde Ocupacional. E eu só achei um pouco fraco mesmo, muito fraco como uma
917 tendência no Brasil de nos preocuparmos mais nos preocuparmos com o outro que envolve diretamente
918 a base produtiva do capital. Então eu acho que o Ministério poderia ser um pouco mais corajoso em ter
919 tomado ele mesmo, sem que a gente precisasse dizer a importância do diagnóstico da qualidade
920 ambiental nas grandes cidades, nas questões de saturação de bacia aérea e que está tudo no bojo
921 daquela discussão da Resolução que caiu do nada em cima de uma situação que ninguém sabe qual é,
922 e não sabemos como vamos implementar como vamos monitorar, e eu venho do Paraná uma das
923 cidades mais contaminadas do mundo que é Araucária, e acho que é a segunda mais contaminada e
924 nós não temos, não temos absolutamente nada lá, e estamos em 2007. Então não tem plano, não tem
925 plano de nada, nesse plano não prevê nada, vamos ficar mais dois anos sem nada.

926
927 **Hamilton Pereira - Secretário de Articulação Institucional e Cidadania Ambiental**

928
929 Obrigado, Conselheira. É importante que tenhamos claro que, considerando o processo vivido pelo
930 Ministério na primeira metade do ano, nós estamos como os senhores e as senhoras sabem, atrasados
931 nesse calendário, a rigor, o calendário venceu em maio. Então é da maior importância que a gente
932 possa, obtida essa concessão pelo Ministério do Planejamento para o nosso processo que revelou
933 sensibilidade política para a situação que vivemos, nós temos agora a possibilidade de incorporar as
934 contribuições que chegaram por escrito e as contribuições que aqui foram manifestadas pelo plenário.
935 E eu passo a palavra para o Maurício para as considerações finais dele a respeito desse momento da
936 nossa reunião.

937
938 **Maurício Ferreira Wanderley – DGE/MMA**

939
940 Então, eu gostaria basicamente de agradecer aos Conselheiros a atenção a esse trabalho nosso junto
941 aos objetivos do Ministério, e a título de conclusão, informá-los que dado esse aspecto de premência de
942 tempo, nós estaremos trabalhando nesses documentos nos próximos dias, e que no máximo até sexta-
943 feira para o desenvolvimento fechado e aprovado. Então eu gostaria de pedir que se alguém mais tiver
944 alguma contribuição que por favor o faça rapidamente pelos caminhos normais do CONAMA, o Nilo
945 está em contato com a gente, ele faz parte do grupo que está trabalhando nesse documento de maneira
946 que possamos analisar e incorporar a maior quantidade possível de sugestões. Obrigado.

947
948 **Hamilton Pereira - Secretário de Articulação Institucional e Cidadania Ambiental**

949
950 Muito obrigado. Maurício, eu passo para o Nilo para dar um encaminhamento ao final dessa etapa da
951 nossa reunião do CONAMA.

952
953 **Nilo Diniz – Diretor do CONAMA**

954
955 Só um esclarecimento brevíssimo. É que foi mencionada aqui a Agenda Nacional do Meio Ambiente,
956 acho que por um dos Conselheiros que se manifestou, só para deixar claro que a equipe do Ministério
957 do Meio Ambiente que analisou a agenda que vai ser tratada ainda nessa plenária, analisou cada um
958 dos itens da Agenda Nacional do Meio Ambiente, é praticamente a mesma equipe que trabalhou com
959 documento de orientação estratégica. Então, há uma quase perfeita, vamos dizer assim, fusão entre

960 aqueles aspectos que o Ministério destacou na agenda com o alinhamento dessas diretrizes
961 estratégicas. Então, só para deixar claro que esse aspecto, e ao mesmo tempo agradecer aos
962 Conselheiros que enviaram ou que se manifestaram aqui, eu acho que com as intervenções que foram
963 feitas inclusive, né Maurício, a gente vai poder enriquecer ainda mais esse documento e fechar isso nos
964 próximos, entre amanhã e depois. Obrigado.

965

966 **Hamilton Pereira - Secretário de Articulação Institucional e Cidadania Ambiental**

967

968 Maurício, nós estamos encerrando essa sessão e voltando a plenária às 14 horas.

969

970 **Francisco Iglesias - IMARH**

971

972 Bom dia a todos. Meu nome é Francisco Iglesias, sou representante do Instituto Maranhense de
973 Recursos Hídricos, e queria garantir a palavra de uma pessoa que eu acho importante para esse
974 Conselho, que foi a primeira diretora executiva ou Secretária Executiva do Conselho Nacional de Meio
975 Ambiente que é a Ana Maria Cruz, e então eu queria passar a minha palavra para ela para ela poder se
976 pronunciar para esse plenário. Garantir a palavra.

977

978 **Hamilton Pereira - Secretário de Articulação Institucional e Cidadania Ambiental**

979

980 A palavra está garantida.

981

982 **Ana Maria Cruz – IBAMA**

983

984 Muito obrigada. Senhoras Conselheiras e senhores Conselheiros, infelizmente não é com muita alegria
985 que nesse momento a gente retorna como falou generosamente nós estivemos no começo na história e
986 trabalhamos no CONAMA e antes mesmo dele existir. Eu sou analista ambiental do IBAMA sempre
987 trabalhamos com análise e Gestão ambiental, trabalhamos no CONAMA 13 anos quase sempre sob a
988 batuta do doutor Paulo Nogueira Neto, e enfim, a gente começou a trabalhar e trabalha ainda hoje na
989 estruturação quando ainda era muito, muito difícil. Hoje de certa forma a coisa é mais tranquila mas
990 nós estamos aqui em nome dos servidores do IBAMA para lhes trazer uma mensagem de que
991 realmente o processo de divisão do IBAMA, a qualquer preço que a gente vem denunciando, o
992 processo de desintegração dos sistemas de gestão ambiental, porque com todas as dificuldades o
993 IBAMA levantou os patamares de proteção ambiental nesse país criando unidades de conservação,
994 criando espaços especialmente protegidos e por isso nós estamos sendo punidos. É exatamente por
995 termos conseguido bons resultados que o IBAMA está sendo punido no que se refere à gestão
996 ambiental. Trouxemos aos senhores que não é servidor do IBAMA o que a imprensa tem gerado onde
997 a gente selecionou propositalmente o apoio do professor Abizaber, quem é do meio sabe, Presidente de
998 honra da SBPC, não para disputar quais são os apoios mais importantes que se tem, e entregamos a
999 nossa moção e fundamentalmente uma moção tirada no quinto congresso brasileiro aprovada por mais
1000 de 1800 participantes daquele evento entre ONGs, Comunidades Científicas e Servidores Públicos.
1001 Enfim, é apenas na verdade hoje agora seria para pedir uma atenção para uma discussão que já foi
1002 retirada de pauta que nos preocupa bastante e que consta dessas razões pelas quais nos
1003 posicionamos, não porque sejamos contra a Ministra Marina, muito pelo contrário, foi dela que tomando
1004 posse na nossa casa, no nosso tempo, disse que o IBAMA era patrimônio do povo brasileiro e agora
1005 ela está demonstrando o que faz com o patrimônio do povo brasileiro. Assim sendo a gente trouxe
1006 também com uma balinha, não com o sentido que bala é o instrumento para que elas fiquem entretidas
1007 enquanto a gente faz o que precisa ou acha que tem que ser feito. Essa balinha que lá na Bahia vem
1008 de Minas Gerais é um instrumento que a gente tem usado em cada momento de sensibilização. E
1009 assim a gente pede ao Conselho Nacional de Meio Ambiente que discuta essa questão, que peça para
1010 que se discuta essa questão, porque se tantas pessoas e toda a comunidade científica e ambientalista
1011 e fundamentalmente os seis mil e 700 servidores do IBAMA a gente tira 10% que são contra esse
1012 projeto, é porque certamente esse projeto não é bom para o patrimônio do povo brasileiro. Muito
1013 obrigado e agradeço pessoalmente a Chico Iglesias.

1014

1015 **Hamilton Pereira - Secretário de Articulação Institucional e Cidadania Ambiental**

1016

1017 A mesa que agradece a companheira. E passo para os encaminhamentos finais.

1018

1019 **Nilo Diniz – Diretor do CONAMA**

1020
1021 Só para lembrar aos Conselheiros o seguinte, o Presidente já anunciou o intervalo para o almoço, mas
1022 nós temos um restaurante aqui da Agência Nacional de Águas que não é um restaurante muito grande,
1023 e os funcionários estão exatamente almoçando agora. Então, é só para avisar aos Conselheiros que
1024 não precisam correr muito, porque quanto mais devagar forem, mais acesso vão encontrar no
1025 restaurante, mas nós temos outros restaurantes aqui relativamente próximos na região aqui. Aqui
1026 dentro mesmo eu não conheço, mas na região. Eu não estou com a lista deles aqui, mas algumas
1027 pessoas da ANA conhecem esses restaurantes aqui próximos, eu não sei se tem algum Conselheiro
1028 aqui da agência ainda que possa nos indicar os restaurantes aqui mais próximos para avisar aos
1029 Conselheiros. Mário, tem a lista aí? Então, eu vou informar para vocês agora outros restaurantes que a
1030 gente tem aqui perto, só peço um minuto da atenção. Aqui o restaurante que fica aqui no Sudoeste que
1031 é o restaurante Grilo que fica aqui no Sudoeste na CLSW loja 91.

1032 **Intervalo para almoço**

1033 **Hamilton Pereira - Secretário de Articulação Institucional e Cidadania Ambiental**

1034
1035 Boa tarde a todas e todos. Nós vamos reinstalar a mesa para os trabalhos. Diz que no Brasil nós
1036 temos um problema grave de fuso horário, nesse caso aqui são 14h30 minutos, né? Retomando os
1037 trabalhos nessa tarde, conforme decisão do plenário, nós iniciaremos nosso debate com a proposta de
1038 Resolução que os senhores e senhoras têm nas mãos sob o nome 7.4, que o plenário definiu que
1039 houvesse a inversão. A proposta de Resolução estabelece diretrizes gerais para definição e
1040 implementação de indicadores de ampliação e cumprimento de normas ambientais. O processo
1041 02000003276/2003-26 para discussão e desenvolvimento de indicadores de implementação da norma
1042 ambiental. Nós pedimos à doutora Sílvia Capeli para ocupar o microfone, por favor, para o seu
1043 relatório.

1044 **Sílvia Capelli – Promotora do Ministério Público do Estado do Rio Grande do Sul**

1045
1046 Boa tarde a todos os Conselheiros, Senhor Presidente e senhor secretário, é um prazer estar
1047 retornando aqui a plenária do CONAMA. Eu ocupei a representação do Ministério Público dos Estados
1048 e hoje o titular é colega Saintclair Honorário do Ministério Público do Paraná. A nossa função hoje com
1049 o Ministério do Meio Ambiente é relatar os trabalhos desenvolvidos no Grupo De Trabalho do CIPAM
1050 para criação dos indicadores de ampliação e cumprimento de norma ambiental que consta na pauta do
1051 plenário de hoje. Essa proposta de Resolução ela surgiu por uma solicitação do Instituto O Direito Por
1052 Um Planeta Verde, em 10 de dezembro de 2003 que foi aprovada pelo plenário. E encaminhada ao
1053 CIPAM em 28 de maio de 2004 foram nomeados os coordenadores do Grupo de Trabalho adoc do
1054 CIPAM que pelo Instituto Planeta Verde e como representante do Ministério Público dos Estados, o meu
1055 nome. E foi indicada como relatora a doutora Maria do Carmo de Lima Bezerra pela ABEMA. Várias
1056 instituições participaram das reuniões desse Grupo de Trabalho como o IBGE, o Ministério do Meio
1057 Ambiente pela representação, a ABEMA, o IBAMA, o Ministério das Minas e Energia, a Secretaria do
1058 Meio Ambiente no Município de São Paulo, a ANAMMA, a CETESB e o Setor Florestal do CONAMA.
1059 Durante o desenrolar dos trabalhos foram distribuídos aos Conselheiros do CONAMA um questionário
1060 organizado com um bloco de perguntas relativos à percepção dos entrevistados acerca da importância
1061 do uso de indicadores que tratassem sobre a clareza e importância das normas e os meios para sua
1062 orientação. Aí inclusa a capacitação. Outros dois blocos de perguntas visavam receber insumos para
1063 definição de indicadores de entrada e saída a partir do papel específico de cada um dos segmentos
1064 consultados. Um quarto bloco também comum a todos os segmentos tratou sobre indicadores de
1065 resultados. Os questionários foram discutidos pelos membros dos grupos de trabalho do CONAMA,
1066 cujos resultados estão acostados aos autos do processo. A primeira proposta de Resolução foi
1067 apresentada na reunião do GT de 19 de janeiro de 2005 e seguiu para a Câmara Técnica de Economia.
1068 Em seis de março de 2007 a proposta de Resolução foi aprovada pelo CIPAM e enviada para a Câmara
1069 Técnica de Assuntos Jurídicos. Em 8 e 9 de maio de 2007 a Câmara Técnica de Assuntos Jurídicos,
1070 com modificações, aprovou a proposta e a encaminhou ao plenário. A importância dessa Resolução
1071 consiste na necessidade da construção de indicadores, indicadores de aplicação e cumprimento das
1072 normas ambientais que ao longo das últimas duas décadas vem se destacando como uma importante
1073 ferramenta para o planejamento e avaliação de políticas públicas, ensejando o fortalecimento das
1074 decisões e facilitando a participação da sociedade. Para os operadores do direito, a existência de uma
1075 Resolução e a difusão de uma metodologia para avaliar a aplicação e o cumprimento da norma
1076 ambiental é um desejo muito antigo e uma necessidade social. Costuma-se avaliar a aplicação da

1080 legislação ambiental de maneira exclusivamente quantitativa, com apresentação de mapas às
1081 respectivas corregedorias, como a Corregedoria da Magistratura, Corregedoria do Ministério Público
1082 informando o número de ações públicas propostas, os números de compromisso de ajustamentos
1083 firmados de sentenças denúncias. Mas nós necessitamos de uma ferramenta para avaliar a efetividade
1084 do direito, para mudar comportamentos e situações. E o fundamento jurídico para a criação de
1085 indicadores no Brasil é um fundamento constitucional. Ou seja, é o princípio da publicidade, princípio
1086 de direito público esculpido na nossa Constituição Federal. O princípio também do acesso à informação
1087 que é uma garantia constitucional e nós temos no Brasil uma lei específica de acesso à informação
1088 ambiental que é a lei 10750 de 2003 e também a própria Política Nacional do Meio Ambiente introduz e
1089 mantém até hoje o relatório de qualidade ambiental como um dos instrumentos da Política Nacional do
1090 Meio Ambiente. Então, a questão dos funcionamentos jurídicos que nos levaram a propor e
1091 desenvolver dentro desse Grupo de Trabalho essa proposta de criação de indicadores de aplicação e
1092 cumprimento da norma ambiental. E o que nós esperamos com essa proposta de Resolução é difundir
1093 uma metodologia que seja aprovada pelo Conselho Nacional do Meio Ambiente para sugerir aos órgãos
1094 integrantes do SISNAMA o desenvolvimento de aplicadores de cumprimento da norma. A finalidade é
1095 avaliar justamente a aplicação da legislação ambiental, da sua importância e a verificação da sua
1096 efetividade. Eu gostaria de pedir permissão à presidência, para passar a palavra à doutora Maria do
1097 Carmo de Lima Bezerra para explicar a metodologia que está inserida nessa proposta.

1098
1099 **Hamilton Pereira - Secretário de Articulação Institucional e Cidadania Ambiental**

1100
1101 Por favor. Maria do Carmo com a palavra.

1102
1103 **Maria do Carmo de Lima Bezerra - ABEMA**

1104
1105 Obrigada. Boa tarde Senhor Presidente, boa tarde a todos. É uma alegria estar nesse plenário também
1106 não estou mais agora representando a ABEMA como na ocasião participei do agrupado o que que
1107 elaborou essa, mas eu acho que eu deveria um pouco acrescentar o que a doutora Silvia colocou, a
1108 não ser que a proposição tem respaldo nos trabalhos práticos que foram também elaborados durante
1109 esse período, a motivação inicial então do Instituto Planeta Verde na ocasião na condução de um
1110 professor na Universidade de Brasília eu trabalhava como colaboradora de um projeto era exatamente a
1111 fundamentação inicial do instituto era que ele trabalhou na aplicação de uma metodologia às condições
1112 da América Latina e Caribe junto com a Argentina e o México de como fazer avaliação, não só das
1113 normas, mas do ciclo de gestão. Quer dizer, da parte da retroalimentação da formulação das políticas
1114 públicas ambientais e dos marcos legais, das normas legais que fundamentam então essa gestão.
1115 Então, esse exercício de aplicação dessa metodologia chamada implementação de cumprimento das
1116 normas ambientais é que o fundamentou a solicitação do Grupo de Trabalho e exatamente de não
1117 impor nenhuma metodologia, não imaginou-se que o objetivo da Resolução fosse uma metodologia é
1118 que se os senhores observarem essa Resolução foge um pouco à característica normal das
1119 Resoluções do CONAMA, quando ela não define padrões, ela não imputa nenhuma nova atribuição ou
1120 nova responsabilidade, apenas ela cria uma sistemática de avaliação de procedimento de gestão. Não
1121 está se imputando nenhuma atribuição adicional nem aos operadores públicos da gestão ambiental a
1122 não ser fazer o que já outras normas ambientais imputam fazê-lo. Então na realidade o objetivo é criar
1123 uma metodologia de elaboração do relatório de qualidade ambiental que também já é uma norma legal.
1124 Então esse é basicamente eu acho que o mérito, a gente não está elaborando talvez relatórios que
1125 sejam, digamos assim, descritivos e sem seqüência onde eu possa avaliar se está melhorando ou não
1126 está melhorando a gestão ou a qualidade de recursos naturais e eu cabo produzindo quando se produz
1127 relatórios de qualidade ambiental, eles são digamos descritivos de um determinado momento e refletem
1128 no máximo determinado período de gestão de determinado ente públicos e não colaboram para que a
1129 gente consiga digamos avaliar se a gente está ou não está com o conjunto de ações tanto de políticas
1130 públicas quanto das normas, melhorando ou não a qualidade ambiental que eu acho que é o objetivo de
1131 todos nós. E então a Resolução é absolutamente digamos assim simples até, até simples demais, e
1132 aliás quando ela passou depois pela Câmara de Assuntos Jurídicos também ela foi um pouco alterada e
1133 até ficou bastante sintética, mas no fundo o objetivo é o que? É apenas indicar que o relatório de
1134 qualidade ambiental fosse feito seguindo indicações que chamavam entrada e saída de resultado, que
1135 são basicamente os insumos de quaisquer processo de gestão ambiental. O que eu conto para isso,
1136 que norma eu tenho que avaliar, as normas já existentes que esse CONAMA já produz, que meios
1137 técnicos financeiros eu tenho, que relatórios eu produzo, os números de relatórios de licenciamento, de
1138 fiscalização e etc, e se de fato com o monitoramento ao final está melhorando ou não está melhorando

1139 a qualidade dos recursos naturais. É meramente isso, é uma Resolução de um outro formato, digamos
1140 assim, que é de avaliação de gestão. Eu acho que seria só isso que eu queria. Obrigada.

1141

1142 **Hamilton Pereira - Secretário de Articulação Institucional e Cidadania Ambiental**

1143

1144 Muito obrigado. Eu passo a palavra para o Nilo Diniz acabou de chegar um pedido de vista.

1145

1146 **Nilo Diniz – Diretor do CONAMA**

1147

1148 Bom, sem prejuízo do debate, mas nós recebemos aqui à mesa um pedido de vista apresentado pelo
1149 Conselheiro titular do Ministério da Agricultura e Pecuária e Abastecimento, Elvison Nunes Ramos, que
1150 diz o seguinte. Venho me reportar à presidência do CONAMA no sentido de pedir vistas ao item 7. 4
1151 alterado para 7.1 que trata sobre a proposta de Resolução para estabelecimento de diretrizes gerais
1152 para definição e implementação de indicadores de aplicação e cumprimento de normas ambientais. O
1153 pedido em questão se fundamenta na necessidade do Mapa aprofundar o conhecimento sobre o tema,
1154 bem como verificar as possíveis interfaces entre a proposta acima referida e a política agrícola
1155 brasileira. Atenciosamente, Elvison Nunes Ramos.

1156

1157 **Hamilton Pereira - Secretário de Articulação Institucional e Cidadania Ambiental**

1158

1159 Bom, a mesa acolhe sem prejuízo do debate que pode haver em todo o tema e são abertas inscrições
1160 do plenário, por favor. Chico e depois Rosalvo.

1161

1162 **Francisco Iglesias - IMARH**

1163

1164 Francisco Iglesias. IMARH, esse é um fato, essa Resolução é uma das mais importantes desse
1165 Conselho. Nas vezes que fui representante aqui que foi até 2003, 2004, eu insistí muito com esse
1166 plenário junto com a avança também de termos indicadores ambientais. Por que? Porque sem os
1167 indicadores, não temos como medir políticas públicas. Não temos, não adianta. Você faz uma política
1168 e não estabelece os indicadores ou não tem os indicadores. Você não tem como saber se aquilo está
1169 dando resultado. E essa preocupação não só com as políticas públicas, a gente pode estender também
1170 com as resoluções do CONAMA. Principalmente a avaliação dos resultados que as Resoluções
1171 trazem. Inclusive as Resoluções, acredito eu, vão ter um impacto na formatação desses indicadores.
1172 Por que? Porque várias decisões que a gente toma aqui de alcance, as nossas decisões são de
1173 alcance nacional num território bastante amplo e multidiverso tanto cultural como ecossistemamente e
1174 nós não temos idéia de como isso resulta dentro desse universo, não temos infelizmente. Então isso aí
1175 seria um primeiro passo, esse conjunto de indicadores para se fazer esse estabelecimento. Eu queria
1176 juntar, eu vou continuar comentando, viu Presidente? Eu queria juntar com um pedido do Mapa o
1177 pedido de IMARH do pedido de vistas. Eu queria juntar junto com o pedido do Mapa o pedido do
1178 IMARH de vistas desse processo para a gente fazer uma análise. Uma das questões que eu queria
1179 colocar, eu queria fazer uma sugestão e a gente logicamente com um pedido de vistas a gente vai fazer
1180 isso, mas talvez uma tabela básica de indicadores. Por exemplo, um pessoal que fez dando uma idéia,
1181 por exemplo o indicador ambiental, quais seriam esses indicadores? Porque não tem na Resolução um
1182 anexo por exemplo com um exemplo dando exemplo de indicadores. Seria interessante ter até como
1183 elemento básico até para poder formatar o relatório de qualidade ambiental. Por exemplo, os
1184 indicadores de aplicação em cumprimento das normas ambientais. Dizer quais seriam esses
1185 indicadores. Indicador de entrada, quais são? Pelo menos estabelecer um roteiro para facilitar
1186 aplicação da norma e até para facilitar a leitura, que uma das características que o indicador tem é
1187 facilidade de leitura. Você comparar os indicadores e saber isso aqui está mais, está menos, isso está
1188 resultando nisso, eu sinto sempre o indicador que a gente tem no Brasil, praticamente é o indicador que
1189 a gente acompanha, tem vários outros que a gente tem, por exemplo, citarei dois aqui, o primeiro é a
1190 questão do desmatamento na Amazônia. O INPI é que fornece o indicador. Então você sabe se a
1191 política pública está correta ou não. Porque você tem um índice médio de desmatamento e se
1192 ultrapassa, não está funcionando. Então gera uma indisposição, um mal-estar na sociedade, a
1193 sociedade pressiona o Governo, e isso causa mudanças políticas de postura. No outro, por exemplo,
1194 nós temos no caso específico em Natal já há muito tempo tem esse indicador que é um indicador de
1195 qualidade, por exemplo, de água. Você já recebe ele na conta de água. Só que o leigo às vezes não
1196 tem capacidade de leitura. Precisaria ter um processo de explicação para aquele indicador. Ele não
1197 sabe por exemplo qual é a característica de nitrato que vai dar uma situação que é mais perigosa ou
1198 não. Estou dando esses dois exemplos e fazendo, por exemplo, esse tipo de sugestão que logicamente

1199 deve ser encaminhada no caso nosso específico para fazer essa sugestão também no sentido de
1200 termos pelo menos um conjunto aí de indicadores indicados que a gente poderia dizer que são
1201 palpáveis e vão servir para medir aspectos da situação ambiental, da situação de gestão na área
1202 ambiental a que nós podemos decidir. Muito obrigado.

1203

1204 **Hamilton Pereira - Secretário de Articulação Institucional e Cidadania Ambiental**

1205

1206 Obrigado Chico. Rosalvo com a palavra.

1207

1208

1209 **Rosalvo Oliveira Júnior - Ministério da Integração Social**

1210

1211 Rosalvo Júnior do Ministério da Integração Nacional. Senhor Presidente, como o senhor abriu para o
1212 debate, mas aí já há o pedido de vistas do MAPA, eu gostaria apenas de ponderar com os autores o
1213 artigo quinto dessa proposta de Resolução, que no meu entendimento ele mistura duas coisas que
1214 parecem ser possíveis de serem misturadas, que é o relatório de qualidade do meio ambiente do qual
1215 eu entendo que este Conselho deveria aprofundar o debate do RQMA, porque embora seja uma
1216 determinação legal, até hoje nós não temos um relatório de qualidade do Meio Ambiente, na realidade
1217 nós temos os geo recursos hídricos que saiu recentemente, é uma publicação que está aí que a ANA
1218 fez e está naquela estante de vidro que no meu entendimento é excelente como um primeiro relatório
1219 para discussão da qualidade e da quantidade de recursos hídricos e as políticas públicas vinculadas à
1220 melhoria ou não dessa qualidade e quantidade de recursos hídricos. Há em andamento o geoflorestas,
1221 se não me engano já está na sua redação final, e nós temos também aquele relatório que o Brasil
1222 produziu que foi o relatório do Governo Brasileiro para a conferência das Nações Unidas, a ECO 92, e
1223 eu sei que existe uma tentativa dentro do IBAMA de que você discuta efetivamente a RQMA. Só que a
1224 gente nunca teve pernas Sr. Presidente, a gente nunca " talvez não tenhamos gasto energia ", para a
1225 gente ter um RNPMA do Meio Ambiente, porque talvez isso pudesse expor a todos nós que
1226 trabalhamos na área de administração pública um desempenho maior ou um desenho menor. Então eu
1227 entendo e vou fazer uma emenda nesse sentido ao pessoal que trabalhou, que a intenção de vocês e aí
1228 a ementa para mim é muito clara e nem sempre as fpebpts são bem escritas, você escreve para falar
1229 especificamente, aí não há nenhuma discordância, com a definição de indicadores de aplicação no
1230 cumprimento de normas ambientais. Aí vocês vem bem até o artigo quinto, quando vocês escrevem
1231 que esse indicador faça parte do RQMA, nenhuma dúvida mas aí na frase final vocês dizem assim:
1232 "Bem como a definição de recursos ambientais a serem aferidos por esses indicadores. Aí eu já não
1233 concordo. Eu concordo com que o cumprimento das normas ambientais seja um dos indicadores da
1234 RQMA, mas não concordo que em 120 dias você vá definir quais são os recursos ambientais e quais
1235 são os indicadores que vão compor o RQMA, e aí dou um exemplo muito concreto e encerro a minha
1236 intervenção. Dos dois últimos anos eu fui da Câmara Técnica de Gestão Territorial e Biomas. Veja
1237 aqui, eu não sei se Mareto está aí, que é da ONG de Rondônia e nós estamos lá, para os senhores
1238 terem idéia, há dois anos discutindo, isso inclusive foi motivo de reunião extensa, há dois anos tentando
1239 discutir as diretrizes gerais para indicadores de gestão da zona costeira. Há dois anos. Se essa
1240 Resolução passa, que aí eu quero que em 120 dias eu defina quais são os indicadores que vão
1241 participar da RQMA, eu não vejo executabilidade nisso. Então, eu separaria a questão e entendo
1242 inclusive Senhor Presidente que essa seria uma grande contribuição deste mandato que a gente tivesse
1243 uma Resolução específica sobre RQMA, eu sei que a gente está mexendo o dedo na ferida e os
1244 indicadores de cumprimento das normas e tal, fosse um indicador de um conjunto de 20, 30, o Brasil
1245 definiu como os indicadores de desenvolvimento sustentável na sua segunda versão pelo IBGE em
1246 torno de, se não me engano, 40 ou 60 indicadores que está lá. Eu não estou me lembrando do número
1247 exato. Mas nós demoramos, isso vem desde 2001, demoramos mais de quatro anos para chegar nos
1248 40 ou 60, e você imagine que em 120 dias eu tenha que chegar a definição do RQMA do Meio
1249 Ambiente. Eu estou vendo ali o nosso companheiro de Minas Gerais que por sinal fez uma tese de
1250 doutorado excelente, e já distribuiu um livro aqui no CONAMA, fez inclusive um seminário em Belo
1251 Horizonte que eu estive presente excelente, que ele poderia até trazer o produto desse seminário e aí,
1252 Senhor Presidente, eu acho que você Silvia poderia nos liderar nisso, participar do grupo junto com
1253 Maria do Carmo de uma discussão dos indicadores que vão compor o RQMA e aí a gente prosseguir ia
1254 com essa Resolução que é uma Resolução específica de cumprimento das normas. Obrigado.

1255

1256 **Hamilton Pereira - Secretário de Articulação Institucional e Cidadania Ambiental**

1257

1258 Obrigado. Conselheiro Braga com a palavra.

1259
1260
1261
1262
1263
1264
1265
1266
1267
1268
1269
1270
1271
1272
1273
1274
1275
1276
1277
1278
1279
1280
1281
1282
1283
1284
1285
1286
1287
1288
1289
1290
1291
1292
1293
1294
1295
1296
1297
1298
1299
1300
1301
1302
1303
1304
1305
1306
1307
1308
1309
1310
1311
1312
1313
1314
1315
1316
1317
1318

Ricardo Braga – Secretaria de Meio Ambiente de Pernambuco

Ricardo Braga, Secretaria de Meio Ambiente de Pernambuco. Oito anos depois, voltando ao CONAMA. Eu lei essa proposta de Resolução e tenho a sensação de que pessoas muito competentes tiveram tanta preocupação com o problema que é um desafio mundial de indicadores ambientais e passaram a ter medo de escrever. E na realidade terminaram fazendo uma Resolução que me parece inócua. Ou seja, ela existir ou não existir não muda nada, sob o ponto de vista daquilo que a gente vai trabalhar, seja com RQMA ou com avaliação de eficácia de nossas normas ou procedimentos. É porque me parece que aqui nós temos alguns conceitos de termos essenciais como entrada, saída, o que é indicador, mas não fala sobre os indicadores. Na área florestal existem vários indicadores florestais. Taxa de cobertura florestal, índice de fragmentação. Na área hídrica também a gente tem tanto de qualidade como de quantidade n indicadores que a ANA usa e todos os órgãos de monitoramento e qualidade e vazão usam também e que são adaptadores de qualidade ambiental. Se a gente for para uma outra área, que é de solo, nós temos também uma série de indicadores ambientais. Na parte social, ou sócio ambiental, a coisa fica um pouco mais complicada, porque entra a diversidade do pensamento subjetivo, que é o pensamento sobre os próprios homens. Mesmo assim a gente encontra no IBGE um documento publicado com 50 indicadores sócio ambientais. E está lá o índice e qual é o indicador que você está trabalhando para ver a eficácia do instrumento que você está testando. E aqui a gente não vê isso. Aqui a gente não vê isso. E no artigo quinto que meu colega companheiro com ar de militância histórica, então tem que ser companheiro, coloca é a questão da confusão do RQMA com os indicadores. De fato é um relatório que nós todos estamos inadimplentes por vários anos não cumpridos na legislação e fazemos o nosso relatório seja no nível de estado ou do governo federal. Mas isso é independente dos indicadores que é uma questão metodológica. Então o que eu queria sugerir e apelar é que essas agregações dos pedidos de vista, essas sejam feitas junto com a equipe competente que é essa equipe que elaborou o documento, está certo? Não sei se foi a comissão jurídica que deu uma castrada aí na história, pelo riso aberto me parece que foi, mas acho que tem que repensar isso. Se for o caso, não fazer a Resolução.

Hamilton Pereira - Secretário de Articulação Institucional e Cidadania Ambiental

Muito obrigado, Conselheiro Ricardo Braga. Com a palavra, por favor, Conselheiro José Cláudio. Eu queria na com a permissão do plenário encerrar as inscrições na fala do Conselheiro José Cláudio.

José Cláudio Junqueira – Governo do Estado de Minas Gerais

Muito boa tarde, José Cláudio Junqueira, Governo do Estado de Minas Gerais. Inicialmente eu gostaria de cumprimentar a Sílvia Capeli e Maria do Carmo pelo trabalho que elas fizeram e realmente esse trabalho é muito mais completo do que está aqui nessa proposta, até porque eu pude participar de algumas reuniões do início desse trabalho tive condições de acompanhar. O trabalho eu acho que causou essa proposta uma série de confusões, porque realmente foram misturados alguns assuntos que já foram aqui citados. A proposta inicial e pela ementa a gente vê pela permanência da idéia de uma norma para implementação de indicadores de aplicação do cumprimento das normas e não de indicadores ambientais. É uma proposta baseada na norma americana da NBA com os indicadores com a metodologia muito clara de indicadores de entrada, indicadores de saída e indicadores de resultado, mas a norma, do meu ponto de vista ela peca quando ela define o indicador ambiental, porque não é o caso, ela tem que definir a norma para indicadores de avaliação de cumprimento da norma. E no caso de uma proposta de indicadores para avaliação da norma, não caberia mesmo listar os indicadores, não. Porque cada norma vai ter seus indicadores. Se eu quero saber se a CONAMA 357 está sendo bem aplicada, eu vou ter que ter indicadores específicos para aquela norma. Se eu quero saber se a de cemitérios está sendo aplicado, eu tenho que ter indicadores para aquela norma. Não vamos confundir indicadores ambientais com indicadores de implementação da norma. A própria proposta leva a essa confusão do eleitor porque ela define indicadores ambientais e depois como o Rosalvo e Ricardo bem colocaram aqui, no artigo quinto ela volta a confundir o eleitor porque o RQMA na verdade trata mais dos indicadores ambientais. Mas de toda maneira o que ficou faltando aqui na norma é quem define os indicadores. Essa que é a grande pergunta que ficou faltando. Porque eu sei que para cada norma nós vamos ter definição de indicadores, mas quem fará isso? Então, vai ser o Ministério do Meio Ambiente, vai ser o IBAMA, vai ser uma Câmara Técnica? Como é que vai ser isso? Isso que ficou faltando aqui. Eu tenho desejo de contribuir com o aperfeiçoamento dessa norma, eu acho que ela é importante, e aí então junto aos demais solicitantes de pedido de vistas apenas com

1319 esse intuito de enviar uma contribuição para melhorar. Eu acho que é uma norma muito importante e
1320 com um pouco de contribuição nós podemos realmente chegar lá mas a grande questão é essa, definir.
1321 Eu acho que pode avançar alguma coisa, como a norma americana avança, de dizer que os indicadores
1322 de entrada são os recursos humanos e até detalhar um pouco mais, mas eu queria falar para a Sílvia e
1323 Maria do Carmo que eu também acho que o artigo primeiro no item quatro tem uma pequena correção,
1324 quando põe indicador de saída e recursos institucionais. Os recursos institucionais são indicadores de
1325 entrada. Os produtos dele, só para os senhores terem uma idéia mais concreta, a norma americana, no
1326 caso da norma do licenciamento ambiental ela coloca como indicadores de entrada o número de
1327 funcionários, os equipamentos, computadores, carros para fiscalização ou para levantamentos e etc, e
1328 como indicador de saída o número de licenças processadas, mas de resultado é a efetividade daquele
1329 licenciamento. Então, agora para cada norma, eu tenho que ter meus indicadores. Agora, nós
1330 precisamos definir aqui e avançar quem vai definir os indicadores. Obrigado.

1331
1332 **Hamilton Pereira - Secretário de Articulação Institucional e Cidadania Ambiental**
1333

1334 muito obrigado, doutor Cláudio. A mesa considera que não houve mais inscrições. A mesa pergunta à
1335 Recurso Especial autoras, doutora Sílvia e doutora Maria do Carmo, se gostariam de reagir aos
1336 comentários e sugestões feitas para que possamos encerrar essa parte.

1337
1338 **Maria do Carmo de Lima Bezerra - ABEMA**
1339

1340 Eu havia pedido para falar em algumas outras intervenções mas eu acho que o doutor Junqueira que foi
1341 um membro do Grupo de Trabalho também, não do Grupo de Trabalho do CONAMA, mas desse
1342 grande trabalho que nós fizemos no âmbito do Instituto Planeta Verde onde pudemos aplicar essa
1343 metodologia, tanto no estado de Rio Grande do Sul quanto de Minas Gerais, o Junqueira teve uma
1344 participação muito importante e aqui em Brasília. Então, o que eu gostaria de explicar como ele colocou
1345 não cabe a gente fazer uma lista de indicadores e não confundir exatamente com a seqüência de
1346 indicadores aí de sustentabilidade, indicadores ambientais. São indicadores de cumprimento das
1347 normas. A própria norma que a gente escolheu para ser avaliada na sua própria confecção ela já diz
1348 quais são, o que tem que ser medida e o que dá a efetividade na qualidade do recurso. Uma norma
1349 sobre água ela tem lá exatamente os seus indicadores. Quando eu disse que aqui nós não estávamos
1350 acrescentando absolutamente nada e sim criando uma Resolução que vai dar metodologia de avaliação
1351 da gestão. É isso que eu acho que é a grande inovação em relação ao que o CONAMA tem praticado.
1352 E então mais uma vez seria criar uma quantidade de coisas a serem feitas e a gente de novo ficar com
1353 mais dívidas em relação ao que vem sendo feito. Em relação ao artigo quinto tão comentado, o prazo
1354 de 120 dias era exatamente para que o grupo coordenado pelo Ministério do Meio Ambiente, pudesse
1355 exatamente definir os indicadores no âmbito do SISNAMA juntando todos os gestores ambientais
1356 públicos que no caso são responsáveis pela aplicação das normas e em 120 dias criar essa
1357 metodologia, e não elaborar o relatório. E a outra coisa também, quando fala dos recursos naturais a
1358 serem escolhidos para esse relatório, é o seguinte, eu posso optar por fazer só, por exemplo, relatório
1359 sobre água. Então eu estaria falando sobre água e estaria elegendo duas ou três normas sobre as
1360 quais eu iria fazer a minha avaliação de cumprimento da norma. Então exatamente no sentido de não
1361 dar passos maior do que as pernas. Mais uma vez, se propor de uma vez só resolver todos os
1362 problemas do mundo e não dá conta de fazê-los. Nós somos tímidos em colocar, não, mas somos
1363 apenas previdentes como pessoas que já estiveram na gestão pública durante muito tempo. Em
1364 relação à questão exatamente na tentativa de que também saísse com mais tranquilidade essa
1365 Resolução, e que a gente pudesse inaugurar uma seqüência de resoluções, que essa fosse a primeira
1366 em que a gente testava e até poderia fazer outras sem querer de uma vez só resolver o problema do
1367 mundo e ficar aqui anos e não fazer algo que não seja viável de ser implementado. A outra coisa a ser
1368 dita, é que é viável fazer um relatório de qualidade ambiental, porque o estado de Pernambuco fez no
1369 ano passado um relatório de qualidade ambiental estadual, aplicando exatamente já um pouco dessa
1370 metodologia, e eu tive a oportunidade de trabalhar na confecção desse relatório. Então, nós estamos
1371 aqui tentando trazer uma experiência que foi feito um projeto piloto a você nível de Brasil envolvendo
1372 esses três estados, e foi feito um relatório de qualidade ambiental já testando um pouco essa
1373 Resolução mesmo antes dela ser feita. Eu acho que talvez eu resumisse nisso. Obrigado.

1374
1375 **Hamilton Pereira - Secretário de Articulação Institucional e Cidadania Ambiental**
1376

1377 Obrigado doutora Maria do Carmo, a mesa recorda ao plenário que se considerarmos que nós temos a
1378 data da próxima plenária do CONAMA para setembro, nós temos 30 dias para apresentação da

1379 proposta do parecer e mais 15 dias de prorrogação. Creio que temos aí o prazo bastante razoável para
1380 até quem sabe um acordo, quando essa matéria voltará à pauta para a votação da plenária. Muito
1381 obrigado e vamos passar adiante.

1382
1383 **Francisco Iglesias - IMARH**

1384
1385 Questão de esclarecimento.

1386
1387 **Hamilton Pereira - Secretário de Articulação Institucional e Cidadania Ambiental**

1388
1389 Pois não, ao microfone, por favor.

1390
1391
1392 **Francisco Iglesias - IMARH**

1393
1394 Para a gente evitar a situação que a gente viveu no Rio de Janeiro, eu já estou perguntando à mesa
1395 que é a questão do prazo, porque lá no regimento a gente teve que discutir a partir da data que o
1396 Conselheiro recebe a matéria ou a partir da data que ele faz o pedido? Porque lá está à matéria.
1397 Exatamente. Então a gente tem que colocar isso, porque nós tivemos problema nesse que nós vamos
1398 analisar hoje e que já tem todos tem relatório de pedido de vistas que nós pedimos. Então só
1399 colocando essa questão porque senão na realidade se o Conselheiro vai receber a matéria daqui dez
1400 dias, ele na realidade ele só vai ter contato que o grupo discutiu com o processo, ele perdeu dez dias de
1401 30. Então só tentarmos esclarecer isso, eu acho que é mais importante é a partir e respeito o prazo do
1402 Conselheiro, porque está todo mundo falhando sobrecarregado de contar os 30 dias a partir da data de
1403 recebimento pelo Conselheiro. Lógico, que por exemplo, se tiver Conselheiro que recebeu há três dias
1404 vai contar um prazo maior do que o que recebeu por último.

1405
1406 **Hamilton Pereira - Secretário de Articulação Institucional e Cidadania Ambiental**

1407
1408 Obrigado Conselheiro Chico.

1409
1410 **Nilo Diniz – Diretor do CONAMA**

1411
1412 OK, olha só para esclarecer, Francisco Iglesias, Conselheiro, hoje em dia a gente fala assim,
1413 antigamente era Chico Blue, mas é o seguinte. Esse é outro detalhe, daqueles que a gente se for aqui
1414 discutir vai levar tempo e não é o caso. Mas acontece que alguns, esse é um processo pequeno, que
1415 nós temos condição e já estou com a confirmação da secretaria aqui do CONAMA que amanhã mesmo
1416 vai ser disponibilizado já para o Ministério da Agricultura, Governo de Minas Gerais, e IMARH, são os
1417 três que pediram vistas dessa matéria, e então nós vamos já disponibilizar amanhã. Mas veja bem,
1418 porque esse é um processo singelo, pequeno. Mas nós temos tido casos de matérias que tem
1419 processos muito grandes, que só de ter que tirar cópia de todo esse processo já me corta o coração,
1420 ainda mais se for pensar em prazos. Então veja bem, qual é o princípio que a gente tem procurado
1421 adotar? No momento em que a gente disponibiliza o processo no site do CONAMA, e dá a conhecer ao
1422 Conselheiro que fez o pedido de vistas, a gente já considera que pode contar a partir dali, porque
1423 graças à Deus e a tecnologia hoje praticamente 100% dos Conselheiros têm acesso aos meios digitais,
1424 de computador e Internet, certo? Tirando talvez a Comunidade Científica que o Ministério da Justiça e
1425 FUNAI estão tratando também de informatizar as comunidades indígenas, certo? Mas mesmo nesse
1426 caso eu acho que a gente não deixa de fora nenhum representante de comunidade indígena, e portanto
1427 o ideal para a gente é considerar isso. No momento em que a secretaria disponibiliza no site e
1428 comunica ao Conselheiro que pediu vistas a gente começa a contar o prazo e aí quando o processo é
1429 pequeno a gente tira cópia de tudo e manda na mesma data para o Conselheiro poder trabalhar.
1430 Quando são processos muito grandes, aí fica difícil da gente tirar cópia de tudo isso e mandar para o
1431 Conselheiro. Às vezes pode ter um intervalo de tempo, mas vale o momento em que a gente coloca no
1432 site e comunica. Correto? Temos acordo quanto a isso? Conselheira Zuleica. Nesse caso aqui,
1433 amanhã a gente disponibiliza. E está me lembrando aqui a doutora Denise que são 30 dias corridos,
1434 prorrogados por mais quinze também corridos.

1435
1436 **Francisco Iglesias - IMARH**

1437

1438 Isso é Correto. O caso em específico, por exemplo, nós tivemos um problema com a taxa de óleo e
1439 graxa. Então por exemplo, nós fizemos um pedido, foram onze solicitantes, ficaram dez entidades
1440 ambientalistas e mais o Ministério das Minas e Energia e fizemos um acordo que seriam mandados só
1441 dois processos, um para APROMAC e outro para o IMARH. Quer dizer, a gente já tentou já reduzir a
1442 questão ecológica e econômica da xerox, mas, por exemplo, nós tivemos um problema. Eu tive a
1443 oportunidade, eu não tive em mãos o processo, quem recebeu foi a Vera que está no Maranhão, e eu
1444 estou em Natal. E nós tivemos um problema, por exemplo, de alguns documentos que estavam em um
1445 processo que não estavam no site e você só pode às vezes fazer essa comparação de documentos
1446 importantes que é o caso dos dois relatórios do IBAMA, que não estavam no site e que são relatórios
1447 importantes nessa discussão desse assunto. Então às vezes o documento escrito é importante porque
1448 você pode analisar inclusive, eu normalmente baixo tudo do site e faço esse trabalho. Mas eu acho que
1449 a gente pode tentar sempre ter um acordo em cada caso. Se o negócio for grande, a gente tenta fazer
1450 um acordo aí em que permita essa dilação de prazo, por exemplo, de mais uma semana. É uma
1451 questão de acordar aqui junto com o plenário.

1452

1453 **Nilo Diniz – Diretor do CONAMA**

1454

1455 Só para completar, no caso de um documento que é disponibilizado no site, mas não inteiramente o
1456 processo, aquele que está faltando a gente envia também para o parecerista.

1457

1458 **Hamilton Pereira - Secretário de Articulação Institucional e Cidadania Ambiental**

1459

1460 OK. Obrigado, Conselheiro. Encerramos aqui esse ponto e passamos imediatamente ao ponto
1461 seguinte, que é o ponto 7.1, proposta de Resolução que dispõe sobre o descarte contínuo de água de
1462 produção em plataformas marítimas de petróleo e gás natural. O processo sob número
1463 02000.00344/2004-86. Padrões de emissão de óleos e graxa em plataforma marítima de exploração
1464 de gás e petróleo. O interessado é o IBAMA. A procedência é a décima nona Câmara Técnica de
1465 Controle e Qualidade Ambiental, em nove e dez de maio de 2006, e 30ª. Câmara Técnica de Assuntos
1466 Jurídicos em dezessete e dezoito de outubro de 2006. É a proposta de Resolução. São dois
1467 pareceristas. É o IMARH e o Ministério de Minas e Energia. Pela ordem. O Conselheiro José Carlos
1468 do Ministério de Minas e Energia.

1469

1470 **José Carlos Gomes Costa – Ministério de Minas e Energia**

1471

1472 Boa tarde, sou José Carlos do Ministério das Minas e Energia. Bom, quem teve curiosidade de ver o
1473 parecer do Ministério no site do CONAMA, foi relativamente simples, não foi aqueles que
1474 pesou copiar ou algo parecido, mas basicamente de reforço ao trabalho já feito pela Câmara Técnica e
1475 doutor Cláudio já falou em outros plenários do esforço que foi feito na realização dessa Resolução,
1476 lembrando apenas, fazendo comentário em cima do que o outro pedido de vistas declarou, e lembrar a
1477 todos que a comunidade científica se fez representar assim lá na execução da Resolução, porque eu
1478 ainda considero a comunidade científica a PUC do Rio de Janeiro, eu ainda considero o IPT como
1479 membro da comunidade científica, eles estiveram presentes fora que, alguns podem achar suspeito,
1480 mas o maior centro de pesquisas do país, que é o CENPS voltado para isso, também esteve presente.
1481 Fora o próprio quadro técnico da Petrobrás, óbvia interessada nessa norma e que contou com a
1482 contribuição de não só do suporte técnico, o Ramires gerente de suporte técnico da Petrobrás que está
1483 aqui presente para o esclarecimento que for necessário, está também o Eduardo Plate da área de
1484 toxicidade da necessidade dessas áreas residuais e em especial, porque parece que a concentração da
1485 discussão vai ser em torno do indicador, se é 29, se é 40, se é 100 ou algo parecido, nós trouxemos
1486 aqui que é doutora Irene Gabardo que é phd, título de phd de exatamente sobre algo em plataforma.
1487 Ou seja, a condição técnica que existiu foram feitas várias reuniões, seis ou sete reuniões, o doutor
1488 Cláudio poderá precisar isso, o assunto foi discutido amplamente, algumas das propostas apresentadas
1489 pelas ONGs que também pediram vistas não tem suporte na legislação, também vamos discutir isso no
1490 momento adequado do artigo e para nós como governo, até a Petrobrás e as empresas fica difícil ter
1491 liberdade que as ONGs têm de não precisar respeitar a legislação do país, nós somos obrigados a
1492 respeitar, e então a gente, se existem tetos dizendo como proceder nos casos, nós somos obrigados a
1493 atender isso aí. E fora que outros considerandos que eu acredito que a gente possa fazer numa
1494 discussão, na discussão do texto da norma. Eu acredito que seria isso aí como defesa e obviamente o
1495 Ministério das Minas e Energia, como fez na reunião anterior defenderá a exaustão dos seus
1496 documentos que o texto tal qual veio da Câmara Técnica seja respeitado na sua íntegra. E vejo também
1497 com muita preocupação os especialistas aqui presentes discutindo indicadores se é 20 miligramas, 21

1498 miligramas, 39 miligramas, eu tenho preocupação com esse tipo de discussão aqui que já foi
1499 alargamento feita e analisada pelos técnicos e cientistas que estiveram na Câmara Técnica
1500 correspondente. Muito obrigado.

1501

1502 **Hamilton Pereira - Secretário de Articulação Institucional e Cidadania Ambiental**

1503

1504 Muito obrigado doutor José Carlos. Conselheiro Chico Blue com a palavra.

1505

1506 **Francisco Iglesias - IMARH**

1507

1508 Eu pensei que o representante do Ministério das Minas e Energia fosse falar do parecer dele, mas ele
1509 gostou mais do nosso, então ele falou do nosso, gostei. Agora estou com dificuldade de entender o que
1510 as ONGs não Respeitaram. Ou entendi mal? Eu também tive dificuldade de entender isso que o
1511 senhor falou ao microfone, porque nós não somos cidadãos e não respeitamos as leis? Gostaria que o
1512 senhor explicasse essa declaração, porque eu não entendi a postura. Porque eu acho que se você vai
1513 defender uma tese você pode até por respeito a gente espera as pessoas exporem a tese dela, apesar
1514 de todo mundo receber por escrito para depois atacar a tese que a pessoa está definindo. É uma
1515 questão de uma respeitabilidade dentro do Conselho que a gente tem que ter. Aí eu não expus nem as
1516 teses que a gente estava colocando, mas já fomos criticados. Isso é muito bom, significa que nós
1517 estamos conseguindo incomodar, no bom sentido, um setor. Lógico, eu sei que Minas e Energia
1518 representam muito bem no sentido de traduzir às vezes até muito mais os interesses da indústria
1519 produtiva, desculpe produtiva, eu já escutei hoje a discussão da produtividade, mas da indústria
1520 petrolífera, por exemplo. Então eu queria colocar que o nosso relatório foi baseado no seguinte. Nós
1521 analisamos todo o processo, fizemos uma pesquisa para podermos colocar o nosso relatório, ele é um
1522 relatório de mais ou menos quatro páginas. Ele foi baseado, vou falar do meu relatório e depois vou
1523 falar do relatório do companheiro até para respeitar a minha coerência. Nesse sentido a gente colocou
1524 que nós analisamos todos os documentos, eu já relatei aqui até na questão da discussão que a gente
1525 teve sobre o pedido de vistas que houve um problema de acesso a alguns documentos que não
1526 estavam nem no processo e documentos que não estavam no site. Por exemplo, no processo faltou o
1527 relatório da primeira reunião que definiu o escopo. Então, depois o pessoal de apoio da Secretaria
1528 Executiva do CONAMA eu reclamei e eles me arrumaram o documento. E no site faltaram os dois
1529 documentos que eu estou aqui em mão, que são os documentos do IBAMA que são documentos
1530 importantes inclusive para os Conselheiros poderem analisar melhor isso que faltaram. Depois nós
1531 fizemos uma ampla pesquisa dessa questão da legislação que tem a nível internacional, você realmente
1532 tem legislações específicas tanto da EPA quanto da Agência Norte Americana de Proteção Ambiental,
1533 como também da Organização de Empreendedores de Plataformas Marítimas do Reino Unido. Que
1534 foram o que citaram, foram baseadas essa normatização, essa tentativa de normatização. Lemos todos
1535 os relatórios, as atas inclusive é bom citar que elas foram bastante positivas, porque colocou as
1536 divergências que existiam para ter uma idéia, o IBAMA manteve uma defesa dos 20 PPM, partes por
1537 milhão do lançamento de óleo. Houve uma primeira proposta da ANP de 25, tentando fazer uma
1538 mediação, eu acho que na penúltima ou na quarta ou quinta reunião, e depois houve um acordo de se
1539 trabalhar com 29 PPMs, a partir de uma proposta de uma análise de uma proposta de estudo que foi
1540 apresentada, não, na realidade o estudo foi apresentado na Câmara Técnica. A partir de uma proposta
1541 colocada pela ANP junto com a Petrobrás para a Câmara Técnica. Então a Câmara Técnica pediu mais
1542 um estudo, que foi feito. E, a partir desse estudo, a Câmara Técnica decidiu pelos 29 PPMs, sem levar
1543 em consideração vários aspectos importantes. Por exemplo, vamos citar um exemplo. A questão de
1544 distância de áreas ambientalmente sensíveis, eu critico e já critiquei isso aqui várias vezes. Naquela
1545 discussão de ETE, eu inclusive fiz uma proposta que tem que ter uma definição clara do que é área
1546 ambientalmente sensível, porque fica um buraco na legislação. A lei específica, a desculpem se eu
1547 errar o número que é a lei de óleos é que foi feita em abril de 2000, se não me engano, ela fala também
1548 em área ecologicamente sensível, mas dá uma definição, mas não dá os critérios do que seja isso. É
1549 uma deficiência que tem a lei e é uma deficiência que tem nossas resoluções. O que acontece? A
1550 primeira proposta de motivação que a gente fez foi alterada a palavra descarte para alijamento. Por
1551 que essa modificação? Porque todas as convenções que falam sobre poluição do mar, poluição de
1552 óleo e tudo, a palavra em português é alijamento, não descarte. Alijamento significa jogar algo no mar.
1553 E descarte significa jogar cartas, então nós não estamos fazendo pôquer aqui com a questão marinha.
1554 Então a palavra correta que está na LC que é a convenção inclusive de alijamento de resíduos no mar,
1555 a LC 72 é alijamento, a própria lei 9000 sobre o óleo, ela é também específica, a lei 99666, de 22 de
1556 abril de 2000, ela usa a palavra alijamento. Então foi a primeira sugestão que a gente fez para a
1557 Resolução no sentido dela se adequar. Aí incluímos algumas motivações nos considerandos, no

1558 sentido de colocar que nós estamos trabalhando com mar. Esses dois considerandos que a gente
1559 colocou são considerandos, se for possível colocar na tela os considerandos que estamos sugerindo,
1560 são da própria convenção, convenção sobre prevenção da poluição de alijamento de resíduos concluída
1561 em 29 de dezembro de 72. Esses dois que a gente colocou, exatamente tem mais dois específicos da
1562 capacidade dos oceanos. E aí a gente coloca a questão exatamente "Considerando que o meio marinho
1563 e organismos vivos que mantém são de importância vital para a humanidade e que a todos interessa
1564 assegurar que seja a que não sejam prejudicados, nem sua qualidade e nem seus recursos.
1565 Considerando que a capacidade do mar de assimilar os resíduos e torná-los inócuos, bem como suas
1566 possibilidades de regeneração de recursos naturais não são ilimitados. Quer dizer, nós aqui não
1567 podemos raciocinar que os recursos do mar são ilimitados. Nós já temos esse conhecimento, é um dos
1568 primeiros paradigmas de toda a ciência ecológica, que o mundo é finito, a gente mora num mundo finito.
1569 Esses dois considerandos vieram direto do texto dessa convenção nossa que o Brasil é signatário. E
1570 na discussão específica, por exemplo, da TOG, nós colocamos vários aspectos no sentido que a partir
1571 da análise do relatório do IBAMA, você já está caminhando para as taxas de óleo e graxa com um nível
1572 da taxa extremamente baixo. Por exemplo, eu tenho aqui o texto do IBAMA que inclusive foi feito para
1573 a 020 e tenho também o que foi feito para essa Resolução. Para se ter uma idéia dessa redução, no
1574 ano de 1997, pelo número de instalações no Reino Unido, eu vou usar o parâmetro do Reino Unido e
1575 depois nós podemos entrar no Brasil, nós temos que, a mais ou menos 64 plataformas que eles citam,
1576 citam o número de toneladas e eles já estavam trabalhando com o índice de 25 PPMs, isso em 97. Em
1577 99 o índice já estava em 21, 67 e existe já uma preocupação de caminhar para zero. A própria indústria
1578 petrolífera está caminhando nesse sentido para zero. E existe, por exemplo, uma outra questão que
1579 lançamentos a partir de 100 PPMs já são considerados relatados como derramamento de óleo. Nesse
1580 sentido, porque você a cada percentual nosso de produção, por exemplo, de água produzida no Brasil
1581 sem considerar instalações de mais cinco plataformas na bacia de campos, nós temos hoje uma
1582 produção de 53 milhões de metros cúbicos. De toneladas, vamos dizer assim, de água processada por
1583 ano. Significa mais ou menos quatro milhões e meio por mês, eu estou fazendo aproximado e 150 mil
1584 por dia. Isso representa mais ou menos hoje atualmente, um lançamento de mais ou menos, se a taxa
1585 é 20 que considerando que a Petrobrás está respeitando a taxa ou a Petrobrás e a indústria petrolífera
1586 está respeitando a taxa, nós vamos ter mais aí um lançamento de 1200, cerca de 1060 metros cúbicos
1587 de óleo no mar todos os anos, sem contar o aumento. Se nós aumentarmos para 29, nós vamos
1588 aumentar em cerca de mais 500, cerca de 500 metros cúbicos de lançamento, sem contar o incremento
1589 de crescimento da indústria. Então, nós colocamos também nessa questão da taxa, colocamos que se
1590 você trabalha há 21 anos com a taxa de óleo que foi 20 PPMs, porque você vai aumentar para 29
1591 PPMs, se a própria indústria já se adaptou em tese e ela está adaptada a 20 PPMs. Eu acho que o
1592 CONAMA, ele tem que verificar que ele tem lançar desafios. Se a gente pegar o PROCONVE
1593 Programa de Controle de Veículos, ele na época assustou a indústria automobilística, mas foi um
1594 desafio que ela teve que encarar. Então nós estamos propondo um desafio que não é um desafio
1595 porque nós estamos mantendo a taxa de 20 PPMs a proposta nossa e o desafio é que daqui seis anos
1596 ou sete anos nós fizemos uma primeira modificação, ela passa a ser dez, e daqui mais 12 anos ela
1597 passa a ser zero. A própria Petrobrás está trabalhando e no relatório ela já está trabalhando para zero.
1598 Eu coloquei no slide, é zero positivo. Eu não sei como a gente chama em português quando a gente
1599 apresenta os slides no...

1600

1601 **Hamilton Pereira - Secretário de Articulação Institucional e Cidadania Ambiental**

1602

1603 Eu pediria para concluir.

1604

1605 **Francisco Iglesias - IMARH**

1606

1607 Tá. Eu estou tentando reduzir, porque seria mais demorado. Aí esse slide demonstra a preocupação
1608 que a Petrobrás, aceitando o desafio de tentar zerar a taxa de óleo e graxa, que tem um efeito
1609 extremamente negativo em oceanos. A outra questão que a gente colocou foi o aumento da distância
1610 que existe entre áreas ambientalmente sensíveis com as plataformas. O lançamento aqui foi colocado
1611 um quilômetros e o que acontece é que durante a discussão do grupo não foi apresentado nenhum
1612 estudo aqui no processo sobre essa distância, nada que justificasse essa distância. Então, por um
1613 princípio até de precaução, de respeitar essa questão dessas áreas que são áreas extremamente
1614 sensíveis também às áreas ambientalmente sensíveis e às unidades de conservação, nós
1615 acrescentamos as unidades de conservação. Nós sugerimos no caso para unidades de conservação
1616 10 quilômetros, porque não tem nenhum estudo provando a questão de mil metros, e porque não pode
1617 ser dez quilômetros nesse mar imenso? E colocamos cinco quilômetros para áreas ecologicamente

1618 sensíveis. A outra proposta que a gente fez baseada, viu Senhor Presidente? Eu até queria colocar
1619 porque pela importância e complexidade do tema, eu vou tentar até encurtar as minhas colocações,
1620 porque o tema é complexo.

1621

1622 **Hamilton Pereira - Secretário de Articulação Institucional e Cidadania Ambiental**

1623

1624 O tema é complexo e queria reiterar o esforço de síntese.

1625

1626 **Francisco Iglesias - IMARH**

1627

1628 Pois é, porque as modificações foram feitas nesse sentido. No caso específico por exemplo dos outros
1629 elementos que são jogados e outras substâncias que são jogadas pelas plataformas, a gente
1630 apresentou restrições, a gente até cortou, na verdade nem proibiu, cortamos daquelas que seriam do
1631 artigo em que nós, na realidade, tínhamos que dizer perempitoriamente que deveríamos proibir, que
1632 está proibido nessa convenção de alijamento de resíduos que é mercúrio e o cádmio que são proibidos
1633 e inclusive óleo também é proibido jogar. Então, nós fizemos uma sugestão nesse sentido, devemos
1634 acrescentar essa sugestão de proibição. E também a questão que poderíamos discutir que é a questão
1635 de elementos radioativos que também é proibido pela convenção de alijamento de resíduos. E
1636 terminando, nós colocamos dois novos artigos. Um artigo que nós podemos também discutir e
1637 negociar, por favor, lá no artigo 12, em que a gente coloca a questão de estabelecer que acima daquele
1638 índice de 20 PPM deveria ser colocado, "o empreendedor deverá elaborar imediatamente um plano de
1639 contingência para adequação dos níveis máximos estabelecidos por essa Resolução no menor prazo
1640 possível, devendo o órgão ambiental competente exigir sua imediata aplicação." Aqui nós entendemos
1641 que nós podemos até fazer uma motivação no sentido de estabelecer esse índice de 100 PPMs como
1642 um índice adequado para se estabelecer um plano de contingência e por último nós colocamos um
1643 artigo que é esse novo artigo que os dois são novos e acrescenta, vamos dizer, a obrigatoriedade da
1644 divulgação dos relatórios que não existe nenhuma obrigatoriedade nesse sentido. Então eu queria
1645 agradecer a atenção de todos, é um assunto que demanda nossa compreensão, e eu acho que nós
1646 temos que colocar propostas desafiadoras para a indústria, para que ela possa realmente contribuir
1647 para que não destruamos o planeta e nossa casa terra.

1648

1649 **Hamilton Pereira - Secretário de Articulação Institucional e Cidadania Ambiental**

1650

1651 Obrigado, Conselheiro Chico blu. Vamos encaminhar alguma uma rodada de esclarecimentos e vamos
1652 passar a palavra para o Presidente da Câmara Técnica, o Conselheiro voum ei para que ele se
1653 pronuncie.

1654

1655 **Volney Zanardi Júnior - MMA**

1656

1657 Boa tarde a todos e todas, senhoras Conselheiras e senhores Conselheiros. Essa matéria é uma
1658 matéria que já vem há algum tempo em discussão na Câmara Técnica. Houve na Câmara Técnica uma
1659 discussão e praticamente todos os representantes quase unanimidade foram ao encontro da proposta
1660 de 29 miligramas por litro. E com todo esse processo tomando posse na Câmara Técnica semana
1661 passada, foi fruto de uma longa discussão, eu consultei o nosso representante, o Conselheiro Reis para
1662 o doutor Cláudio Alonso fazer um rápido relato sobre esse processo da série de procedimentos e
1663 estudos que foram desenvolvidos no âmbito da Câmara Técnica que subsidiaram esse
1664 encaminhamento.

1665

1666 **Hamilton Pereira - Secretário de Articulação Institucional e Cidadania Ambiental**

1667

1668 Obrigado, doutor Cláudio.

1669

1670 **Cláudio Alonso – Governo do Estado de São Paulo**

1671

1672 Cláudio Alonso, São Paulo, representando, acho que houve alguma confusão aqui, o doutor Pedro
1673 Ubiratan que está como Conselheiro de São Paulo. São Paulo presidia esta Câmara, por isso que fui
1674 solicitado a fazer algum esclarecimento, na época em que essa norma foi discutida. Nós intervimos
1675 bastante, porque não tínhamos preocupações outras a não ser nos basearmos de forma estritamente
1676 técnica na tomada de decisão. Do Grupo de Trabalho veio uma proposição conforme manda o
1677 regimento do CONAMA, não houve acordo no Grupo de Trabalho e houve uma proposição apresentada

1678 à Câmara com uma divergência conforme manda o regimento do CONAMA, e a grande divergência era
1679 se o padrão de lançamento seria 20 ou 29 miligramas por litro. Muito bem. Eu lembro me que fui eu
1680 que fiz essa proposta, e antes da proposta eu fiz três indagações. Eu acho que é importante a plenária
1681 tomar conhecimento do refinamento técnico a que se chegou nessa decisão, para que possa tomar a
1682 decisão que achar mais conveniente. Primeiro, o primeiro questionamento foi se esses padrões
1683 propostos, sejam quais forem eram baseados em dano a biota. Foi unânime que não. Quem propunha
1684 20 e quem propunha 29 propunha esses valores não como dano a biota. A segunda pergunta que eu
1685 fiz foi a seguinte. Existe possibilidade de acumulação de óleo no mar, uma vez lançado dessa maneira
1686 e não óleo puro, inato, se havia essa possibilidade. Ficou bastante claro que é uma decomposição
1687 fotoquímica de grande parte do óleo e portanto a acumulação do óleo no mar é baixíssima e não foi
1688 levada em conta também. Muito bem. Então o que nos restava? Decidir se era 20 ou 29. Baseada
1689 em que? Eu não gosto e não participo do mercado persa onde eu fico regateando preço, eu acho que é
1690 um horror isso. Ou a gente tem uma base científica para tomada de posição ou não. Muito bem. Era
1691 20 ou 29. Existe tecnologia e conhecimento suficiente para que a gente possa esclarecer isso. Então,
1692 a solicitação que fizemos foi qual? Vamos rodar o modelo a 20 e outro modelo a 29. E não outros
1693 valores que não estavam propostos. Colocamos esses dois. A diferença entre os dois. Foi feito o
1694 modelo, a Câmara foi suspensa, um mês depois analisamos esse modelo. As diferenças entre os
1695 modelos eram pífias. Diferenças numéricas obviamente há, mas as diferenças numéricas é preciso ver
1696 se ambientalmente elas são sensíveis ou não? Então nós, baseados no modelo que dava uma
1697 diferença, vou dar um resumida bastante grande. Com um valor atingia-se o valor de qualidade a 60
1698 metros do ponto de lançamento, um outro valor de 90 metros julgamos que essas diferenças eram
1699 suficientemente pequenas para que se optasse por um valor mais baixo e por isso que a posição da
1700 Câmara baseada em modelo foi essa a posição que foi apresentada aqui. Então foram esses os que
1701 reservaram a essa proposição. Entendo que o modelo é peça científica decisiva na tomada de posição.
1702 Isso não significa que não se possa tomar uma posição de 20. Apesar do modelo eu quero ser mais
1703 rigoroso. Essa posição é uma posição política mesmo. A parte técnica que eu estou dispondo que dá
1704 sustentação a uma tomada de decisão. Então existem duas proposições, nós analisamos as duas, e a
1705 opção foi por um valor mais alto porque os modelos davam diferenças extremamente pequenas. Foi
1706 por isso a tomada de decisão. Agora, se tecnicamente, se politicamente se achar que devemos ser
1707 mais rigorosos, 20 é o valor mais adequado.

1708
1709 **Hamilton Pereira - Secretário de Articulação Institucional e Cidadania Ambiental**

1710
1711 Muito obrigado, doutor Cláudio. Com a palavra, doutora Adriana, Conselheira do IBAMA .

1712
1713 **Adriana Maximiano – IBAMA**

1714
1715 Boa tarde a todos. Sou Adriana, Conselheira suplente do IBAMA. Como parte interessada nesse
1716 processo, vim aqui fazer um relato sobre como os trabalhos foram conduzida e qual é a opinião e
1717 segurança do IBAMA a respeito da idéia dos comitês gestores frente a essa norma que agora se
1718 apresenta aos senhores. O IBAMA foi incansável na discussão e na proposição de qualificação das
1719 discussões desta Câmara Técnica. Notas técnicas foram apresentadas tanto ao Grupo de Trabalho
1720 quanto à Câmara de Controle e Qualidade Ambiental. Os nossos dados de fiscalização de longos anos,
1721 numa série histórica foram apresentados para dar suporte aos nossos questionamentos, incidimos
1722 muito sobre os valores que incorriam na Resolução 20, como aos senhores foram colocados que há 20
1723 anos estava em vigor e ao longo do processo das várias disposições que se fizeram, fomentamos muito
1724 de dados complementares da discussão e ao longo delas fomos convencidos e não vencidos da
1725 inviabilidade do valor proposto dessa norma que é de 29 PPMs e no máximo de 42 PPMs. Então, como
1726 o doutor Alonso já colocou não me estendendo e demandando a atenção dos senhores por mais tempo,
1727 os dados toxicológicos e modelos matemáticos e necessários que foram apresentados na Câmara
1728 Técnica e no Grupo de Trabalho fizeram com que o IBAMA viesse a compreender a viabilidade e
1729 possibilidade de gerir essa matéria com esses valores máximos propostos nessa norma. O nosso
1730 entendimento é que custo benefício para a retirada desses 9 PPMs da água residual não implicariam
1731 em maior segurança à gestão dessa matéria. E vale também lembrar que o texto na sua íntegra
1732 continua permitindo ao IBAMA instrumentos necessários de gerenciamento da matéria quando assim
1733 se fizer necessário em áreas ecologicamente sensíveis onde esses valores poderão ser revistos e são.
1734 Existe uma série de procedimentos e requerimentos de licenciamento que estão em curso onde o
1735 IBAMA entende que são áreas de sensibilidade em que o lançamento deve ser nulo, mas há a
1736 possibilidade de que esses instrumentos sejam identificados no país. Fico à disposição para
1737 informações adicionais. .

1738
1739
1740
1741
1742
1743
1744
1745
1746
1747
1748
1749
1750
1751
1752
1753
1754
1755
1756
1757
1758
1759
1760
1761
1762
1763
1764
1765
1766
1767
1768
1769
1770
1771
1772
1773
1774
1775
1776
1777
1778
1779
1780
1781
1782
1783
1784
1785
1786
1787
1788
1789
1790
1791
1792
1793
1794
1795
1796
1797

Hamilton Pereira - Secretário de Articulação Institucional e Cidadania Ambiental

Obrigado, doutora Adriana.

Nilo Diniz – Diretor do CONAMA

Só aqui auxiliando um pouco o companheiro, nós a rigor já estamos entrando pelo debate por esses esclarecimentos que foram feitos, nós ouvimos os Conselheiros que apresentaram vistas e que apresentaram pareceres com emendas a serem apresentadas na Resolução. E ouvimos também esclarecimento de integrantes da Câmara Técnica que acompanharam o debate e participaram do debate na Câmara Técnica e que esclareceram um pouco como é que se chegou exatamente à Resolução na forma em que foi aprovada pela Câmara Técnica. O procedimento agora seria o seguinte. Algum esclarecimento de caráter mais geral que o plenário ainda demande, nós vamos ouvir mas em seguida já passaria para a primeira coisa, votação do texto base sem prejuízo das emendas, que aí a maioria pelo menos os Conselheiros já conhecem o procedimento e não há nenhum prejuízo para as emendas que estão, principalmente no parecer do IMARH, mas a gente vota o texto básico e depois vamos ver a Resolução desde os considerandos até o último artigo ponto a ponto, quais são as emendas que então serão debatidas e votadas por esse plenário. Então, se todos estão entendendo bem, quer dizer, nós ainda temos uma fase aqui que a gente pode abrir para algum esclarecimento de caráter mais geral, entende? Breves. Porque aí a gente passa em seguida para a votação do texto base e discussão de emendas em seguida. Só essa a orientação para a gente não ficar ansioso, porque não vamos votar alterações nessa fase, nós estamos numa fase apenas de esclarecimento para depois votar texto base e discutir emenda a emenda.

Hamilton Pereira - Secretário de Articulação Institucional e Cidadania Ambiental

Doutor Mário Gizi com a palavra, por favor.

Nilo Diniz – Diretor do CONAMA

Antes do doutor Mário, tem mais algum Conselheiro que queira intervir nessa fase de esclarecimento geral? Francisco Iglesias, o Rosalvo, o doutor Ubiraci. Mais algum Conselheiro nessa fase? Então nós vamos recolher essas inscrições e após a fala do doutor Ubiraci nós já entramos na votação do texto base.

Mário Gizi – Ministério Público Federal

Boa tarde. Sou Mário do Ministério Público Federal. E de fato estamos aqui enfrentando mais uma Resolução que traz no seu bojo alguma polêmica invasão justamente de um avanço na poluição, que na verdade nós acabamos de receber o relato e após 20 anos em vigor uma Resolução que estabelecia o limite de 20 PPMs, e hoje infelizmente quando se falou tanto aqui em avanços técnicos, recursos tecnológicos, nós estamos falando em aumento do percentual de alijamento de óleo no mar. E não falamos em poucos números. O companheiro Iglesias aí já pode trazer alguns aspectos que representam aí em torno de um milhão e 500, o que hoje é alijado nas condições em que se encontram, empresas estrangeiras que hoje estão autorizadas a produzir, a extrair petróleo no Brasil, estão recebendo de mão beijada com essa pretensão de receber de mão beijada uma maior facilidade ou menor custo, vamos dizer assim, na produção do seu petróleo e com seus lucros encaminhados para fora do Brasil deixando enfim como já tem acontecido nas áreas algum prejuízo ao Meio Ambiente considerável. Então o que eu gostaria de ponderar na análise dessa Resolução é especificamente esse papel do CONAMA do que exatamente nós pretendemos fazer aqui, se como temos visto de uma forma crítica muitas vezes, os órgãos na verdade ao invés de cumprirem o seu papel de proteção ao Meio Ambiente estão na verdade se tornando grandes legitimadores da poluição. E, portanto nesse aspecto que eu pergunto. O CONAMA está aqui para legitimar uma deterioração nas condições ambientais que se estabeleceu há 20 anos atrás e em outras situações, como já aconteceu depois de uma grande insistência do Ministério das Minas e Energia com relação à mineração em áreas de preservação permanente e que ainda o Brasil não conseguiu absorver os danos que essa Resolução potencialmente ainda vai causar em áreas sensíveis do Brasil, justamente quando se fala em mineradoras, também estamos falando de mineradoras que estão fora do Brasil, que não estão nem um pouco preocupadas com a situação interna, a não ser esses grupos econômicos que querem receber o

1798 dinheiro e levar para fora. Portanto, o que eu gostaria de enfatizar aqui é exatamente aquilo que já é
1799 princípio na legislação brasileira, que é proibição do retrocesso. Se nós já tivemos um limite, hoje nós
1800 podemos discutir um limite menor, mas jamais o limite maior. E quando fala em proibição de
1801 retrocesso, não é apenas princípio, porque a própria convenção que estabelece regras para alijamento
1802 de óleo no mar, embora ela fale genericamente de diversas questões com relação ao alijamento, ela
1803 mesma estabelece como diretriz para a questões do alijamento de hidrocarbonetos regras no sentido de
1804 que o Brasil, os países signatárias devem adotar medidas para diminuir e não para aumentar a
1805 quantidade de óleo no mar. Eram essas as considerações iniciais que eu gostaria de fazer, para que se
1806 pense bem no que nós vamos abordar aqui.

1807
1808 **Hamilton Pereira - Secretário de Articulação Institucional e Cidadania Ambiental**

1809
1810 Muito obrigado. Conselheiro Francisco Iglesias.

1811
1812 **Francisco Iglesias - IMARH**

1813
1814 Agora estou com liberdade de criticar o parecer do meu colega de Ministério das Minas e Energia, até
1815 para ser coerente. Eu trouxe aqui a listagem, estou com o processo aqui e não vou ler, é só para
1816 referendar. Infelizmente a Comunidade Científica participou talvez de uma ou duas reuniões no Rio na
1817 PUC. Mas daqui das duas primeiras mensagens de trabalho, não teve participação praticamente
1818 nenhuma. Teve uma grande participação de vários outros setores ligados à indústria de petróleo, está
1819 certo? E então eu queria colocar essas observações, que elas foram tiradas daquilo que são as listas
1820 de presença. A outra preocupação que eu estranhei aqui foi o posicionamento do IBAMA. O IBAMA
1821 que não fez um documento específico para dizer que concordava com o nosso e nem lembro de estar
1822 escrito isso lá no relatório de transcrição da reunião que houve, em que ele concordava com os 29
1823 PPMs. Eu gostaria de ler aqui o último parágrafo desse relatório aqui, informação técnica muito bem
1824 fundamentada, por sinal. Eu estranho, por causa disso, a mudança da postura do IBAMA com dois
1825 relatórios um para 020, isso aqui foi em 2003. Informação do escritório específico do IBAMA do Rio de
1826 Janeiro sobre licenciamento de atividades petrolíferas e nuclear. Aqui para 020, ele dá um reforço
1827 extremamente consubstanciado para manter na 357, que estava discutindo aqui a mudança da 020 e
1828 aqui na 357 os 20 PPMs, que são várias páginas. E quando concluiu o trabalho desse GT, o qual o
1829 fruto do trabalho nós estamos discutindo na Resolução, o IBAMA também fez um relatório técnico
1830 001/2006, muito bem fundamentado mostrando aqueles dados que eu dei para vocês de redução,
1831 praticamente no mundo inteiro você está trabalhando hoje com 20, 22 PPMs, em países que permitem
1832 29, países que permitem 30. A própria indústria está trabalhando para reduzir a emissão, o alijamento
1833 de óleo no mar. E caminhando para zero. Então eu vou ler só o último parágrafo que é pequenininho,
1834 da posição do IBAMA, que eu acho contraditório o IBAMA, depois de toda essa luta e arazoado de
1835 argumentos ele estar concordando com 29. Eu não vi o arazoado de argumentos demonstrando que
1836 ele deveria concordar com 29. Então o último parágrafo que é pequenininho é o seguinte. “Em vista do
1837 acima exposto, este escritório, o escritório sobre licenciamento de petróleo e nuclear, não vê motivos
1838 técnicos ou ambientais para que haja um aumento no valor da Tore, na água produzida a ser
1839 descartada no mar advinda de plataformas marítimas de produção de hidrocarbonetos e por entender
1840 que em algumas situações pode haver uma perda do controle momento da planta de tratamento,
1841 sugere que seja adotado como valor a ser controlado a média mensal de 20 PPMs para teor de óleo e
1842 graxa na área a ser descartada no mar.” Então me desculpe, eu fiquei passem com a posição do
1843 IBAMA e ela não está justificada numa nota técnica. A outra questão que eu queria colocar foi o
1844 relatório que foi apresentado, vou pegar aqui o relatório. Foi o estudo que levou a Câmara Técnica,
1845 podem me corrigir os que participaram, mas se não me engano, é esse feito em maio de 2006,
1846 modelagem do descarte do grupo de benzeno na área produzida descartada na bacia de campos. Foi
1847 feito por um empresa específica de assessoria para isso. Eu não sei quem contratou, porque eu não
1848 perguntei. Eu não sei quem pagou para fazer esse estudo. Eu acho isso outro problema, um outro
1849 aspecto que a gente deveria tratar, mas não é o que eu quero tratar especificamente. O estudo pegou
1850 um posto de lançamento só na bacia de campos com mais ou menos 30 mil metros cúbicos por dia. E
1851 baseou o estudo nesse. Então eu acho que isso aqui não é suficiente para definir que tem que ser 29.
1852 Me desculpem, não é suficiente. Precisa de um estudo muito mais aprofundado. Existem
1853 apresentações que foram feitas pela Petrobrás em que mostrava os alijamentos, vários alijamentos com
1854 meta inclusive de 24, podemos até projetar. Vários slides poderíamos projetar e mostrar isso. Então
1855 veja bem, um estudo que foi feito em maio para atender a demanda da Câmara Técnica, não foi levado
1856 em consideração. Isso eu vou voltar a repetir. Não tem estudos, não foi apresentado nenhum estudo
1857 da questão das unidades de conservação e nem das áreas ecologicamente sensíveis. Não foi

1858 apresentado nenhum estudo nesse sentido. Além disso, dentro da nossa proposta, nós propusemos
1859 que a área de baixa profundidade está em torno de 12 milhas que o IBAMA trouxe essa preocupação
1860 nos seus relatórios técnicos, que foram muito bem feitos a proibição de zero, porque você tem a
1861 profundidade muito baixa em partes da costa brasileira em que você simplesmente não pode alijar esse
1862 óleo em cima daquela água, que você vai ter um resultado extremamente negativo para a biota que se
1863 encontra ali.

1864
1865 **Hamilton Pereira - Secretário de Articulação Institucional e Cidadania Ambiental**

1866
1867 Obrigado. Conselheiro Rosalvo com a palavra.

1868
1869 **Rosalvo Oliveira Júnior - Ministério da Integração Social**

1870
1871 Senhor Presidente, senhoras Conselheiras e Conselheiros, há 30 anos atrás e isso que me fez entrar
1872 para área ambiental, eu era então funcionário da Fronap, a atual Transpetro Petrobrás, eu era oficial de
1873 bordo e operava um navio químico na cidade de Houston. E nesse dia a guarda costeira americana
1874 entrou no navio fiscalizando as operações, a gente carregava produtos químicos, e o nosso navio levou
1875 uma multa de 1500 dólares, porque não tinha na válvula de fundo escrito em português e inglês que era
1876 proibido e era crime a gente derramar produtos químicos, óleo e etc, em águas territoriais americanas.
1877 Eu então com 20 anos, recém-formado e saído da escola de oficiais de marinha mercante aquilo me
1878 impressionou tanto que depois eu fui para a área ambiental e nós elaboramos o primeiro manual de
1879 operação de navios químicos, que até então o Brasil só tinha dois e hoje já tem seis. E isso nos
1880 impressionou tanto que nós nos interessamos pela questão ambiental e ingressamos na área ambiental
1881 e estamos há 30 anos trabalhando com isso aí. Então trabalhamos também um pouco com essas
1882 questões de produtos químicos, derramamento de óleo, até porque a gente operava navio de grande
1883 periculosidade e conhecemos efetivamente a plataforma de petróleo, até porque era da Petrobrás e foi
1884 o nosso primeiro emprego. E eu pergunto à equipe técnica e para a companheira Conselheira do
1885 IBAMA e para o pessoal que trabalhou na elaboração de proposta de Resolução, eu gostaria de saber
1886 quais são os parâmetros internacionais para isso, como é nos Estados Unidos, como é no Oriente
1887 médio, como é na França e Europa, porque eu entendo que a decisão embora seja uma decisão política
1888 ela tem uma racionalidade econômica. Infelizmente também uma outra luta nossa durante 30 anos
1889 ficamos brigando com economistas, porque eles que queriam ditar os parâmetros como deveria ser na
1890 sociedade. Mas eu tenho que admitir, 30 anos depois, que no fundo também, Deus queira que um dia
1891 não seja assim, mas no fundo as decisões também são econômicas. Então, para concluir, eu acho que
1892 ajudar o processo de decisão e deliberação do Conselho, eu acho que era importante a gente ouvir
1893 quais são os padrões internacionais até porque a gente não pode ser mais a verdade do que o rei, ou
1894 seja como isso se dá no resto do mundo de modo que a gente possa ter uma tranquilidade de decidir
1895 sobre o número 20 ou 29. E por fim, eu acredito na escolha de um número discordando do meu colega
1896 de São Paulo, Cláudio Alonso, de que, se você altera os números você está regateando como o
1897 mercado persa. Eu não acho isso, não. Eu acho que o processo de discussão, o processo de ajuste e
1898 orientação cada um tem que ceder de um lado e nos permite chegar a um número não 20, 25 e não 29,
1899 mas gostaria de ouvir da área técnica que elaborou quais são os padrões que cabem no resto do
1900 mundo até que possa inclusive orientar a votação. Obrigado.

1901
1902 **Hamilton Pereira - Secretário de Articulação Institucional e Cidadania Ambiental**

1903
1904 A mesa entende que seria interessante que a Câmara Técnica também nos oferecesse essa
1905 informação, antes de passar a palavra para o próximo orador. Doutora Adriana. Vou passar a palavra
1906 à Conselheira Adriana.

1907
1908 **Adriana Maximiano - IBAMA**

1909
1910 Bom, agradeço mais uma vez a oportunidade para que possa prestar alguns esclarecimentos em
1911 função a todas as demandas que se fizeram aqui. Primeiramente eu gostaria de falar de como se faz a
1912 posição do IBAMA neste momento. Como os colegas que me antecederam comentaram, os pareceres
1913 e informações técnicas estão ao processo em tela. Foram manifestações de uma das unidades do
1914 IBAMA, que se fizeram ao longo daquele período e que, se no momento não há uma informação técnica
1915 que dê e que confirme essa posição que eu trago aos senhores, isso pode ser providenciado caso se
1916 compreenda a necessidade para tal. Apenas eu queria também complementar que o IBAMA sempre se
1917 fez presente nos grupos de trabalho na Câmara Técnica e a decisão da Câmara Técnica de Controle e

1918 Qualidade Ambiental quando ratificou a última versão dessa presente proposta de resolução, o IBAMA
1919 estava presente e fez o seu voto favorável a isso. E então eu não trago a posição de uma pessoa que
1920 subscreve uma nota, apesar de fazer em plena harmonia com quem subscreve as notas técnicas que
1921 estão apenas ao processo. E então é uma posição institucional e não uma posição temporal. Isso eu
1922 gostaria de deixar aqui registrado. Outro ponto que eu acho que talvez eu não possa colocar na
1923 plenitude do conhecimento disponível, é a última demanda que diz respeito sobre os padrões e valores
1924 aplicados ao redor do mundo, esse valor que hora está presente na nossa Resolução é um valor dos
1925 Estados Unidos é o valor que está estabelecido pela agência de proteção ambiental Norte americana e
1926 existem países que estabelecem valores com teto de média de 40 e existem países com metas
1927 inferiores a essa, como mesmo o Reino Unido que trabalha as suas costas muito próximas às suas
1928 zonas de atuação. Então, é uma questão política, mas como é que o IBAMA se põe junto aos senhores
1929 membros deste Conselho numa questão estritamente técnica, tudo é decisão de meta do país. Aqueles
1930 que se antecederam em colocar uma flexibilização de meta. Mas o conhecimento também traz novos
1931 níveis de segurança. Se há 20 anos atrás o valor proposto foi 20 e naquela ocasião provavelmente era
1932 uma meta prospectiva, hoje o conhecimento os dados e os modelos aplicados para discussão dessa
1933 matéria nos fazem ter a segurança que ora se põe. E tudo é uma questão de custo benefício. Temos
1934 que discutir qual é o nosso interesse em fazer que esse valor de 20 vá para 29 ou de 29 reduza para
1935 20, se ambientalmente os modelos não nos apresentaram uma significância de proteção ambiental.
1936 Então hoje essa norma traz várias inovações como monitoramento de uma série de padrões que antes
1937 não eram feitas, e que isso tem que ser levado em consideração. Nós da área ambiental entendemos
1938 que essa norma traz avanços, ela se qualifica ao processo nosso de licenciamento e de monitoramento
1939 desse tipo de empreendimento, e que esse valor é factível. Caso a plenária desse tipo e que esses
1940 valores e caso a plenária, eu solicitaria aos senhores para que apreciem a oportunidade em outro
1941 momento se assim for desejado para se fazer uma explanação técnica em minúcias.

1942
1943 **Hamilton Pereira - Secretário de Articulação Institucional e Cidadania Ambiental**

1944
1945 Muito obrigado, doutora. Eu passo então a palavra, feito esse esclarecimento, ao doutor Ubiraci.

1946
1947 **Ubiraci Araújo – Membro Honorário do CONAMA**

1948
1949 Bem, sou Ubiraci Araújo, membro honorário, até nem ia falar mais, porque a minha preocupação
1950 também já foi dita pelo doutor Mário Gizi, que isso aqui é um Conselho Nacional de Meio Ambiente, não
1951 de crescimento, já que se fala não mais em desenvolvimento sustentável, agora é crescimento. Mas
1952 um ponto e com toda a admiração que eu tenho à doutora Adriana, uma das melhores profissionais do
1953 IBAMA, mas um ponto na fala dela passou despercebido, que seria de 29 podendo chegar a um pico de
1954 42. Então eu também considero um verdadeiro retrocesso. Obrigado.

1955
1956 **Hamilton Pereira - Secretário de Articulação Institucional e Cidadania Ambiental**

1957
1958 Obrigado, doutor Mário. Passo a palavra ao doutor José Carlos.

1959
1960 **José Carlos Gomes Costa – Ministério de Minas e Energia**

1961
1962 Eu vou pedir a doutora Irene como eu já falei fez uma tese de doutorado sobre o assunto, então
1963 responda às perguntas sobre quais são os padrões adotados nos países do mundo, nas regiões como a
1964 do Norte que já legislaram sobre a matéria. Mas em função de uma resposta do Conselheiro Francisco
1965 fez aí, o Francisco Iglesias, eu já pediria ao doutor Mário Gizi que nos orientasse, quando eu comentei
1966 aquela questão, que as ONGs têm possibilidade de desconsiderar a lei, porque a convenção como foi
1967 mesmo falado aqui na última vez é um decreto de 82 ou 87566 que realmente fala de alijamento. Só
1968 que nós temos uma lei, a lei 9966 também citada aqui, ela é mais recente, é uma lei, eu sou
1969 engenheiro, aparentemente mais forte que o decreto e mais recente fala em descarte contínuo de água
1970 de processo e em plataforma. Então nos pareceu que a lei era mais forte, mas posteriormente inclusive
1971 no primeiro item, o doutor Mário Gizi possa dar uma explicação de que vale ou o decreto de 86 ou uma
1972 lei de 96, para poder entender se é descarte contínuo ou alijamento a palavra que a gente pode aceitar
1973 num texto legal. Agora eu vou pedir para a doutora dar os indicadores que ela tem aqui.

1974
1975 **Irene Gabardo – Centro de Pesquisa da Petrobrás**

1976

1977 Boa tarde a todos, meu nome é, eu fiz um trabalho extensivo em cima de água produzida, essa tese foi
1978 defendida na Universidade Federal do Rio Grande do Norte e com vários pesquisadores envolvidos no
1979 trabalho. Basicamente, a tabela que eu tenho aqui mostra diversos países e eu vou ler alguns deles, os
1980 principais. Então Estados Unidos, média mensal, 29 miligramas por litro e máxima diária miligramas por
1981 litro, Austrália 30 miligramas por litro e máxima de 50 miligramas por litro. Trindade 40 miligramas no
1982 máxima por dia, Vietnã mesma coisa, Irlanda, Nigéria, China, Canadá, a média é 40 miligramas por litro
1983 e máxima de 80 miligramas por litro. Reino Unido Tailândia, México, Holanda, Noruega, a média é de
1984 40 miligramas por litro e máxima de cem miligramas por litro. Indonésia, 75 miligramas por litro e
1985 máxima de cem. Colômbia não tem um padrão esclarecido. Enfim, as convenções até o ano de 2006,
1986 a média era de 40 miligramas por litro, partindo a partir de janeiro de 2007, partindo para 30 miligramas
1987 por litro. Então, na verdade, o que a gente tem, é mais ou menos uma média no mundo na faixa dos
1988 40, tendendo para 30 miligramas por litro. E então, de novo, a escolha dos 29 miligramas por litro tem a
1989 ver também, como os equipamentos que fazem o tratamento em água produzida e tem um limitante
1990 para isso. E esse valor que foi mencionado anteriormente de 25 miligramas por litro e que chega a 29
1991 tem a ver com o desvio da medida. Então, você tem cerca de 20% dessa medição de erro, e portanto
1992 chegou aos 29 miligramas por litro. E, na verdade, respondendo também a questão dos estudos, da
1993 pluma de dispersão não é verdade que foi feito em cima de uma plataforma. Na verdade a gente
1994 elegeu plataformas de água profunda, água rasa, nós temos a plataforma de Curimã que fica no
1995 Nordeste, nas águas de 40 metros de profundidade foi feito lá. E foi feito, só que com volume bem mais
1996 baixo de descarte e fizemos em quatro plataformas da região de bacia de Campos, e desenhamos um
1997 cenário crítico hipotético, com grande volume de água descartada. E, na verdade a gente não verificou
1998 diferenças na qualidade da água no entorno dessas plataformas além de cem e duzentos metros. E
1999 além dessas medidas de plumas de dispersão, foram feitas medidas reais em campo e tanto a
2000 modelagem como medidas de campo resultaram na mesma coisa. Há o descarte, mas não altera a
2001 qualidade do corpo receptor.

2002
2003 **Hamilton Pereira - Secretário de Articulação Institucional e Cidadania Ambiental**

2004
2005 Muito obrigado. A mesa indaga ao plenário o seguinte. Considerando as intervenções feitas, algumas
2006 de esclarecimento, outras de esclarecimento de defesa de posição legítimas, se podemos encaminhar a
2007 votação do texto base sem prejuízo das emendas. Estamos de acordo? Então passamos a esse
2008 encaminhamento e em seguida trabalharemos emenda por emenda, OK? Então os Conselheiros e
2009 Conselheiras que são favoráveis à proposta. Os Conselheiros e Conselheiras estamos em regime de
2010 votação, por favor. Estão de acordo com a proposta de Resolução, por favor se manifestem erguendo o
2011 crachá. Os que são contrários. Abstenções. Aprovado com duas abstenções. Bem, o seu
2012 esclarecimento é antes do debate das emendas? Por favor.

2013
2014 **Francisco Iglesias - IMARH**

2015
2016 Só um esclarecimento ao Conselheiro do Ministério das Minas e Energia e também a todo o plenário. É
2017 que alijamento, a definição que nós colocamos aí de alijamento é a da lei 9966 ela usa alijamento.
2018 Talvez por uma tradição já de ter uma Resolução do CONAMA que falava em descarte, eles usaram só
2019 nessa linha em que diz, acho que se não me engano, é o artigo 17 que poderia ter novas normas
2020 ambientais sobre a questão do descarte de água produzida. Mas o termo que está usado que vai
2021 inclusive definir o termo que a gente definiu é um termo da lei. A própria definição que a lei deu.

2022
2023 **Hamilton Pereira - Secretário de Articulação Institucional e Cidadania Ambiental**

2024
2025 Esclarecidos estamos e passamos agora ao procedimento das emendas. O Nilo vai conduzir.
2026 Obrigado.

2027
2028 **Nilo Diniz – Diretor do CONAMA**

2029
2030 É apenas para esclarecimento. As duas manifestações dos Conselheiros que pediram vistas, tanto o
2031 Ministério das Minas e Energia com o IMARH, nós temos o registro de emendas apenas do i M A R H, o
2032 parecer do IMARH. Eu quero perguntar aos demais Conselheiros presentes se ainda temos outras
2033 emendas a discutir nesse texto, nessa proposta de Resolução ou se são apenas as emendas
2034 apresentadas pelo IMARH. Só a título de esclarecimento preliminar. Tem a emenda da FBCM e temos
2035 emenda da Caeté. É isso? Então vamos fazer o seguinte, nós vamos dar início à discussão das
2036 emendas pela ordem da Resolução e portanto iniciando com os considerandos. Em algumas situações

2037 a gente dá início às emendas do corpo da Resolução e trata da ementa ao final, porque muitas vezes
2038 são alterações no conteúdo da Resolução que podem ainda alterar a emenda e então eu acho que
2039 talvez seja mais recomendável, porque se é só o conceito de alijamento ou descarte, se é só isso, a
2040 gente discute no corpo da Resolução já nos considerandos, porque pode com alteração de conteúdo ter
2041 que alterar ao final a ementa também, e então nem adianta mexer nela agora. Então vamos iniciar
2042 pelos considerandos. Nós vamos ter a imagem da Resolução aqui no computador ou vamos trabalhar
2043 com a tela mesmo? Bom, eu peço para rodar então ali na tela os considerandos. Para cada emenda,
2044 nós vamos pedir que o autor faça uma defesa da emenda, porque a mesa considera que a defesa geral
2045 do parecer foi feita, e então nós vamos pedir que a cada emenda apresentada, será feita uma defesa da
2046 emenda. Havendo alguma contrariedade do plenário, nós vamos ouvir uma manifestação de
2047 Conselheiro contrária à emenda. Se o plenário se sentir esclarecido, votamos. Senão, fazemos uma
2048 série de defesa da emenda e de manifestação contrária, OK? Então vamos para os considerandos, nós
2049 temos uma emenda. Esse texto é o texto do IMARH? Nós temos uma primeira alteração de
2050 considerando. "Considerando a convenção sobre prevenção da poluição marinha por alijamento de
2051 resíduos e outras matérias concluída em Londres a 29 de dezembro de 1972, promulgada pelo decreto
2052 87566 de 16 de setembro de 1982." Então, eu pergunto ao autor da emenda o Chico Blue, vai fazer a
2053 defesa desconsiderando ou considera já esclarecida a defesa? Porque na apresentação do seu
2054 parecer você já foi defendendo, mas se quiser reportar rapidamente para a gente ver se tem
2055 encaminhamento contrário, para manifestação contrária. Olha, eu acho que nós vamos ter que debater
2056 a ementa por conta realmente do conceito de alijamento porque já aparece nesse considerando. Nós
2057 vamos ter que discutir alijamento antes. Conselheiro José Cláudio.

2058

2059 **José Cláudio Junqueira – Governo do Estado de Minas Gerais**

2060

2061 Por favor, só pediria ao pessoal que subisse um pouco para a gente ver o considerando debaixo. O
2062 357. Eu acho que o que está na 357 e aí por uma questão de coerência, desculpem, eu acho que não
2063 é nem alijamento e nem descarte, é lançamento. Nós usamos o termo lançamento em todas as
2064 resoluções de lançamento, porque agora é descarte ou alijamento? Só confunde quem vai aplicar a
2065 norma. A 357 ela trata de lançamento. O próprio considerando estava errado, dizia que a 357 tratava
2066 de descarte. Não trata de descarte, trata de lançamento. Porque não continuar usando o mesmo
2067 termo, o mesmo vocábulo colocado. E a minha proposta é manter coerente e usar lançamento ao invés
2068 de descarte e alijamento.

2069

2070 **Nilo Diniz – Diretor do CONAMA**

2071

2072 OK, doutor Mário.

2073

2074 **Mário Gizi**

2075

2076 Bom, temos sido convidados a esclarecer um aspecto jurídico com relação ao que valeria mais, se seria
2077 uma lei ou um decreto, mas eu só gostaria de lembrar que como nós falamos em decreto, nós estamos
2078 falando de decreto 87566 que na verdade ele está promulgando o texto de uma convenção
2079 internacional e como convenção internacional, ele tem quando se trata de direitos humanos, hierarquia
2080 de emenda constitucional e quando se trata de demais matérias, hierarquia de lei complementar e esse
2081 dispositivo, de fato fala em alijamento e então por coerência esse dispositivo, primeiro essa legislação
2082 ela é superior à aquela lei. E segundo lugar a questão da adoção da terminologia é apropriada, porque
2083 nós estamos falando de uma terminologia internacional. E só lembrando um outro aspecto técnico que
2084 foi trazido aqui técnico com relação às informações de índice de alijamento que outros países foi
2085 informado que com relação ao Reino Unido estaria o índice bem superior ao que foi informado pelo
2086 IBAMA onde tem uma regressão dos índices de 25 para 21 no Reino Unido, e portanto a informação
2087 também precisa ser de fato verificada.

2088

2089 **Nilo Diniz – Diretor do CONAMA**

2090

2091 A Cristina da CNI e depois José Carlos do MME.

2092

2093 **Maria Cristina Yuan – CNI**

2094

2095 Boa tarde. Eu não participei, sou membro da Câmara Técnica de Controle e Qualidade Ambiental e nós
2096 já tínhamos decidido numa discussão uma série de informações do Grupo de Trabalho, e realmente

2097 essa expressão alijamento já tinha sido avaliada e não sei se o Francisco está aí com o texto da
2098 convenção ou do decreto, mas me parece que no artigo terceiro da convenção diz: - “para os fins da
2099 presente convenção, o alijamento não inclui o despejo no mar em operações normais, embarcações,
2100 aeronaves, plataformas e outras construções no mar e seus equipamentos ou que delas se derivem.
2101 Então, eu acho que nesse caso esses efluentes da água de produção não se enquadrariam nesse
2102 conceito de alijamento nos termos da própria convenção.
2103

2104 **Nilo Diniz – Diretor do CONAMA**

2105
2106 José Carlos.

2107
2108 **José Carlos Gomes Costa – Ministério de Minas e Energia**

2109
2110 É, eu reforço que descarte contínuo é a terminologia adotada pelo setor, mas a gente sempre e já
2111 fomos conclamados a inovar e de repente nós vamos remontar a partir do Brasil conhecimento do uso
2112 dessa palavra. O alijamento conforme a lei 9666 que citou o Francisco aí tem um outro sentido, mas
2113 tudo bem. De repente pode ser que o Conselho aqui entenda que devemos inovar também até no
2114 entendimento que o setor adota já há muitos anos internacionalmente. Eu ainda preferiria cruzar o
2115 descarte contínuo, porque realmente não tem um sentido de interrupção que o alijamento tem, e
2116 realmente é um fluxo de água contínuo mesmo. Seria mais preciso e mais compreensível, para
2117 qualquer um é um cano de água saindo água o tempo todo e o alijamento que de vez em quando vai lá
2118 e solta um pouquinho. Mas tudo bem, de repente temos que ser criativos. Agora sobre aquela tabela
2119 que o doutor Mário Gizi apresentou aqui, aquilo ali é medida, é diferente de padrão. Vou deixar bem
2120 claro. Se pegou algumas plataformas, você fez a medição dela e não tem nem melhores e nem piores,
2121 aquelas plataformas apresentaram aquele valor. É totalmente diferente de quando você fala em norma.
2122 Foi perguntado aqui. O que a doutora Irene apresentou para todos nós aqui, é qual é a legislação, o
2123 valor máximo admissível. O valor máximo pressupõe valores inferiores que podem ser 20, 22, 25, 23,
2124 podem ser vários números e aquelas plataformas inglesas apresentadas pela segunda tabela
2125 apresentada na argumentação do pedido de vistas das ONGs sobre a matéria.
2126

2127 **Hamilton Pereira - Secretário de Articulação Institucional e Cidadania Ambiental**

2128
2129 Obrigado. Conselheiro Rosalvo.

2130
2131 **Rosalvo Oliveira Júnior - Ministério da Integração Social**

2132
2133 Eu só queria ponderar com os autores da emenda de alijamento apenas lembrando a eles que
2134 alijamento é uma expressão marítima, usada nas atividades marítimas. E as descarga continua é uma
2135 expressão usada em indústria petrolífera, embora estejamos falando de plataforma marítima, mas é
2136 mais correto você falar de descarte contínuo e o alijamento tanto plataforma quanto embarcações, elas
2137 têm aquilo que a gente chama de tanque de lastro que às vezes você põe água para dentro e às vezes
2138 você põe água para fora para você manter estabilidade no equilíbrio. Ocorre isso com as plataformas e
2139 nas embarcações e isso, a entrada e saída tanto nas plataformas quanto nos navios para manter a
2140 estabilidade do meio flutuante, a plataforma em meio flutuante se chama alijamento. E por isso, para
2141 você atingir o teu objetivo que é a preocupação maior o que algumas pessoas com relação à
2142 conservação e preservação ambiental nesta Resolução, eu entendo que o termo mais correto e
2143 apropriado seria descarte contínuo.
2144

2145 **Hamilton Pereira - Secretário de Articulação Institucional e Cidadania Ambiental**

2146
2147 Falou o velho marinheiro. (risos) Nós temos, para a gente dar encaminhamento para esse debate que
2148 aparentemente é um debate semântico, mas não é. Nós temos três hipóteses para a redação desses
2149 considerandos. A primeira usa a expressão alijamento. A segunda descarte e agora acrescentada de
2150 descarte contínuo pelo Conselheiro Rosalvo. Descarte. E a terceira o lançamento. Então a pergunta
2151 que a mesa faz é se o plenário está esclarecido sobre os conceitos, para que a gente possa dar um
2152 passo adiante. OK? Bom, a primeira pergunta para o encaminhamento vai para o Conselheiro
2153 Francisco Iglesias, se você mantém a proposta do alijamento. OK, mantém a proposta então. Então
2154 com crachá na mão. Quem defende que o texto traga a expressão alijamento. Não, desculpe. O texto
2155 base já aprovou descarte contínuo. Nisso estamos entendidos. Há dúvidas? Então, quem é a favor do
2156 texto original, a votação será essa. Quem é a favor do texto original e quem é a favor da emenda. Aí

2157 veremos como a emenda faz, de alterar o texto. Vamos ver se a gente se entende aqui. Para que o
2158 plenário se pronuncie, considerando que está aprovado o texto base, agora nós temos essa emenda.
2159 Então, nós vamos indagar ao plenário quem é favorável a esta emenda e em seguida indagaremos qual
2160 é a expressão que será utilizada, não? A manutenção do texto ou alteração do tema. Quem é a favor
2161 da manutenção do texto, por favor, levante o crachá. Os que são a favor da emenda. Sem o prejuízo
2162 de depois escolher qual é a expressão. Os que são a favor da alteração do texto. Foi aprovada por
2163 maioria a manutenção do texto. As abstenções. Agora, nós vamos passar para qual é a expressão que
2164 nós vamos utilizar. Descarte contínuo, desculpem. A mesa é um problema as vezes.
2165

2166 **Nilo Diniz – Diretor do CONAMA**

2167
2168 Só para esclarecer, é o seguinte. O plenário se manifestou majoritariamente pela manutenção do
2169 conceito que é o descarte contínuo que foi aprovado no texto base e portanto toda alteração referente a
2170 esse conceito daqui para frente desde a ementa está prejudicado. Nós vamos tratar de outras, mesmo
2171 no caso deste considerando que nós vamos votar agora, ali já não cabe mais alijamento, se for
2172 aprovado considerando vai ser descarte contínuo. Então não vamos voltar mais a isso, quando ler
2173 alijamento já sabe que o que está valendo é descarte contínuo. Só um momento que nós estamos
2174 localizando aqui a Resolução com as emendas propostas pelo IMARH. Como diz o velho e bom ditado
2175 baiano, muita calma nessa hora. É importante colocar no considerando alijamento trocar por descarte
2176 contínuo. Então vamos lá. Pergunto ao autor da emenda, pergunto se é necessária a defesa do
2177 considerando. Vamos inverter agora, a emenda já foi explicada, está na tela, quero saber o seguinte.
2178 Algum Conselheiro é contrário a esse considerando? Considerando à convenção sobre prevenção da
2179 poluição marinha por alijamento de resíduos e outras matérias concluída em Londres em 29 de
2180 dezembro de 72 LC 72 promulgada pelo decreto 87566 de 16 de setembro de 1982. Algum
2181 Conselheiro é contrário a esse considerando? Tenho dois Conselheiros contrário. Vamos ver um
2182 Conselheiro que possa fazer uma manifestação contrária a esse considerando. O senhor, para ver se
2183 é necessária a defesa.
2184

2185 2186 **Assis – Comando da Marinha**

2187
2188 Assis do comando da marinha. Na questão considerando a convenção, faz menção ao alijamento. A
2189 partir do momento que a plenária decidiu que vai continuar descarte contínuo, alijamento em si pelo
2190 significado dele, ali ele vai ficar demais, não tem necessidade daquele considerando.
2191

2192 **Nilo Diniz – Diretor do CONAMA**

2193
2194 Ali é o título da convenção. Pergunto se algum Conselheiro mais quer se manifestar a respeito.
2195 Francisco. Não? Vamos à votação. A mesa acredita que nós podemos votar essa matéria, porque se
2196 o plenário está majoritariamente esclarecido, como o considerando não afeta o caráter essencial da
2197 Resolução, eu acho que a gente pode votar, certo? A plenária concorda? Vamos à votação então?
2198 Então aqueles Conselheiros que são favoráveis à manutenção do texto base, sempre nós vamos
2199 considerar primeiro o texto base, os Conselheiros que votam pela manutenção do texto base...
2200

2201 **Francisco Iglesias - IMARH**

2202
2203 Só uma questão de ordem. Francisco Iglesias. Na primeira condução da mesa eu fiquei sento dinheiro
2204 e quieto, não me manifestei porque achei que a mesa conduziu errado. Nessa, não existe texto base
2205 tem que votar se inclui ou não o considerando. Não é manutenção de texto básico.
2206

2207 **Nilo Diniz – Diretor do CONAMA**

2208
2209 A mesa acata a questão de ordem e encaminha então à votação da emenda. Quem é favorável ou
2210 contrário à emenda, certo? Então aqueles que são favoráveis à emenda, por favor levantem o crachá.
2211 OK, podem baixar. Os que são contrários a esta emenda, favor levantem o crachá. OK, pode baixar.
2212 Abstenções. Foi mantido o texto sem o considerando pela maioria dos votos. Próxima emenda. Esses
2213 considerandos estão prejudicados, os que tratam de alijamento ou lançamento. Então, vamos para os
2214 próximos considerandos. Essa também a ementa da Resolução 357 também está prejudicada. Vamos
2215 para o considerando seguinte. “Considerando que o meio marinho e os organismos vivos que mantém,
2216 são de importância vital para a humanidade e que a todos interessa assegurar que seja administrado de

2217 modo a que não sejam prejudicados nem sua qualidade nem seus recursos. OK? Está claro o
2218 considerando? Eu pergunto se algum Conselheiro é contrário a inclusão deste considerando e quer
2219 fazer a defesa da sua não inclusão. Melhorar o texto? Vamos ver. “Considerando que o meio marinho
2220 e os organismos vivos que mantém, são de importância vital para a humanidade e que a todos
2221 interessa assegurar que seja administrado de modo a que não sejam prejudicados, nem em sua
2222 qualidade nem seus recursos;” se algum Conselheiro tem sugestão de redação, pode se manifestar... A
2223 proposta é do IMARH. Sugestão de redação para melhorar aí.

2224
2225 **Nilo Diniz – Diretor do CONAMA**

2226
2227 Pelo que a mesa entende não houve objeção de conteúdo, é forma.

2228
2229 **Francisco Iglesias - IMARH**

2230
2231 É o seguinte. Esse texto inclusive está nessa convenção de alijamento. Eu estou até tentando
2232 melhorar, porque você fala do meio marinho e a preocupação, considerando que o meio marinho, eu
2233 estou entendendo que é o sujeito e os organismos que ele mantém você tem que administrar esse meio
2234 marinho para de modo que não sejam prejudicados em sua qualidade e nem em seus recursos.

2235
2236 **Hamilton Pereira - Secretário de Articulação Institucional e Cidadania Ambiental**

2237
2238 A mesa sugere que a gente não fique na questão da redação porque estão sofrendo os recursos
2239 marinhos e a língua portuguesa em iguais soluções.

2240
2241 **Francisco Iglesias - IMARH**

2242
2243 Eu não sei quem foi o tradutor oficial da convenção, mas então traduziu de uma forma... a Patricia está
2244 fazendo. A Patricia oferece depois uma nova redação.

2245
2246 **Nilo Diniz – Diretor do CONAMA**

2247
2248 Bom, considerando o seguinte. Enquanto a Conselheira Patricia acerta a redação, é o seguinte.
2249 Considerando que a capacidade do mar de assimilar os resíduos e torná-los inócuos bem como suas
2250 possibilidades de regeneração de recursos naturais não são ilimitadas. A mesa pergunta se algum
2251 Conselheiro é contrário a este considerando. Está claro? Está ruim a redação também? Bom, nós
2252 vamos pedir então à Conselheira Patricia para arrumar os dois considerandos. Em colaboração,
2253 fraterna colaboração entre o Setor Empresarial e as ONGs do Nordeste para a gente não perder tempo
2254 com redação, ainda mais uma redação de considerando, eu acho que a gente pode avançar para os
2255 itens seguintes. Em azul está essa menção à convenção sobre prevenção da poluição marinha por
2256 alijamento de resíduos e outras matérias, concluída em Londres, a 29 de dezembro. Eu acredito que
2257 está prejudicada, nós já votamos. Pode riscar essas duas linhas em azul. Isso já foi rejeitado
2258 anteriormente. Vamos para a próxima. Tem uma correção de redação, não vamos parar nisso. Pode
2259 seguir. Volta descarte contínuo. Tem um considerando que foi proposta a exclusão. Então vamos
2260 tratar desconsiderando. Vamos ler. Considerando as particularidades e limitações técnicas e
2261 tecnológicas de que se reveste a produção de petróleo e gás natural em plataformas e o tratamento de
2262 seus efluentes, resolve. Então há uma exclusão deste considerando. É uma proposta de exclusão e aí
2263 vamos ter que ter uma defesa dessa exclusão. Francisco.

2264
2265
2266 **Francisco Iglesias - IMARH**

2267
2268 No texto do relatório do IBAMA ele faz uma análise e também o acompanhamento eu fiz do que foi
2269 discutido. A indústria petrolífera ela faz uma reclamação do aspecto técnico e dificuldades técnicas de
2270 lançamento a 20 PPMs, mas não fica demonstrado durante o processo essas dificuldades. Então o que
2271 eu quero colocar é que a função nossa aqui no CONAMA é, na realidade, lançar desafios, sabe? Se
2272 existe as particularidades e limitações técnicas e tecnológicas, que elas estão inclusive sendo
2273 superadas pela Petrobrás, eu vou citar aqui, porque eu pus até um dia positivo em que a Petrobrás está
2274 se comprometendo em usar o processo de reinjeção de água processada exatamente para chegar a
2275 zero. Então, se a gente coloca isso nós estamos justificando toda a eficiência do sistema e não
2276 colocando desafio tecnológico ambiental para que se chegue lá. Então se fosse o Conselho

2277 Tecnológico Nacional, que aprovou a Angra 3, talvez a gente poderia até colocar isso, mas nós somos o
2278 Conselho Nacional de Meio Ambiente. Podemos ver os aspectos técnicos, mas também é função
2279 nossa de desafiar a indústria, no caso uma indústria extremamente rica que já poluiu o mundo e muito,
2280 destruiu vários ecossistemas e nós queremos desafiar essa indústria, porque ela pode ser melhor do
2281 que é hoje.

2282
2283 **Hamilton Pereira - Secretário de Articulação Institucional e Cidadania Ambiental**

2284
2285 Obrigado. Doutor José Carlos.

2286
2287 **José Carlos Gomes Costa – Ministério de Minas e Energia**

2288
2289 As palavras do Conselheiro Francisco Iglesias são sempre muito desafiantes ao Ministério. Não é à toa
2290 que como eu já falei aqui, o Centro de Pesquisa da Petrobrás é orgulho da tecnologia brasileira, sendo
2291 anualmente premiada pela sua excelências, em especial em águas de grande profundidade e como
2292 geradores de tecnologia desse país, e eu venho da área tecnológico conheço um pouco mais do
2293 assunto, tenho 32 anos na área e é com grande orgulho que eu posso dizer que do ponto de vista de
2294 negócio dentro da Petrobrás, é mais rentável do que atividade de petróleo. Quer dizer, são atividades
2295 separadas, mas dá mais retorno para cada real aplicado dá mais retorno do que cada petróleo aplicado
2296 numa refinaria, por exemplo, dentro da Petrobrás. Mas infelizmente, isso foi objeto já de comentários
2297 meus seguidos em especial com as solicitações da área energética é que infelizmente o mundo é real e
2298 temos que ter considerações técnicas, nós temos que ter considerações tecnológicas, e nós temos que
2299 ter considerações de algo que talvez seja odioso para todos nós, mas é imprescindível, é de custo.
2300 Tudo isso custa dinheiro, e as limitações são realmente muito importantes, e aliás eu vou com o doutor
2301 Marcelo Ramires da Petrobrás que explique mais um pouco isso, porque isso aí é o cerne da discussão.
2302 Nós queremos ter zero de emissão em tudo. Seria tão bom se a gente tivesse até zero de emissão do
2303 CO 2 na nossa respiração para poder contribuir que as nossas vaquinhas e bois não contribuíssem para
2304 efeito estufa, ficasse tudo zero e maravilhoso, mas o mundo não é bem assim, a gente tem que chegar
2305 aos poucos lá e temos que ter ganhos sucessivos até chegar lá, um belo dia quem sabe a gente chega
2306 a zero, mas as limitações tecnológicas infelizmente limitam, restringem os sonhos que a gente quer
2307 falar. E eu não gostaria que o CONAMA mais uma vez aprovasse resoluções, talvez o Francisco não
2308 tenha presenciado como eu já presenciei, termos que fazer a revisão apressada em Resoluções como a
2309 de cemitério, que é um exemplo típico, porque senão nós proibiríamos os brasileiros de morrer. Talvez
2310 muitos gostariam, mas não poderíamos morrer porque não haveria condições legais de enterrar os
2311 brasileiros ou pessoas que habitassem aqui. Vamos usar com parcimônia esses desafios. Mas eu
2312 gostaria que o doutor Marcelo fale mais um pouquinho sobre isso.

2313
2314 **Marcelo Ramires – Petrobrás**

2315
2316 Boa tarde a todos, meu nome é Marcelo, trabalho na Petrobrás, agradeço a oportunidade de vir aqui
2317 colocar e tive a oportunidade de participar em todo esse trabalho desde o início da Câmara Técnica,
2318 desde o início do Grupo de Trabalho, e na Câmara Técnica, e é justamente o ponto que o Conselheiro
2319 Francisco colocou. Eu acho que é o grande foco da gente estar discutindo isso aqui hoje. São as
2320 dificuldades técnicas de se produzir petróleo off shore no Brasil. Não só no Brasil como no mundo. E a
2321 Petrobrás hoje é ponta no mundo em todas as tecnologias para tratamento de efluentes na produção
2322 marítima. Então o que acontece? Graças a Deus se a gente pudesse descartar zero de efluentes no
2323 mar, porque como várias vezes foi colocado pelo Conselheiro Francisco em algumas apresentações do
2324 Ibama, lincando com uma apresentação que teria feita pela própria Petrobrás e foi feita por a gente,
2325 falando que premissas de projeto a gente reinjetar toda a água produzida. Graças a Deus hoje isso é
2326 verdade. É a premissa da Petrobrás injetar toda a água produzida em qualquer projeto.
2327 Lamentavelmente nós não temos a disponibilidade técnica em todos os projetos de se fazer isso.
2328 Existem limitações técnicas que impedem, e às vezes geram consequências muito piores. A reinjeção
2329 de água produzida a gente pensa saiu lá debaixo e volta lá para baixo. Isso não é bem verdade,
2330 existem consequências para o reservatório, consequências para a capacidade produtiva dos campos de
2331 petróleo. Um dos exemplos que eu gostaria de citar é a produção de H2S, a reinjeção de água
2332 produzida pode levar à geração de H2S. E com respeito à dificuldade de tratamento, hoje em terra toda
2333 a produção de petróleo no mundo e especificamente no Brasil ela atende a 357, já atende a 357. E hoje
2334 nós estamos aqui discutindo uma Resolução para descarte off shore descarte de produção marítima de
2335 petróleo. Exatamente por esse motivo que a gente tem limitações técnicas e tudo o que foi discutido, a
2336 colocação de 29, 20 miligramas por litro, de onde saiu os 29 miligramas por litro? Ele saiu da MBA e no

2337 fundo além de sair baseado no que? Basicamente para a produção off shore, flotores e tem mais
2338 algumas coisas, mas o equipamento principal são flotores e essa tecnologia hoje ela atende a 25
2339 miligramas por litro. O que acontece com esses 25 miligramas por litro? A gente vai medir esse Tog.
2340 Quando a gente mede vai esse tog ter uma variação na medida. Essa variação é uma variação para
2341 cima e para baixo, e por isso é colocado MBA um limite de 25 miligramas por litro. Isso não é invenção
2342 do Grupo de Trabalho e então isso sai da legislação americana. Só fiz esse resumo para colocar que
2343 realmente existem limitações técnicas e acho que se não existisse, a gente não estaria discutindo e
2344 estaríamos atendendo a 357. Muito obrigado.
2345 Obrigado.

2346
2347 **Zuleica Nycz - APROMAC**

2348
2349 Gostaria de fazer uma contribuição de porque esse considerando está errado. Nós nos baseamos
2350 justamente numa informação do IBAMA, datada de 2003, está no processo, assinada por duas
2351 excelentes pessoas e profissionais, o Alexandre Neves Borges e o Edmilson Maturana. Em 2003, eu
2352 não posso ler tudo, naturalmente, mas vou ler aqui uma parte em que eles dizem o seguinte. Que
2353 autores afirmam que existem tecnologias disponíveis para reinjeção de água produzida em
2354 empreendimento off shore, prática muito utilizada off shore, e também que a tecnologia para o
2355 tratamento dessa água já possibilita alcançar padrões mais elevados de qualidade de efluentes tratado
2356 do que os atualmente obtidos off shore em lado norte do golfo do México, e portanto não há nenhum
2357 obstáculo técnico para a redução do descarte que é zero por meio de técnicas modernas de reinjeção
2358 reciclagem e mesmo que a geologia apresente problemas para reinjeção, outros meios de tratamento
2359 podem ser adotados. E em países como Noruega e Dinamarca e países baixos a meta do descarte
2360 zero já tem sido almejada. E cabe ainda destacar que os contratos de concessão visando a exploração
2361 do desenvolvimento e produção de petróleo e gás natural celebrados entre a ANP e as empresas de
2362 petróleo possuem cláusulas específicas para o tema Meio Ambiente, a qual é objeto de interesse desse
2363 órgão ambiental. Essa cláusula refere-se ao compromisso assumido pelas empresas junto à ANP para
2364 preservação do meio ambiente para resíduos petrolíferos. Se a gente somar essa informação que veio
2365 já de 2003, é aqui também que foi declarado que o Reino Unido já em 98 já tinha atingido 22,45 PPM e
2366 em 99 já estava com 21, 67. Em 99. Nós estamos em 2007. Então somando ao fato de que a
2367 Petrobrás sempre cumpriu a lei, sou eu que estou dizendo agora, por incrível que pareça, que a
2368 Petrobrás sempre cumpriu a lei. Ou seja, se estava em vigor 20, a Petrobrás cumpria a lei. Então ela
2369 tinha a tecnologia. Não havia nenhuma limitação técnica ou tecnológica para ela atingir 20. Portanto
2370 esse considerando não tem pé nem cabeça aí. Porque está dizendo que existem limitações, nós
2371 estamos justificando limitação técnica nos campos do oriente médio? Acho que não é o caso. A única
2372 empresa que está preocupada em provar que cumpriu a lei não tinha limitação técnica para 20.
2373 Obrigada.

2374
2375 **Hamilton Pereira - Secretário de Articulação Institucional e Cidadania Ambiental**

2376
2377 Muito obrigado. O plenário está esclarecido? Agora nós vamos por em votação a manutenção do
2378 texto, é a primeira proposta. E aqueles que são contra a manutenção do texto. Os Conselheiros que
2379 são favoráveis à manutenção do texto desse considerando, por favor, levantem o crachá. Os contrário.
2380 As Abstenções. Está mantido o texto por maioria, com duas abstenções. Pergunto ao plenário, se há
2381 alguma outra emenda a esse primeiro artigo. Não? OK. Vamos adiante. Esse do alijamento está
2382 prejudicado. Vamos adiante, está prejudicado.

2383
2384 **Nilo Diniz – Diretor do CONAMA**

2385
2386 Allan, a gente pode ir fazendo esses acertos depois, para ganhar tempo vamos para a próxima emenda
2387 que é esse da retirada do descarte. O item quatro pode manter. Também está prejudicado, porque o
2388 plenário já votou no item quatro aí. O item quatro pode manter.

2389
2390 **Hamilton Pereira - Secretário de Articulação Institucional e Cidadania Ambiental**

2391
2392 A emenda é um aditivo aí número 8 que diz: Plano de emergência. Conjunto de medidas que
2393 determinam e estabelecem as responsabilidades setoriais e as ações a serem desencadeadas
2394 imediatamente após um incidente, bem como definem os recursos humanos, materiais e equipamentos
2395 adequados à prevenção, controle e combate à poluição das águas.
2396

2397 **Nilo Diniz – Diretor do CONAMA**

2398

2399 Só para explicar então, nós vamos passar para os outros artigos, vamos deixar essas definições para
2400 decidir posteriormente, porque elas se referem a conceitos que podem ou não serem incluídos mais
2401 para frente. OK.

2402

2403 **Hamilton Pereira - Secretário de Articulação Institucional e Cidadania Ambiental**

2404

2405 Aí o parágrafo primeiro, artigo quinto. No próprio caput do artigo... Lendo o artigo quinto. O descarte
2406 alijamento de água produzida deverá obedecer à concentração média aritmética simples mensal de
2407 óleos e graxas até 29 ou 20 miligramas por litro com valor máximo diário de 42 miligramas por litro. A
2408 pergunta é se o plenário está esclarecido?

2409

2410 **Francisco Iglesias - IMARH**

2411

2412 Questão de ordem. Eu acho que antes de votar tem o pedido aí na mesa, eu até... eu só quero
2413 esclarecer que junto com esse pedido eu quero emendar um pedido de verificação de quorum, porque
2414 vai acabar tendo que ter, só nesse sentido. Só esclarecendo para o plenário.

2415

2416 **Nilo Diniz – Diretor do CONAMA**

2417

2418 Só para esclarecer o seguinte. Há um pedido aqui de votação nominal do artigo quinto. O parecer
2419 apresentado no momento em que formos votar e para fazer votação nominal automaticamente o
2420 quorum é contado. Então muita calma nessa hora. A bancada baiana está fraca no plenário. Com a
2421 presença da bancada baiana, a mesa não se manifesta mais sobre o assunto.

2422

2423 **Hamilton Pereira - Secretário de Articulação Institucional e Cidadania Ambiental**

2424

2425 A pergunta da mesa para o plenário. É necessário que se faça uma defesa do caput tal como está?
2426 Por favor, Conselheira. A pergunta que eu te faço, Conselheira, é você vai fazer a defesa da emenda?

2427

2428 **Zuleica Nycz - APROMAC**

2429

2430 Vou continuar aqui registrando essa informação do IBAMA técnica, feita por uma equipe excelente, nos
2431 chamou muito a atenção, onde eles também dizem que o teor de oleos e graxa adotados pelo IBAMA
2432 no âmbito do licenciamento ambiental, isso em 2003, tem sido de 20 miligramas que é o limite
2433 estabelecido pelo CONAMA, Resolução do CONAMA 20 de 2006 e considerado como um teor
2434 adequado e ao alcance das tecnologias do tratamento disponíveis atualmente às unidades de produção
2435 off shore. Nesse sentido os empreendimentos licenciados ou em licenciamento tem se comprometido,
2436 existem documentos, através das propostas dos projetos de controle de poluição em exercerem o
2437 controle adequado dos efluentes relativos à produção e de drenagem, de modo que o teor de óleos e
2438 graxas não ultrapasse os 20 miligramas por litro. Cabe ao projeto e controle da produção é um item
2439 fundamental para recomendação e concessão de licenças por parte deste LPN que é o escritório de
2440 licenciamento das atividades de petróleo e nuclear, IBAMA . Então em 2003, o IBAMA afirmava que a
2441 Petrobrás ou pelo menos era informado pelos boletins da Petrobrás que a Petrobrás atingia os limites,
2442 quer dizer, ela cumpria com o que dizia. E é com base nessas declarações, nesses documentos oficiais
2443 que não tem como aumentar para 29, a menos que a gente esteja importando tecnologia obsoleta, e aí
2444 a gente está precisando então aumentar para legalizar outras formas de ver o manejo ambiental da
2445 empresa.

2446

2447 **Hamilton Pereira - Secretário de Articulação Institucional e Cidadania Ambiental**

2448

2449 Muito obrigado, Conselheira. Por favor, doutor José Carlos com a palavra para defender a manutenção
2450 do texto, imagino.

2451

2452 **José Carlos Gomes Costa – Mistério de Minas e Energia**

2453

2454 José Carlos. A pedido do doutor Marcelo vou pedir para o doutor Marcelo explicar aqui mais uma vez
2455 que há uma ligeira diferença entre águas interiores que são os 20 miligramas por litro que a doutora
2456 Zuleica falou, da parte de plataforma, o corpo em que a plataforma está inserida, que tem uma diluição

2457 muito maior oceânica, uma diluição muito maior em função que as plataformas ficam bastante afastadas
2458 da Costa e tem alguns limitantes tecnológicos, eu vou pedir que o doutor Marcelo Ramires esclareça
2459 melhor para os Conselheiros.

2460
2461 **Marcelo Ramires - Petrobrás**
2462

2463 Na realidade, o que ela colocou ali é a mais pura verdade. Realmente a Petrobrás não tinha problema
2464 nenhum em atingir o limite, isso é a mais pura verdade. Porque quando a gente começa a produzir
2465 petróleo, é a maior maravilha do mundo. Não tem água. Não sei se todos vocês sabem disso, mas não
2466 tem água. Em um determinado momento, a água aparece e ela vem aparecendo e esse aparecimento
2467 da água, esse é um percentual de água e a gente chama de BSW, é uma sigla, mas é um percentual, e
2468 esse BSW ele vai aumentando ao longo da vida até que se desista da produção e a produção não seja
2469 mais viável economicamente. Há anos atrás as nossas plataformas produziam um BSW x, mas esse
2470 valor vem aumentando, e aí entra a limitação de uma plataforma. Em terra a gente pode comprar o
2471 terreno do vizinho, fazer a coisa e ampliar a planta para tratamento. No mar, a gente tem uma
2472 plataforma, uma área definida não tem como colocar mais equipamentos lá em cima para conseguir
2473 aumentar essa capacidade. O que acaba acontecendo? A gente acaba pegando esse monte de água
2474 que a gente não consegue atingir os 20 miligramas por litro, e a gente atende, mas a questão é como
2475 se atende. Então pega esse monte de água, bota num navio e manda para a terra para tratar. Aí eu
2476 pergunto aos senhores. Qual é o sentido de se tirar água do meio do oceano, trazer para a terra, para
2477 descartar próximo da costa, do ponto de vista ambiental? Então, esse é um dos motivos que hoje em
2478 dia se tem muita dificuldade para tratar. Perfeito?

2479
2480 **Hamilton Pereira - Secretário de Articulação Institucional e Cidadania Ambiental**
2481

2482 Agradeço, e a mesa pergunta ao plenário se se sente esclarecido para que entremos em processo de
2483 votação. OK? Os Conselheiros que são pela manutenção...É a votação nominal que o Conselheiro
2484 Francisco Iglesias se referia. Por favor, Nilo.

2485
2486 **Nilo Diniz – Diretor do CONAMA**
2487

2488 Não, eu só não entendi se o Francisco levantou a mão para fazer intervenção. Tá bom, votação
2489 nominal. Então vou pedir para o pessoal da secretaria colocar em tela o nosso software de votação
2490 nominal. Vamos ver se funciona hoje, porque numa plenária dessas passada a gente passou vergonha
2491 aqui, mas hoje vai funcionar. É o seguinte, o voto um como texto base foi aprovado, a proposta número
2492 1 é a proposta de alteração do texto base. E a proposta número 2, é a manutenção do texto base. Por
2493 que o texto base está aprovado. É o contrário? OK? Proposta 1. Atenção aí o pessoal da secretaria.
2494 Proposta 1 é a manutenção do texto base. A proposta 2 é a emenda ao texto base. Antes de
2495 entrarmos em votação eu acho que é obrigatório à mesa, isso é uma prática que a gente tem procurado
2496 adotar aqui no plenário do CONAMA de evitar ao máximo votações e aí a gente tem que perguntar. Há
2497 alguma proposta de acordo? Há alguma disposição de acordo em relação ao texto base e a proposta
2498 de emenda? É uma obrigação a gente perguntar, embora o nosso prezado doutor Cláudio Alonso
2499 tenha dito que não é o caso de ficar negociando como se fosse mercado persa, mas depois de tanto
2500 argumento técnico, não custa perguntar. Se não há hipótese de acordo, vamos a voto. Correto? Então
2501 vamos lá. Proposta número 1. Manutenção do texto base. Proposta 2. Emenda. Quem vota a favor
2502 da emenda. Bom, vamos lá. Podemos iniciar a votação? OK. Então vamos lá. A votação nominal?
2503 Aqui nós recebemos abaixo assinado dos Conselheiros para o artigo quinto da proposta de Resolução
2504 que dispõe sobre o descarte contínuo, no caso, alijamento de águas de processo de plataformas
2505 marítimas de petróleo e gás natural. Vai explicar?

2506
2507 **Francisco Iglesias - IMARH**
2508

2509 Só acho que pela importância dessa matéria que nos levou à solicitação da votação nominal é a
2510 importância da matéria. Então nós queremos saber como pensa esse plenário. Porque quando vai a
2511 votação no coletivo, no atacado, a gente não sabe quem são os representantes e como pensam, e nós
2512 queremos saber como pensa o plenário. Isso é importante para nós e também demarca a
2513 responsabilidade de cada um de votar. A outra questão, Nilo, é só que eu adendei uma verificação do
2514 quorum. Eu só queria saber se vai ser feita depois ou antes. Porque se fizer antes não tem nem que
2515 votar nominalmente.

2516

2517 **Nilo Diniz – Diretor do CONAMA**

2518

2519 Não, a gente faz a votação e na conclusão da votação faz a conta.

2520

2521 **Francisco Iglesias - IMARH**

2522

2523 É isso que eu estou sugerindo. Se você faz a verificação do quorum, você não precisa votar porque
2524 não tem quorum, é uma questão de encaminhamento. É mais lógica.

2525

2526 **Nilo Diniz – Diretor do CONAMA**

2527

2528 Podemos fazer a verificação.

2529

2530 **Francisco Iglesias - IMARH**

2531

2532 Porque senão vamos perder um trabalho muito grande em votar e não tem quorum.

2533

2534 **Nilo Diniz – Diretor do CONAMA**

2535

2536 Correto. A mesa acata a questão de ordem e verificação de quorum. Eu peço aos Conselheiros que
2537 ocupem as cadeiras porque fica mais fácil fazer a contagem. A verificação de quorum não precisa ser
2538 feita por escrito, basta que os Conselheiros solicitem, o regimento obriga, Denise? Não. Verificação de
2539 quorum qualquer Conselheiro pode solicitar sem necessariamente formalizar. Então, eu peço que os
2540 Conselheiros por favor se acomodem nas cadeiras confortáveis do auditório da ANA. Nós vamos
2541 primeiro fazer a verificação de quorum. Então, eu peço que todos por favor se sentem e peço que
2542 levantem o crachá para contagem da equipe do CONAMA. Vou pedir que o pessoal conte aqui por
2543 bloco. Eu acho que não, por isso que ia ser nominal. Vamos contar e seguir o procedimento. Tem
2544 quorum. 62. O quorum é de 53. Tem 62.

2545

2546 **Hamilton Pereira - Secretário de Articulação Institucional e Cidadania Ambiental**

2547

2548 Votação nominal.

2549

2550 **Nilo Diniz – Diretor do CONAMA**

2551

2552 Então vamos lá, repetindo. A proposta 1 é manutenção do texto base que define 29 e no máximo 42.
2553 A proposta 2 é a emenda que mantém 20 como índice estabelecido. Então o Presidente do CONAMA,
2554 o Secretário Executivo, nós verificamos depois caso seja necessário o voto de minerva, a Associação
2555 Brasileira de Engenharia sanitária, A B E S. Ausente. Associação Civil Indicada pela Presidência da
2556 República, Associação De Defesa do Meio Ambiente de São Paulo, ADEMA. Vota 2. O Instituto
2557 Direito Por Um Planeta Verde. 2. Centrais Sindicais e Confederações de Trabalhadores da Área
2558 Urbana. 2. Comunidade Científica. Ausente. Comunidade Indígena. 2. Confederação Nacional de
2559 Trabalhadores na Agricultura. CONTAG. Ausente. Conselho Nacional de Comandantes Gerais das
2560 Polícias Militares e Corpos de Bombeiros Militares, CNCG. 1. Entidades Ambientalistas da Região
2561 Centro-Oeste, ICV. Ausente. OCA Brasil. 2. GERC. Ausente. IMARH. 2. KANINDÉ. 2. Novos
2562 Curupiras. 2. AMDA. 2. Bicuda. 2. APROMAC. 2. CAETE. 2. VIDÁGUA, ausente. FBCN. 2.
2563 Populações Tradicionais. 2. Entidades Empresariais. CNA. 1. CNI. 1. O outro voto da CNI. 1. O
2564 outro da CNI, está presente ou ausente? 1. CNC. 1. CNC, o outro voto da CNC. Está ausente? CNT.
2565 1. Setor Florestal. 1. Vamos para os Governos Municipais. Confederação Nacional dos Municípios.
2566 Está com o crachá a cédula de votação é o crachá, enfim. Frente Nacional de Prefeitos. 2. ANAMMA,
2567 Governos Municipais de Âmbito Nacional. Está presente? Ausente. ANAMMA Centro-Oeste. Governos
2568 Municipais da Região Centro-Oeste. Está presente? Ausente. Governos Municipais da Região
2569 Nordeste. Ausente. Região Norte. Ausente. Região Sudeste. Ausente. Região Sul. 2. Governos
2570 Estaduais. Distrito Federal. Ausente. Acre. Ausente. Alagoas. 2. Amapá. Ausente. Amazonas.
2571 Ausente. Governo do Estado da Bahia. 2. Ceará. 2. Espírito Santo. 1. Goiás. Ausente. Maranhão.
2572 Ausente. Mato Grosso. Ausente. Mato Grosso do Sul. 1. Minas Gerais. 1. Pará. 2. Paraíba. Ausente.
2573 Paraná. Ausente. Pernambuco. Ausente. Piauí. 2. Rio de Janeiro. Ausente. Rio Grande do Norte.
2574 Ausente. Rio Grande do Sul. 2. Rondônia. Ausente. Roraima. 2. Santa Catarina. 1. São Paulo.
2575 Abstenção. Sergipe. Ausente. Tocantins. 2. Governo Federal. Agência Nacional de Águas. 1. Casa
2576 Civil da Presidência. 1. Comando da Aeronáutica. 1. Comando da Marinha. 1. Comando do

2577 Exército. Ausente. IBAMA. 1. Ministério da Agricultura. 1. Ministério das Cidades. Ausente. Ciência
2578 e Tecnologia. 1. Ministério das Comunicações. 1. Ministério da Cultura. Ausente. Ministério da Defesa.
2579 1. Ministério do Desenvolvimento Agrário. Ausente. Desenvolvimento Social e Combate a Fome.
2580 Ausente. Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior. 1. Ministério da Educação. Ausente.
2581 Ministério dos Esportes. 1. Ministério da Fazenda. Ausente. Ministério da Integração Nacional. 1.
2582 Ministério da Justiça. 1. Ministério do Meio Ambiente. 1. Ministério das Minas e Energia. 1. Ministério
2583 do Planejamento. 1. Ministério da Previdência Social. 1. Ministério de Relações Exteriores. Ausente.
2584 Ministério da Saúde. 2. Ministério do Trabalho e Emprego. 2. Desculpe, eu não tinha ouvido.
2585 Transportes. 1. Ministério do Turismo. Ausente. Secretaria de Acompanhamento e Estudos
2586 Institucionais do Gabinete de Segurança Institucional da Presidência da República. 1. Secretaria de
2587 Comunicação Social da Presidência da República. Ausente. Secretaria de Relações Institucionais da
2588 Presidência da República. Ausente. Secretaria Especial de Aquicultura e Pesca da Presidência da
2589 República. Ausente. Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial da Presidência
2590 da República. Ausente. Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres da Presidência da
2591 República. 1. Secretaria Especial dos Direitos Humanos da Presidência da República. 1. Secretaria
2592 Geral da Presidência da República. Ausente. Membro Honorário. 2. Estão pedindo aqui o voto do
2593 Amapá. Amapá está presente? Volta lá no Amapá. Amapá está presente? Não. Está ausente. Está
2594 ausente mesmo por enquanto. Vamos lá, próximo. Acabou? Resultado da votação. Opção um. 33.
2595 Opção dois, 28. Abstenções 1. Total 62. Então, faltas 42 e o quorum é 53. Atingiu o quorum e foi
2596 vitoriosa a opção 1 que é manutenção do texto base aprovado. Próxima emenda.

2597

2598 **Hamilton Pereira - Secretário de Articulação Institucional e Cidadania Ambiental**

2599

2600 Vamos passar então ao parágrafo primeiro do artigo quinto, para seguir adiante. É uma aditiva que diz:
2601 - "A partir de primeiro de janeiro de 2012, o alijamento de água produzida deverá obedecer à
2602 concentração média aritmética simples mensal de óleos e graxas de até 10 miligramas por litro. Já está
2603 prejudicado o alijamento aí. Aí é descarte contínuo que é a expressão utilizada. Algum Conselheiro
2604 quer se manifestar? Conselheiro Francisco Iglesias.

2605

2606 **Francisco Iglesias - IMARH**

2607

2608 Quero parabenizar o plenário pelo processo de votação e parabenizar os dois membros do governo
2609 federal que votaram, tiveram coragem de votar numa proposta ambiental, não só dos interesses da
2610 indústria. A liberdade de expressão que a gente tem. Eu quero colocar que essa proposta, agora que
2611 vem o desafio. Tudo bem, foi aprovado 29 com picos de 42. Então eu queria ver a capacidade do
2612 plenário de aprovar o desafio para a indústria. Já que 20 tinha 21 anos, nós estamos fazendo uma
2613 proposta de um período de cinco anos, a cada cinco ou seis anos de que a indústria já que hoje não
2614 tem tecnologia, apesar que foi demonstrado que pode, tem essa capacidade para ser desenvolvida, eu
2615 insisto, a indústria de petróleo é uma das mais ricas do mundo e uma das que mais poluiu e uma das
2616 que tem, vamos dizer, pelos desastres que ela provocou, ela tem uma responsabilidade muito grande
2617 em melhorar a sua tecnologia de extração de petróleo. Então eu queria justificar a proposta de
2618 colocação do desafio para redução à zero. Lógico, num primeiro momento 10 microgramas por litro que
2619 seria 10 partes por milhão e a partir de 2016, daqui a dez anos, zero de emissão.

2620

2621 **Hamilton Pereira - Secretário de Articulação Institucional e Cidadania Ambiental**

2622

2623 Muito obrigado, por favor. Doutor José Carlos.

2624

2625 **José Carlos Gomes Costa – Ministério de Minas e Energia.**

2626

2627 Senhor Francisco Iglesias é muito interessante nas suas colocações, porque afinal de contas ele
2628 parabenizo ou inclusive os dois membros do governo que votaram pela opção 2, liberdade de
2629 expressão, mas talvez esteja registrado aí na ata, que ele ao pedir a votação nominal queria saber
2630 exatamente quem é que ia votar contra e a favor para saber o posicionamento. Cuidado só que
2631 liberdade de expressão vale também enquanto patrulhamento que graças a Deus já ficou já em outros
2632 tempos, não vou me lembrar dele, querer saber quem vota e quem não vota. Mas não vamos discutir
2633 isso não, eu queria discutir isso aí que é muito mais importante. Primeiro com relação a que o petróleo
2634 foi o que mais poluiu. Eu acho que ninguém se deu ao trabalho, talvez porque nunca apareça aqui nas
2635 nossas discussões do CONAMA a questão das cidades. Gozado, a ocupação urbana de hoje 60% da
2636 população do mundo está nas cidades. E a população urbana, quando a gente olha o Brasil, olha a

2637 China, a Índia, e mesmos os países desenvolvidos a gente vê o tipo de dano que causou as áreas de
2638 preservação permanente, nas áreas de conservação, descarte de esgoto "in natura" em Rio, Bahia de
2639 Guanabara, a cidade lá, há anos batalhando para tentar limpar a Baía e não consegue e tudo o mais.
2640 Ou seja, é interessante que de repente o petróleo que é o grande vilão do mundo e ninguém nunca
2641 falou, aliás, nunca circulou nenhuma Resolução aqui e nenhuma moção, falando no cuidado que as
2642 cidades deveriam ter com seu meio ambiente. Agora com relação à indústria e energia, puxa vida, eu
2643 acho que estou até excessivamente conhecido no meio ambiente porque não tem Resolução, aliás só
2644 teve até hoje e foi objeto de gozação só teve uma única plenária no CONAMA nesses três anos em que
2645 sou Conselheiro que eu não falei porque o assunto não dizia respeito à gente. Então a gente tem que
2646 utilizar humor talvez porque a gente seja motivado por uma Resolução sobre petróleo e tomar um pouco
2647 de cuidado ao lembrar o que mais poluiu. A grande emissão, a própria Ministra Marina, eu estou
2648 acreditando o que ela falou várias vezes aqui e o grande esforço que o país está fazendo não só com o
2649 Ministério do Meio Ambiente, como pelo IBAMA, e Polícia Federal é combater as queimadas
2650 clandestinas e desse país. Aqui é o petróleo que é o grande poluidor e a grande entidade nociva à
2651 sociedade brasileira. Eu gostaria que vocês pensassem nisso e relativizar um pouco o que o Francisco
2652 Iglesias Conselheiro falou. Agora, sobre esse parágrafo primeiro em si, nós estamos falando de um
2653 horizonte de daqui cinco anos. Quem conhece um pouco de energia sabe que energia não está na
2654 tomada na parede nem na bomba de gasolina. Tem toda uma estrutura de produção por trás que para
2655 ser montada, aprimorada e ter sua tecnológica, isso demora anos. Quando se fala na nova geração de
2656 energia, uma nova linha de transmissão, nós temos que pensar que com três quatro, cinco anos de
2657 antecedência, qualquer coisa que se fale hoje no Ministério das Minas e Energia, antes de 2009, ou
2658 2010 já é passado, já aconteceu. No mundo inteiro em termos de energia, 2009, 2010 já aconteceu.
2659 Estamos pensando em 2011, 2012, e hoje não existe condições comerciais que aponte economicidade
2660 da solução de dez miligramas por litro. Isso é um fato. Não quer dizer que não se queira. Isso é
2661 leviandade dizer que os centros não só representando a equipe da doutora Irene está preocupada em
2662 melhorar isso aí. Aquele indicador que acabou de ser aprovado aqui é um indicador máximo e sempre
2663 haverá uma preocupação de se diminuir esse índice de interesse não só do Brasil como de outros
2664 países e quem polui disso acontecer em outros termos e ninguém pode dizer que as empresas de
2665 energia do país não tem preocupações sociais e repito, como faço em todas as reuniões do CONAMA,
2666 o Ministério das Minas e Energia mudou sua legislação básica de concessão de petróleo e energia para
2667 incluir a variável ambiental e esse é o espírito de aprimoramento constante. Vai ser feito, algum dia
2668 será feito isso. Agora precisar em 2012 ou no parágrafo seguinte que é absolutamente equivalente a
2669 2016 a gente pode detectar que essas são as datas de fechamento da produção interna de petróleo e
2670 quem sabe vamos passar a ser só importadores de derivados de petróleo e tirar petróleo lá fora e poluir
2671 nossos ares aqui.

2672
2673 **Hamilton Pereira - Secretário de Articulação Institucional e Cidadania Ambiental**

2674
2675 Obrigado. Conselheira Cristina.

2676
2677 **Criatina Yuan – CNI**

2678
2679 Apesar de respeitar muito o Francisco Iglesias, meu colega antigo do CONAMA, somos antigos do
2680 CONAMA, gostaria de dizer que diferentemente dele eu queria parabenizar a todos os meus colegas de
2681 Conselho, porque todos ainda estão aqui até esse horário participando e exercendo seu legítimo direito
2682 democrático de externar a opinião das instituições que representam e isso deve ser respeitado. Então,
2683 eu acho que é isso e dizer também que as organizações ambientalistas tem um importante papel para o
2684 país, mas que eles não detêm o monopólio da visão ambiental do país. Eu tenho orgulho de participar
2685 de trabalhar para o Setor Empresarial na área ambiental há muitos anos. E acho assim que durmo
2686 tranquilamente todos os dias e ré passo à mensagem aos meus filhos de como é importante o
2687 desenvolvimento sustentável nesse país onde nós vivemos. Então eu gostaria que você assim
2688 respeitasse bastante a indústria, porque ela tem tido também um papel extremamente importante na
2689 gestão ambiental do país, assim como os órgãos do Meio Ambiente que acompanham toda a atuação
2690 na indústria. Então essa é uma ressalva que eu queria fazer à colocação do Conselheiro Francisco e
2691 mais uma vez, repito, que o respeito muito. E em relação à proposta de emenda eu gostaria só de
2692 ponderar aos meus colegas Conselheiros, de que nós não temos qualquer fundamentação técnica ou
2693 gostaria que os proponentes apresentassem para essa proposta de dez miligramas por litro. E gostaria
2694 de aproveitar a oportunidade para parabenizar a doutora Adriana pela forma como ela se manifestou
2695 em relação ao posicionamento do IBAMA, eu acho que foi extremamente lúcida e dizer que nós temos
2696 que ter coragem de rever posições. Quer dizer, o Marcelo, prazer em revê-lo, ele expôs a questão do

2697 processo técnico e das dificuldades que são enfrentadas e dizer que se avanço tecnológico houver, o
2698 CONAMA pode, a qualquer momento, rever a Resolução. Agora, não me parece assim que seria
2699 consistente ou responsável da nossa parte propor um valor de concentração que nós não sabemos se
2700 será smres rá os empreendedores e também esse Conselho, de ter aprovado uma proposta que não
2701 tem base técnica. (palmas).

2702 **Hamilton Pereira - Secretário de Articulação Institucional e Cidadania Ambiental**

2703
2704 Muito obrigado. Por favor, André ao microfone.

2705
2706 **André Alliana – ANAMMA**

2707
2708 Na linha de tentar buscar o consenso e ao mesmo tempo estabelecer uma meta, eu proponho que essa
2709 meta, ao invés de 2012, para que seja efetivamente cinco anos, 2013 é uma terceira proposta, que essa
2710 data seja para a partir de primeiro de janeiro de 2013, e que o índice seja de 15 miligramas por litro. É
2711 uma idéia de tentar buscar um intermediário entre 10 e ao mesmo tempo conseguir estabelecer uma
2712 meta que possa ser buscada e cumprida.

2713
2714 **Hamilton Pereira - Secretário de Articulação Institucional e Cidadania Ambiental**

2715
2716 Muito obrigado. Ele apresentou uma nova emenda. Agora vamos ouvir por favor o Conselheiro. Ao
2717 microfone.

2718
2719 **Representante do Estado da Bahia**

2720
2721 Parece óbvio que nós não temos condições técnicas de estabelecer essa meta nesse plenário. Parece
2722 óbvio também que a Petrobrás que cumpriu as metas da auto suficiência nesse país em petróleo pode
2723 também cumprir metas na área ambiental e vem fazendo isso. Então acredito que a questão merece
2724 respeito, é preciso sim que metas sejam colocadas, nós não podemos dizer que quando a tecnologia
2725 vier a gente estabelece as metas, nós temos que estabelecer metas para que a tecnologia corra atrás
2726 dessas metas, mas também não podemos ficar aqui nos debatendo e inventando números. Alguma
2727 formulação que pudesse dizer, não sei se o próprio Ministério das Minas e Energia ou a Petrobrás,
2728 poderíamos oferecer uma consideração de que tipo de meta a gente poderia estabelecer que os
2729 investimentos da Petrobrás em pesquisa, por exemplo, pudessem ou das empresas todas do setor
2730 pudessem nos propor uma meta. Não simplesmente desconsiderar uma meta. Eu não poderei votar
2731 nessa proposta de emenda como ai está, mas gostaria muito de votar em uma proposta que
2732 estabelecesse metas. Muito obrigado.

2733
2734 **José Carlos Gomes Costa – Ministério de Minas e Energia**

2735
2736 José Carlos do Ministério das Minas e Energia. Tem outra maneira de se enxergar essa questão que
2737 nós estávamos discutindo aqui, é que o desafio tecnológico é sempre interessante. A própria doutora
2738 Zuleica na sua apresentação anterior lembrou uma transparência que está aí no documento distribuído,
2739 falando do estado da arte hoje na Inglaterra que é da ordem de 20 miligramas, não é nem dez, é algo
2740 assim que se não virará um campeonato de química. A minha proposta concreta ou nossa proposta
2741 concreta é que em 2012 se reveja essa norma se adotando sempre uma participação massiva das
2742 instituições científicas, tudo o que foi falado aqui, da necessidade de participação, e que se passe a
2743 adotar dentro da avaliação que será feita daqui a cinco anos, se adote a melhor tecnologia disponível
2744 no mundo para aquele momento, que pode ser cinco, 10, zero, ou quem sabe até menos alguma coisa
2745 paramelhor ainda. Não sei a gente não sabe o que vai acontecer. Hoje não há prenúncio de tecnologia
2746 que permita ser dez ou zero nesses prazos ali. Hoje a tecnologia fala estourando em 20 miligramas
2747 para daqui a algum tempo.

2748
2749 **Hamilton Pereira - Secretário de Articulação Institucional e Cidadania Ambiental**

2750
2751 OK. Temos outras inscrições? Francisco Iglesias, Rosalvo e depois...

2752
2753 **Francisco Iglesias - IMARH**

2754
2755 Eu queria realmente, acho que o Conselheiro, qual é o nome do Conselheiro da Bahia, eu realmente
2756 gostaria de reforçar o pedido que ele fez, ele fez o pedido inclusive citou a Petrobrás, eu entendi, então

2757 eu gostaria de ouvir a Petrobrás sobre o desafio para a ela e agora eu quero ver qual é o desafio para a
2758 Petrobrás. Porque na hora da revisão, como foi colocada pelo Conselheiro José Carlos, ela não é
2759 desafio. 2012, uma revisão não é desafio. Eu queria justificar, inclusive, independente apoiar a
2760 proposta do André de modificação das datas que é da ANAMMA, a proposta de modificação das datas
2761 e até para ser coerente porque quando a gente propôs 20 a gente reduziu para quinze independente da
2762 resposta da Petrobrás, que ela ainda vai dar. Então pode ser até que de repente eu concorde com a
2763 Petrobrás. Eu queria colocar primeiro que eu acho que eu não fui desrespeitoso com a indústria, eu fiz
2764 uma crítica. Eu posso fazer. Eu acho que a indústria petrolífera é uma das maiores poluídores. Isso é
2765 uma crítica, eu não estou agredindo, estou reconhecendo um fato. Senão, não haveria leis ou
2766 convenções para proibir jogar óleo em mar e jogar óleo em rio, não haveria. Então eu só quero dizer
2767 isso porque se eu fosse desrespeitoso, seria eu usar termo xulo, e termo baixo. Aí sim eu considero
2768 desrespeitoso. Agora as pessoas às vezes partir para questão pessoal, a Cristina está chegando
2769 agora, ela não me escutou, mas partir para uma questão às vezes pessoal, não vale, o que vale é o que
2770 é objetivo e concreto. Eu como ambientalista mantenho a minha posição, mantenho a crítica que eu fiz
2771 que não foi desrespeitoso com a indústria petrolífera, que é uma das maiores poluída horas e tem uma
2772 responsabilidade muito grande nesse planeta de reduzir os danos que ela já provocou. Só um
2773 minutinho. Eu queria ler um pedaço do texto do IBAMA, apesar que infelizmente pela posição do
2774 IBAMA, ele foi desqualificado, mas vale a pena porque foi um relatório bem produzido. A união de
2775 plataformas marítimas produtores de óleo do Reino Unido, UKOOA, demonstra que em 1989 que o óleo
2776 na água produzida era de 21, 67 PPMs, isso em 99. Bem abaixo da exigência legal de 40 PPM. A
2777 própria indústria já está produzindo abaixo do que a recomendação do Reino Unido exige. 30 PPM, a
2778 indústria já pôs abaixo, já em 1998 esse valor havia baixado para 22.45 PPMs, demonstrando o esforço
2779 que vinha sendo efetuado pela indústria no controle da água produzida. A diminuição gradual na
2780 concentração do óleo na água produzida, deve-se principalmente à melhorias na tecnologia que
2781 possibilita separar quantidade pequena de óleo na água. Quer dizer a própria indústria está
2782 estabelecendo metas para si própria para poder melhorar inclusive ambientalmente estar mais comum
2783 com o mundo que hoje tem a tecnologia que nós temos. Então, eu gostaria de qualquer forma fazer a
2784 proposta, mas escutar o desafio que foi lançado pelo representante da Bahia para a Petrobrás. Muito
2785 obrigado.

2786
2787 **Nilo Diniz – Diretor do CONAMA**

2788
2789 Só explicando que a Petrobrás vai se manifestar a pedido do Conselheiro Francisco Iglesias.

2790
2791 **Francisco Iglesias - IMARH**

2792
2793 Não, foi a pedido do Conselheiro da Bahia.

2794
2795 **Marcelo Ramires – Petrobrás**

2796
2797 Bom, senhores. Como todos sabem, a Petrobrás, na realidade, quando a gente fala Petrobrás a gente
2798 primeiro tem que lembrar de uma coisa. A auto suficiência acabou no país, a Petrobrás é mais uma
2799 operadora e existem outras operadoras operando. Mas é a nossa operadora brasileira nasceu do Brasil
2800 e vive de desafios. Vivo de de desafios. Começou com Procafé dois mil metros na água e hoje tem
2801 que colocar 3 mil metros na água. Hoje tem projetos para reuso de água produzida *on shore*, em terra
2802 para irrigação, talvez nem todos os senhores saibam, mas irrigar com água produzida, você tem que
2803 deixar não digo de beber, mas quase para beber. Então a gente realmente vive de desafios. Agora a
2804 gente tem que fazer desafios baseado em tecnologia. Se alguém chegar para mim e disser assim
2805 assim: -Tu aceita um desafio de estudar a possibilidade de fazer alguma coisa? Claro, o Centro está lá
2806 para isso. Essa é a função do centro dentro da Petrobrás, é uma empresa que tem um centro de
2807 pesquisa que tem renome mundial. Agora não tem como hoje se chegar e dizer assim: Em 2012 eu
2808 terei tecnologia para atingir dez miligramas por litro ou quinze miligramas por litro. Porque essa
2809 tecnologia não existe, mas eu gostaria de colocar mais um ponto em cima disso, talvez nem todos os
2810 senhores saibam como é construída as plataformas como é construída uma plataforma. Um projeto de
2811 uma plataforma ele leva mais ou menos se a gente pegar por baixo, em tocha aí vamos dizer de uns
2812 seis anos, desde a sua, vamos dizer até mais, talvez oito anos, considerando achar o campo, fazer
2813 exploração, determinar se o campo é viável, não é viável. Então, a gente leva menos seis anos para
2814 fazer um projeto e a plataforma é construída. A plataforma, esses funcionários até ganham para isso, é
2815 um ambiente confinado. Ela está lá a 180 quilômetros da costa numa área definida. Ela tem um peso
2816 definido, um limite de peso definido e um centro de gravidade por causa do balanço do oceano, e

lamentavelmente a gente não tem como construir em cima dessas plataformas. Às vezes pequenas obrinhas é possível fazer. Mas uma obra de grande monta é muito difícil. E o que eu quero dizer com isso? Eu quero dizer que hoje a gente tem 34 unidades produzindo com descarte de água e algumas delas já reinjetando e esses projetos estão prontos e não tem como ser modificados. Algumas plataformas novas, por exemplo, em 2012 nós vamos estar executando e entrando em operação com plataformas que já tem o seu projeto executado hoje no seu conceitual feito hoje. Então, como lançar um desafio para uma coisa que a gente só vai ter em 2012, mas em 2012 todas as plataformas terão que descartar o mesmo valor. Então, eu entendo o seguinte. O grande desafio, o meu desafio já está aceito do ponto de vista da Petrobrás todo dia está pesquisando novas tecnologias para tratamento de água produzida e principalmente de reinjeção. Agora a gente amarrar isso a um valor para o de 2012, lamentavelmente é impossível. O que eu acho mais prudente é o que? Julgamos que em 2012 teremos tecnologia para tratar isso? Então ótimo. Em 2012 passamos dois anos e meio fazendo uma Resolução, uma Resolução tem mais ou menos, fora se pegar antes desde as discussões anteriores, mais de dois anos e meio, e imagina o tempo de trabalho demandado no Grupo de Trabalho dessa matéria mereça um tempo de validade, até por tudo isso que eu falei e então a proposta seria o quê? Vamos em 2012 reavaliar a Resolução e lá nós teremos as novas tecnologias disponíveis na data são essas e nós temos condições. E é muito importante isso, para os projetos novos atender a essa tecnologia. Perfeito.

Hamilton Pereira - Secretário de Articulação Institucional e Cidadania Ambiental

Obrigado. Conselheiro Rosalvo e depois pela ordem, o doutor Maurício.

Rosalvo Oliveira Júnior - Ministério da Integração Social

Senhor Presidente, senhores Conselheiros e senhoras Conselheiras. Eu quero dizer que vou dormir muito tranqüilo pelo voto que dei, e eu ia fazer a declaração de voto quando a votação foi nominal e não fiz para não ocupar mais tempo de plenário. Eu queria dizer que o Conselheiro Francisco Iglesias, companheiro de 2002 e 2003 do Conselho se eu tivesse que eleger cinco conselheiros com mais dedicação, afinco e que qualificação desse Conselho nas suas decisões pelos debates, temas e questões que levanta eu não teria a mínima dúvida de apontá-lo como um Conselheiro que tem esta dedicação. Agora eu quero dizer para ele que jamais permitirei que o meu voto seja questionado. Porque ele é meu, dado pelo Ministro que me nomeou representando este órgão. Então ele tem o direito à opinião, tem direito de vir aqui expressar o que for, mas quero dizer para ele que votei pela proposta 1 e não precisava fazê-lo, mas vou fazer que é uma declaração de voto, porque a minha pergunta foi quais eram os padrões mundiais e o padrão que o Conselho Nacional de Meio Ambiente está aprovando na data de hoje e amanhã, Sr. Presidente, é o mais restritivo segundo a informação da Petrobrás e do Ministério das Minas e Energia. E eu não tenho nenhuma razão para duvidar desses órgãos que antes de serem órgãos do governo, são órgãos do estado, órgão público e da sociedade brasileira. Então não tenho que duvidar deles e não tenho nenhuma razão para isso. Então feito esse intrólito e defenderei até a morte o direito de opinião do companheiro Chico e das ONGs, eu acho que qualifica esse Conselho e sem ele não teríamos o nível de debate que hoje tem porque eles que fazem o contraponto e algumas vezes conseguem efetivamente mudar meu voto é que a gente deve preservar a presença deles aqui, agora não podemos permitir todos os comentários porque alguns comentários poderão desviar para o lado facista e aqui a gente não quer isso, a gente quer democracia e escutar a opinião de cada uma das pessoas. Entendeu, Chico? Eu entendo e mantenho a verdade, e já quero ir para o meu segundo que talvez você tenha beirado talvez uma consideração maior com seus colegas Conselheiros. Mas deixemos isso para amanhã que hoje à noite a gente toma uma cerveja. O segundo ponto que eu gostaria de colocar, Senhor Presidente, é que eu acho e aí a intervenção do colega da Bahia e do Conselheiro do estado da Bahia é sempre pertinente, ele me parece sempre muito lúcido e equilibrado, a importância da idéia da gente ter uma redação no sentido de que a gente tenha uma melhoria dos índices que nós estamos aprovando no caput do artigo. E aí eu sugeriria e por isso a minha intervenção também nessa segunda sugestão de que Chico pudesse sentar com o José Carlos e o colega da Petrobrás e a gente pudesse manter a idéia do colega da Bahia, mas uma redação que a gente tentasse buscar o consenso na idéia central de que, alguns anos futuros lá na frente estes padrões serão muito melhores do que os padrões aprovados em 2007. Então concretamente Senhor Presidente, salvo prejuízo da discussão da própria Resolução, sugeriria então que a emenda aditiva parágrafo primeiro, ela pudesse ser apresentada na primeira hora de amanhã porque já são dezoito horas e acredito que a gente tenha mais quinze ou trinta minutos e os três pudessem conversar se fosse o caso e aí o Conselho é para isso, é por isso que são diferentes opiniões e diferentes órgãos e

2877 diferentes pessoas e a gente trazer uma redação que contemple essa idéia central de uma melhoria
2878 desses índices daqui alguns anos. Muito obrigado.

2879

2880 **Hamilton Pereira - Secretário de Articulação Institucional e Cidadania Ambiental**

2881

2882 Muito obrigado, rosa alvo. Estou entendendo que ele apresenta um novo encaminhamento. A minha
2883 pergunta para o plenário. Pois não? Se o encaminhamento da mesa não contemplar, eu passo
2884 imediatamente a palavra a você. A idéia é a seguinte. Se estivermos de acordo com a proposta que
2885 acabou de ser expressa aqui pelo Conselheiro Rosalvo de uma nova redação para esses dois, na
2886 verdade são os dois parágrafos e a gente apresentaria na primeira hora de amanhã, seguiríamos aí,
2887 porque agora já temos dezoito horas, e nós temos uma programação que é o lançamento de um livro
2888 em seguida, essa é a pergunta que eu faço ao plenário. Se há acordo com relação a essa proposta
2889 feita pelo Conselheiro. Por favor, ao microfone por favor Francisco Iglesias.

2890

2891 **Francisco Iglesias - IMARH**

2892

2893 Primeiramente, quero colocar que a Petrobrás não respondeu o desafio colocado pelo estado da Bahia.
2894 Eu sei, espera aí que nós vamos chegar lá. Senhor Conselheiro, eu pedi inscrição e a mesa me deu.

2895

2896 **Hamilton Pereira - Secretário de Articulação Institucional e Cidadania Ambiental**

2897

2898 O encaminhamento, por favor.

2899

2900 **Francisco Iglesias - IMARH**

2901

2902 Só um minutinho. .Vocês me permitem raciocinar? Vocês me permitem expressar o meu pensamento?
2903 Só um minutinho, posso expressar? Eu vou chegar nessa proposta. Gente, quero dizer o seguinte.
2904 Nenhum plenário pode obrigar ninguém a conversar. Só um minutinho.

2905

2906 **Francisco Iglesias - IMARH**

2907

2908 Conselheiro tem uma ordem de inscrição. Se não há encaminhamento, o Conselheiro Maurício está
2909 inscrito. O encaminhamento não é sentar os três e conversar. O plenário pode me obrigar a sentar e
2910 conversar com ele?

2911

2912 **Hamilton Pereira - Secretário de Articulação Institucional e Cidadania Ambiental**

2913

2914 Não. Agora você está desobecendo a ordem. Por favor, Conselheiro Maurício.

2915

2916 **Francisco Iglesias - IMARH**

2917

2918 Mas a mesa me deu a palavra.

2919

2920 **Hamilton Pereira - Secretário de Articulação Institucional e Cidadania Ambiental**

2921

2922 Não, a mesa deu a palavra para encaminhamento. Você está fazendo defesa de posição. Conselheiro
2923 Maurício da CNI.

2924

2925 **Maurício Mendonça Jorge – CNI**

2926

2927 Eu gostaria de encaminhar aqui a votação desses dois parágrafos que foram colocados aqui como
2928 sugestões de inclusão. Eu gostaria de já manifestar aqui a minha posição em contrário à inclusão
2929 desses dois parágrafos e gostaria de defender que eles não sejam incluídos. Nós temos no CONAMA
2930 uma responsabilidade muito grande na minha opinião de definir normas muito claras e objetivas e
2931 transparentes que possam ser adotadas, principalmente pelos órgãos ambientais na sua fase de
2932 fiscalização e regulamentação, dadas as suas competências específicas. Nós o fizemos, na minha
2933 opinião, quando definimos qual é o parâmetro de emissão que é fundamental para regular a atividade
2934 industrial num setor crítico para o país e crítico inclusive em termos mundiais. Eu acho que o
2935 depoimento que foi feito aqui pelos membros da Câmara Técnica deixou muito claro que a discussão foi
2936 intensa, foi profunda e que permitiu chegar-se a um número que tecnicamente é justificável na literatura

2937 internacional. Nós temos assistido aqui a alguns depoimentos, principalmente no sentido de questionar
2938 primeiro esse próprio parâmetro em cima de um depoimento de uma pessoa ou duas pessoas do
2939 IBAMA, sem nenhuma base técnica como um todo. Eu acho que devemos observar que literatura
2940 técnica sobre esses temas são abundantes, e nós não podemos trazer aqui uma evidência para
2941 justificar e essa evidências já foi trazida aqui duas ou três vezes para justificar parâmetros maiores.
2942 Além disso, eu acho que é um equívoco que nós vamos cometer fortíssimo em dois aspectos. Primeiro,
2943 é essa idéia de que você bota prazo para revisar as resoluções. Isso é um equívoco. O plenário tem
2944 que decidir agora neste momento com o conhecimento que ele tem e ele é soberano para em qualquer
2945 momento encaminhar novas decisões se surgirem novas evidências e novos fatos a gente sabe que o
2946 processo está estabelecido, em qualquer momento qualquer entidade pode requisitar uma revisão da
2947 Resolução em vigor como nós temos várias que estão sendo revisadas nesse momento. Então eu acho
2948 que não cabe a gente estabelecer prazos e muito menos estabelecer essas metas da forma como está
2949 se discutindo aqui, sem nenhuma base técnica como já foi mencionado e então meu encaminhamento é
2950 para a gente votar essa questão agora e minha proposta é que a gente rejeite essas duas proposições.

2951

2952 **Hamilton Pereira - Secretário de Articulação Institucional e Cidadania Ambiental**

2953

2954 Muito obrigado. Por favor, Chico com a palavra.

2955

2956 **Francisco Iglesias - IMARH**

2957

2958 Quero manifestar o meu desagrado, porque me foi dada a palavra na hora que eu pedi, eu normalmente
2959 só me pronuncio na hora que eu estou inscrito. E gosto de ser respeitado. Assim como eu escuto
2960 todos. Escuto, faço minhas análises e tomo as minhas decisões e meus encaminhamentos. Eu não me
2961 neguei quando eu fiz a observação, de desqualificar o encaminhamento que eu acho que conversar eu
2962 sempre conversei com todos aqui. E nunca levei nenhuma votação, nenhuma coisa para nível pessoal.
2963 Nunca, porque aqui nós estamos num processo democrático, num processo em que cada um segue a
2964 sua consciência e as orientações de quem quiser. Então, eu respeito muito o voto de todos. Mas eu
2965 não critiquei o voto de ninguém eu elogiei as pessoas por terem votado na nossa proposta. Então eu
2966 não sei se nós conseguiríamos conversar, nós podemos tentar chegar a um acordo mas estou
2967 totalmente aberto a conversar, mas eu acho que ainda a Petrobrás não respondeu o desafio, e por isso
2968 se eu tivesse o valor da Petrobrás que ela pudesse colocar o valor ali ou o ano. Vamos supor, a gente
2969 está falando de 2012, mas em 2025 nós teremos 15 miligramas. Eu vou analisar se isso é do meu
2970 fórum, eu vou votar nisso. Mas nenhuma proposta, nem em que lugar. Nem tempo nem nada. Tudo
2971 bem, recebemos as questões, a explicação sobre uma plataforma. É oito anos. Então quando é que
2972 nós podemos começar? Mudar o ano que vem para daqui oito anos e então oito anos mais 2008, a
2973 partir de 2016 a Petrobrás pode produzir e lançar tantas unidades por milhão. Isso eu gostaria de ouvir
2974 objetivamente da Petrobrás, porque eu não escutei e ninguém escutou.

2975

2976 **Hamilton Pereira - Secretário de Articulação Institucional e Cidadania Ambiental**

2977

2978 Queria só informar ao plenário para que a gente não perca o ritmo do trabalho que nós temos inscritos o
2979 Conselheiro Volney, o Conselheiro Gustavo e a Conselheira Zuleica nessa ordem. E a Conselheira
2980 Cristina Yuan.

2981

2982 **Volney Zanardi Júnior - MMA**

2983

2984 Bom, senhoras e senhores Conselheiros, eu queria fazer um registro importante, porque essa matéria
2985 ficou muito tempo na Câmara Técnica e a Câmara Técnica teve todo o cuidado em adotar abordagens,
2986 vamos dizer assim, mais comuns e os critérios de tomada de decisão que nós tomamos nos processos
2987 de avaliação ambiental e avaliação de risco. Se vocês olharem como está organizada essa Resolução,
2988 e como estão organizados os problemas que nós temos, os diferentes problemas que nós temos no
2989 processo de descarte da água, nós vamos ver que o aspecto principalmente no artigo oitavo e no nono,
2990 nós criamos restrições para lançamento acerca de áreas ecologicamente sensíveis não menos que um
2991 quilômetro e no artigo nono nós trabalhamos com uma perspectiva de estudar no caso a caso o
2992 parâmetro para descarte nessas áreas que estão a menos de 12 milhas náuticas. E então nós estamos
2993 usando primeiro um critério de praticamente tolerância zero e nós estamos trabalhando com critério de
2994 um estudo específico em caso a caso e só nos outros casos, vamos dizer assim para fora das doze
2995 milhas, em áreas onde nós realizamos uma série de modelagens, e se percebeu que o ganho ambiental
2996 seria muito reduzido em relação ao investimento e as possibilidades tecnológicas que se tem. Então só

2997 nesses casos que está se aplicando esse critério de 29 de média e no máximo 42. E então acho
2998 importante olharmos para todo esse ordenamento do processo que passa por uma restrição total de a
2999 um quilômetro em áreas sensíveis e passa a 12 milhas náuticas ao norte e só em áreas com menos
3000 contabilidade onde se fez uma série de estudos se trabalha com essa perspectiva de análise dos
3001 benefícios. Então eu queria recuperar um pouco esse espírito, porque isso foi detidamente discutido na
3002 Câmara Técnica e eu acho que esses subsídios tem que ser considerados nesse processo de tomada
3003 de decisão.

3004
3005 **Hamilton Pereira - Secretário de Articulação Institucional e Cidadania Ambiental**

3006
3007 Muito obrigado, Conselheiro. Por favor Conselheiro Gustavo com a palavra.

3008
3009 **Gustavo Teixeira Lino – Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão**

3010
3011 Gustavo Lima do Planejamento, boa noite. Lá no Ministério do Planejamento a gente tem uma grande
3012 tradição em pensar o futuro, em definir metas nesse futuro. E eu gostaria de chamar a atenção para
3013 uma característica muito especial dessa meta e diferenciar de outras metas. Suponhamos que você
3014 tenha uma meta de construir 10 mil casas populares no ano de 2008 e depois você tem de 40 mil em
3015 2010 e você tem de 80 mil casas populares em 2012. Você tem a convicção em relação a essa meta
3016 que se os esforços e os recursos financeiros forem alocados, você certamente conseguirá construir 40
3017 mil casas populares e depois 80 mil. No caso de uma meta que envolve desenvolvimento tecnológico,
3018 não há como garantir, por mais que se aloque esforço e capital, que o esforço e capital investido irá
3019 gerar uma tecnologia capaz de produzir a quinze miligramas e depois a zero miligramas. Em
3020 decorrência dessa característica dessa meta aí, não se pode estabelecer uma vedação de produção
3021 com base em níveis hoje não existentes. Pode ser que por mais que haja aplicação de recursos e
3022 esforços em pesquisa, a gente permaneça até 2013 ou até 2016, ainda com a possibilidade de 20
3023 miligramas ou 25 miligramas ou 29 miligramas. Então, o Ministério do Planejamento considera absurdo
3024 qualquer estabelecimento em níveis hoje não existentes tecnologicamente. E conclamo aos
3025 Conselheiros a refletir sobre essa situação e não estabelecer essa meta. Obrigado.

3026
3027 **Hamilton Pereira - Secretário de Articulação Institucional e Cidadania Ambiental**

3028
3029 Muito obrigado, Gustavo. Com a palavra, a Conselheira Zuleica, por favor.

3030
3031 **Zuleica Nycz - APROMAC**

3032
3033 Bem, voltando à defesa de algum mecanismo, seja ele qual for negociado em função de que o
3034 CONAMA recorrente cedeu de 20 para 29 hoje, lembrando que novamente o IBAMA através do
3035 escritório de licenciamento especial das atividades de petróleo nuclear escreveu que a Petrobrás
3036 estimava em 2003 que na bacia de campos eram lançados dois milhões de metros cúbicos por de água
3037 de produção. Se considerarmos, diz a nota, uma média de 40 miligramas por litro que era o que a
3038 Petrobrás queria, conforme o proposto pela própria empresa, a cada anual de óleo lançada via água de
3039 produção representaria uma contribuição para contaminação crônica de óleo de 80 toneladas por ano,
3040 só na bacia de campos em 2003. Quer dizer, se a Petrobrás disse que quanto mais velho vai ficando o
3041 poço maior a quantidade de contaminantes, então façam a conta. Em 2003 eram 80 toneladas a ano.
3042 Aqui diz a carga anual de óleo lançada via água de produção representaria uma contribuição por
3043 contaminação crônica de óleo de 80. Isto sem mencionar os outros contaminantes já citados que são
3044 mercúrio, cádmio, etc e tudo o que nós vamos ver aí na frente presentes em sua composição, os quais
3045 também podem ter sua carga anual de laboratórios ament em torno de algumas dezenas de tonelada
3046 por ano, só na Bacia de Campos. E fazendo a conta, se 40 miligramas, vamos fazer uma conta básica,
3047 40 miligramas representa 80 toneladas as 29 hoje representam 60. As 20 representavam 40. Então,
3048 aumentamos hoje de 40 para 60, só na Bacia de Campos, dados de 2003. Bom, considerando isso, eu
3049 acho que é uma obrigação do Conselho Nacional de Meio Ambiente pelo menos sanar essa dívida com
3050 a sociedade e suas estruturas hoje contraída ainda mais e de fato estabelecer e se prontificar a pelo
3051 menos apresentar alguma proposta para a sociedade brasileira. Eu acho que o representante da
3052 Petrobrás está disposto, estamos conversando e negociando. Eu tenho uma proposta de
3053 encaminhamento de que a gente faça a negociação, interrompa a reunião e que a gente continue
3054 amanhã, tenha as informes e mais tempo para conversar. Eu acho que é a única solução agora para
3055 tentar salvar alguma coisa.

3056

3057 **Hamilton Pereira - Secretário de Articulação Institucional e Cidadania Ambiental**

3058
3059 Muito obrigado, Conselheira. A pergunta que eu faço é para a Conselheira Cristina se converge ou se
3060 ela tem uma posição diferenciada desse encaminhamento. Ela está propondo suspensão da reunião.
3061 Não? Então ao microfone.

3062
3063 **Maria Cristina Yuan – CNI**

3064
3065 Eu somente queria ponderar por tudo o que já foi exposto, da procedência de se insistir na inserção
3066 desses parágrafos. Eu corroboro inteiramente com a exposição feita pelo Conselheiro Gustavo do
3067 Ministério do Planejamento. Quer dizer, se nas situações em que já existe tecnologia e entendimento
3068 disponível para por exemplo erradicar o analfabetismo no país, tratar esgotos sanitários, existe
3069 tecnologia para tratamento de esgoto sanitário. Por que não é feita? Se nós não conseguimos alcançar
3070 essas metas imaginem aquelas que dependem de desenvolvimento tecnológico. Então não me parece
3071 razoável e conseqüente e principalmente responsável, que esse Conselho determine uma meta de
3072 concentração, que nós conscientemente de forma responsável possamos afirmar que vai ser alcançada.
3073 E eu quero lembrar que isso respinga sobre os órgãos ambientais num momento em que eles
3074 começaram a licenciar esse tipo de atividade que possa se iniciar a partir de 2012, e que já vão ter que
3075 licenciar mediante apresentação de projetos que comprovem o lançamento desses efluentes na
3076 concentração de dez miligramas. Não vão ser licenciados e isso sem qualquer critério técnico. Gente,
3077 isso é falta de responsabilidade. Nós podemos regulamentar, dispor, aprovar e deliberar sobre coisas
3078 que nós conhecemos. Se é necessário depois rever, se foi feito um avanço tecnológico nós fazemos a
3079 todo momento isso. Mas não é possível que nesse momento nós Conselheiros, aproveemos um valor de
3080 concentração que ninguém aqui nesse plenário pode me dizer então qual é a tecnologia que vai ser
3081 usada para que seja alcançado.

3082
3083 **Hamilton Pereira - Secretário de Articulação Institucional e Cidadania Ambiental**

3084
3085 Conselheiro Rosalvo é encaminhamento? A mesa vai encaminhar depois da intervenção do
3086 Conselheiro Rosalvo.

3087
3088 **Rosalvo Oliveira Júnior - Ministério da Integração Social**

3089
3090 Presidente, veja bem, o nosso encaminhamento anterior era no sentido de que a gente interrompe ex a
3091 reunião, que não voto ássemos agora nem a favor e nem contra e na realidade a nossa proposta de
3092 redação não inclui nem data e nem número, mas apenas uma sinalização, uma idéia de que nós vamos
3093 melhorar esses 29 que aprovamos no caput, e quero dizer que acho que foi brilhante a defesa que o
3094 Conselheiro Gustavo fez. Mas eu queria lembrar ao Gustavo que quando a gente discutiu Senhor
3095 Presidente a Resolução sobre lodo de esgoto que a gente também não tinha a tecnologia, a gente
3096 sinalizou para empresas de saneamento que daqui a dez ansioso parâmetros serão x, y e z. Então eu
3097 acredito que pelo avançado da hora e aí parece que já está começando uma conversa com o Chico
3098 Blue, o pessoal da Petrobrás, Ministério das Minas e Energia, amanhã de manhã a gente volta tranqüilo
3099 e vamos ter uma redação que eles estão conversando e depois a gente vai conversar e a gente
3100 continua tranqüilamente a Resolução. O importante da idéia Senhor Presidente é que devido ao
3101 avançado da hora e o nosso cansasse que a gente deixe a definição desses dois parágrafos para
3102 amanhã na primeira hora. Obrigado.

3103
3104 **Hamilton Pereira - Secretário de Articulação Institucional e Cidadania Ambiental**

3105
3106 Atenção, por favor. Plenário, a mesa vai submeter ao plenário a proposta, considerando que a jornada
3107 foi longa, a discussão foi intensa e foi produtiva de todo modo. Esse é um espaço democrático. A
3108 sugestão aqui, sem prejuízo, repito, sem prejuízo da opção aqui defendida pelo Conselheiro Maurício e
3109 pela Conselheira Cristina, ou seja, se a proposta de acordo não contemplar a posição, haverá voto.
3110 Então, a proposta da mesa é de que suspendamos a reunião na linha daquilo que foi proposto pelo
3111 Conselheiro Rosalvo e amanhã abriremos a nossa plenária dando tratamento a esses dois parágrafos.
3112 Aqueles que estiverem de acordo por favor se manifestem. Alguém é contra? Então está suspensa a
3113 sessão. O Nilo vai dar um aviso.

3114
3115 **Nilo Diniz – Diretor do CONAMA**

3116

3117 Gente, olha, é só um aviso importantíssimo, eu peço que os Conselheiros permaneçam um pouquinho
3118 aqueles que puderem realmente permanecer, porque nós vamos imediatamente já fazer o lançamento
3119 do livro do Fernando Almeida do CEBDS, e é importante, porque ele está além de lançando o livro,
3120 oferecendo graciosamente e gentilmente a todos os Conselheiros um coquetel aqui no rol de entrada do
3121 auditório. Então antes da gente ir para o coquetel nós vamos fazer aqui mesmo nessa mesa em
3122 brevíssima exposição rápida do autor do livro com a presença também do Secretário Executivo, João
3123 Paulo Capobianco que está a caminho também. Então a gente pediria que vocês dessem uma
3124 atrasada no retorno para o hotel, ou para suas residências, para a gente poder fazer esse lançamento
3125 então não vamos demorar muito, não. Apenas cinco minutos para a gente dar início ao lançamento.
3126
3127

1
2
3
4
5
6
7
8
9
10
11
12
13
14
15
16
17
18
19
20
21
22
23
24
25
26
27
28
29
30
31
32
33
34
35
36
37
38
39
40
41
42
43
44
45
46
47
48
49
50
51
52
53
54
55
56
57
58
59

86ª REUNIÃO PLENÁRIA DO CONAMA
BRASÍLIA, 04 DE JULHO DE 2007
AUDITÓRIO DA ANA

Nilo Diniz – Diretor do CONAMA

Bom dia a todos. Nós vamos dar início à parte de informes enquanto acusamos quorum para retornar à norma deliberativa que é a Resolução que trata de processo de descarte contínuo de águas de processo de plataformas marítimas. Enquanto não temos quorum ou o quorum está se constituindo, nós vamos dar início aos informes, temos um número grande de informes, já esclarecendo que em relação ao primeiro... Francisco.

Francisco Iglesias - IMARH

Bom dia, gente. Apesar da gente não ter número suficiente, mas como aviso para as pessoas que estiverem interessadas na realidade sobre a questão de animais silvestres, a relatora que foi a Cristina, ela fez o parecer e a minha sugestão independente do encaminhamento é que os pareceres da próxima vez sejam todos publicados, porque dificulta às vezes a gente saber se tem ou não tem, apesar que você avisou ontem muita gente não sabe, mas os pareceres dela porque foram feitos quatro setores e então estão com a Cristina. Você pode distribuir os pareceres aqui.

Nilo Diniz – Diretor do CONAMA

OK. Então o parecer da AMDA está disponível também no site nesses quinze dias e quem quiser cópias para dar uma olhada de cada um dos segmentos por favor pode falar com a Cristina. Como eu ia dizendo, em relação aos informes vamos tentar concluir nesse horário enquanto chegamos ao quorum, quero informar inicialmente que o informe previsto como primeiro informe, o informe número 8.1, trata do requerimento de informação sobre medidas tomadas pelo MMA, Ministério do trabalho e Ministério da Saúde para trabalhos em relação à aplicação da Resolução que define os padrões de emissão de poluentes atmosférica por fontes fixas, o Ministério da Saúde, o Ministério do Trabalho e o Ministério do Meio Ambiente, estão exatamente iniciando esse trabalho de monitoramento, de acompanhamento da aplicação dessa Resolução que é muito recente e ainda não tem um ano, e portanto não se vê em condições de prestar esse informe hoje apenas porque não tem ainda condições de apresentar, não tem ainda acúmulo suficiente para apresentar. E então solicitaram que fizéssemos esse informe possivelmente na próxima plenária. Com isso, a gente passaria para o 8.2. Conselheira Zuleica. Os três Ministérios, o Ministério do trabalho, o Ministério da Saúde e Ministério do Meio Ambiente estão trabalhando para nessa Resolução ainda poder dar esse informe oportunamente.

Zuleica Nycz - APROMAC

Bom dia. Na verdade a poluição industrial já existe desde a revolução industrial no mundo, desde que o Brasil se industrial sou começou o processo de industrialização. Por exemplo, a Araucária com a refinaria da Petrobrás nos anos 70, a Araucária no Paraná uma das cidades mais contaminadas do mundo, chamada de sucursal do inferno, Cubatão por exemplo, e assim por diante, tem problemas de poluição desde as primeiras refinarias, porque todo o pólo que vai se formando em volta dessas refinarias numa época que não existia desde os anos 90, por conta dos efeitos causou então essa situação caótica que temos no país de total descontrole da poluição. Pelo menos é o que parece ao cidadão, as autoridades podem dizer que não, mas do ponto de vista do cidadão comum que não tem acesso a boletins, não tem acesso a nenhuma política, informações principalmente. Apesar de existir o direito à informação, não é muito bem cumprida e pelo menos nós na Araucária não temos acesso absolutamente a quase nada de informação. Não sabemos se existe algum estudo de bacia aérea, capacidade de suporte da bacia aérea, mas o que a gente vê, são novos licenciamentos sendo dados sem nenhum cálculo e sem, enfim, nenhum estudo. Com base em nenhum estudo. Então, quando a gente vê essa Resolução no CONAMA, ela vem agora simplesmente para legalizar tudo isso e nenhum estudo novamente é feito, para que pelo menos desse base científica para os que foram aqui aprovados. Então o que eu fico surpresa em saber é que o Ministério da Saúde não tem o que dizer, o Ministério do Trabalho também, o problema da poluição não é por causa da Resolução. A Resolução só veio legalizar a poluição. O problema da poluição é muito mais antigo, mas eu vou aguardar porque não tem outra alternativa, pela próxima plenária. Obrigada.

60
61
62
63
64
65
66
67
68
69
70
71
72
73
74
75
76
77
78
79
80
81
82
83
84
85
86
87
88
89
90
91
92
93
94
95
96
97
98
99
100
101
102
103
104
105
106
107
108
109
110
111
112
113
114
115
116
117
118
119

Hamilton Pereira - Secretário de Articulação Institucional e Cidadania Ambiental

Obrigado Conselheira. Mais algum informe do Plenário?

Nilo Diniz – Diretor do CONAMA

Muito bem, então nós vamos passar ao segundo informe e antes eu quero convidar para presidir a mesa o nosso secretário executivo João Paulo Capobianco e agradecer aqui a direção dos trabalhos que vem sendo executada desde ontem pelo Conselheiro titular do Ministério, o doutor Hamilton Pereira Secretário de Articulação Institucional e Cidadania Ambiental.

João Paulo Ribeiro Capobianco – Secretário Executivo do CONAMA/MMA

Bom dia a todos Conselheiros e Conselheiras. Sem mais delongas vamos dar seqüência aqui ao trabalho, eu sei que ontem já foi um dia intenso de trabalho, culminando com o lançamento do livro. Vamos à seqüência então dos trabalhos.

Nilo Diniz – Diretor do CONAMA

Bom, então eu quero convidar para esse segundo informe que trata do processo de número 2000000739/2007-21, questionamento sobre legalidade da BR 163 que foi apresentada aqui no plenário pela OCA Brasil, e nós vamos ouvir, peço que durante dez minutos, nós vamos ouvir aqui uma informação que será prestada pelo Ministério do Meio Ambiente e pelo Ministério dos Transportes, aí vou pedir que cada um dos Ministérios se pronuncie em torno de cinco minutos cada um, nós ainda temos mais dois informes após esse, enquanto aguardamos o quorum. Inicialmente então vou convidar para dar o informe o Ministério do Meio Ambiente a doutora Dilma. O documento Preserva Amazônia são os colegas ali, o Marcos.

Dilma - MMA

Bom dia a todos. Nós recebemos do Ministério esse questionamento da OCA tratando sobre a legalidade da pavimentação da BR 163. Nós acompanhamos esse licenciamento e temos também o plano de desenvolvimento regional para essa área. Trata-se dessa pergunta, por não ter a avaliação de alternativas que seria no caso uma ferrovia. Sabemos que esse eixo estradal foi aberto em 1970 antes da Resolução do CONAMA e o licenciamento partiu da etapa de solicitação do licenciamento para pavimento ação de um eixo já estradal. Ocorreram várias audiências públicas e também consultas públicas com base no plano e durante todo esse nosso contato com a população local, em nenhum momento foi pedido que fosse feita uma ferrovia. E a população ela demanda que tenha uma estrada aonde eles possam transportar suas mercadorias e também para pessoas. No caso, o licenciamento segue para pavimentação desse eixo que já está aberto desde 1970, e não foi feita essa avaliação por se tratar de uma área aberta. Então o licenciamento já está pautado desde o início sobre a pavimentação do trecho. E esse questionamento chegou para a gente este ano e está levantando uma questão de um processo que já está em andamento e a população local até agora não se posicionou dizendo que a estrada não atenderia. E eu acho que o Ministério de Transportes que foi quem fez também a solicitação para esse licenciamento tem a justificativa de porquê já passou de um processo para asfaltamento do trecho.

Nilo Diniz – Diretor do CONAMA

OK. Quero convidar pelo Ministério do trabalho o doutor Miguel Mazela Secretário de Fomento do Ministério dos Transportes.

Miguel Mazela – Ministério dos Transportes

Obrigado. Bom dia. É uma satisfação participar dessa reunião do CONAMA no processo de licenciamento ambiental da BR 163. Queria ressaltar que o Ministério, e eu estou fazendo essa exposição atendendo um convite do CONAMA, foi o ofício encaminhado e tenho considerações sobre comanda o processo de licenciamento ambiental da BR 163. Bom, inicialmente é bom destacar que ele está estritamente dentro do que está previsto na legislação. Ou seja, não caberia dúvida nenhuma

120 sobre a legalidade ou não do processo de licenciamento. O EIA RIMA e os estudos posteriores que
121 estão em andamento, seguem exatamente aquilo que foi solicitado pelo IBAMA, tanto que nós já temos
122 a licença prévia, com base na licença prévia já foram feitas algumas licitações e em alguns trechos nós
123 já temos licença de instalação. Por exemplo, no trecho da saída de Guarantã tem 7 quilômetros da
124 travessia de Guarantã que já tem licença de instalação. Com base nessa licença a gente pretende
125 começar a obra a partir do mês que vem. No trecho Norte que é de Santarém até Ouroposles também
126 tem a licença de instalação. As obras começaram ano passado e devem prosseguir já com
127 pavimentação de 20 quilômetros esse ano. O resto do trecho está em licitação porque com base na MP
128 que foi dada já foi possível fazer as licitações. Então a obra está andando normalmente vai pegar ritmo
129 a partir do segundo semestre, porque até agora com problema de chuvas não foi permitido começar a
130 obra. Tem alguma pontes, cinco que foram delegada ao exército que também deve começar a partir de
131 agosto. Então é uma obra que está entrando na execução. Agora, fazendo algumas considerações
132 sobre alternativa de estudo não para o caso da BR 163 mas em geral, eu queria dizer a todos que o
133 Ministério dos Transportes sempre faz estudo de alternativas, tanto que na própria região, na BR 163 na
134 área de Sorriso, atualmente está sendo feito um estudo de uma ferrovia saindo da 163 para a 158 e que
135 provavelmente vai ser uma tributária da norte e sul e que pode atender aqueles produtores de soja no
136 sentido de levar a carga por ferrovia mas não para Santarem, eu diria que para Santarém a carga é
137 destinada principalmente para exportação. Essa ligação ferroviária a partir da 163 seria para interligar
138 com sistema nacional. Eu acredito que boa parte daquela soja seja destinada ao mercado interno, já
139 que a tendência ao longo do tempo é que as zonas produtoras de soja que estão mais próximas é que
140 sejam prioritariamente destinadas à importação. As que estão numa região mais interior, elas podem ir
141 tanto para exportação como mercado interno. Então a ligação via ferroviária para atender a produção
142 da 163, ela está prevista prioritariamente para ligar com a Norte e Sul e também é uma ligação a partir
143 do norte sul de Rondonópolis que está previsto até Cuiabá. E então teríamos duas saídas ferroviárias
144 para aquela região. Uma saída sul e uma saída leste. E a saída Norte que eu Cuiabá Santarém, eu
145 diria que o motivo principal que justifica a sua pavimentação para mim já não é tanto o transporte de
146 soja, e sim o atendimento à região, integração à região. Que quanto a isso a rodovia se presta muito
147 mais do que a ferrovia. Porque a rodovia é um acesso aberto, tem acesso à população muito mais fácil
148 do que através de uma ferrovia. Ou seja, você abre uma estrada hoje no dia seguinte aparece uma
149 Kombi levando transporte de um lado para o outro. Na ferrovia, não. Tem o trem com horário certo e
150 tal. Para atender a população local, não há dúvida que a rodovia tem uma necessidade muito maior,
151 atendimento de saúde, atendimento de educação, da polícia, todas essas coisas são feitas por veículos
152 automotores. E então é muito mais fácil você atender uma região daquele tipo com uma rodovia. Além
153 disso tem uma consideração interessante que é uma prática observada em todas as outras áreas.
154 Normalmente em área de fronteira agrícola, primeiro vem uma rodovia e depois se o tráfico justifica é
155 feita uma ferrovia. Assim foi feito em todos os locais. Na Norte-Sul é uma ferrovia e está sendo feita 30
156 anos após a pavimentação da Belém Brasília. Primeiro veio a Belém Brasília de terra, depois foi
157 asfaltada e alguns anos atrás pelo fluxo justificou fazer uma ferrovia. O que justifica a ferrovia é o
158 volume de transporte, e o volume de transporte inicial em zona de fronteira agrícola não é tão grande a
159 ponto de justificar logo de início uma ferrovia. E por isso que normalmente você primeiro começa com
160 uma rodovia de terra e depois você pavimenta essa rodovia e depois vem uma ferrovia. No caso dessa
161 ligação que o Ministério da 163 e a friof para Norte-Sul, primeiro tem uma rodovia que vai ser estudada
162 em conjunto. Exatamente esse estudo que vocês estão propondo aí. A alternativa é fazer uma rodovia
163 ou uma ferrovia. Provavelmente a conclusão nesse estudo vai ser uma diferenciação no tempo. O que
164 se coloca a questão não é uma rodovia ou uma ferrovia. É quando a rodovia e quando a ferrovia.
165 Normalmente primeiro vem a rodovia e alguns anos mais tarde vem a ferrovia. Então, eu diria que para
166 projetos novos essas alternativas estão sendo consideradas pelo Ministério de Transportes. Já no caso
167 da 163 que é o projeto em andamento, e a partir do mês que vem a obra já começa a deslanchar e a
168 idéia é continuar com o projeto da forma que ele está. Ou seja, a pavimentação.

169
170 **Hamilton Pereira - Secretário de Articulação Institucional e Cidadania Ambiental**

171
172 Muito obrigado. Eu passo a palavra para o pessoal da Preserva Amazônia. Por favor. É apresentação
173 do slide?

174
175 **Marcos Mariano – Preserva Amazônia**

176
177 Bom dia a todos. É uma honra muito grande estar podendo estar aqui no Conselho expressando e
178 defendendo aqui o nosso ponto de vista. Meu nome é Marcos, sou Presidente da Preserva Amazônia,
179 uma organização não governamental independente e nossa defesa aqui é pelo fato de que todos

180 sabemos que as estradas são gigantescos vetores de desmatamento na Amazônia, os principais
181 vetores de desmatamento na Amazônia são estradas pavimentadas. Em função disso viemos
182 questionando desde o início, porque se fazer uma estrada pavimentada numa região tampouco
183 habitada e não se estudar a opção de uma ferrovia. Então buscamos desde o início estar fazendo com
184 que fosse feito esse estudo comparativo entre as duas opções. Há pouco tempo recentemente, após
185 nossa solicitação de inserção de pauta no CONAMA, descobrimos sobre esse estudo que está sendo
186 elaborado pelo Ministério dos Transportes. Então isso é uma surpresa muito boa para nós, exatamente
187 porque é o que nós estávamos buscando. E em uma das agências públicas que foi realizado
188 conseguimos que fosse inserido nesse estudo essa opção da ferrovia ligando o Norte do Mato Grosso
189 até o porto de Santarém, não estava sendo contemplado isso no estudo. Então isso foi aceito, a gente
190 conversou com os diretores lá na NTT, ficaram assim a favor de que isso fosse inserido no estudo essa
191 opção, essa opção foi inserida no estudo, o estudo está em curso sendo feito pela Universidade Federal
192 de Santa Catarina, um estudo encomendado pelo Ministério dos Transportes, tenho a cópia aqui,
193 depois está disponível para quem quiser e nosso principal motivo da gente estar aqui hoje, é que a
194 gente entende que nesse estudo tem que ser contemplada a variável ambiental com sua devida
195 importância porque se ela não for contemplada com sua importância a gente tem a possibilidade
196 de ter um estudo incompleto, parcial, não é objetivo de ninguém que esse estudo tenha um resultado
197 parcial. Mas nós entendemos que o CONAMA deve estar atuando para que isso ocorra, que a variável
198 seja incluída, porque pode ser que a gente não precise de duas obras, pode ser que não precise de
199 uma estrada pavimentada para o Norte e uma ferrovia para o leste, quem sabe uma ferrovia só para o
200 Norte não atenda. Eu poderia ficar aqui horas discutindo e falando as vantagens da ferrovia sobre a
201 ferrovia. O senhor inclusive falou que a rodovia permite mais facilidade de acesso. Mas isso não é
202 problema na Amazônia, ninguém salta de um trem com um trator de esteira embaixo do braço. Um
203 caminhão não ele pára a cada dez quilômetros tem um café sem troco, uma vicinal e isso não há dúvida
204 nenhuma que é o principal problema hoje de acesso na Amazônia, a falta de governança e então nós
205 realmente temos sérias dúvidas com relação a isso. Examinando aqui também a questão da Resolução
206 01/86 do próprio CONAMA, eu acho que deixa bem claro sobre a necessidade de serem feitos esses
207 estudos. Quer dizer, independente de qualquer coisa eu acho que a gente tem que estar atendendo
208 aqui a Resolução 01/86 em primeiro lugar. Outra coisa também é a tendência, o mundo muda e temos
209 que estar mudando, ontem mesmo no lançamento do livro, o autor falou que a gente tem que quebrar
210 paradigma. O que acontece? A gente está com modelo de transporte de 1973 e naquela época o
211 modelo era aquele, a gente tinha que estar ocupando espaço. Hoje é uma preocupação ao contrário, a
212 gente tem que talvez tomar cuidado para a gente não estar abrindo frentes que não vamos ter controle
213 depois. E a gente sabe como é que está a situação, são derrubadas, é complicado, é corrupção fiscal, é
214 muito difícil. E respeito muito o trabalho do Ministério aqui, não é porque o secretário está aqui desde o
215 início nós apoiamos aqui o trabalho da Ministra, e inclusive entendemos que isso aqui é uma maneira
216 talvez do plano ter sua afetividade realmente, porque o plano do distrito florestal da BR 163 é uma coisa
217 que pode ajudar. O transporte de grãos é mais barato, o transporte de madeiras. Entendemos que tem
218 várias vantagens. Nós não estamos sozinhos nesse endimento o Governador do Amazonas já está
219 acenando com essa possibilidade de ferrovias no lugar da pavimentação da BR 319 e isso está sendo
220 falado direto. Eu acho que existe o entendimento por parte de várias pessoas que é uma opção que
221 deve ser considerada. Além disso, com relação ao que a pessoa falou aqui antes da população local,
222 não cabe só a população local, porque os efeitos e as consequências da pavimentação dessa BR não
223 vão ser sentidos só pelos habitantes da região. Quer dizer, todos nós seremos afetados pelos efeitos
224 do desmatamento, mudanças climáticas, e tal. É uma coisa muito complicada e eu acho que o
225 Conselho deve estar muito atento. Uma outra coisa que eu queria só para concluir chamar atenção, é
226 que uma vez que já está sendo feito esse estudo e já está sendo realizado nesse estudo um dos
227 cenários prevê a pavimentação da 163 e outro cenário prevê a construção da ferrovia que liga o Norte
228 do Mato Grosso a Santarém. Como se pode investir em uma das alternativas qualquer tipo de
229 investimento que sejam trechos longos, se não existe uma conclusão no estudo. Então tem sentido a
230 gente fazer um estudo se já tem decidido qual vai ser o negócio. Eu acho que o CONAMA deve estar
231 aqui embuído de responsabilidade. Eu entendo que deveria se aguardar a conclusão de estudo até que
232 se fosse determinado pelo estudo qual das melhores alternativas. Eu acho que está colocado aqui o
233 informe e agradeço mais uma vez a oportunidade e estamos à disposição para qualquer
234 esclarecimento. Obrigado.

235
236 **Manoel Imbiriba Júnior - Secretaria Estadual do Estado do Pará**

237
238 Bom dia a todos e todas, meu nome é Imbiriba, eu sou da Secretaria Estadual do Estado do Pará e o
239 nosso secretário que é o titular do CONAMA não está presente, porque está exatamente numa reunião

240 de toda a problemática que está instalada na questão mineral referente à questão do alumínio. Mas
241 especificamente na questão da BR 163, me causa espanto, porque lá no Pará nunca foi questionado,
242 pelo menos nas audiências públicas que foram realizadas em Belém, do ponto de vista sobre a questão
243 do asfaltamento da BR 163. Então, nós temos a EMBRAPA coordenadora do zoneamento através do
244 Ministério do Meio Ambiente, o Museu Emílio Gueld, a Universidade Federal do Pará fazendo todos os
245 aspectos socioeconômicos, e essa discussão pelo menos lá em Belém pela própria secretaria não
246 passou, talvez tenha sido discutido em alguma audiência no local. Mas do ponto de vista da dinâmica e
247 discordando um pouco dessa pouca habitação, parece que é um conceito ainda errado do que é a
248 Amazônia, não respeitar nossos 20 milhões de pessoas que tem uma dinâmica intensa, inclusive na
249 própria região, e não é só para escoamento de soja, só de assentamentos humanos nós temos 857
250 assentamentos do Incra no Estado do Pará, e não é assentamento pequeno, são sete mil famílias
251 estabelecendo uma dinâmica agropastoril muito forte e dentro de Santarém a maior área de
252 assentamento, fora Santarém Marabá e depois Belém, essa falta de ausência de política do estado,
253 proporciona inclusive uma visão separatista em três estados separados, eu acho que a visão é do ponto
254 de vista da economia do estado e da Amazônia e aí a legalidade ou ilegalidade é saber que essa
255 dinâmica estabelecida por todos os setores produtivos daquele estado, seja da madeira em segundo
256 lugar, seja da economia mineral, seja da própria Transgarimpeira que passa por ali, e é uma
257 necessidade inclusive agora cerca de 85 quilômetros de estrada vão ser pavimentada na própria
258 transamazônica. E então temos que questionar a legalidade da pavimentação da transamazônica,
259 entendendo que esse processo também vem ocorrendo dentro do próprio eixo de integração. Que a
260 estrada traz problemas ambientais, claro que traz. As fotos diamantina, nós temos 40 unidades de
261 conservação federais no estado do Pará, dezoito estaduais, 25% de terras indígenas. Essa é a gestão
262 do estado na questão territorial. As vezes com problemas de grilagem, terra do meio estamos
263 trabalhando inclusive mais um pouco acima na calha norte, para tentar estabelecer um plano de
264 manejo. Eu acho que situa a discussão mas embora ver como é que a gente encaminha essa
265 discussão, porque essa é uma pauta que tem que ser levada para lá e chamo a atenção e vamos
266 debater agora o próprio espírito florestal de carajás em audiências públicas, porque vai ter toda uma
267 intervenção de uma economia forte e a gente tem o maior eixo de degradação que é a questão do
268 carvão vegetal para produção de ferro-gusa além de outros. Só isso para a gente pautar um pouco a
269 situação que tem a ver com a questão dos esclarecimentos sobre a questão da pavimentação.

270 271 **Hamilton Pereira - Secretário de Articulação Institucional e Cidadania Ambiental**

272
273 Obrigado. Passo para o Chico Blu, por favor.

274 275 **Francisco Iglesias - IMARH**

276
277 Bom dia a todos, Francisco Iglesias, IMARH, Representante Civil da Região Nordeste. Olha, todos nós
278 aqui já escutamos que o modelo de ocupação do oeste estabelecido na década de 50 ele foi o modelo
279 errado, ele foi o modelo baseado no desenvolvimento de 50 e 60 baseado no desenvolvimentismo do
280 Kubitscheck que era exatamente tentar ocupar de uma forma mais rápida possível. Brasília inclusive é
281 fruto desse modelo. E esse modelo premiou a indústria automobilística nacional. Esse modelo ele é
282 correto? Já houve muita discussão. Do meu ponto de vista esse modelo encareceu em muito esse
283 país. Nós somos o país que tinha que enfrentar o desafio de criar uma unidade federativa através de
284 investimentos em ferrovias. Esse desafio na política brasileira nunca foi encarado. Aliás, ele foi
285 desmantelado. As nossas ferrovias, que seriam um grande instrumento de desenvolvimento desse país
286 e integração de todos os seus povos não foi, nunca foi prioridade em nenhum governo desse país. E
287 passados mais de 50 anos, mais de 40 anos nós continuamos premiando esse modelo com
288 justificativas, me desculpem, mas as justificativas não cabem. Existem estudos aprofundados
289 mostrando que a ferrovia é um transporte extremamente mais barato do que a rodovia, sem contar que
290 o processo de manutenção é muito menor. O custo de manutenção de uma ferrovia é muito menor. O
291 custo de transporte de toneladas de uma ferrovia é muito menor do que uma rodovia. O gasto
292 ambiental de uma ferrovia é muito menor do que uma rodovia. Não existe mais discussão, esses
293 estudos que estão aqui e já foram provados. Entretanto, nós continuamos em pleno século 21, na
294 introdução do século 21, no primeiro decênio do século 21, apostando nesse modelo e também diante
295 da revolução ambiental e ecológica que foi feita. Então, vamos continuar apostando nos velhos
296 modelos? Acho que isso é outro desafio que os nossos governos, os nossos governantes têm. A outra
297 questão que eu queria colocar, são só essas duas questões, é a questão de que o EIA RIMA tem que
298 propor todas as alternativas, inclusive a não execução da obra. O que acontece é que nos nossos EIA
299 RIMA e posso dizer isso de cátedra porque acompanhei mais de dez, eles como são pagos pelo

300 empreendedor normalmente as equipes não contrariam aos interesses do empreendedor. É muito
301 difícil você encontrar um EIA RIMA que alguma equipe sugere a não realização da obra ou proponha
302 alternativas mais interessantes. Ou analise todas as alternativas, pelo menos, e compare-as. Então o
303 questionamento é válido, porque está escrito e a nação tem que levar em consideração os aspectos de
304 investimentos e de ganho a longo prazo nesse aspecto que essa legislação do EIA RIMA, nesse sentido
305 foi muito feliz das alternativas. Muito obrigado.

306
307 **Hamilton Pereira - Secretário de Articulação Institucional e Cidadania Ambiental**

308
309 Encerramos esse informe com o pronunciamento da ABES e passamos para o informe seguinte.
310 Conselheiro Rosalvo, nós tínhamos encerrado as inscrições quando o senhor pediu.

311
312 **Bertoldo Silva Costa - ABES**

313
314 Bertoldo, da Associação Brasileira de Ambiental. Senhor Presidente, eu gostaria de ter algum
315 esclarecimento a esse respeito, porque pelo o que eu sei, eu não sei se estou correto mas parece que
316 teve três audiências públicas no processo. E me parece que foi feita uma no Pará. Eu não sei a
317 profundidade da audiência, mas foi realizado o processo dentro da legalidade. Mais uma coisa me
318 preocupa, aonde foi falado aqui e eu já ouvi a Ministra falar mas de uma vez, da BR 163 de um plano
319 sustentável muito maior do que a própria ambientação. E então eu gostaria de entender porque uma
320 coisa é o EIA RIMA para pavimentação dando uma estrutura física para aquele empreendimento. Uma
321 outra coisa é esse plano maior que o Ministério do Meio Ambiente tem que eu sei que ele está
322 coordenando, através dessa ação toda para uma plano mais sustentável para toda essa preocupação
323 que está sendo colocada aqui. Então eu gostaria de ter algum esclarecimento desse projeto maior,
324 desse plano maior que é o plano que foi apelidado como 163 sustentável que é muito maior, ele
325 transcende a questão da pavimentação da 163, ele tem uma preparação muito mais sustentável. E então
326 eu gostaria, pelo menos nos poucos minutos que está em discussão esse aspecto que alguém pudesse
327 do MMA falar ou do Ministério de Transportes pudesse falar sobre esse aspecto focado, esse plano
328 maior que é o que está se questionando nesse momento que é a falta desse plano.

329
330 **João Paulo Ribeiro Capobianco – Secretário Executivo do CONAMA/MMA**

331
332 Deixa eu fazer um encaminhamento. Na realidade esse assunto já estaria esgotada no informe, mas
333 considerando que nós não temos quorum ainda e considerando que nós temos o Rosalvo inscrito, o
334 Rosalvo foi uma das pessoas que nos ajudou a coordenar o plano da BR 163 sustentável e acredito que
335 ele de forma muito breve e sintética poderá esclarecer esses pontos. Por favor, Rosalvo.

336
337 **Rosalvo Oliveira Júnior - Ministério da Integração Nacional**

338
339 Bom dia a todos e todas. Eu estou vindo aqui fazer uma intervenção porque o Ministério da integração,
340 se todos não sabem, e aí provocado um pouco pela falação do colega do Pará, o Ministério da
341 Integração é que está financiando e financiou o zoneamento ecológico econômico da área de influência
342 da BR 163 investindo cinco milhões e 500 mil reais e utilizando como metodologia para o zoneamento
343 ecológico econômico aquela definida pela Comissão Coordenadora do ZEE que é liderada pelo
344 Ministério do Meio Ambiente. Agora a segunda informação é de que o Ministério da Integração foi à
345 Secretaria Executiva do plano da BR 163 sustentável e eu participei disso como membro coordenador
346 do sub-grupo de ordenamento territorial fundiário, e tive a oportunidade Sr. Presidente de no ano de
347 2003 e 2004 e metade de 2005, dizer a todos os senhores que eu conheço esta região do oeste do
348 Pará. Conheço esta região. E posso afirmar que algumas colocações neste documento não
349 correspondem à realidade quando diz, por exemplo, que o conhecimento da realidade vigente na região
350 que a ferrovia é uma opção. Não é uma opção. Não é, Senhor Presidente. Eu tive reuniões com
351 sindicalistas, com movimentos sociais, com índio, negro, quilombolas, tudo. Eu sou uma pessoa que
352 faço questão de sair de Brasília e ir lá tomar poeira e suar na região e isso aqui não é verdade.
353 Conheci isso daqui e não é isso que os movimentos sociais e a sociedade local pensam e por fim eu
354 também participei Senhor Presidente nas audiências públicas promovidas pelo DNIT em novo
355 progresso e Santarém. E quero dizer que lá participaram todos, foram audiências públicas
356 acompanhadas pelo Ministério Público, por diversos atores sociais e não vi nenhuma e existem as atas
357 das reuniões, mesmo as ONGs ambientalistas contrária à pavimentação da rodovia que já é uma
358 realidade local. O que se avançou naquela discussão, então, e aí nós do Governo Federal tomamos as
359 providências lideradas inclusive pelo secretário Capobianco com relação à criação daquelas unidades

360 de conservação dos distritos florestais é de que na pavimentação da rodovia que já é uma realidade
361 local onde as pessoas ficam isoladas, por exemplo, na época da chuva, ficam isoladas literalmente a
362 ambulância não pode nem passar e nem sempre tem aquele avião pequenininho que pousam e eu
363 pousei em várias fazendas de terra e nem sempre isso é possível e as pessoas ficam isoladas e às
364 vezes morrem porque tem uma picada de cobra. Então, concluindo Senhor Presidente, o que saiu de lá
365 dessas audiências públicas, foi que o Governo Federal que é responsável pela pavimentação tivesse
366 uma preocupação com impacto da pavimentação de uma rodovia que já existe e é uma realidade na
367 região. E isso foi feito e isso está sendo feito e o Ministério da Integração ombreado com o Ministério
368 do Meio Ambiente, com o Ministério do Transporte e outros órgãos, inclusive o Ministério da Agricultura
369 também nas atividades está preocupado e está pensando nisso. Então eu acho que era essa a
370 explicação que a gente queria dar e apenas lembrando num último informe de 30 segundos que é o
371 seguinte, o Ministério do Transporte, e inclusive está na página do Ministério do Transporte, existe o
372 plano nacional de logística de transporte, PNLT com os quais o resumo executivo de 414 páginas está
373 lá, é liderado pelo secretário Marcelo, onde o estudo total que abrange uma altura mais ou menos de
374 meio metro de estudos foi feito pelo IME que é um dos centros de excelências que tem nesse país com
375 relação à esses estudos e habilidade de transporte. E quero dizer que agora no mês de julho até o final
376 de agosto, esse plano nacional de logística do território estará sendo debatido em todos os estados da
377 federação para exatamente colher essas sugestões, essas outras percepções que se têm com relação
378 a esse plano. Muito obrigado.

379

380 **João Paulo Ribeiro Capobianco – Secretário Executivo do CONAMA/MMA**

381

382 Obrigado, Rosalvo. Vamos agora de imediato passar para o próximo item dos informes, trata-se do
383 requerimento de informação originário de uma moção dada ao plenário para que o fundo nacional de
384 meio ambiente. Esclarecimentos ao plenário. Elias, diretor do fundo.

385

386 **Elias de Paula de Araújo – FNMA**

387

388 Bom dia, senhoras e senhores Conselheiros. Eu gostaria de agradecer ao pedido de informação,
389 porque ele nos oportuniza falar sobre o Fundo Nacional do Meio Ambiente que hoje está no
390 departamento de fomento na Secretaria Executiva desse Ministério e no próximo dia dez ele completa
391 dezoito anos de existência. E o maior exemplo de política pública continuada desde quando ele foi
392 criado em 1899, com o programa Nossa Natureza. Boa parte das informações que eu trago aqui para
393 os Conselheiros elas constam primeiro do nosso relatório de gestão, que eu pedi à Secretaria Executiva
394 do CONAMA, que fosse possibilitada a todos os Conselheiros e Conselheiras. E tanto a apresentação
395 que eu trago quanto o documento que nós apresentamos ao Conselho deliberativo do fundo e outras
396 informações constam das páginas 49, página 103 e 120 do balanço de gestão apresentado pelo
397 Ministério. O Fundo Nacional do Meio Ambiente, ele vem desenvolvendo atividades que contemplam
398 essas linhas de ação que nós escrevemos no PPA de 2004 a 2007, que agora estão findo. Nós
399 conseguimos então nesse período um investimento da ordem de 92 milhões de reais do Ministério do
400 Meio Ambiente, significando 8% dos recursos do Ministério, mas a parte mais importante é que além
401 desses recursos que nós investimos do próprio Ministério nós conseguimos uma outra lógica para
402 implementação de política pública de fomento no âmbito do Ministério naquela diretriz apresentada
403 sempre pela Ministra de transversalidade. Essa questão de eu gostaria de passar adiante falando da
404 nossa interação de todas essas que nós colocamos no PPA, com as demais secretarias do Ministério,
405 esses são os projetos que nós apoiamos. Essa aqui é uma apresentação da execução por região e
406 esse é um fato interessante porque nós conseguimos reverter uma situação de concentração de
407 projetos que era basicamente no centro sul do país para que nós pudéssemos atender também as
408 regiões Norte e Nordeste do país. Isso se deu graças às ações de capacitação de proponentes, enfim
409 de um maior conhecimento e também de criação de novos instrumentos que permitissem ao projeto um
410 maior conhecimento do fundo e como acessar o próprio Fundo Nacional de Meio Ambiente. Então o
411 que eu gostaria de enfatizar que há de novo é a transversalidade que nós buscamos com outros
412 Ministérios. O Ministério da Integração Nacional, o Ministério da Educação, o Ministério de
413 Desenvolvimento Agrário e no caso do Ministério de Desenvolvimento Agrário, da secretaria de
414 Agricultura Familiar que aportou recursos com o secretário Capobianco à frente da SBF em diversos
415 programas que foi a influência da BR 163 sustentável. Bom, isso significa que nós captamos mais 85,7
416 milhões de reais do orçamento do governo federal dizendo então claramente que ações de meio
417 ambiente do governo federal inclusive no Fundo Nacional de Meio Ambiente não contempla aquele
418 orçamento do fundo conforme às vezes chega o engano de apresentar os investimentos de meio
419 ambiente do governo federal apenas à aqueles restritos ao Ministério do Meio Ambiente que na verdade

420 os investimentos tem que ser somados inclusive no caso do fundo daquelas ações são recursos
421 aportados diretamente no nosso caso ao Fundo Nacional do Meio Ambiente. Bem, um outro ponto
422 muito importante que eu já vou aprofundar aí para a finalização é que nós poderíamos falar das ações
423 do fundo no pró ambiente que o fundo está presente também no plano de combate à desertificação, no
424 Plano Nacional de Recursos Hídricos está presente em Educação Ambiental, em Agenda 21 em
425 diversas ações de ordenamento territorial, no programa de revitalização do São Francisco junto com o
426 Ministério da integração e enfim eu poderia falar de tudo isso, mas eu acho que o mais importante é que
427 nós percebemos que essa ação do fundo com esses recursos que o governo federal, e eu não estou
428 falando só do Ministério da Integração, eu reafirmo isso, essas questões são todas muito importantes,
429 mas nós precisamos pensar no fundo dentro do quadro que nós temos de um país e com três fusos
430 horários e que nos colocam desafios imensos frente a uma história de sucesso, que se nós quisermos
431 comemorar daqui a 20 anos a história do fundo, nós temos que repensa-lo. Num quadro onde nós
432 temos por exemplo o Estado do Amazonas criando a floresta, nós temos o município de São Paulo com
433 o edital aberto em três camadas a última vai ser em setembro, nós temos o município de Goiânia, o
434 Estado de Goiás, nós temos o Estado de Pernambuco, nós temos a secretaria municipal em Maceió,
435 nós temos Natal e temos 23 fundos apoiados pelo Fundo Nacional de Meio Ambiente, que lançam
436 editais antes que possamos arrecadar recursos passando a estados e municípios, nós podemos falar
437 de tudo isso. Tendo claro o seguinte, nós não vamos resolver o problema do fomento ambiental e
438 financiamento ambiental no Brasil, se não fizermos a mesma coisa que fizemos no caso da saúde. Se
439 nós não criarmos um sistema único de fomento ambiental para cuidar do Brasil, para que a gente
440 resolva de uma vez por todas, não só a regulamentação do artigo 23 no que diz respeito às atribuições
441 dos estados, dos municípios e da união, se nós não cuidarmos dessas retrospecto de financiamento
442 que é fundamental para a implementação da política de meio ambiente, nós certamente estaremos com
443 um fundo daqui a dezoito anos desatualizado, um fundo que vai preservar-se apenas como um balcão,
444 onde se apresentam alguns projetos, e não consegue mais refletir tanto a demanda quanto a
445 experiência acumulada, a rica experiência acumulada nos municípios, nos estados, nas organizações
446 não governamentais, nos diversos pontos privados existentes no país. E com isso, eu penso que a
447 gente está fadado, se não pensarmos nisso, nós estamos fadados à aqueles que são contra
448 descentralização de recursos públicos para as organizações não governamentais e para os municípios.
449 Com relação aos municípios, eu gostaria de dizer que na nossa gestão nós conseguimos o apoio do
450 BID, com diversos editais. Enfim, com recursos de outros Ministérios, nós conseguimos reverter uma
451 situação que é a seguinte, os recursos não apenas se concentravam na região centro sul que é o
452 instalado no país e nós precisávamos de todos desenvolvendo um grande de fortalecimento
453 institucional das organizações não governamentais e recorrendo inclusive à parceria com o MEC de
454 capacitação à distância e se a gente for ver no final da apresentação nós temos o seguinte, antes nós
455 faríamos até 2002, a gente tinha um número de eventos muito grandes sendo realizados, eventos
456 presenciais mas num país das nossas dimensões continentais, sempre era deficitário esse atendimento
457 de capacitação, tanto dos proponentes quanto executores de projetos. Esse quadro demonstra que
458 com essa ação em parceria com o Banco Mundial, com o próprio MEC nós conseguimos reduzir o
459 número de eventos e aumentar o número de capacitados e assim garantir o aporte de recursos que a
460 gente mantivesse a qualidade dos projetos. Nós só temos hoje 3% de projetos com tomada de conta
461 especial, e vamos dizer o seguinte, nós conseguimos enfrentar situação daqueles que eram contra que
462 a gente repassasse recursos para os municípios sob pretexto que os municípios não sabiam gerir
463 recursos. Ora, o SUS faz isso, o MEC faz isso e o que nós temos que fazer é garantia de controle e
464 participação social e não colocar um município como o ente mais fraco do sistema federativo brasileiro.
465 Então nós acreditamos que os municípios conseguem manter aquele índice de 3% de tomada especial
466 de projetos e agora nós temos que novamente enfrentar uma situação. E eu gostaria de enfatizar isso
467 porque esse é objeto talvez do pedido de informação do fundo aqui na época em que foi feito, que é
468 com relação à preocupação com organizações não governamentais. A situação é a seguinte. Nós
469 temos uma instituição normativa número quatro que agora diz que as organizações não governamentais
470 para terem acesso a recursos via convênio elas terão que apresentar mais bens e serviços
471 economicamente mensurável em contrapartida. Mais no financeiro. Isso eu coloco para os
472 Conselheiros e Conselheiras, inviabiliza boa parte das ações nossas e o que é pior, deixa de mensurar
473 a razão pela qual nós fazemos convênios com organizações da sociedade civil. Ou seja, elas têm outro
474 capital que é mais importante do que o capital financeiro, que é exatamente capital social, sua
475 experiência, sua logística e capacidade de trabalhar com as comunidades mais distantes e trabalhar em
476 parceria com a universidade, estados e municípios, mas hoje nós temos que enfrentar esse debate
477 dentro da sociedade e dentro do governo, se nós realmente queremos prosseguir com essa política,
478 porque com as medidas que nós vimos adotando com essa instrução normativa, realmente nós
479 estamos com problema. E vamos encerrando com apresentação do doutor Alberto Fonseca na última

480 reunião do Rio de Janeiro que apresentava aquele esqueminha de que nós precisávamos fazer uma
481 ruptura e essa ruptura que nós estamos propondo aqui. Nós temos esse quadro aqui. Nós podemos
482 continuar com o FNMA nessa curva natural que vai chegar à estagnação e não vai ter condições
483 inclusive de acompanhar projetos pequenos nos municípios e temos uma possibilidade de promover
484 uma disseminação das informações sobre o que são fundos ambientais no país, inclusive nos
485 municípios. Nós podemos gerar uma consciência coletiva, disseminar as iniciativas que é o que nós
486 estamos fazendo através da rede brasileira de fundos socioambientais, um município falando para o
487 outro das suas experiências, e nós podemos fazer com que nós tenhamos com base nisso uma
488 delimitação de qual é o papel do fundo nacional de meio ambiente e que os outros fundos no âmbito da
489 união dos estados e municípios quais são os papéis dos fundos estaduais por exemplo, lá em Goiás,
490 Pernambuco, Amazonas e Espírito Santo e podemos depois dizer qual é o papel do fundo inclusive
491 antecipando a discussão da regulamentação do artigo 23. Então essa é nossa esperança de mostrar
492 aí que tem para os municípios diversas vantagens de ação de fundos socioambientais para a gente
493 criar no país um sistema, e esse é o desafio que eu coloco para os Conselheiros e Conselheiras para
494 os estados e municípios, um sistema de fomento ambiental num país, onde o fundo não seja o balcão
495 do governo federal, mas seja um dos integrantes desse sistema, integrantes que tenha papéis bem
496 definidos e tenha um papel importante inclusive na alavancagem de recursos e na discussão não só do
497 capital financeiro, mas de outros capitais que nós temos que são mais valiosos do que a própria
498 experiência do fundos, e aí falo que tenho um livro que nós estamos lançando dos dez anos. E para
499 finalizar estão as possibilidades de fontes de fomento ambiental. Era isso que eu gostaria de trazer
500 para vocês. Muito obrigado.

501

502 **João Paulo Ribeiro Capobianco – Secretário Executivo do CONAMA/MMA**

503

504 Obrigado, desculpe aí, é que já temos quorum e queríamos passar para a discussão, voltar a discussão
505 em debate ontem. Além da companheira Zuleica, ainda mais alguém que deseja comentar esse item?
506 Então passaremos apenas para a nossa representante da região sul.

507

508 **Zuleica Nycz - APROMAC**

509

510 Eu queria dizer uma coisa para o doutor Elias do Fundo Nacional, é o seguinte, nós as ONGs pobres,
511 quer dizer as pequenas Associações de Defesa do Meio Ambiente que surgiram na década de 70 e 80,
512 começaram no Rio Grande do Sul a AGAPAM talvez uma das mais antigas associações em defesa do
513 meio ambiente elas sempre foram excluídas do fundo. O fundo sempre foi um fundo para grandes
514 ONGs, ONGs que tem departamento de contabilidade para começar e pessoal com salários para dar
515 conta das exigências do fundo. E eu não vi isso mudar. E eu vi você reclamando que agora as coisas
516 vão piorar, e então quais são as perspectivas para o movimento ambiente lista de sobrevivência se
517 fosse contar com o fundo, se precisasse do fundo para sobreviver. Porque a gente acaba a gente
518 mesmo se sustentando a militância. E outra coisa, a gente não é prestador de serviço, as ONGs não
519 deveriam ser colocadas como prestadora de serviço. Na verdade deveria existir editais também para o
520 enfrentamento da injustiça ambiental. Não tem um único edital. Todo ele é enquadrado na busca do
521 equacionamento das ONGs. As ONGs não querem ser enquadradas, a gente quer ter liberdade de fazer
522 críticas e a gente entende que o estado tem que financiar a crítica. Então, deveria haver na minha
523 opinião e na opinião de muita gente, uma total reformulação ideológica dos editais do Fundo Nacional
524 de Meio Ambiente para promover realmente cidadania ambiental no país, não enquadrando as ONGs
525 para que elas fiquem prestando serviço para o estado, não terceirizando as funções do estado através
526 das ONGs, mas instrumentalizando as ONGs para se tornarem cidadãos capazes de fazer a crítica e o
527 enfrentamento local da enorme degradação ambiental que está se espalhando pelo países, enorme em
528 todos os sentidos, tanto na área da devastação de florestas pelo menos do Paraná que não tem mais
529 praticamente nada e a gente tentou definir a da Amazônia. Se eu fosse estudar só da minha casa lá eu
530 tinha que ter uma ONG do tamanho da Petrobrás, para dar conta até mesmo, não só da Petrobrás mas
531 de tudo o que tem junto da Petrobrás no meu estado e então eu preciso de recursos e aonde que eu
532 vou conseguir recursos? Eu não vou pedir para a Petrobrás, eu me recuso, nós nos recusamos de
533 receber recursos de empresas que cometem danos ambientais, é uma regra de uma grande parte do
534 movimento ambientalista. E então nós precisamos de recursos públicos, sem que esse recurso nos
535 torne reféns de um enquadramento ecológico. Então a minha proposta é editais de cidadania e de
536 justiça ambiental e porque esse governo de participação democrática que nós lutamos tantos anos não
537 avançou. Estamos no segundo governo Lula e até agora vocês não avançaram na democratização
538 dos recursos públicos. Então, é uma crítica que eu faço, é uma angústia que nós temos e que eu
539 precisava registrar aqui. Muito obrigado.

540

541 **João Paulo Ribeiro Capobianco – Secretário Executivo do CONAMA/MMA**

542

543 Muito obrigado, Conselheira. Vamos então antes de passar, nós temos ainda dois informes. Na
544 realidade uma solicitação do Ministério da Saúde para em um minuto explicar a questão do primeiro
545 informe que estava previsto. E nós temos um outro informe sobre a Conferência Nacional do Meio
546 Ambiente que é proposta para a mesa que esse informe seja transferido para o início da tarde após o
547 almoço enquanto os Conselheiros chegam a gente possa fazer esse informe afim de ganharmos tempo
548 para voltarmos à Resolução que é o tema central aqui da nossa manhã. Então, por favor, Ministério da
549 Saúde. Por favor. Solicitaria se possível que fosse em um minuto, se possível. O mais breve possível.

550

551 **Ana Cristina Linhares – Ministério da Saúde**

552

553 Bom dia a todos, eu sou Ana Cristina Soares Linhares, estou representando o Ministério da Saúde e
554 estou lotada na Coordenação Geral de Vigilância e Saúde Ambiental e informar que nós temos um
555 programa em desenvolvimento que se chama VIGIAR Vigilância de Saúde Ambiental relacionada à
556 qualidade do ar, e onde estamos tentando promover e prevenir os problemas de Saúde relacionados à
557 poluentes atmosféricos e em relação a requerimentos que nos foi foram enviados tem informado o
558 seguinte que nós fomos demandados de duas partes tanto do Conselho Nacional de Meio Ambiente
559 que veio das ONGs como também pelo Conselho Nacional de Saúde, a dinâmica dos dois órgãos, dos
560 dois conselhos é um pouco distinta, mas nós pelo Conselho Nacional de Saúde nós vamos formar um
561 Grupo de Trabalho com experts e pessoas da área de saúde e vamos rever algumas coisas feitas a
562 essa Resolução do CONAMA de fontes fixas e vamos observar do ponto de vista da Saúde. Eu queria
563 dizer que a saúde não está parada e que nós estamos bastante envolvidos nessa questão. Nesse
564 momento não podemos dar resposta ao requerimento da maneira que foi obtida, porque ela extrapola a
565 nossa área de ocupação que é a vigilância ambiental e ela entra também em questão de promoção de
566 saúde e de planejamento hospitalar, porque ela demanda uma questão relacionada ao número de
567 hospitais, a equipamento necessário, a orçamento e não houve tempo hábil, por isso nós solicitamos
568 que essa apresentação seja feita na próxima reunião do CONAMA. E também gostaria de esclarecer
569 que o que o Grupo de Trabalho que foi formado através da determinação do Conselho Nacional de
570 Saúde estiver deliberando será informado também na próxima reunião. Então, nós estamos atentos e
571 queremos aqui dizer que estamos trabalhando em prol de responder da melhor maneira possível essas
572 informações que nos foram solicitadas e demonstrar que a saúde ela tem interesse em promover tudo
573 relacionado à prevenção dos efeitos da poluição atmosférica sobre a saúde humana. Muito obrigado.

574

575 **Nilo Diniz – Diretor do CONAMA**

576

577 Estamos tentando localizar a Carolina do Ministério das Comunicações.

578

579 **João Paulo Ribeiro Capobianco – Secretário Executivo do CONAMA/MMA**

580

581 Isso é correio elegante. Se alguém mais quiser mandar um recado para um amigo do CONAMA, pode
582 solicitar a mesa. Voltamos então à nossa Resolução, objeto de debate de ontem. Eu pediria, auxílio
583 aqui à mesa que se posicionasse. Nós estamos no artigo quinto. Há duas emendas, não é isso?
584 Então por favor eu peço que você dê início só para que eu possa me inteirar através do processo, por
585 favor.

586

587 **Nilo Diniz – Diretor do CONAMA**

588

589 Bem, ontem os Conselheiros se recordam, nós interrompemos o debate sobre as duas emendas
590 apresentadas. Eu peço que seja colocado em tela. As duas emendas apresentadas pelo IMARH na
591 pessoa do Francisco Iglesias para o artigo quinto. A plenária já votou o caput do artigo e nós paramos
592 exatamente nas duas emendas que são dois novos parágrafos para o artigo quinto. O primeiro
593 parágrafo ele propõe que a partir de primeiro de janeiro de 2013, uma proposta que a ANAMMA Sul e
594 IMARH fecharam uma proposta de alteração que propõe que a partir de primeiro de janeiro de 2013 o
595 descarte contínuo de água produzida deverá obedecer a concentração média aritmética simples mensal
596 de óleos e graxas de até 15 miligramas por litro. E no segundo parágrafo, a partir de primeiro de janeiro
597 de 2016 o descarte contínuo de água produzida deverá ter um teor de óleo e graxa de zero. Só uma
598 pergunta para a ANAMMA Sul. O parágrafo segundo também é emenda? Tá, então nós vamos
599 primeiro deliberar sobre o primeiro parágrafo, e em seguida votamos o segundo parágrafo, certo? E

600 agora, Capobianco, a gente já fez a defesa dessa proposta de emenda, já ouvimos também
601 manifestações do Ministério das Minas e Energia e Petrobrás contrárias à essa emenda, e agora nós
602 teríamos que consultar ao plenário se estamos prontos para votar ou se ainda vamos abrir uma série de
603 defesa.

604
605 **João Paulo Ribeiro Capobianco – Secretário Executivo do CONAMA/MMA**

606
607 Considerando que temos aí o Francisco Iglesias como um dos proponentes, vamos então ouvir o
608 Francisco Iglesias e saber se houve algum entendimento entre as partes, quem sabe ele vai anunciar
609 agora um entendimento.

610
611 **Francisco Iglesias - IMARH**

612
613 Bom dia então de novo a todos que não estavam no início das nossas intervenções nos informes. Sou
614 Francisco Iglesias. É que ontem nesse processo maravilhoso que a gente tem dentro dessa casa.

615
616 **João Paulo Ribeiro Capobianco – Secretário Executivo do CONAMA/MMA**

617
618 Eu pediria por favor, vamos garantir a palavra ao Conselheiro, por favor. Obrigado.

619
620 **Francisco Iglesias - IMARH**

621
622 Ontem nesse processo maravilhoso que a gente tem nessa casa de discussão e encaminhamento
623 nasceu uma proposta de conciliação desses dois parágrafos. Só que nós vamos fazer uma alternativa.
624 É aquela proposta que está sendo apresentada adequadamente pelo Mário agora. Logicamente, dentro
625 do desafio que o nosso representante do governo de Estado da Bahia colocou para a Petrobrás e
626 dentro dos desafios solicitados pelo Rosalvo que nós não nos negamos a negociar, apesar de que em
627 nenhum momento o plenário possa ter entendido isso, mas não foi. E aí nós precisamos, já
628 conversamos com o Marcelo da Petrobrás, e ele fez algumas observações mas eu gostaria que agora,
629 nós estamos fazendo uma proposta que é o parágrafo único ou poderia também ir para as exposições
630 transitórias, se não tem a gente poderia colocar. Mas já tem. Poderiam ir para disposições transitórias,
631 mas eu acho que cairia muito bem porque é o aspecto da taxa. Seria no parágrafo único. A indústria
632 petrolífera com a coordenação da Petrobrás deverá no prazo de 120 dias apresentar uma proposta de
633 metas de redução do teor de óleos e graxas em água produzida, ao CONAMA. Aí nós tivemos e tem
634 duas questões, eu já estou adiantando o que eles falaram. Duas questões que eles colocaram. A
635 primeira questão é que o prazo de 120 dias seria muito pouco para poder fazer os estudos, eles
636 propuseram um prazo de um ano. Foi mais ou conversado que seria um ano. E outra questão que ele
637 apresentou que estava preocupado de ser só a Petrobrás e eles iam coordenar a proposta da indústria
638 porque aí a Petrobrás responderia ao desafio. Não são os ambientalistas, não é o setor governamental.
639 Mas na colocação, na segunda colocação que o Marcelo me fez ele acha que isso deveria ser
640 coordenado ao menos pelo Ministério do Meio Ambiente. Eu acho que eu não vejo muito problema de
641 colocar essa coordenação sob o Ministério do Meio Ambiente juntamente aí talvez assim o Ministério do
642 Meio Ambiente juntamente com a indústria petrolífera, aí tiraria a questão da Petrobrás, deverá no
643 prazo de um ano apresentar, estou já fazendo a modificação, a proposta de metas de redução do teor
644 de óleo e graxa em água produzida ao CONAMA indicando inclusive a meta zero. Eu gostaria de
645 acrescentar isso. Quando é que nós poderíamos chegar num descarte zero? Já estou propondo uma
646 modificação nessa proposta.

647
648 **João Paulo Ribeiro Capobianco – Secretário Executivo do CONAMA/MMA**

649
650 Só para entender, me desculpa, mas essa é uma proposta de conciliação, mas você já está
651 modificando a proposta de conciliação.

652
653 **Francisco Iglesias - IMARH**

654
655 Não, já teve uma proposta agora.

656
657 **João Paulo Ribeiro Capobianco – Secretário Executivo do CONAMA/MMA**

658

659 Então a conciliação². Tem a conciliação 1 e a conciliação 2. E uma questão importante também é a
660 seguinte, na realidade a mesa entende que o acolhimento eventual desta emenda não implica na
661 eliminação do atual parágrafo primeiro e o parágrafo segundo da lei. Com o parágrafo único poderia
662 haver o entendimento desse plenário...

663
664 **Francisco Iglesias - IMARH**

665
666 Eu estou propondo a retirada já que até por aspectos técnicos ontem colocados a Petrobrás colocou a
667 dificuldade de se estabelecer...

668
669 **João Paulo Ribeiro Capobianco – Secretário Executivo do CONAMA/MMA**

670
671 Não, desculpa, o artigo quinto atual possui dois parágrafos, independente desse.

672
673 **Francisco Iglesias - IMARH**

674
675 Esses parágrafos seriam substituídos por esse parágrafo.

676
677 **João Paulo Ribeiro Capobianco – Secretário Executivo do CONAMA/MMA**

678
679 Não, não pode ser. Desculpe. O texto original, com licença, só um minutinho, deixa eu esclarecer.
680 Independentemente da proposta que vocês fizeram de dois parágrafos adicionais que substituíram por
681 um único, a proposta já possuía dois parágrafos antes.

682
683 **Francisco Iglesias - IMARH**

684
685 Não.

686
687 **João Paulo Ribeiro Capobianco – Secretário Executivo do CONAMA/MMA**

688
689 Claro, artigo quinto possui dois parágrafos, está lá.

690
691 **Francisco Iglesias - IMARH**

692
693 É, tem outros dois. Está correto. É só substituir os dois primeiros. Os outros ficam. Eu entendi já.

694
695 **João Paulo Ribeiro Capobianco – Secretário Executivo do CONAMA/MMA**

696
697 Não, você não entendeu. Só um minuto. Veja bem, o artigo quinto na proposta distribuída original e já
698 aprovada pela câmara e que veio para o plenário, o artigo quinto possuía dois parágrafos que não tem
699 nada a ver com proposta de redução de valores. São dois parágrafos necessários ao pleno
700 funcionamento do artigo quinto. Além disso, vocês puseram mais dois parágrafos ontem. Então calma,
701 Chico. Seria quatro parágrafos. Em tese, seriam quatro. E você está pedindo parágrafo único. Na
702 realidade é único em relação aos dois novos. Então seriam três parágrafos.

703
704 **Francisco Iglesias - IMARH**

705
706 É isso que eu ia colocar essa modificação. Na realidade poderia ser o parágrafo primeiro. ou até ser o
707 terceiro.

708
709 **João Paulo Ribeiro Capobianco – Secretário Executivo do CONAMA/MMA**

710
711 Então está claro já. Vamos na seqüência. Passo a palavra ao José Carlos do Ministério das Minas e
712 Energia.

713
714 **Francisco Iglesias - IMARH**

715
716 Só complementando a redação que já é um processo de negociação. A única colocação diferenciada
717 que eu fiz é no final, seria um ano e depois indicando estabelecimento da meta zero nesse estudo. Só
718 isso.

719

720 **João Paulo Ribeiro Capobianco – Secretário Executivo do CONAMA/MMA**

721

722 Muito bem. Por favor.

723

724 **José Carlos Gomes Costa - Ministério Minas e Energia**

725

726 Bom dia, José Carlos Gomes Costa - Ministério Minas e Energia do Ministério das Minas e Energia. A
727 nossa preocupação da palavra conciliação, significa que o Ministério das Minas e Energia entende que
728 estudos deverão ser feitos sempre, é uma questão de princípio e a gente tem que estar sempre
729 aperfeiçoando e melhorando os nossos procedimentos, regras e comportamentos. Agora, tem uns dois
730 detalhes aí nesse parágrafo, tanto na versão 1 quanto na versão 2 que é o seguinte. Vale mais para o
731 primeiro. Quando fala em coordenação da Petrobrás, eu quero lembrar que a legislação brasileira
732 desde a lei 9478, é de livre concorrência. A Petrobrás não tem superviniência sobre o funcionamento
733 no Brasil de Shell, ESSO e qualquer outra. Se há de ter algum órgão que seja coordenador das ações
734 de interesse da indústria e petróleo no Brasil será associação dessas empresas, que se chama Instituto
735 Brasileiro do Petróleo. E essa seria a primeira observação. A segunda é mais com relação ao prazo de
736 120 dias. Nós estamos falando de tecnologia. Talvez eu conheça bem o assunto por estar há muitos
737 anos, 32 anos nessa área. Eu não sou otimista, não. O estado atual da tecnologia não aponta para
738 números muito inferiores aos 29 miligramas, a tecnologia hoje. Dizer que em quatro meses surgirá uma
739 tecnologia milagrosa que chegue aos 15, 10, zero miligramas já falados aqui em quatro meses, olha
740 talvez as ONGs tenham um efeito mágico que consiga isso. Infelizmente a indústria de petróleo investe
741 bilhões de dólares em tecnologia, e infelizmente isso aí não acontece. O que esse grupo vai dizer daqui
742 a quatro meses? Olha, nós estudamos e vimos que os padrões são esses mesmo de 29, temos que
743 aguardar a tecnologia e como não é só a Petrobrás é o centro que faz isso, outras entidades também
744 fazem e isso aí demanda tempo. Eu fico muito preocupado com o real interesse, o real resultado de um
745 grupo de trabalho em se falar na tecnologia que envolve modificações de plataformas, significa
746 alterações em investimentos, cada plataforma teria 500 milhões a um bilhão de dólares assim em
747 quatro meses. Tudo bem, se faz o estudo, mas o estudo não vai acrescentar nada. Eu proporia
748 alguma coisa de mais longo prazo, um trabalho mais de longo prazo que sejam feito pelas empresas.
749 Não se discutiria, mas falaria de coisa de dois a três anos, para que possa haver avanço tecnológico,
750 senão vai ser a conclusão que nós temos hoje. Daqui a três meses ou quatro meses a conclusão a que
751 vai se chegar é essa, é 29 miligramas que é o melhor estágio de tecnologia conhecida no mundo hoje.
752 Eu não sei, aí nós teremos um parágrafo que não terá factibilidade, e por último, eu quero lembrar que
753 essa Resolução não trata especificamente das questões do teor de óleo e graxa. É da emissão de
754 poluentes pelo estágio contínuo de águas de plataforma. O texto está conceitualmente errado.

755

756 **João Paulo Ribeiro Capobianco – Secretário Executivo do CONAMA/MMA**

757

758 Deixa eu só fazer uma verificação, só um minutinho. Pelo o que eu entendi da sua intervenção e do
759 Francisco Iglesias, há uma concordância de que se busque, se faça um esforço para trabalhar na
760 redução desses valores. Então esse é uma questão fundamental que está aqui evidenciada. Tal como
761 você colocou, inclusive é uma dúvida talvez seja a dúvida que tem, na verdade esse parágrafo não
762 define que em 120 dias haverá uma redução ou uma prioridade de redução. Mas o cronograma na
763 verdade pelo o que você diz vai ao encontro da sua proposta. Ou seja, que os setores se organizem e
764 tragam para o CONAMA uma proposta de como nós poderíamos viabilizar esse interesse comum de
765 termos uma redução num prazo em que for considerado viável, e aí sim considerando a pesquisa bem
766 como você colocou e considerando investimentos. Talvez a gente esteja mais perto de uma redação
767 comum do que pareça.

768

769 **José Carlos Gomes Costa - Ministério Minas e Energia**

770

771 Está perfeitamente de acordo com o que nós pensamos. Só que está escrito ali e o que a gente
772 entende para discussão de ontem, é que os componentes dessa nova redação aí, eles desejam que
773 daqui a quatro meses já a indústria petrolífera já diga: - Olha em 2037 vai ser 20 miligramas e em 2422
774 vai ser zero, já quer número e valor. Não dá. Isso aí não vai ser diferente do que é hoje e tecnologia
775 não é bola de cristal. Até em esporte, fazendo comparação com esporte, tem recordes que são
776 quebrados a cada competição. Outra como o salto triplo, ficou onze anos para ser quebrada. E quem
777 trabalha em tecnologia sabe que não pode garantir em se tratando dessa metas de investimento dessa
778 monta que é isso que nós estamos falando nessa Resolução.

779

780 **João Paulo Ribeiro Capobianco – Secretário Executivo do CONAMA/MMA**

781

782 Obrigado. Depois Francisco Iglesias e depois. Desculpa. Então primeiro a nossa representante da
783 Região Sul, depois na sequência...

784

785 **André Barreto – Governo do Estado do Ceará**

786

787 Bom, bom dia a todos e todas. Eu ouvindo essa discussão sobre esse estabelecimento de metas ou
788 não. Eu quero aqui lembrar aos Conselheiros e Conselheiras que se a Petrobrás tivesse em toda a sua
789 existência esperado chegar, aparecer a tecnologia para ela ser o que é hoje, ela nunca teria chegado
790 ao que ela é hoje. A Petrobrás investiu muito a pesquisa em águas profundas e com certeza
791 estabeleceu metas para a sua produção, mesmo sem saber o que é que tinha pela frente e conseguiu.
792 Então nesse caso é mais um em que o planejamento sim, o estabelecimento de metas pode fazer com
793 que a Petrobrás num futuro, num prazo a ser determinado e não nesses quatro meses, ela vai saber,
794 vai desenvolver novas tecnologias, mas com certeza com investimento e com decisão e com
795 determinação, ela pode sim estabelecer metas para o futuro para que a gente tenha menos poluição
796 nas águas dos mares.

797

798 **João Paulo Ribeiro Capobianco – Secretário Executivo do CONAMA/MMA**

799

800 Antes de retirar por favor só para efeito de estenotipia.

801

802 **André Barreto – Governo do Estado do Ceará**

803

804 André Barreto do Ceará

805

806 **José Cláudio Junqueira – Governo do Estado de Minas Gerais**

807

808 Bom dia senhores Conselheiros. A minha proposta é mais no sentido de conciliar com a língua
809 portuguesa. É o seguinte, a indústria petrolífera deverá apresentar ao CONAMA, no prazo de um ano,
810 proposta de metas de redução do teor de óleo e graxa ... eu entendi que é em águas de processo. Eu
811 entendi pela explicação de ontem que são águas de processo.

812

813 **João Paulo Ribeiro Capobianco – Secretário Executivo do CONAMA/MMA**

814

815 É a mesma coisa.

816

817 **José Cláudio Junqueira – Governo do Estado de Minas Gerais**

818

819 Bom, então se são sinônimos, em água produzida. Eu prefiro nas águas de processo. Nas águas de
820 processo, melhor ainda. Essa era a minha consideração.

821

822 **João Paulo Ribeiro Capobianco – Secretário Executivo do CONAMA/MMA**

823

824 Obrigado. José Cláudio, obrigado pela sua colaboração, mas eu diria que o nosso Prêmio Nobel
825 Saramago discordaria dessas vírgulas.

826

827 **Zuleica Nycz - APROMAC**

828

829 Eu vou continuar prestigiando o escritório de licenciamento de atividades petroleiras que fez um
830 trabalho muito bom, apesar de não ter sido valorizado o suficiente pela própria instituição. Mas nesse
831 relatório de 2003, essa instrução técnica, alguns autores afirmam que existe tecnologia disponível para
832 reinjeção de águas produzidas em empreendimentos off shore, prática muito utilizada off shore e já li
833 isso ontem. E também que a tecnologia para o tratamento dessas águas já possibilita alcançar padrões
834 mais elevados de qualidade do efluentes tratado do que os atualmente abrangidos em campos
835 petrolíferos off shore no mar do golfo do México. Portanto não há nenhum obstáculo técnico para
836 redução por cargas a zero, por meio de técnicas modernas de reinjeção e reciclagem. Eles não estão
837 citando se o poço é novo, se é velho, eles estão falando que não existe obstáculo técnico. Mas mesmo
838 que a geologia apresente problemas para reinjeção, outros meios de tratamento podem ser adotados.

839 Não é por num navio e levar para a terra. Se tiver que fazer isso, faça, leve para a terra e trate em terra
840 como já é feito, se não me engano, em algumas plataformas. Aí que entra o que eu quero dizer. Em
841 países como a Noruega, Dinamarca e países baixos, a meta do descarte zero já tem sido almejada,
842 isso em 2003. Então, se a Petrobrás desconhece como que a Noruega e Dinamarca e os países
843 baixos estão já aceitando a meta, eu acho que deveríamos convidá-los para participar desse grupo,
844 talvez eles possam nos trazer novidades. Além do mais, não é só a Petrobrás, como disse ele que está
845 explorando aqui, tem outras multinacionais que vão deitar e rolar nessa legalização aí sem qualquer
846 salva guarda. Então, eu acho que nós vamos ter que realmente ser um pouco mais rigorosos aqui no
847 CONAMA, na defesa da proteção do meio ambiente. Então se a Petrobrás insiste em dizer que não é
848 possível, não existe, nós vamos estar com um problema técnico aqui porque nós não temos a
849 contrapartida e não temos representantes da Noruega e Dinamarca aqui para nos dizer que nós temos
850 metas zero. Então eu acho que ficou claro. Nós não vamos ficar batendo e recebo tendo aqui se pode
851 ou não pode. Se os países estão dizendo que pode, vamos convidá-los.

852

853 **João Paulo Ribeiro Capobianco – Secretário Executivo do CONAMA/MMA**

854

855 Eu só queria passar a palavra ao Francisco Iglesias, eu queria deixar claro, Conselheira Zuleica, que o
856 espírito aqui iniciado pela Petrobrás e pelo Ministério da Minas e Energia é justamente na direção de
857 buscar essa solução. Então não há uma recusa. Ao contrário. É apenas que está se propondo aqui
858 uma redução que viabilize isso de forma adequada, trazendo para o CONAMA esse debate como a
859 senhora deseja, portanto não há espírito negativo em relação à proposta. Ao contrário, há uma adesão
860 a proposta.

861

862 **Francisco Iglesias - IMARH**

863

864 Eu vejo o seguinte. Primeiro, aquele parágrafo segundo lá, são duas propostas. A proposta que o
865 pessoal da Petrobrás não colocou. Então, eu prefiro a manutenção da primeira, que aí é a
866 responsabilidade e o desafio foi da indústria petrolífera através do Instituto Brasileiro de Petróleo ou
867 quem quer que seja, ficaria porque fui eu que coloquei eu pediria exclusão ali da segunda redação.
868 Ficaria aquela primeira redação já corrigida pelo pessoal entendido de português. Que seria, a
869 indústria petrolífera deverá apresentar ao CONAMA num prazo de um ano, e nós já estamos
870 concordando que seja um ano, propostas e metas de redução no teor de óleo e graxa nas águas de
871 processo. Seria isso.

872

873 **João Paulo Ribeiro Capobianco – Secretário Executivo do CONAMA/MMA**

874

875 José Carlos, por favor.

876

877 **José Carlos Gomes Costa - Ministério Minas e Energia**

878

879 José Carlos do Ministério das Minas e Energia. É só uma preocupação, obviamente nós estamos
880 concordando aqui com esse parágrafo, observando que no capítulo que está inserido, o capítulo quinto
881 fala em água produzida e ele falou em água de processo e talvez fosse adequado. Está de acordo?
882 Está bom. A segunda coisa que eu queria falar é agradecer às palavras do Conselheiro do Ceará, mas
883 realmente insisto em que tecnologia tem os seus prazos, não vou insistir muito nisso aí, mas
884 principalmente através da resposta da Conselheira Zuleica, eu comentaria e talvez as ONGs conheça
885 isso melhor do que eu no processo, mas dizem que o melhor processo para produção de energia no
886 mundo limpa inquestionável, não tem rejeito, é a fusão nuclear. Tecnicamente ela existe. Se não me
887 engano, o último reator que foi construído na Europa, até o Brasil foi convidado a participar, custa dois
888 bilhões de dólares, custou dois bilhões de dólares acende uma lâmpada de 60 wats por alguns
889 segundos. Então tecnologia existe, você pode fazer no laboratório usando equipamentos e materiais
890 requintados qualquer solução de que até nossa respiração fique zero de CO2 a emissão, mas seria um
891 absurdo e nós estamos falando de custo também. A tecnologia tem que estar atrelada ao custo, porque
892 todo mundo sabe que nós estamos enfrentando uma comissão de inquérito lá no Mato Grosso do Sul
893 porque a ANEEL usando as regras do país aumentou 17% ou 16% a energia do cidadão do Mato
894 Grosso do Sul. Virou uma grande confusão lá no Ministério essa história, porque nós estamos
895 cumprindo o que determina a lei. 17%. Imagine quando a gente falar que a gasolina vai custar 3,60
896 porque nós temos que colocar uma plataforma do lado da outra só para tratar a água efluente. O
897 Marcelo queria só dar um complemento para encerrar a participação. Obrigado.

898

899 **João Paulo Ribeiro Capobianco – Secretário Executivo do CONAMA/MMA**

900

901 Lembrando que nós estamos fechando consenso. Nada que dificulte o consenso deve ser colocado
902 nesse microfone, por favor.

903

904 **Marcelo Ramos – Petrobrás**

905

906 Marcelo Ramos da Petrobrás. Eu queria só fazer uma colocação com respeito ao que a Conselheira
907 Zuleica falou. Ela está totalmente correta, quando ela relata o que o IBAMA colocou em uma
908 apresentação que foi feita no Grupo de Trabalho. Agora eu acho que a gente precisa colocar um certo
909 time para a plenária entender, o que acontece? Eu participei desde a primeira apresentação do IBAMA
910 no Grupo de Trabalho baseado no levantamento que o IBAMA fez. A Petrobrás também criou o grupo
911 de trabalho, toda a Câmara Técnica e isso evoluiu ao ponto da gente chegar em consenso, que é o que
912 está colocado nessa Resolução. E então com respeito por exemplo a consenso como descarte zero, a
913 gente tem que tomar um certo cuidado quando diz assim, a Noruega descarta zero. Isso não é bem
914 verdade. A Noruega tem um conceito de descarte zero, eles usam o termo de (...). São compostos que
915 eles não querem descartar. Eles precisam produzir petróleo e também descartam água. Não é o
916 volume que é zero. E sim determinados compostos, que há muito tempo já são utilizados também pela
917 Petrobrás. A gente cuida evitando utilizar compostos que eles também utilizam. Então, é só para ter
918 essa coisa. Com respeito à reinjeção de água, eu já coloquei isso ontem e gostaria de colocar
919 novamente para o Sr. Presidente, a reinjeção de água hoje é premissa de projeto para qualquer projeto
920 novo da petrobrás. Logicamente que a reinjeção de água significa o que? Quando eu reinjeto tudo a
921 gente tem descarte zero. Lamentavelmente como eu coloquei ontem, a gente não tem como reinjetar
922 em todos os reservatórios seja por características de reservatórios, seja por reações do próprio
923 reservatório a reinjeção dessa água, parece simples que a gente tirou a água de lá e volta para lá. Mas
924 lamentavelmente não funciona assim, essa água tem reações que podem ocorrer e eu citei ontem um
925 exemplo que a rejeição de água produzida pode levar, por exemplo, a formação de saulem no
926 reservatório para quem não conhece seria a geração de H2S pela proliferação de determinadas
927 bactérias que se reproduzem na água e transformam o sulfato existente nessa água e então cada
928 campo precisa ser analisado. Então finalizando, hoje é premissa da Petrobrás reinjetar água produzida
929 em todos os projetos, já existem projetos inclusive reinjetando água a exemplo de Carapegua projetos
930 que foram apresentados até no slide da Petrobrás projetos que estão em andamento como jubarte,
931 como módulo 3 que já usam essa premissa de irrigação, mas lamentavelmente isso não é para todos e
932 por isso o cuidado que a gente precisa ter.

933

934 **João Paulo Ribeiro Capobianco – Secretário Executivo do CONAMA/MMA**

935

936 O CONAMA é uma aula permanente de sistemas complexos. Mas eu gostaria de encaminhar para a
937 votação. Pode ser? Podemos encaminhar. Então vamos encaminhar. Já que há consenso, apenas
938 para formalidade, por favor aqueles que estejam de acordo com redação de determinada proposta de
939 conciliação, por favor, se manifestem. Obrigado. Algum voto contrário? Alguma abstenção? Aprovado
940 por unanimidade. Que beleza. Nós temos agora, os dois outros parágrafos ou já estão aprovados? Já
941 estão OK. Próxima emenda, por favor. No parágrafo que virou terceiro. Era primeiro e virou segundo.
942 No segundo, a introdução de uma emenda para introduzir a palavra imediatamente, retirando em até 30
943 dias. Estamos de acordo? Podemos votar? Uma modificação, por favor.

944

945 **José Carlos Gomes Costa - Ministério Minas e Energia**

946

947 Ministério Minas e Energia. Teria talvez uma outra redação que foi conversada ontem que foi o
948 seguinte. Caso a média mensal prevista no caput deste artigo seja excedida, o órgão ambiental
949 licenciador deverá ser comunicado imediatamente após a constatação, devendo ser apresentado um
950 relatório identificando a não conformidade em até 30 dias. Não há condição, aconteceu e
951 instantaneamente se gerar o relatório. Então comunica-se, o órgão ambiental fica avisado da
952 ocorrência e em 30 dias a plataforma, que pode não ser da Petrobrás, deverá indicar ao órgão
953 ambiental o detalhamento da ocorrência.

954

955 **João Paulo Ribeiro Capobianco – Secretário Executivo do CONAMA/MMA**

956

957 Obrigado. Francisco Iglesias, por favor.

958

959 **Francisco Iglesias - IMARH**
960
961 Esse parágrafo é mais um processo de negociação, nós já tínhamos até conversado com o Marcelo
962 também sobre isso, nós acatamos a sugestão do Ministério de Minas e Energia.
963
964 **João Paulo Ribeiro Capobianco – Secretário Executivo do CONAMA/MMA**
965
966 Beleza. Estou ficando emocionado. Você poderia se dirigir ao microfone por favor, Conselheira?
967 Patrícia da CNI.
968
969 **Patrícia Helena Gambogi Boson – CNI**
970
971 Só constatando que dessa forma como ficou, ele invalida o terceiro, porque o terceiro diz a mesma
972 coisa... tá certo.
973
974 **João Paulo Ribeiro Capobianco – Secretário Executivo do CONAMA/MMA**
975
976 Então estamos de acordo com a redação de consenso que é a que está explicitada do MMA que já é
977 uma proposta de consenso. Aqueles que forem favoráveis, por favor se manifestem para fins de
978 registro. Obrigado. Quem for contrário. Abstenção? Aprovado. Próxima emenda, por favor.
979 Parágrafo segundo do artigo sexto. Proposta de emenda substituindo uma por quatro de amostras
980 diárias. Estamos de acordo? Não? Por favor.
981
982 **José Carlos Gomes Costa - Ministério Minas e Energia**
983
984 José Carlos do Ministério de Minas e Energia. Parece muito simples que quando se faz o exame de
985 óleo e graxa se examine somente o óleo e graxa, mas na realidade vamos ver mais adiante aí, são na
986 verdade 80 parâmetros e isso envolve tempo, trabalho, reagentes e uma série de condicionantes que
987 depois vai virar tudo uma média aritmética. Você tem que fazer 80 vezes, tem que fazer medida de 80
988 parâmetros quatro vezes por dia para depois somar tudo e dividir por quatro...O que se está propondo,
989 o que o Ministério das Minas e Energia propõe, é um outro procedimento inclusive com a redação
990 diferente que se faça quatro coletas durante o dia, e dentro do prazo de validade das coletas se faça
991 uma análise, se gaste uma vez só os reagentes em cima da média que depois de qualquer maneira
992 viraria a média no futuro. Em cima da média daquelas quatro amostras é que se somadas e juntadas
993 numa amostra única ao final do dia, das quatro coletas seria feita então a análise. Essa é uma proposta
994 que mantém o espírito das quatro amostras e evita o extremo trabalho. A redação. Vamos lá. "Deverá
995 ser coletada em horários padronizados pelo menos uma amostra diária composta de quatro alíquotas
996 de igual volume.
997
998 **José Cláudio Junqueira – Governo do Estado de Minas Gerais**
999
1000 Pelo menos quatro amostragens para...
1001
1002 **José Carlos Gomes Costa - Ministério Minas e Energia**
1003
1004 Tudo bem, pelo menos quatro coletas para compor uma amostra diária e aí corta esse. Pelo menos
1005 quatro coletas para compor uma amostra diária.
1006
1007 **José Cláudio Junqueira – Governo do Estado de Minas Gerais**
1008
1009 Com licença, só para não ficar coleta e coleta. Deverão ser realizadas pelo menos em horários
1010 padronizados para compor uma amostra diária para determinação da média mensal.
1011
1012 **João Paulo Ribeiro Capobianco – Secretário Executivo do CONAMA/MMA**
1013
1014 Eu estou quase solicitando que a gente aprove o conteúdo e depois volte para aprovar a redação. Está
1015 quase?
1016
1017 **José Carlos Gomes Costa - Ministério Minas e Energia**
1018

1019 É isso aí. É, as análises serem realizadas.

1020

1021 **João Paulo Ribeiro Capobianco – Secretário Executivo do CONAMA/MMA**

1022

1023 Pronto? É isso? O nosso Conselheiro Francisco Iglesias gostaria de fazer um comentário.

1024

1025 **Francisco Iglesias - IMARH**

1026

1027 Na realidade, eu acho que nós podemos até manter essa proposta, mas eu quero ler aqui o relatório da
1028 segunda reunião, um pequeno trecho do relatório, e acho engraçado as pessoas, existe uma
1029 contradição, uma falta de coerência. Quando estava uma, nós propusemos quatro, porque achávamos
1030 que uma era pouco demais, mas vou ler o relatório para vocês e vocês vão entender o que eu estou
1031 querendo dizer. É rápido. O Ibama questionou qual seria o parâmetro que realmente podia ser
1032 controlado. A Petrobrás, isso é o relatório da segunda reunião, 25 de novembro de 2005. Local,
1033 Agência Nacional de Petróleo, Rio de Janeiro. O IBAMA questionou qual seria o parâmetro que
1034 realmente pode ser controlado. A Petrobrás respondeu que somente a TOG pode ser controlada nas
1035 atividades *off shore*. Em seguida foi apresentado pela Petrobrás o processo de tratamento da água
1036 produzida até o seu descarte e as principais dificuldades da separação de água e óleo muito devido às
1037 condições de método oceanográficas, o uso de polieletrólitos, necessidade de grandes espaços para
1038 equipamentos e respondeu que o controle de TOG é realizado em média seis vezes ao dia. Quer dizer,
1039 a própria Petrobrás já faz seis de quatro em quatro horas. E então eu gostaria de sugerir que
1040 mantenha-se seis. Ela já faz seis. As dificuldades apresentadas aqui não foram alegadas aqui no
1041 relatório e esse é o pessoal que trabalha diretamente nas plataformas. Apresentaram aqui. Quer dizer,
1042 por que o CONAMA, novamente nós já ampliamos a possibilidade de descarte em nove PPMs? De 20
1043 passou para 29. Porque vamos impedir a realização de amostras já que a Petrobrás faz de quatro em
1044 quatro horas.

1045

1046 **João Paulo Ribeiro Capobianco – Secretário Executivo do CONAMA/MMA**

1047

1048 Muito bem, tua proposta é de seis. Por favor, vamos fechar.

1049

1050 **José Carlos Gomes Costa - Ministério Minas e Energia**

1051

1052 Eu gostaria que o plenário ouvisse o comentário do Marcelo sobre as seis amostras.

1053

1054 **Marcelo Ramos – Petrobrás**

1055

1056 Novamente o Conselheiro Francisco e Conselheira Zuleica estão corretos, isso foi falado na reunião,
1057 realmente a Petrobrás faz seis vezes por dia para controle de processo. A metodologia que é usada na
1058 plataforma se chama absorção molecular. A metodologia de controle exigida pelo IBAMA e
1059 reconhecida no Brasil tanto para controle em águas de interior e qualquer tipo de efluente é pelo
1060 método gravimétrico. Ele é impossível de ser realizado numa plataforma, porque o gravimétrico, do
1061 grego, se não estou enganado, é peso. A gente precisa de uma balança e a plataforma ela está
1062 flutuando no meio do oceano, então ela oscila e então é possível se realizar uma pesagem de precisão
1063 em uma plataforma. Então novamente a gente coloca essas amostras são levadas para terra para
1064 serem realizadas e foi o tratamento que a gente colocou. São os volumes que se gasta de reagentes
1065 PA que depois precisam ser destinados, tem um impacto ambiental grande, porque na realidade para
1066 fazer uma análise você gasta 100 ou 200 miligramas de um solvente. O nosso controle de processo ele
1067 continua lá. Eu estou acompanhando com uma metodologia que me garante assim, eu estou
1068 acompanhando o meu processo, estou numa faixa confortável. Subiu e preciso verificar no meu
1069 processo. Agora para controle ambiental e formação de banco de dados a gente precisa usar um
1070 método mais confiável e lamentavelmente a gente não pode fazer a bordo e por isso a proposta de
1071 fazer uma composição de quatro amostras. Porque não compor seis, por exemplo? É um exemplo. Aí
1072 a gente entra num problema analítico. Uma amostra ela tem um litro, ela tem um frasco amplo, de boca
1073 larga que é de um litro e quando a gente compõe uma amostra de um litro e estamos falando de quatro
1074 alíquota de 250 miligramas, eu acho que tecnicamente começa a ficar muita alíquota sendo misturada e
1075 pode começar a dar diferenças. Eu acho que uma divisão exata de 250 miligramas que é um padrão de
1076 frascaria, de coleta, desse tipo de coisa fica melhor. Um litro por seis estamos falando de quanto? De
1077 166? Então tirar seis alíquotas de 166,66 fica meio complicado. E então é melhor tirar quatro de 250.
1078 O motivo é puramente técnico.

1079
1080
1081
1082
1083
1084
1085
1086
1087
1088
1089
1090
1091
1092
1093
1094
1095
1096
1097
1098
1099
1100
1101
1102
1103
1104
1105
1106
1107
1108
1109
1110
1111
1112
1113
1114
1115
1116
1117
1118
1119
1120
1121
1122
1123
1124
1125
1126
1127
1128
1129
1130
1131
1132
1133
1134
1135
1136
1137
1138

João Paulo Ribeiro Capobianco – Secretário Executivo do CONAMA/MMA

Tudo bem, Francisco? Podemos votar? Obrigado, José Cláudio por mais essa contribuição. Está em votação. Quem for favorável à redação tal como está por favor se manifeste. A última aí. Desculpa de Minas Gerais. Está em votação. Favoráveis a Minas Gerais. Muito bem. Obrigado. Quem é contra Minas Gerais, por favor. Algum entendimento aí? Português é uma língua favorável. Já que houve votação favorável, alguém é contra Minas Gerais aí? Alguém se absteve? Então uma abstenção. aprovado. Próxima emenda, por favor. Artigo sétimo. Muito bem, então agora aqui no artigo sétimo senhoras e senhores Conselheiros, há um requerimento de que as votações agora do artigo sétimo, oitavo e nono sejam nominais, considerando o andamento da reunião e o bom entendimento das partes, eu consulto se os proponentes mantêm a exigência de votação nominal. Sim? Mantém. Então será votação nominal a partir de agora. Artigo sétimo. Aliás, ela é subscrita conforme o regimento com dez conselheiros. Pois não, Francisco Iglesias. Uma correção em qual? Nós nem colocamos ainda. Vamos iniciar agora. Só queria na tentativa de que dado o espírito de integração colaborativo que está marcando essa reunião, havia uma esperança da mesa de que esse pedido de votação nominal não fosse mantido, porque ele retarda muito o processo. Foi só uma solicitação de verificação se de fato mantinha essa exigência, mas como já foi dito, está mantida e vamos então ao artigo sétimo. A emenda está aí colocada. Em discussão. Essa é uma proposta de consenso? Tem um ajuste. Mas antes disso o Francisco Iglesias.

Francisco Iglesias - IMARH

É só uma retirada.

João Paulo Ribeiro Capobianco – Secretário Executivo do CONAMA/MMA

Do voto nominal?

Francisco Iglesias - IMARH

Não. Mas já foi vencido. Você mesmo já encerrou. É que analisando a questão do plano de emergência e plano de contingência, a gente sugere na proposta que a gente fez manter o plano de emergência, porque na definição inclusive que a 9966 dá, só para o plano de emergência. É praticamente o que estava escrito, que a gente estava pedindo, fazendo um cronograma e etc. Plano de emergência. Conjunto de medidas que determinam e estabelecem as responsabilidades setoriais, ações a serem desencadeadas imediatamente após um incidente bem como define recursos humanos, materiais e equipamentos adequados à prevenção, controle e combate à poluição das águas. Plano de contingência. Conjunto de procedimentos e ações que visam integração de diversos planos de emergência setoriais bem como definição de recursos humanos, materiais e equipamentos para prevenção e controle e combate à e prevenção das águas. Então em função da amplitude do plano de contingência e estamos falando das medidas que caracterizam acima dos 42, aí a gente está sugerindo isso, que em si fica mais claro da forma que estava escrita a proposta que era programa e cronograma elaborado pelo empreendedor para solução destas condições. Eu acho que inclusive é mais amplo e mais adequado à questão ambiental.

Marcelo Ramos – Petrobrás

Nesse caso a gente até já tinha dado uma conversada sobre esse artigo. Na realidade o Francisco pediu para tirar o plano de contingência, mas tanto na 9966 quanto na 243 a definição de plano de emergência está focada para acidentes. Então o que acontece? Uma alteração no descontrole do processo que elevo o valor que eleve a um pedido desse tipo não é um acidente o que significa um acidente? Eu vou acionar toda a estrutura de emergência, vou vir fazer contenção. Mas não tem o que conter porque não enxerga, os valores são pequenos, não estamos falando de derramamento. O plano de emergência é para derramamento. E por isso o grupo de trabalho ficou acertado programa e cronograma. O que significa um programa e cronograma? Você vai ter que apresentar meu problema é esse, minha solução para o problema é esse e eu entendo da mesma forma, o problema é mais conceitual na questão do plano de emergência. O plano de emergência está definido para acidente, é derramamento de óleo, e não estamos falando da questão de derramamento de óleo.

1139 **Sérgio Roberto Pereira Anníbal - FBCN**
1140
1141 Bom, como a FBCN a gente pelo efeito, eu acho que dá pelo menos a FBCN retira a sua assinatura
1142 porque eu acho que não há necessidade de dar diante do CONAMA, a gente fazer a votação nominal,
1143 não tem nenhuma, eu acho que a votação nominal não deve ser usada a torto e a direito, eu solicito aos
1144 Conselheiros que se retire essa votação por causa da velocidade que a gente tem.
1145
1146 **Francisco Iglesias - IMARH**
1147
1148 Só para esse artigo ou para todos?
1149
1150 **Sérgio Roberto Pereira Anníbal - FBCN**
1151
1152 Eu estou retirando e acho que não há necessidade, havia uma questão anterior e acho que no
1153 andamento da situação não há necessidade de ter votação nominal para os três artigos.
1154
1155 **Francisco Iglesias - IMARH**
1156
1157 É uma informação, você está tirando porque nós propusemos a eles para o oitavo como já foi dito, para
1158 o sétimo, oitavo e nono.
1159
1160 **Sérgio Roberto Pereira Anníbal - FBCN**
1161
1162 Eu acho que essa questão da votação nominal a gente propõe na medida do encaminhamento das
1163 coisas. Às vezes você tem que para colher assinatura não é tão fácil, então se faz o requerimento e se
1164 apresenta e acho que o requerimento poderia ser conforme solicitação do Capobianco ser condicionado
1165 a não ter.
1166
1167 **João Paulo Ribeiro Capobianco – Secretário Executivo do CONAMA/MMA**
1168
1169 Mas vamos trabalhando e vamos verificar no caso da votação. Nós temos uma colocação feita. Como
1170 seria no caso da redação, José Carlos? Tiraria? É que tem esse caso de alijamento. Já foi resolvido.
1171 Francisco Iglesias, por favor. Então você como proponente... Francisco, proposta do Ministério das
1172 Minas e Energia aceitar aquela mudança de descarte para alijamento, mas voltar a redação original em
1173 relação a programa e cronograma pelos motivos aqui apresentados. Há concordância em relação a
1174 isso? Você conseguiu acompanhar a explicação densa feita pela Petrobrás?
1175
1176 **Francisco Iglesias - IMARH**
1177
1178 Veja bem, se não me disser que um erro lá não é acidente, ele está tentando dar uma explicação por
1179 um motivo de ter que descartar mais. Se está acima, o que é isso? É descontrole? O que é
1180 descontrole? Ele falou em descontrole no processo. Se a obrigação é manter até no máximo 42, que é
1181 só um lançamento que é 42, que eu nem sei como é que vai dar para dizer 42 se você vai fazer uma
1182 média. Isso aí é outra preocupação que estou traduzindo aqui das quatro amostras. Mas, se isso não é
1183 acidente, o que é isso? É um descontrole.
1184
1185 **João Paulo Ribeiro Capobianco – Secretário Executivo do CONAMA/MMA**
1186
1187 Um descontrole. O que ele esclareceu é que não é derramamento.
1188
1189 **Francisco Iglesias - IMARH**
1190
1191 Aí eu acho que é uma questão de que o plano de emergência ele não é só, não sei, o empreendedor é
1192 que vai elaborar. Não sei se leva em consideração os outros setores, o órgão ambiental. Porque lá o
1193 programa e cronograma elaborado pelo empreendedor para solução dessas condições. Entendeu?
1194 Mas não está dizendo que é aprovado pelo órgão ambiental. Então eu estou em dúvida, porque o plano
1195 de emergência obriga a que sejam envolvidos outros. Aí no caso específico o órgão ambiental e aí
1196 dentro da empresa é outra discussão.
1197
1198 **João Paulo Ribeiro Capobianco – Secretário Executivo do CONAMA/MMA**

1199
1200 Por favor, José Cláudio. Vocês poderiam esclarecer, Chico por favor vocês poderiam tentar esclarecer
1201 entre vocês a sua dúvida?

1202
1203 **José Cláudio Junqueira – Governo do Estado de Minas Gerais**
1204

1205 Bom, eu não entendo de petróleo. Eu entendo de amostragem. Eu queria esclarecer ao Chico que lá
1206 está dizendo que o órgão ambiental poderá. Nós temos muitas questões evidentemente não de
1207 petróleo no Estado com essa questão de amostragem. Pelo o que eu entendi e pela complexidade da
1208 indústria petrolífera, pode ocorrer lá na operação dele em determinados momentos ele verificar que não
1209 vai conseguir obter aquilo, e então ele vai fazer uma justificativa, vai fazer um programa e vai dizer não
1210 vai ser 29, vai ser 35, ele vai justificar. E o órgão ambiental vai analisar e julgar se é pertinente ou não.
1211 De repente vai dizer não, não vou aceitar você vai estancar o seu processo ou vou autorizar. Então não
1212 é plano de emergência mesmo, não. Porque o plano de emergência é para acidente, mas terá que ter
1213 embasamento técnico para convencer o órgão ambiental de que ele poderá trabalhar nessa
1214 excepcionalidade.

1215
1216 **João Paulo Ribeiro Capobianco – Secretário Executivo do CONAMA/MMA**
1217

1218 Muito bem então. Nós temos a manutenção, proposta de manutenção da redação original. Podemos
1219 avançar? Podemos fazer. Então temos acordo. Temos acordo e está retirada e não há necessidade
1220 de votação. Próxima emenda. Desculpa, só um esclarecimento. A questão do alijamento já tinha sido
1221 aprovada. Portanto é só retirar a emenda. Próxima emenda. Artigo oitavo. Há acordo? Vamos ler a
1222 emenda. Está clara a questão? Por favor.

1223
1224 **Marcelo Ramos – Petrobrás**
1225

1226 Na verdade, esse assunto também é um assunto amplamente discutido no âmbito do Grupo de
1227 Trabalho. E só para esclarecer, o que acontece nessa questão é que talvez eu teria que pegar e ler
1228 tudo, mas em algum momento a gente discutiu essa questão das doze milhas e não doze milhas. A
1229 minha única consideração em respeito a isso é que a profundidade ao longo da costa, ela não é
1230 constante, a gente tem pontos em que ela é muito rasa e pontos em que ela pode ser mais profunda,
1231 mais para o sul do Brasil. Não lembro exatamente em que reunião, mas eu me lembro que a gente
1232 discutiu isso com o pessoal do Ibama, isso fechou que o órgão ambiental e por isso está colocado no
1233 texto original pelo o que eu não estou vendo. A possibilidade de descarte serão definidas pelo órgão
1234 ambiental competente. Ou seja, para cada caso nas doze milhas o órgão ambiental vai ter que avaliar,
1235 verificar os impactos e ver se é possível ou não descartar. Não está dizendo que a gente pode
1236 descartar a menos de doze milhas. Então dizer que é zero a gente pode estar proibindo um descarte,
1237 por exemplo, numa região em 12 milhas eu estou a 200, trezentos metros de profundidade e não teria
1238 tanto problema do ponto de vista ambiental. Essa é a colocação que eu não sei o que o pessoal acha,
1239 mas...

1240
1241 **João Paulo Ribeiro Capobianco – Secretário Executivo do CONAMA/MMA**
1242

1243 O proponente da emenda. Não pode ser preferencialmente zero ou algo nessa linha?

1244
1245 **Francisco Iglesias - IMARH**
1246

1247 O que acontece? Podemos até chegar nessa redação de preferencialmente zero. Na discussão que
1248 teve, inclusive o pessoal lá do IBAMA, do escritório de licenciamento de atividades petrolíferas e
1249 energia nuclear, eles realmente colocaram uma observação que em profundidades de até 40 metros,
1250 mas aí realmente não foi apresentado estudo de caso. Não foi apresentado especificamente estudo de
1251 caso. O pessoal do escritório do IBAMA lá do Rio de Janeiro, colocou que deveria ser zero nessa
1252 profundidade. A gente poderia até discutir isso, mas acho que a redação proposta por você,
1253 exatamente por não termos um estudo que diz qual é a profundidade ideal para que seja zero? Não
1254 temos. Então, eu até concordo com a proposta do Presidente da mesa de se encaminhar a proposta
1255 original colocando preferencialmente zero.

1256
1257 **João Paulo Ribeiro Capobianco – Secretário Executivo do CONAMA/MMA**
1258

1259 É, devendo ser preferencialmente zero. Como é que ficaria a redação? Desculpe, quem propõe aqui
1260 são os Conselheiros, a mesa só sugere.

1261

1262 **Francisco Iglesias - IMARH**

1263

1264 Vamos pegar o original. Devendo ser preferencialmente zero.

1265

1266 **João Paulo Ribeiro Capobianco – Secretário Executivo do CONAMA/MMA**

1267

1268 Pode ser assim? Professor José Cláudio, não deveria ser preferencialmente igual a zero? Não
1269 precisa? Veja bem, um esclarecimento. Devendo ser preferencialmente, é de fato uma linguagem...
1270 sendo preferencialmente zero. Por favor, mais uma aula com o doutor Marcelo.

1271

1272 **Marcelo Ramos – Petrobrás**

1273

1274 Marcelo Ramos da Petrobrás. Eu só queria colocar uma coisa. Na realidade, o sendo
1275 preferencialmente zero, atualmente a gente não tem nada descartando doze milhas, seria mais
1276 complicado. Só do ponto de vista técnico, é o seguinte, vamos dizer que a gente esteja a 12 milhas e
1277 250 metros de profundidade, trezentos metros de profundidade o que pode ocorrer em alguns lugares,
1278 se faz o estudo de simulação, isso aqui é igual a produzir, não tem diferença nenhuma. O órgão
1279 ambiental, os Conselheiros eu acho que são até melhores para analisar, se o órgão ambiental de
1280 alguma forma não vai se sentir numa situação por causa de um preferencialmente, eles querem que
1281 seja zero. Eu acho assim que já está dizendo que a gente está fazendo estudo, que o órgão ambiental
1282 vai ter que analisar, já está destacado que é uma análise mais detalhada de órgão ambiental. Eu não
1283 sei, preferencialmente zero para mim não contribui em nada. .

1284

1285 **João Paulo Ribeiro Capobianco – Secretário Executivo do CONAMA/MMA**

1286

1287 Desculpa, de fato preferencialmente zero é um indicativo importante. Se não há problema para vocês,
1288 não há porque não incluir na linha de que o que abunda não prejudica, e ajuda orienta, na o que se
1289 busca é que é zero em todas as partes. Esse é apenas um reforço. Não é obrigatório.

1290

1291 **Marcelo Ramos - Petrobrás**

1292

1293 O estudo de profundidade essa discussão foi extensiva no Grupo de Trabalho e até me recordou o que
1294 eu havia me esquecido, a questão de que o IBAMA queria em função de uma profundidade, mas na
1295 verdade a gente não tinha estudos suficientes para dizer isso então se fechou as doze milhas.

1296

1297 **João Paulo Ribeiro Capobianco – Secretário Executivo do CONAMA/MMA**

1298

1299 Tudo Bem. Você queria complementar a fala dele?

1300

1301 **José Carlos Gomes Costa - Ministério Minas e Energia**

1302

1303 Eu chamaria o doutor José Cláudio de novo. Porque aí zero o que? Colocar zero vazão, para dizer o
1304 que é? Ou vazão zero.

1305

1306 **João Paulo Ribeiro Capobianco – Secretário Executivo do CONAMA/MMA**

1307

1308 Vazão zero. Corrigir aí, vazão zero. Bazileu, por favor.

1309

1310 **Bazileu Alves Margarido Neto - IBAMA**

1311

1312 Bom, é muito difícil no plenário do CONAMA fazer discussões tão técnicas, por isso que se constrói
1313 grupos técnicos para procurar equalizar essas coisas, mas invariavelmente a discussão vem a plenário,
1314 e nós temos que enfrentar o desafio de discutir questões tão técnicas no plenário assim tão amplo.
1315 Agora eu acho que o da Petrobrás tem uma razão como órgão licenciador o estabelecimento da
1316 preferência de vazão zero, ele é um objetivo constante para todas as plataformas como já foi colocado,
1317 mas eu não conseguiria aqui avaliar o que foi colocado sob o grau de consentimento maior ou menor
1318 quando o técnico tiver plena consciência de que não cabe naquele descarte zero para aquele

1319 empreendimento. Nesse sentido, eu queria buscar novamente uma nova tentativa de conciliação. Eu
1320 observei que o critério de profundidade sempre foi avocado ao longo de toda essa discussão, apesar da
1321 observação agora de que não havia estudos suficientes para definir, fazer essa definição em função da
1322 profundidade. Então como é um critério relevante porque foram todas as intervenções, foi colocado
1323 como algo a ser considerado, eu queria propor que nessa parte sem preferencialmente vazão zero,
1324 para profundidades menores que 40 metros, que o Conselheiro Francisco colocou como sendo uma
1325 referência que foi levada ao Grupo de Trabalho pelo próprio IBAMA, pelos próprio técnicos do IBAMA.
1326 Então, eu queria ver se poderia amarrar a questão da preferência zero à profundidade da plataforma.
1327 Mas tem o parâmetro da profundidade também para estabelecer a vazão zero.
1328

1329 **João Paulo Ribeiro Capobianco – Secretário Executivo do CONAMA/MMA**
1330

1331 Essa proposta trazida pelo Conselheiro do IBAMA coloca uma questão, só para esclarecer com o
1332 proponente da emenda e com Minas e Energia o seguinte, até uma certa profundidade,
1333 obrigatoriamente é zero. O que se poderia colocar então, teria que colocar zero em profundidade e zero
1334 nas próximas. Então eu acho que no meu entendimento não resolveria a questão, viu Bazileu. No meu
1335 entendimento não vai resolver a questão, porque o que se busca é que seja sempre arrisque zero.
1336 Quando a profundidade for tal que isso não é relevante, o que está dizendo aqui é que não precisa ser
1337 zero. Precisa ser zero se for possível, mas se não for necessário, não precisa ser zero. Da forma que
1338 você colocou, nós teríamos que colocar que é obrigatório zero e a partir dela preferencialmente zero.
1339 Então na realidade não vai resolver. Não sei se você concorda. Então votar aqui a questão. Há
1340 entendimento já? Tira o para e fica sendo preferencialmente vazão zero. Há acordo? Bazileu,
1341 podemos prosseguir assim? Há acordo? Está em acordo. Então se está em acordo, vamos votar pró-
1342 forma, eu solicito aos proponentes da votação nominal que dispensem nesse caso já que há acordo.
1343 Então os favoráveis se manifestem, por favor. Muito bem. Contrários? Abstenções? Aprovado.
1344 Próxima emenda. Artigo nono. Como é que nós estamos no artigo nono? Há acordo relativo à
1345 emenda, Ministério das Minas e Energia? Chico, se me permite, você vai defender a proposta, mas
1346 vamos só verificar se há alguma...
1347

1348 **José Carlos Gomes Costa - Ministério Minas e Energia**
1349

1350 Acordo existe, mas eu não posso deixar que esse artigo nono tem na primeira linha é vedado o
1351 descarte a dez quilômetros de unidades de conservação. Isso tem muito a ver com a discussão do
1352 CONAMA que estabelece de que qualquer unidade de conservação tenha uma zona de amortecimento
1353 de dez quilômetros, e isso aí faz indiretamente em direção a isso e é bom saber que há interesse do
1354 plenário em continuar mantendo o respeito a esses quilômetros apesar de determinadas entidades não
1355 respeitarem esses dez quilômetros nas suas decisões, então é muito bom e o Ministério das Minas e
1356 Energia concorda com essa redação.
1357

1358 **João Paulo Ribeiro Capobianco – Secretário Executivo do CONAMA/MMA**
1359

1360 Bom, então se há acordo, não há necessidade de defesa e nem de votação nominal. Apenas pró forma
1361 os favoráveis se manifestem, por favor. Alguém contrário? Houve alguma abstenção? Aprovado por
1362 unanimidade. Próxima emenda, por favor. Artigo dez. Há proposta de anual para mensal. Questão de
1363 modificação de anual para mensal. Empresas operadoras de plataformas realizarão monitoramento
1364 mensal da água produzida a ser descartada. Minas e Energia, por favor.
1365

1366 **José Carlos Gomes Costa - Ministério Minas e Energia**
1367

1368 Bom, só vou apresentar a doutora Irene que é phd do SEMPIS e fez sua tese de doutorado exatamente
1369 nessa área de águas profundas, já foi apresentada, mas estou apresentando agora e peço então que
1370 explique porque nós não estamos de acordo com o mensal.
1371

1372 **Irene Gabardo – Centro de Pesquisa Petrobrás**
1373

1374 Bom dia a todos. Então meu nome é Irene Gabardo, e eu queria dizer que esse assunto foi
1375 exaustivamente debatido no Grupo de Trabalho e dar algum depoimento aí do ponto de vista dos
1376 nossos monitoramentos já ocorridos até por ocasião do próprio grupo de trabalho. Nós selecionamos
1377 esses parâmetros que na verdade contempla todos os parâmetros de relevância para estudo de água
1378 produzida, isso a nível mundial, é topo de linha tudo o que a gente propôs para ser estudado é

1379 vanguarda, digamos assim, e então a gente do ponto de vista de hidrocarbonetos, a gente tem ali cinco
1380 compostos voláteis que estão indicados, BTAX, do ponto de vista de HPAs de uma maneira geral se
1381 monitora 16 parâmetros prioritários, e nós apontamos a coleta e a análise de 38 compostos que tem
1382 relevância com nossa indústria, e a parte de fenóis também você faz uma análise de quinze compostos
1383 individuais. Todos os outros, a parte de metais, rádioisótopos, mercúrio, tudo isso são traços numa
1384 matriz muito complexa, na verdade. Você tem uma matriz que é composta de muitos saís. Por quê?
1385 Porque na verdade a composição da água produzida tem muito a ver com a formação geológica onde
1386 ela se estabeleceu. A onde você não tem nem petróleo e nem gás e ela por funções da natureza ela
1387 vai migrando, vai passando por caminhos. E então em determinado momento ela passa por leitos de
1388 ápiros ou situação onde você tem muito cloreto de sódio e você saliniza essa água e essa água está em
1389 contato então com o petróleo. E então do ponto de vista de saís e metais ele é da formação geológica,
1390 a indústria do petróleo não tem nada o que fazer com isso, não existe tratamento em área *off shore*
1391 para você diminuir metais e saís. Não existe isso. E isso não muda mês a mês. Isso é uma coisa que
1392 está lá na formação geológica à medida que você pressiona o poço, à medida que o poço vai
1393 envelhecendo você pressiona a uma tendência de diminuição desses parâmetros. Então o que eu
1394 queria dizer a vocês é que na verdade a gente tem também uma dificuldade do ponto de vista de
1395 laboratórios com capacidade analítica para dar resultados com confiabilidade. Só para situar os
1396 senhores, no Rio de Janeiro para parte de compostos orgânicos a gente tem 1 ou 2 laboratórios com
1397 capacidade analítica para gerar relatórios e resultados como garantia de qualidade. Não adianta a
1398 gente gerar uma massa de dados que vira uma gaveta, e não tenha conteúdo para que a gente possa
1399 trabalhar depois. Então, nesse contexto a gente gera com essa caracterização na verdade 80
1400 resultados. 80 resultados que tem que ser rastreados, do ponto de vista de qualidade analítica, e tem
1401 que ser interpretados e gerado um relatório. Então, a experiência que a gente tem nisso, até mesmo
1402 para o Grupo de Trabalho a gente começou uma coleta das plataformas em setembro de 2005 e
1403 acabou a coleta em janeiro de 2006. O envio para esses laboratórios, a demora de resposta do ponto
1404 de vista de resultado, tudo isso gera na faixa de seis a oito meses para a gente conseguir ter um dado
1405 integrado e interpretado e avaliado. E então, não adianta a gente falar em coleta mensal. Na verdade
1406 você precisa desse ciclo inteiro. A questão da amostragem como já foi colocada aqui, essas amostras
1407 não podem sair da plataforma via helicóptero por questão de segurança. Os vidros vão com
1408 preservantes, o que é controle, é protocolo analítico. Então você tem um tempo de resposta, um navio
1409 para chegar com essas amostras, você distribuir isso aos laboratórios, você tem a resposta, nós temos
1410 aqui o professor Godoy que nos ajuda na parte e não existe capacidade analítica, a Petrobrás tem feito
1411 um esforço enorme no sentido de divulgar essas metodologias. E então a gente queria dizer que não
1412 acha factível essa proposição de monitoramento mensal e que durante o Grupo de Trabalho o doutor
1413 Márcio Freitas perguntou ao IBAMA se isso atenderia uma vez que a variabilidade da água produzida
1414 não era sentida tão amiúde. Então a proposta nossa é manter o texto básico. Essa é nossa proposta.

1415

1416 **João Paulo Ribeiro Capobianco – Secretário Executivo do CONAMA/MMA**

1417

1418 OK, Francisco Iglesias e depois o Rosalvo.

1419

1420 **Francisco Iglesias - IMARH**

1421

1422 Eu queria só fazer uma correção. Seria realmente manter cádmio e mercúrio, que isso é só para
1423 análise. E a outra questão, tudo bem que os dados demorem oito meses, mas nós temos que ter uma
1424 análise anual desses valores? Nós precisamos, eu acho que tem que ter uma reduzida nesse prazo.
1425 Eu não sei qual é a reduzida para a Petrobrás. Se o valor vai ser publicado daqui oito meses. Não é
1426 problema, mas a coleta ser anual? Eu acho complicado. Do volume de água produzida que é, vou
1427 repetir aqui, 53 milhões de toneladas no Brasil. 53 milhões de toneladas por ano. Eu acho que deveria
1428 ter um espaço. Tudo bem, mensal é difícil. Então, um espaço menor para fazer essa coleta pelo
1429 menos para ter uma idéia. Pode não existir nunca uma situação emergencial e tal, mas pelo menos a
1430 informação vai estar mais próxima, porque se faz uma coleta, por exemplo, igual a doutora explicou em
1431 novembro de 2005, aí termina em janeiro de 2006, e aí ela vai só daqui a oito meses, agosto de 2006,
1432 ela vai estar disponível, mas nesse ínterim todo não fez as coletas. E se você fizer as coletas você vai
1433 ter a resposta pelo menos ou trimestral, você vai ter o acompanhamento desse índice. Agora índice
1434 anual principalmente por mercúrio e cádmio que inclusive são proibidos pela convenção de alijamento
1435 em alto-mar, são importantes para saber isso. Então, eu gostaria de poder de novo lançar para a
1436 Petrobrás outro desafio, qual poderia ser o menor prazo para isso? Pelo menos para tentar ter dados
1437 mais confiável e mais próximo um do outro.

1438

1439 **João Paulo Ribeiro Capobianco – Secretário Executivo do CONAMA/MMA**

1440

1441 Rosalvo e depois Minas e Energia e depois Zuleica.

1442

1443 **Rosalvo Oliveira Júnior - Ministério da Integração Nacional**

1444

1445 Senhor Presidente, eu esqueci meu cartão de votação na minha casa. Mas eu quero fazer o debate.
1446 Então, eu estou votando com a mão em função de que meu cartão ficou em casa, mas Cláudio Alonso,
1447 eu queria debater com a nossa doutora da Petrobrás. Sinceramente, eu não tenho doutorado, estou
1448 apenas a nível de mestrado ainda, se Deus quiser vou fazê-lo, mas o argumento de que a gente não
1449 deve fazer um monitoramento com menos de um ano pela falta de laboratórios, me pareceu um
1450 argumento frágil. E vou lhe dizer porque, e vou tentar o diálogo com a senhora e com os demais
1451 Conselheiros. O Ministério da Integração ele se situa no mesmo prédio onde fica o Ministério da
1452 Ciência e o Ministério de Ciência e Tecnologia tem um programa, eu não sei se tem conhecimento
1453 deste programa nacional deste governo de implementação e fortalecimento da capacidade laboratorial
1454 do país. Não só a sua desconcentração territorial para que eles não fiquem nos estados de Rio de
1455 Janeiro, Minas Gerais, São Paulo e Rio Grande do Sul, mas também que a gente atinja estados como,
1456 por exemplo, do Amazonas onde nós temos um rio muito grande e onde navega embarcações que
1457 carregam petróleo e produtos químicos e etc. E então eu acho que esse é o primeiro. Então eu acho
1458 que valeria a pena a gente procurar este programa e verificar esta necessidade que a Senhora colocou
1459 sem prejuízo do meu segundo argumento, que é o que Sr. Presidente? Nós temos um tamanho de
1460 litoral, a gente está entre os dez maiores países com litoral com o tamanho que nós temos. Então
1461 diferentemente de outros países, nós temos em torno de uns 180 a 200 países pegando aqueles que
1462 estão na ONU e outros que ainda não entraram, a preocupação com a questão da qualidade da água
1463 do mar com as possíveis poluições que este litoral pode ter é diferente a preocupação desses 10 países
1464 que tem grande litorais com os outros 190, 180 países. Então eu acho que evidentemente que já
1465 concluindo Senhor Presidente, que a proposta apresentada pelas ONGs de mensal, me parece
1466 demasiadamente exagerada. Por outro lado, eu acho que é demasiadamente permissivo você manter
1467 um ano. Eu sugeriria, e aí evidentemente contaria com a colaboração dos técnicos mais
1468 especializados, que talvez, e aí a minha pergunta à senhora e a Petrobrás, que se a gente reduzisse
1469 para seis meses não seria um tempo ideal. Apenas isso.

1470

1471 **João Paulo Ribeiro Capobianco – Secretário Executivo do CONAMA/MMA**

1472

1473 Muito bem. Minas e Energia com a palavra para responder esta provocação.

1474

1475 **José Carlos Gomes Costa - Ministério Minas e Energia**

1476

1477 Companheiro Rosalvo, bom ouvir isso, porque eu tive a honra de fazer parte do grupo que escreveu a
1478 lei 9991 que criou os fundos setoriais, e ajudei a fazer o decreto e argumentação e posteriormente até
1479 2003, eu me mudei para o Ministério de Ciência e Tecnologia para gerenciar esses fundos, são quatro
1480 vinculados ao Ministério das Minas e Energia, o Fundo de Petróleo, o Fundo De Energia, o Fundo de
1481 Recursos Hídricos e Fundo Mineral que somados representaram trezentos milhões de reais por ano em
1482 tecnologia e em termos de tecnologia para centros de pesquisa é um orçamento considerável. Foi
1483 talvez o auge da minha carreira profissional, então obrigado por me lembrar os bons tempos que
1484 trabalhava em carreira tecnológica. Mas começaram a entender que os recursos deveriam ser
1485 adotados para laboratórios que não estavam orientados ou em linha com a demanda do CENPIS,
1486 naquela idéia de que Petrobrás, Texaco, a Shell tinha um pequeno centro de pesquisa aqui no país e
1487 outros são ricos o suficiente e não precisa apoiar mais, não. Vamos apoiar outras áreas vinculadas em
1488 especial ao gás natural e a criação de outros centros de pesquisa. Então isso não é mais válido. Isso
1489 foi válido na sua origem, e eu citei isso, isso não sofreu continuidade. Sobre o prazo de seis meses a
1490 um ano, um mês, eu remeto à discussão de ontem aí, vamos fazer leilão. Aí daqui a pouco vou falar
1491 em dois anos, aí o outro fala em sete meses, três dias e quatro horas e aí nós vamos virar leilão. Eu
1492 continuo apostando na qualificação profissional das pessoas que estudaram um dado técnico durante
1493 várias sessões e insisto na manutenção de um ano, que foi um número acordado tecnicamente pelos
1494 técnicos envolvidos no assunto, especialistas no assunto, pesquisadores no assunto e acordaram com
1495 o próprio IBAMA que um ano seria o prazo mais adequado.

1496

1497 **João Paulo Ribeiro Capobianco – Secretário Executivo do CONAMA/MMA**

1498

1499 Tudo bem. Vamos então para a Zuleica e depois José Cláudio e depois Chico Blue. E aí vamos para o
1500 voto.

1501
1502 **Zuleica Nycz - APROMAC**

1503
1504 Olha, parece que tem um acordo, existe uma possibilidade de fazer um acordo para semestral. Eu
1505 propus isso na reunião da Câmara Técnica, porque eu fui em uma das reuniões representando em lugar
1506 de uma outra ONG, e por coincidência eu também propus o semestral porque eu li no documento que a
1507 própria Petrobrás apresentou para o grupo de trabalho a Petrobrás propõe seis meses, que ela acha
1508 que no mínimo deve se fazer monitoramento semestral. A professora e doutora disse que o problema é
1509 laboratório. Bom, tem que resolver esse problema. A Petrobrás está no país já há quase 40 anos e
1510 acho que se não tiver laboratório no Brasil, manda-se para o exterior as amostras, faz qualquer coisa.
1511 Eu acho que problema financeiro a Petrobrás não tem. Então, solução tem, se o Brasil ainda não tem,
1512 agora não podemos sacrificar o meio ambiente e a saúde humana por causa disso.

1513
1514 **José Cláudio Junqueira – Governos do Estado de Minas Gerais**

1515
1516 Realmente, o segundo argumento da Petrobrás que causou essa celeuma, ele não deve ser
1517 considerado. Mas o primeiro argumento eu acho que é importante. É o da variabilidade. Eu acho que
1518 o monitoramento como já disse não tem de petróleo, mas no setor industrial de mineração no Estado de
1519 Minas, a gente vem revendo à frequência do monitoramento em função da necessidade. Você faz
1520 monitoramento com a frequência da necessidade. Se a Petrobrás está dizendo que não há
1521 variabilidade, eu não vejo porque não ser anual. Mas isso eu gostaria de ouvir quem analisa, que é o
1522 IBAMA. Nós precisamos saber se realmente tem necessidade de fazer semestral ou mensal ou
1523 bimestral ou trimestral, de quais parâmetros. É em função disso que deve ser colocada a frequência e
1524 não no achismo. Eu acho que quando nós não conhecemos a gente até trabalha com campanhas com
1525 frequências à miúdo, até diárias, semanais, quinzenais e etc, mas se já conhecemos, a gente também
1526 tem que prestar na questão do custo Brasil. Do que é um custo para não ter o resultado. Eu gostaria
1527 de ouvir do IBAMA que confirme o que a Petrobrás está dizendo de não ter uma variabilidade e
1528 portanto não haveria necessidade de reduzir a frequência.

1529
1530 **João Paulo Ribeiro Capobianco – Secretário Executivo do CONAMA/MMA**

1531
1532 Só para esclarecer esse ponto, depois nós temos o Francisco Iglesias, depois o Sérgio Lima.

1533
1534 **Adriana Maximiano – IBAMA**

1535
1536 Bom dia, eu já me apresentei ontem, mas acho que temos novos Conselheiros, sou Adriana Maximiano,
1537 sou Conselheira Suplente representante do IBAMA, e acho que por todos os motivos aqui
1538 apresentados, eu acho que a fundamentação tanto das dificuldades por parte da Petrobrás mas
1539 também pelo Conselheiro do quanto o nosso parque laboratorial, nossa oferta de serviço tem se
1540 ampliado no Brasil, não só pelo o que já foi exposto aqui mas o Ministério da indústria e Comércio
1541 também tem feito extensão da rede da malha laboratorial para prestação de serviços e idealmente eu
1542 acho que o correto seriam duas amostragens anuais, trabalhar semestralmente e talvez pudéssemos
1543 fazer um prognóstico que no caso de uma série histórica de três ou quatro anos, ou seis amostragens
1544 não havendo diferenciação esses valores de monitoramento poderia vir a ser anual. Eu acho que se a
1545 gente quiser qualificar o prazo o dado é relevante e deveria ser de amostragens anuais.

1546
1547 **Francisco Iglesias - IMARH**

1548
1549 Me considero atendido pela fala do IBAMA .

1550
1551 **João Paulo Ribeiro Capobianco – Secretário Executivo do CONAMA/MMA**

1552
1553 Registra em ata que o Conselheiro Francisco Iglesias se considerou atendido pela fala do IBAMA. Isso
1554 é muito importante. Mas veja bem, nós temos uma proposta semestral e temos agora o Sérgio Anibal e
1555 depois vamos verificar se há acordo.

1556
1557 **Sérgio Roberto Pereira Anníbal - FBCN**

1558

1559 A primeira proposta é a seguinte. Existem vários elementos que na verdade são constituintes do
1560 próprio mar, da água do mar, e que são elementos traços na água do mar que fatalmente tem custo de
1561 análise, e até se eu estiver de errado, o custo de análise é muito maior quanto mais raro é o elemento,
1562 porque aí a análise é muito mais apurada. Então o que eu surgiro a proposta de ser feito semestral
1563 mas que se possa retirar talvez alguns elementos que não tem problema tóxico, que não representam
1564 problemas de poluição de impacto ambiental e também retiradas talvez de elementos de análise, de
1565 elementos traços, que na verdade são totalmente irrelevantes do ponto de vista de impacto ambiental e
1566 com isso a gente poderia ter uma otimização não só do semestral, mas também de número de análises,
1567 diminuindo a necessidade de análise que estão em todos esses elementos.
1568

1569 **João Paulo Ribeiro Capobianco – Secretário Executivo do CONAMA/MMA**
1570

1571 Essa proposta, mas como já há um entendimento para semestral, para ajudar no entendimento já então
1572 está feito o acordo, que seja semestral e apenas pró forma vamos votar. Quem é a favor, por favor
1573 para o acolhimento sem emenda. Muito bem, muito obrigado. Quem for contrário, por favor. Uma
1574 abstenção. Aprovado. Próxima emenda, por favor. É apenas uma questão de redação. Colocou por
1575 extenso. Há acordo? Quem for favorável com a questão apenas pró-forma, por favor. Contrários?
1576 Abstenção? Aprovado. Próxima emenda, mesma coisa. Próxima emenda. É a introdução de um novo
1577 parágrafo. Proposta pelo CAETÉ. É uma emenda nova. É um acréscimo. Pois não.
1578

1579 **Irene Gabardo – Centro de Pesquisa Petrobrás**
1580

1581 Na verdade como eu falei, toda a parte de metais e saís é uma condição inerente da formação
1582 geológica, a gente não tem como proibir a rocha de não ter alguns elementos. Mas, na nossa
1583 experiência, o que a gente tem verificado, a não presença de mercúrio na água produzida. Nesses
1584 estudos que a gente tem feito. Cádmiio, níveis muito baixo. Mas não podemos proibir a existência de
1585 vários, não conhecemos todas as novas formações geológicas onde a gente vai estar atuando e isso é
1586 dentro do licenciamento e se houver algum caso onde tenha uma situação em mercúrio alta, eu acho
1587 que é uma coisa a se conversar com o IBAMA a questão. A gente não pode proibir a rocha de ter ou
1588 não um elemento, é uma condição natural à formação.
1589

1590 **João Paulo Ribeiro Capobianco – Secretário Executivo do CONAMA/MMA**
1591

1592 O proponente da emenda, por favor.
1593

1594 **André Soares – CAETÉ**
1595

1596 Bom dia, senhoras e senhores. Eu sou André, Associação CAETÉ de Florianópolis. Foi discutido na
1597 proposta aqui desse parecer que o artigo quinto estabelece 29 miligramas infelizmente de descarte de
1598 óleo e de graxa. Esses elementos químicos que estão arrolados aqui no artigo décimo, eles não estão
1599 contidos dentro das 29 miligramas de óleos e graxas permitidos. E a Resolução como um todo não
1600 estabelece critérios ou não estabelece quantidades mínimas para o descarte dessas substâncias
1601 especificamente. Então nós sabemos aí que no caso particular de mercúrio por serem elementos
1602 químicos perigosos danosos a saúde e da cadeia alimentar com uma preocupação progressiva da
1603 comunidade internacional ambientalmente preocupada então nós temos a preocupação de que não seja
1604 descartado no oceano esses compostos perigosos, ainda mais porque a colega que me antecedeu que
1605 não podemos impedir a rocha exalar esse tipo de substâncias e estamos falando não da rocha mas da
1606 água produzida na produção de petróleo. Então por isso eu trago para reflexão dos colegas de plenário
1607 a proposta de não jogar no nosso oceano mercúrio e cádmio.
1608

1609 **José Carlos Gomes Costa - Ministério Minas e Energia**
1610

1611 Só um acréscimo aí. Realmente, é bom ouvir que o colega reconhece que a água possa ter a
1612 substância. Não deveríamos aceitar a água com a substância. Só que essa substância ela não se
1613 materializa assim do nada dentro dessa água. Se existe é porque ela saiu de algum outro canto e
1614 obviamente da rocha. A Petrobrás não fará a sandice de pegar um pouquinho de mercúrio e ir jogando
1615 ali mesmo não tendo, só para poder ter. Isso não existe, imagino. Então insistimos que são
1616 características da rocha e não são criadas por lei pelo homem, são condições geológicas e nós temos
1617 que analisar cada uma das áreas e compete ao IBAMA de analisar com efeito hoje cada situação e
1618 acertar ou determinar com os exploradoras, todo mundo fala Petrobrás, mas temos Shell e outras aqui

1619 que façam as correções devidas ao índices indicados que de fato existe. Provavelmente eu não
1620 conheço de cabeça todas as ações do CONAMA mas tenho certeza que existem outras resoluções que
1621 tratam do descarte de água fixando seus indicadores sobre níveis aceitáveis, porque eu tenho certeza
1622 que o CONAMA já regulamentou a matéria.

1623
1624 **João Paulo Ribeiro Capobianco – Secretário Executivo do CONAMA/MMA**

1625
1626 Francisco Iglesias e depois José Cláudio, por favor.

1627
1628 **Francisco Iglesias - IMARH**

1629
1630 Veja bem, o mercúrio, todos aqueles compostos, eles estão lá naturalmente lá embaixo, tranquilos, sem
1631 nenhum mexer neles. Aí de repente aparece uma sonda e faz um buraco lá e chega até essa
1632 profundidade e injeta água para tirar o óleo. Espera aí. Alguém está produzindo isso, o homem está
1633 produzindo isso, e está trazendo essa substância que ocorre realmente de forma natural naquela
1634 profundidade para a superfície. E está jogando isso em oceanos. Então essa pessoa que está
1635 trazendo essa ocorrência desses materiais e dessas substâncias que estão lá naturalmente em
1636 processos naturais, ela tem que tomar uma providência para evitar a contaminação, principalmente o
1637 caso do cádmio e o mercúrio, porque estão, isso é fato consumado, a nocividade dessas duas
1638 substâncias para o mar e para a vida humana. Então foi a atividade antrópica que produziu que saísse
1639 de lá. A rocha contém naturalmente. A rocha contém naturalmente mas alguém está enviando uma
1640 injeção nela naquele lençol, naquele lençol de petróleo junto com água de formação e está trazendo ela
1641 para a superfície. E então esse empreendedor e esse operador, esse médico do planeta, porque o
1642 médico não cura, está matando, vamos dizer assim a longo prazo, ele tem que produzir uma tecnologia
1643 para evitar que aquilo que estava acomodado naturalmente, seja reduzido ou chega-se a um parâmetro
1644 confiável, conforme já colocou aqui a nossa representante da Petrobrás para que possa ser lançado
1645 nos oceanos. Eu acho que não é justificativa a questão de estar lá naturalmente. Com a ação da
1646 retirada do petróleo, isso vem para a superfície e realmente causa um dano grave aos oceanos.

1647
1648 **João Paulo Ribeiro Capobianco – Secretário Executivo do CONAMA/MMA**

1649
1650 Por favor, José Cláudio.

1651
1652 **José Cláudio Junqueira – Governo do Estado de Minas Gerais**

1653
1654 Bom, me desculpem os representantes do Ministério das Minas e Energia e da Petrobrás, mas os
1655 argumentos aqui apresentados são inaceitáveis. Não podemos dizer que culpa tenho se a rocha tem
1656 isso. Se esse argumento prosperasse, eu não poderia controlar nenhuma extração mineral no Estado
1657 de Minas Gerais. A companhia de metais diria que culpa tenho eu se tinha tanto zinco e cádmio nessa
1658 rocha. Isso é inaceitável. Agora por outro lado, nós estamos esquecendo companheiro André, que
1659 existe uma norma que nós aprovamos é a Resolução CONAMA 357 que já estabelece padrões para
1660 lançamento de efluentes, inclusive mercúrio e cádmio, e elas são válidas para águas superficiais
1661 interiores e marítimas, mas e acho que tem que obedecer a 357, e não é o caso de proibir e nem de
1662 dizer que não tenho culpa da rocha ter isso, mas é obedecer a 357.

1663
1664 **João Paulo Ribeiro Capobianco – Secretário Executivo do CONAMA/MMA**

1665
1666 Byron, por favor. Não se esqueçam sempre de que para efeito de gravação deverão se apresentar.

1667
1668 **Byron Prestes Costa – Ministério da Justiça**

1669
1670 Byron do Ministério da Justiça. Eu não sou a pessoa mais indicada discutir esse assunto entretanto é
1671 meu compromisso como Ministério da Justiça de corrigir as falhas de técnica legislativa e este parágrafo
1672 não cabe no artigo que se está tratando de monitoramento. Aí está tratando de descarte, de forma que
1673 poderá Francisco, entrar em disposições, mas não aí.

1674
1675 **João Paulo Ribeiro Capobianco – Secretário Executivo do CONAMA/MMA**

1676
1677 Tudo bem, questão de forma. José Carlos.

1678

1679 **José Carlos Gomes Costa - Ministério Minas e Energia**

1680
1681 José Carlos do Ministério da Minas e Energia. O Conselheiro já falou sobre a 357, a nossa
1682 representante aqui do IBAMA está aqui me ajudando até dizendo que já existem indicadores muito
1683 claros sobre isso, e então isso aí já reforça a parte técnica, mas eu quero lembrar que esse argumento
1684 de ser proibido, fica a argumentação que vai ter que ter zero absoluto que todo mundo sabe que não
1685 existe, e aí vou começar a ter uma discussão muito profunda e acho que vai falar um pouquinho dessa
1686 Resolução e todo mundo sabe aqui o grande problema do efeito estufa é o carbono, e se tira o carvão
1687 mineral e petróleo e se extrai e se coloca não na água ou também na água, mas também no ar e aí
1688 qualquer material que esteja aqui nessa sala, seja sintético, como tapete, o prédio e tudo aí, usam
1689 recursos minerais que tem também na sua composição natural outros componentes como cádmio e
1690 mercúrio e talvez outros que seriam considerados nocivos, e se nós formos entrar na linha que tem que
1691 ser zero, aí nós vamos entrar numa discussão se a sociedade brasileira concorda conceitualmente, ela
1692 concorda em se eximir de fazer qualquer exploração mineral ou qualquer exploração econômica no país
1693 por conta de obter zero em todos os seus indicadores. Para isso existe o CONAMA, reforça, não tinha
1694 certeza, mas a doutora está com os indicadores, até ela já localizou, então existem regras de haver
1695 uma convivência da sociedade com os seus recursos ambientais. Mas o doutor Marcelo queria
1696 complementar.

1697
1698 **João Paulo Ribeiro Capobianco – Secretário Executivo do CONAMA/MMA**

1699
1700 Rapidamente.

1701
1702 **Marcelo Ramos – Petrobrás**

1703
1704 Eu queria lembrar só os Conselheiros como é que foi elaborada essa Resolução. A gente passou para
1705 um grupo de trabalho, depois pela Câmara Técnica e todo trâmite que todo mundo conhece. E a grande
1706 discussão de início é o que vamos controlar. Como vamos controlar. Isso ficou fechado teores de óleo
1707 e graxa já discutimos aqui. Mas espera só um pouquinho, a gente precisa saber o que tem nessa área
1708 produzida e então se decidiu fazer monitoramento dos parâmetros que não se tem controle. O que
1709 significa não ter controle? Não há tecnologia disponível *off shore* para remoção de determinados
1710 componentes. Então o que nós temos que fazer? Fazer um monitoramento, determinar o que nós
1711 temos que é o que está proposto no artigo, porque aceitamos fazer esse monitoramento semestral, e na
1712 próxima revisão da Resolução, daqui a alguns anos de acordo com o desenvolvimento da tecnologia
1713 podem aparecer tecnologias e e aí detectamos temos determinado teor temos tecnologia e vamos
1714 retirar. Mas muito mais importante do que isso, no licenciamento da unidade, o órgão ambiental recebe
1715 toda a característica que existe na água produzida, e ele vai avaliar esses impactos. Por exemplo, se
1716 existe algum teor que é feita para águas interiores, o descarte de efluentes ela regula descarte para
1717 águas interiores, regula também para águas salinas e outros tipos de água, mas destaca águas interior,
1718 tanto que não estamos criando uma resolução para *off shore*, para descarte no meio do oceano. Eu
1719 entendo que tem condições de no licenciamento decidir se tem condições ou não em função da
1720 composição dessa água. Não escolher dois metais que julgamos que seja realmente concordo que são
1721 metais complicados, mas a gente pode estar condenando algum tipo de aplicação. Outra coisa, o que é
1722 zero? Pergunto aos senhores. O que é zero? Qual metodologia analítica me diz que uma coisa é zero.
1723 Eu posso fazer a determinação de metais por uma metodologia analítica comum que me dá zero, e eu
1724 posso fazer uma avaliação por uma tecnologia extremamente avançada que me apresenta, por
1725 exemplo, um picograma. Para os que não sabem picograma é dez a menos doze. É zero um
1726 picograma absolutamente matemático não é zero. Então a gente toma muito cuidado com a colocação
1727 dessa forma.

1728
1729 **João Paulo Ribeiro Capobianco – Secretário Executivo do CONAMA/MMA**

1730
1731 Tudo bem. Vamos encerrando esse tópico, por favor?

1732
1733 **André Soares - CAETÉ**

1734
1735 Bem, sou André, assim como os demais membros da sociedade civil, ter que vir aqui e se ater a
1736 questões absolutamente técnicas, quando tantas ironias são lançadas às nossas contribuições. Eu
1737 acho que nós poderíamos garantir que nesta proposta de Resolução estivesse referendando que para
1738 esses compostos previstos no artigo décimo, valem os parâmetros do artigo 34 da Resolução 357, essa

1739 proposta que nós apresentamos, para garantir que estes sejam respeitados pelo analista em questão,
1740 que vai fazer esses testes. Obrigado.

1741

1742 **João Paulo Ribeiro Capobianco – Secretário Executivo do CONAMA/MMA**

1743

1744 Ficou claro? André você podia redigir sua proposta ali no computador?

1745

1746 **José Cláudio Junqueira – Governo do Estado de Minas Gerais**

1747

1748 Eu vim aqui para manifestar o meu discordo com o que foi efetuado pelo representante da Petrobrás. O
1749 artigo 24 da 357 trata de efluentes de qualquer fonte. Qualquer. Em corpos de água. Não fala que é
1750 de interiores. No meu entendimento, ele se aplica sim, porque qualquer fonte, está muito claro. Só
1751 para óleos e graxas que houve diferenciação. Não há para mercúrio e para cádmio. Não está dizendo
1752 que é para águas interiores. Podem pegar, é o artigo 24. Olhem aqui. Os de qualquer fonte poluidora
1753 em águas produzidas, não há como negar, são de uma fonte poluidora e poderão ser lançados direta ou
1754 indiretamente nos corpos de água após e desde que obedeça as condições, padrões e exigência
1755 disposta nessa Resolução e em outras normas aplicadas. Então os padrões de mercúrio e cádmio
1756 valem sim para plataformas marítimas.

1757

1758 **João Paulo Ribeiro Capobianco – Secretário Executivo do CONAMA/MMA**

1759

1760 Eu queria apoio do Gustavo da Conjur. Esse é o entendimento da consultoria jurídica, né? O
1761 entendimento da consultoria jurídica do Ministério do Meio Ambiente coincide com o entendimento do
1762 nosso Conselheiro. Vamos à proposta alternativa. Está sendo redigida ali. Por favor, Ministério das
1763 Minas e Energia. Muito bem, vamos lá? Além disso, atendendo a observação do doutor Byron, ele
1764 muda de local. Vai para disposições transitórias. Iria para deposições transitórias. Consulto o
1765 Ministério das Minas e Energia, se há concordância com a nova redação.

1766

1767 **José Carlos Gomes Costa - Ministério Minas e Energia**

1768

1769 José Carlos do Ministério de Minas e Energia. Não sei se é o caso de discutir, porque a questão eu não
1770 tenho de cabeça o caso de vírgula e ponto e vírgula da 357, mas aparentemente segundo fui informado
1771 pelo pessoal da Petrobrás, o caso de águas para plataforma teria uma vedação específica na 357.
1772 Mas eu preciso ver, ler a 357 para verificar se isso daí perderia validade ou não, porque a 357 criaria
1773 uma exceção para o caso de águas de plataforma. Bom, está aqui, então achou-se aqui. Artigo 43 da
1774 357. Artigo 43, parágrafo quarto. O descarte contínuo de água de processo ou de produção em
1775 plataformas marítimas de petróleo será objeto de Resolução específica a ser publicado num prazo
1776 máximo de um ano a contar da data de publicação dessa Resolução ressalvado o lançamento de óleos
1777 e graxas a ser definido nos termos do artigo 34 da Resolução a interdição de Resolução específica.
1778 Então nós estamos regulando essa Resolução e o artigo quarto dessa Resolução fala que água
1779 produzida somente poderá ser lançada diretamente no mar desde que obedeça padrões dispostos
1780 nessa Resolução e não acarrete ao mar no Entorno do lançamento característica diversas da classe
1781 definida com exceção da zona de mistura. Ou seja, a 357, isso realmente eu não sabia, não gravo
1782 parágrafos de artigo, remete uma Resolução específica. Então remeter essa proposta, essa nova
1783 redação da Caeté com a 357 não encontra respaldo na própria 357.

1784

1785 **João Paulo Ribeiro Capobianco – Secretário Executivo do CONAMA/MMA**

1786

1787 Então na realidade procede a proposta de se adotar para o caso de cádmio e mercúrio, os parâmetros
1788 da 357 também no caso. Essa é a proposta colocada, e então portanto a emenda, ela de fato
1789 acrescenta objetivamente ao processo.

1790

1791 **José Carlos Gomes Costa - Ministério Minas e Energia**

1792

1793 Eu peço só para continuar para falar então sobre esse lançamento referente a 357, eu peço doutor
1794 Marcelo para explicar.

1795

1796 **Marcelo Ramos - Petrobrás**

1797

1798 Na realidade esse assunto me assusta um pouco esse assunto foi extremamente discutido no grupo de
1799 trabalho, exaustivamente discutido e exatamente por isso nós vamos fazer um monitoramento.
1800

1801 **João Paulo Ribeiro Capobianco – Secretário Executivo do CONAMA/MMA**
1802

1803 Só para esclarecer um ponto. Independente de qualquer comissão ou grupo de trabalho, esse aqui é o
1804 plenário soberano, pule esse argumento e portanto vá direto ao ponto e esclareça aos Conselheiros.
1805

1806 **Marcelo Ramos – Petrobrás**
1807

1808 A gente vai fazer um monitoramento justamente para descobrir o que existe e já foi aprovado por essa
1809 grande plenária e coloco o seguinte. Isso já está amarrado nessa Resolução. A água produzida
1810 somente poderá ser lançada direta ou indiretamente no mar, desde que obedeça às condições e
1811 padrões exigentes dispostos na Resolução e não acarrete, aí é a parte mais importante, não acarrete
1812 ao mar no entorno do lançamento características diversas da classe de equadramento, só para
1813 esclarecer a classe de equadramento está definida na 357, águas salinas, que é a mais restritiva de
1814 todas dentro dos parâmetros, não é efluentes não, está definida para águas Salinas e então o que
1815 acontece? Dentro de enquadramento para água definida à exceção da zona de mistura. O que
1816 acontece? O meu efluente pode até conter alguma coisinha, mas dentro da zona de mistura ele que
1817 atingir padrão de classe 1, águas salinas. Mas isso não é regulagem de efluentes, está lá no artigo
1818 quarto, a gente já aprovou isso. Então existe uma disparidade. E a discussão foi justamente essa,
1819 porque estamos regulando óleos e graxas? Estamos regulando óleos e graxas, porque não temos
1820 tecnologia para remoção como é feito em terra. Por exemplo, qualquer parâmetro. Peguemos lá DQO
1821 em terra remove, DBO remove porque se faz um tratamento biológico. Não existe como fazer um
1822 tratamento biológico em plataforma é o foco de toda discussão que nós temos aqui. O que me deixa
1823 tranquilo é que o efluente das plataformas descartarão a partir da zona de mistura, não vamos garantir
1824 característica de efluentes vão garantir característica de classe 1, águas salinas então eu não vejo o
1825 foco da discussão.
1826

1827 **João Paulo Ribeiro Capobianco – Secretário Executivo do CONAMA/MMA**
1828

1829 Só para entender, o seu argumento é de que não é necessário definir um parâmetro para mercúrio e
1830 cádmio em função desse argumento, é isso? É isso? Se não é necessário.
1831

1832 **Marcelo Ramos – Petrobrás**
1833

1834 Não só não é necessário como não seria possível. Vamos exemplificar. Eu teria que pegar aqui
1835 rapidamente na 357, a gente pegaria águas salinas, classe 1. Águas Salinas classe 1 ela específica,
1836 por exemplo, cádmio total. Em águas Salinas classe 1 a gente específica que o mar, ou seja, classe 1
1837 mar, pode ter um teor de 0,005 miligramas por litro de cádmio. Isso é o que prevê a 357 em águas
1838 salinas. O que a gente colocou nessa Resolução? O de qualquer plataforma fora da zona de mistura
1839 não poderá possuir valores maiores do que esses que estão especificados aqui. 0,05 miligramas por
1840 litro. Está escrito no artigo quarto.
1841

1842 **João Paulo Ribeiro Capobianco – Secretário Executivo do CONAMA/MMA**
1843

1844 Agora eu pergunto o seguinte. O que está escrito ali é exatamente reafirmar isso na emenda ou não?
1845

1846 **Marcelo Ramos – Petrobrás**
1847

1848 Não, na realidade não. Primeiro não é necessário.
1849

1850 **João Paulo Ribeiro Capobianco – Secretário Executivo do CONAMA/MMA**
1851

1852 Tudo bem, a questão de necessidade, quem diz é o plenário, eu quero saber a questão do conteúdo.
1853 Qual é a contradição entre o proposto e o que prevê?
1854

1855 **Marcelo Ramos – Petrobrás**
1856

1857 É o seguinte, se a gente pegar a Resolução mercúrio e gás como está proposto lá ou mesmo a 357 ali
1858 está colocado que é água produzida e nós estamos discutindo e aquele padrão de emissão e o que
1859 acontece? A gente não tem tecnologia para padrão de emissão, a gente não consegue, estou deixando
1860 muito claro, não consegue atingir aqueles parâmetros da 357 mas a gente garante que fora da zona de
1861 mistura, a zona de mistura está definida dentro dessa Resolução.

1862
1863 **João Paulo Ribeiro Capobianco – Secretário Executivo do CONAMA/MMA**
1864

1865 Olha, eu queria deixar bem claro, Conselheiros, nós temos uma questão de fundo aí, porque o que
1866 aparentemente se tentou ou se entendeu até o momento é que não era necessário. Mas há uma
1867 questão de fundo, nós vamos ter que ter muita tranquilidade para esclarecer essa questão. Então, o
1868 que nós estamos aqui buscando entender é qual é a inviabilidade desta emenda, certo? Então o
1869 senhor poderia esclarecer claramente para que a gente possa abrir a palavra para o Francisco.

1870
1871 **Marcelo Ramos - Petrobrás**
1872

1873 Hoje a tecnologia disponível para tratamento, já expliquei ontem eu fiz o meu comentário mas vou
1874 repetir para o Presidente ouvir, hoje a tecnologia existente para remoção de qualquer tipo de poluente
1875 de dentro da água produzida consiste de basicamente hidro ciclones e flutadores, essa é a tecnologia
1876 mundial aplicada no mundo todo. Essa tecnologia garante a remoção do teor de óleo e graxa. Ela não
1877 garante a remoção de ferro, ela não garante a remoção de qualquer parâmetro da 357 para efluente.
1878 Qual foi a discussão que houve no Grupo de Trabalho e na Câmara Técnica? A gente não tem como
1879 tratar mas isso pode causar algum problema no oceano. Pode, mas a gente garante que dentro da
1880 zona de mistura e através de simulações isso foi mostrado dentro da área de mistura se atinge padrão
1881 de classe 1, que eu gostaria de esclarecer para os senhores se a gente apresentar aqui classe um
1882 0,005, se a gente buscar padrão de lançamento, logicamente, o efluente vou pegar aqui qual é o valor.
1883 Lançamento de, tabela dez do artigo 34 da Resolução CONAMA, o valor do cádmio é 0,2 miligramas
1884 por litro. O que a gente está dizendo? A gente não tem tecnologia para remover, não existe tecnologia
1885 para remover por exemplo a um teor por exemplo de 0,2 miligramas por litro, mas se garante que dentro
1886 daquela pequena zona de mistura que já está definida dentro dessa Resolução se atinge padrão de
1887 classe 1 que é 0,005, muito menor. Então aonde que eu vejo a grande dificuldade? A colocação de
1888 parâmetro para o descarte não é possível, porque não exige que a base de todo esse trabalho, não
1889 existe tecnologia.

1890
1891 **João Paulo Ribeiro Capobianco – Secretário Executivo do CONAMA/MMA**
1892

1893 Ficou claro. Francisco Iglesias, por favor.

1894
1895 **Marcelo Ramos – Petrobrás**
1896

1897 Na realidade está dito no artigo quarto. Que a gente colocou aqui.

1898
1899 **Mário Gizzi - Ministério Público Federal**
1900

1901 Mário Gizzi do Ministério Público Federal. É apenas com relação à questão da zona de mistura, porque
1902 que está se colocando aqui é a impossibilidade de um efluente conter aqueles parâmetros que são
1903 definidos na 357 na emissão. O que me parece, está pleiteando a exclusão da 357, estávamos aqui
1904 considerando a possibilidade então de incluir a 357 na zona de mistura, que é bem mais aberta.

1905
1906 **Marcelo Ramos - Petrobrás**
1907

1908 Na realidade o que acontece é o seguinte. A gente definiu isso foi discutido e por isso foi colocado isso
1909 com toda essa discussão, quando a gente aprovou essa Resolução ontem o texto base no artigo
1910 quarto, eu acho que cabe até uma releitura. A água produzida somente poderá ser lançada direta ou
1911 indiretamente no mar desde que obedeça às condições e padrões existentes e dispostos nessa
1912 Resolução. Já amarramos o teor de óleo e graxa, isso está pronto. Mais do que isso, bem mais do que
1913 isso. É não acarrete te mar no entorno do ponto de lançamento. Estamos falando de uma distância do
1914 ponto de lançamento, já está definido, características diversas da classe de equadramento para a área
1915 definida que são águas Salinas, classe 1. Agora, é muito diferente a gente dizer que atende a 357 no

1916 efluente, e dizer que atende classe 1 na zona de mistura. É isso, o impacto de uma colocação dessa é
1917 gigantesca.

1918

1919 **Mário Gizzi - Ministério Público Federal**

1920

1921 Só para chamar a atenção, nós estamos falando, se é que eu entendi bem, de usar parâmetros da 357
1922 no lançamento, numa área de 500 metros, que é de uma diluição impressionante, se formos considerar
1923 a diferença aí de aceitabilidade que nós estamos cogitando agora na definição desse dispositivo. Não é
1924 pouca coisa.

1925

1926 **João Paulo Ribeiro Capobianco – Secretário Executivo do CONAMA/MMA**

1927

1928 Francisco Iglesias e na seqüência vamos fazer a votação deste item, porque realmente nós não
1929 estamos conseguindo construir consenso nesse caso.

1930

1931 **Francisco Iglesias - IMARH**

1932

1933 Eu estou, veja bem, de qualquer forma, existe uma preocupação nossa com a questão do lançamento
1934 do mercúrio e do cádmio. Eu acho que isso tem que espelhar que no fundo dessa Resolução, ela
1935 inclusive era para indicar os parâmetros e ela não indicou os parâmetros basicamente, que eu entendi
1936 seria após a zona de mistura seria a 357 de classe 1 após os 500 metros. Mas acontece que se
1937 pegasse o artigo 43, aquele artigo que remeteria já teria sido eliminado na questão da 357. Mas eu
1938 gostaria que como existe um problema de dados, eu gostaria que a Petrobrás me informasse qual é o
1939 valor cumulativo de dados que eles têm, principalmente sobre mercúrio e cádmio, porque nós teríamos
1940 que talvez analisar com mais cuidado essa questão dessas duas substâncias. Talvez se não
1941 pudéssemos estabelecer aqui por causa de falta de dados, darmos um prazo, porque realmente é muito
1942 grave para realmente podermos chegar a maior acordo sobre essas duas substâncias, até para não
1943 votar aqui assim em loucura, eu acho que nossa preocupação, a preocupação que já manifestava por
1944 outros Conselheiros de outros setores procede e aí para a gente também não inviabilizar a questão que
1945 é colocada pelo Marcelo da Petrobrás da questão tecnológica para isso, a gente aprofundar essa
1946 discussão especificamente nessa questão de qual seria, por exemplo, de reduzir a área, a zona de
1947 mistura para esses dois produtos porque são extremamente graves, são cumulativos e entra na cadeia
1948 oceânica e é preciso ter muito cuidado com o que a gente vai decidir aqui. Também não quero decidir
1949 para inviabilizar a produção nacional, mas nós precisamos buscar um consenso, alguma coisa que
1950 represente essa preocupação com essa questão.

1951

1952 **João Paulo Ribeiro Capobianco – Secretário Executivo do CONAMA/MMA**

1953

1954 Muito bem. Então a proposta do Francisco Iglesias é evoluir para um mecanismo que permite identificar
1955 os parâmetros adequados.

1956

1957 **José Carlos Gomes Costa - Ministério Minas e Energia**

1958

1959 José Carlos de Minas e Energia. Eu pediria ao professor Marcos Godoy da PUC que está aqui e
1960 estudou extensivamente o assunto, ele poderá pelo menos dar uma noção inicial aos Conselheiros
1961 sobre esses parâmetros.

1962

1963 **José Marcos Godoy – PUC/RJ**

1964

1965 Bom dia, sou José Marcos Godoy, sou professor de Química analítica do departamento de Química da
1966 PUC do curso de Engenharia ambiental. Nós fazemos constantemente análises de metais em água
1967 produzida e os nossos valores são de cádmio menor do que 0,02 miligramas por litro, ou seja, nós não
1968 conseguimos assegurar que é zero mas podemos dizer que é menor do que 0,02 e mercúrio menor do
1969 que 0,2 microgramas por litro. São esses valores que nós temos. Em relação ao mercúrio eu queria
1970 chamar atenção a um trabalho que existe publicado e foi um trabalho que foi feito com várias
1971 universidades do Estado do Rio não só da PUC do Rio, mas com várias universidades e o que nós
1972 notamos que eu acho que deve ser objeto de estudo é um gradiente ao contrário em relação ao
1973 mercúrio. A gente nota mais mercúrio da terra em relação às plataformas do que o contrário. Em
1974 particular na região de Paraíba do Sul que foi a região que teve uma interesse em atividade e que se
1975 utilizou mercúrio como defensivo agrícola, então você encontra na região de Paraíba do sul ao

1976 contrário. Então aí é um problema sério que a gente tem inclusive no futuro nos mono tratamentos para
1977 identificar as fontes em particular que nós temos vários empreendimentos que são de regiões onde o
1978 estuário contribui mais do que a própria plataforma. Obrigado.

1979

1980 **João Paulo Ribeiro Capobianco – Secretário Executivo do CONAMA/MMA**

1981

1982 Desculpe, esses parâmetros que você falou são de efluentes?

1983

1984 **José Cláudio Junqueira – Governo do Estado de Minas Gerais**

1985

1986 Bom, eu acho que a discussão é boa, mas tem hora que a gente acha que está esclarecido. Quando o
1987 representante da Petrobrás veio aqui, eu até queria cumprimentá-lo pela sinceridade. Eu acho que é
1988 muito importante o que ele disse, nós não temos tecnologia para alcançar esses parâmetros. Então eu
1989 acho que nesse ponto o que é importante é a sociedade brasileira saber qual é o potencial de carga
1990 poluidora que nós lançamos via plataformas marítimas e o monitoramento vai dar maior transparência
1991 disso. A gente lamenta que essas questões não sejam discutidas nos institutos ambientais, porque os
1992 estudos ambientais na Resolução 01 de 96 já está com 21 anos, e até hoje não vi um eia rima
1993 mostrando claramente de quem são os ônus e de quem são os bônus que estão previstos na
1994 Resolução e tudo está sendo licenciado. Então é lamentável que só agora nessa questão do mercúrio
1995 e do cádmio é que a gente vai ter clareza de que não há tecnologia. Mas por outro lado, eu já estava
1996 satisfeito, mas por outro lado veio um professor de química e diz que consegue cumprir sim e então tem
1997 tecnologia. Ele disse que sim, então você está dentro dos padrões. Então qual é o problema? Eu não
1998 estou entendendo.

1999

2000 **João Paulo Ribeiro Capobianco – Secretário Executivo do CONAMA/MMA**

2001

2002 Nós vamos ter que dar um encaminhamento aqui.

2003

2004 **José Cláudio Junqueira – Governo do Estado de Minas Gerais**

2005

2006 Se ele disse que nas águas naturalmente as águas produzidas os parâmetros que ele falou estão
2007 dentro dos padrões da 357, eu estou discutindo apenas mercúrio e cádmio, não estou discutindo outra
2008 coisa tanto é que o que eu sugeri é que para mercúrio e cádmio sejam colocados padrões de
2009 lançamento. Para mim a discussão é sobre mercúrio e cádmio e como o professor diz que eles estão
2010 dentro desses parâmetros eu não vejo porque discutir.

2011

2012 **João Paulo Ribeiro Capobianco – Secretário Executivo do CONAMA/MMA**

2013

2014 Mas então deixa eu ver se eu entendi. Vamos dar um encaminhamento, porque nós não vamos chegar
2015 a um entendimento. Nós temos aqui, à luz do que o José Cláudio colocou agora vamos fazer uma
2016 checagem. Petrobrás, por favor. Se nós colocássemos parâmetros de mercúrio e cádmio no
2017 lançamento seria aceitável essa emenda?

2018

2019 **Marcelo Ramos – Petrobrás**

2020

2021 Eu diria o seguinte. Tecnicamente não é o mais recomendável em função de não ter tecnologia, mas
2022 em função dos campos que a gente produz hoje e eu não sei no futuro o que pode acontecer. Mas para
2023 mercúrio e cádmio na nossa água naturalmente, mas só mercúrio e cádmio.

2024

2025 **João Paulo Ribeiro Capobianco – Secretário Executivo do CONAMA/MMA**

2026

2027 Tudo bem, está resolvido o problema se incluir para mercúrio e cádmio. Mas a proposta original do
2028 texto era mercúrio e cádmio, desculpa. Um minutinho. É porque ou nós achamos uma solução ou nós
2029 vamos votar. A proposta original do André era para mercúrio e cádmio especificamente. Então vamos
2030 evoluir na proposta.

2031

2032 **André Soares - CAETÉ**

2033

2034 A proposta original inclusive não está mais na tela, nós assim como informado pelos colegas da 357
2035 vimos que ela também cobre os outros parâmetros de lançamento e estamos mantendo para todos

2036 esses. Respondendo o colega da Petrobrás se atualmente é possível a Petrobrás das suas águas
2037 produzidas, mas não consegue garanti-las no futuro, então nós devemos que não explore campus de
2038 petróleo onde esses compostos de poluentes vão ser encontrados para serem lançados. Nós
2039 mantemos aquela proposta que está em tela. Nós encontramos na 357 o elemento do vanádio como
2040 um dos compostos com critérios estabelecidos. Entretanto, a dificuldade para estabelecer uma
2041 proposta nesse momento, nós ficamos apenas com esses que estão listadas na 357 que coincidem
2042 com a da presente proposta.

2043
2044 **João Paulo Ribeiro Capobianco – Secretário Executivo do CONAMA/MMA**
2045

2046 Então tudo bem, vamos encaminhar, por favor. Deixa eu pedir ajuda do plenário aqui. Plenário, vamos
2047 encerrar essa discussão e tomar uma deliberação a respeito desse ponto.

2048
2049 **Zuleica Nycz - APROMAC**
2050

2051 É para trazer mais informação. A gente verificou que o vanádio, por exemplo, ele não está na 357.
2052 Portanto o Grupo de Trabalho não estabeleceu nenhum parâmetro para vanádio. Como é que vai ficar
2053 o vanádio por exemplo? O cromo, o bário que não podem cumprir com a Resolução. Qual é o limite
2054 que eles estão propondo? Isso foi discutido no grupo de trabalho? Eu fui uma das entidades que pediu
2055 vistas e não vi nenhuma discussão. Então nós não podemos sair daqui sem parâmetro, sem alguma
2056 definição, o que pode e o que não pode. Não é só a Petrobrás,.

2057
2058 **João Paulo Ribeiro Capobianco – Secretário Executivo do CONAMA/MMA**
2059

2060 Só um minutinho. Veja bem, eu queria pedir à comissão, por exemplo quem precisa falar no celular que
2061 fale ali fora, será o maior prazer para que a gente possa concluir o trabalho que vem vindo muito bem,
2062 só temos mais dois pontos para encerrar essa questão da resolução. Nós temos aqui a partir de uma
2063 emenda proposta pelo CAETÉ, o assunto vem evoluindo e agora estamos com o problema do vanádio.
2064 Nós não temos condição e o CONAMA não vai discutir aqui parâmetros para elementos A, B ou C, isso
2065 não é ambiente para isso. Havia uma proposta que o Francisco Iglesias trouxe de, a exemplo do que
2066 foi feito em relação a uma emenda anterior, de dar um prazo para definir encaminhamentos, nós
2067 poderíamos então uma solução, mas se a emenda for ampliada porque havia uma solução imediata
2068 para o caso de mercúrio e cádmio incluindo ali estabelecer e estaria resolvido no caso de mercúrio e
2069 cádmio e a Petrobrás havia sinalizado uma possibilidade nessa direção, mas como agora há uma de
2070 outros elementos que precisaria de parâmetros, nós temos que resolver isso aqui e a única
2071 possibilidade que a mesa encontra e pede o entendimento do plenário é na linha do que o Francisco
2072 Iglesias iria propor de se definir um prazo para se estipular parâmetros para a composição dos
2073 efluentes. É nessa linha?

2074
2075 **Zuleica Nycz - APROMAC**
2076

2077 É nessa linha só discutindo isso com o doutor Cláudio Alonso que foi então na época o Presidente da
2078 Câmara Técnica, nesse sentido como o grupo não foi nessa direção, a gente precisaria de estudos,
2079 comparativos, as outras empresas, o que estão fazendo, qual é o estado da arte, é uma discussão
2080 profunda e mercúrio se a gente puder garantir agora mercúrio e cádmio, o mercúrio está na mira da
2081 ONU, justamente com um acordo internacional a gente poderia já até ter fontes de dados importantes
2082 no relatório que vai fazer. Agora temos que fazer realmente um texto então, a proposta remetendo isso
2083 para a Câmara Técnica de Controle Ambiental e um prazo.

2084
2085 **João Paulo Ribeiro Capobianco – Secretário Executivo do CONAMA/MMA**
2086

2087 Por favor, vocês podem redigir uma proposta de texto ali por favor? Volney do IBAMA, por favor.
2088 Tentem redigir ali com o Chico Blue.

2089
2090 **Adriana Maximiano – IBAMA**
2091

2092 Bem, me preocupa essa plenária remeter essa matéria novamente ao Grupo de Trabalho, uma vez que
2093 esse assunto se estendeu em discussão por dois anos antes da promulgação da 357, e se estendeu
2094 novamente quase dois novos anos após a 357, final de 2007. Então, tem um ano e meio me parece que
2095 a gente ainda não tem conhecimento agregado para estar propondo que hora estamos novamente por

2096 remeter ao grupo de trabalho. Eu queria fazer um comentário quanto à questão de cádmio e mercúrio e
2097 não sei porque esses dois elementos foram destacados nesta emenda, uma vez que outros metais aqui
2098 listados que passam a ser monitorados são igualmente muito tóxicos para os organismos aquáticos e
2099 muitos com potencial de biocumulação. E então eu não entendi, acho que depois pode ser feito um
2100 destaque sobre quais são as bases técnicas que fizeram destaques para esses dois metais e não uma
2101 série bem mais extensa. Todavia, considerando, meu ponto de vista, não apenas dois metais são
2102 tóxicos, mas outros deveriam ter o mesmo apreço e o mesmo zelo no monitoramento e avaliação.
2103 Considerando que parâmetros de lançamento para casos que já foram colocados pela Petrobrás com
2104 dificuldades técnicas de remoção poderiam ser conflitantes, a minha proposta de encaminhamento seria
2105 que a gente revisse a extensão da zona de mistura para que tivéssemos modelo de dispersão mais
2106 restritivo que a Petrobrás ou os empreendimentos finais desse compromisso, de fazer uma zona de
2107 mistura mais restrita mantendo a qualidade das classes de água que é prevista na 357, sem proposição
2108 de definição de limites máximos de definição de lançamento nesse momento. Lembrando também que
2109 a 357 remete para a complementação dos parâmetros de efluentes e essa matéria já tramitou pela
2110 Câmara Técnica, foi para a Câmara Jurídica e agora retornou à Câmara Técnica. Então existe um
2111 fórum a parte que discute efluentes.

2112

2113 **João Paulo Ribeiro Capobianco – Secretário Executivo do CONAMA/MMA**

2114

2115 Posso solicitar que você faça a proposta de redação, por favor? Então vamos ter duas propostas de
2116 redação aqui.

2117

2118 **Francisco Iglesias - IMARH**

2119

2120 Só um esclarecimento de porque a gente fez com mercúrio e cádmio. Na convenção de 1972 de
2121 alijamento de substâncias no mar, o que acontece? É proibido óleo, é proibido mercúrio e cádmio, é
2122 proibido substâncias radioativas e os outros que estão lá podem ser lançados sob controle dos estados.
2123 Quer dizer, você estabelece parâmetros de controle para eles. Por isso que a nossa sugestão quando
2124 houve essa preocupação. Todos tem níveis de toxicidade. Acredito que esses estudos inclusive, depois
2125 foram feitos adentos na Resolução, na convenção e inclusive radioatividade, substâncias de
2126 radioatividade entraram depois, na primeira edição da convenção elas não estavam, elas entraram
2127 depois nas mudanças, nas negociações internacionais e então, doutora, o motivo e a preocupação
2128 nossa foi essa.

2129

2130 **João Paulo Ribeiro Capobianco – Secretário Executivo do CONAMA/MMA**

2131

2132 Tudo bem, você está fazendo defesa da sua proposta e eu queria que o IBAMA pudesse expor a
2133 alternativa redacional, nós teremos duas propostas de redação e faremos a votação. O que nós temos
2134 mais na Resolução? Nós pretendíamos terminar isso antes do almoço. Vamos fazer um esforço. Então
2135 enquanto se redige as duas propostas, vamos analisar a próxima emenda? Podemos analisar a
2136 próxima emenda? Então é o novo artigo. Ministério de Minas e Energia já analisou o novo artigo? Por
2137 favor.

2138

2139 **José Carlos Gomes Costa - Ministério Minas e Energia**

2140

2141 Essa é a questão do artigo dez aí. Bom, primeiro o artigo quinto, primeiro e segundo mudou. Nós
2142 sabemos que agora tem nova redação e o artigo dez não é o caso, mas eu pediria que o doutor Marcelo
2143 comentasse.

2144

2145 **João Paulo Ribeiro Capobianco – Secretário Executivo do CONAMA/MMA**

2146

2147 A remissão tem que ser corrigida a luz das modificações.

2148

2149 **Marcelo Ramos – Petrobrás**

2150

2151 Presidente na realidade o que está incorreto nesse artigo remete justamente às questões dos
2152 parâmetros que a gente definiu no artigo quinto a substância o artigo dez é monitoramento. O artigo
2153 dez ele é monitoramento, nós vamos monitorar os parâmetros para descobrirmos o que tem. E então
2154 não pode ser em desacordo com as resoluções e padrões estabelecidos. Monitoramento não é
2155 controle. Então o resto estaria até correto só acho que isso já está escrito lá em cima.

2156
2157
2158
2159
2160
2161
2162
2163
2164
2165
2166
2167
2168
2169
2170
2171
2172
2173
2174
2175
2176
2177
2178
2179
2180
2181
2182
2183
2184
2185
2186
2187
2188
2189
2190
2191
2192
2193
2194
2195
2196
2197
2198
2199
2200
2201
2202
2203
2204
2205
2206
2207
2208
2209
2210
2211
2212
2213
2214
2215

João Paulo Ribeiro Capobianco – Secretário Executivo do CONAMA/MMA

Então qual seria adequação a ser feita?

Marcelo Ramos – Petrobrás

Eu diria que esse artigo não tem valia em função do que já foi considerado no próprio artigo de óleos e graxas no artigo quinto. Artigo quinto que a gente definiu que temos que avisar órgão ambiental, temos que apresentar relatório. Só a pedido da Conselheira do IBAMA, na verdade ela fez uma proposta e vou complementar aqui na minha palavra de redução da zona de mistura. Quer que faça depois?

Francisco Iglesias - IMARH

A gente gostaria que respeitasse, nós fizemos a proposta e que fizesse a proposta por escrito.

João Paulo Ribeiro Capobianco – Secretário Executivo do CONAMA/MMA

Desculpe.

Francisco Iglesias - IMARH

Não, é que ele colocou que queria falar a proposta e então estou sugerindo que faça igual nós fizemos, por escrito. A minha preocupação é o seguinte. O artigo quinto que é aquele parágrafo. O problema do artigo sétimo é o seguinte, nós não temos padrão para aquelas substâncias colocadas. Isso foi uma deficiência da Resolução. Então, ela acaba batendo, porque aí a gente está incluindo o TOG, que é o teor de óleo e graxas e estamos incluindo outras substâncias, esse é o detalhe da diferenciação. Então, talvez nós poderíamos até retirar esse artigo, mas desde que a gente estabeleça os parâmetros, então a gente vai acabar voltando, e aí fica o sétimo, porque o sétimo já diz de água produzida, mas nós vamos ter que estabelecer os parâmetros, porque por exemplo, se tiver o lançamento, e eu trouxe aqui a informação e vou repetir ela. No Reino Unido por exemplo lançamento acima de 100 PPMs é derramamento de óleo. Então você tem uma série de condições que você tem que atender. Nós não estabelecemos aqui, ficou que o órgão ambiental poderá autorizar, não é isso o sétimo? Poderá autorizar água produzida. Aqui não, aqui está dizendo se tiver um lançamento já tem que tomar a providência. Olha lá. É totalmente diferente. O que nós estamos dizendo é que num nível se tiver acima daquele nível tem que tomar providência. Aí é o órgão ambiental que está autorizando. Então são mecanismos diferentes e talvez poderíamos, vamos dizer assim, fazer uma combinação dos dois, mas está dizendo se passar do limite de 42 tem que ser tomada a providência de 42 PPM. Podemos até estabelecer um nível como se estabeleceu no Reino Unido de 100 PPMs é derramamento de óleo e vai tomar providência, tem providência para isso quando é considerado derramamento de óleo. E então nós temos que também negociar isso aqui porque não pode ficar na situação que está. O sétimo é uma situação totalmente diferente desse.

João Paulo Ribeiro Capobianco – Secretário Executivo do CONAMA/MMA

Não entendi a proposta.

Francisco Iglesias - IMARH

A proposta, se for constatado o descarte de água produzida pelas substâncias previstas no artigo quinto, aí tira aqueles parágrafos, no artigo quinto acima de 100 PPMs, eu estou estabelecendo baseado na informação do próprio Reino Unido, eu quero esclarecer isso, está escrito nas discussões do GT, e o artigo dez em desacordo com as condições estabelecidas nessa Resolução, só que o artigo 10 que são substâncias a gente ainda não estabeleceu nada. A idéia é estabelecer depois. Só um minutinho, e aí o empreendedor deverá elaborar um plano imediato de contingência para adequação.

Byron Prestes Costa – Ministério da Justiça

Ministério da Justiça. Eu afirmo Senhor Presidente que nós não temos a menor competência para discutirmos aquilo que foi discutido por meses ou anos na 357, e muito menos agora depois que o

2216 Grupo de Trabalho fez todo um estudo e uma Câmara Técnica aprovou uma Resolução, nós não temos
2217 condição de aqui resolver isto. Isto é técnico científico.

2218
2219 **Zuleica Nycz - APROMAC**

2220
2221 Esse é o problema de algumas Resoluções que estão vindo para a plenária. A gente acaba de
2222 descobrir que o grupo de trabalho não trouxe para a plenária tudo pronto. Então é um problema que
2223 nós temos que discutir. Porque cadê os parâmetros para os metais os compostos orgânicos,
2224 inorgânicos e radioisótopos que deveriam ter sido discutidos no grupo de trabalho e então nós estamos
2225 num impasse. Eu entendo perfeitamente a posição do Chico que é o seguinte, a Resolução inclusive
2226 deixou ao não estabelecer parâmetros, nós tentamos estabelecer a 357 com parâmetro, aí a Petrobrás
2227 diz que não pode obedecer a 357. Não sabemos se as outras indústrias que estão chegando no Brasil
2228 conseguem obedecer a 357. A gente não tem uma amostragem aqui. Então temos só uma empresa
2229 dizendo que não pode. Nós sabemos se as demais podem. O segundo ponto, o parâmetro de
2230 qualidade ambiental não pode ser, tem que ser o que a saúde suporta e o que o meio ambiente suporta.
2231 E então nós estamos indo para a direção errada. Não é a empresa que nos diz o que nós devemos
2232 legalizar. O estudo se ela está ao menos baseada em estudos científicos e que são plenamente
2233 conhecidos não estão no processo de vista. Então a solução do impasse não é empurrar para frente. A
2234 solução do impasse é enfrentar o impasse. O conflito está instalado, nós não temos parâmetros e estão
2235 dizendo que não é possível, não provaram que não é possível porque os estudos não estão no
2236 processo do grupo de trabalho do pedido de vistas que nós fizemos, então esse GT deveria se reunir
2237 novamente. Essa Resolução se fosse para agir corretamente, ela deveria voltar para a Câmara
2238 Técnica, porque não temos condições de discutir isso agora, não é responsável da nossa parte agora a
2239 gente não estabelecer que acima das condições previstas que deveriam ser previstas alguma coisa tem
2240 que ser feita, porque nós não temos as condições. Então estamos com problema do princípio da
2241 precaução que está sendo violado aqui. Como é que nós vamos estabelecer?

2242
2243 **João Paulo Ribeiro Capobianco – Secretário Executivo do CONAMA/MMA**

2244
2245 Está claro o seu ponto de vista. Veja bem, nós temos que realmente o nosso objetivo aqui da mesa era
2246 encerrar, buscar contribuir, buscar a consolidação dessa resolução antes do almoço e interromper para
2247 o almoço. Eu estou percebendo que isso está ficando inviabilizado. No entanto, eu peço aos
2248 Conselheiros e Conselheiras que não façam tábua rasa, quer dizer agora essa colocação a última
2249 colocação aqui apresentada é de que então não tem problema nenhum, não é verdade. A Resolução
2250 tem vários parâmetros, remete à Resolução inclusive e o representante da Petrobrás aqui explicou
2251 vários parâmetros que estão sendo considerados na questão de descarte e então esse parâmetro aqui
2252 aparentemente nós estamos numa Resolução que não traz nenhuma segurança para a sociedade ou
2253 para o ambiente. Não é verdade. Se há alguns elementos adicionais que os Conselheiros em sua
2254 maioria julgarem que seria pertinente serem definidos, isso nos remeter a um trabalho adicional para
2255 ser efetivamente aprovado, isso é uma decisão do plenário. Só que essa decisão do plenário não vai
2256 ser tomada em função do argumento de que essa Resolução não definiu nada. Essa Resolução
2257 avança em muitos aspectos e chegamos a vários entendimentos aqui e portanto eu acho que
2258 realmente, me parece que o mais apropriado é interrompermos para o almoço e voltamos após o
2259 almoço quem sabe de barriga cheia mais calmos para avançarmos. Mas antes disso, por favor,
2260 senhores Conselheiros, eu queria dar a palavra já tenho uma inscrição aqui a ser feita há um tempo
2261 atrás, eu queria dar a palavra ao Maurício, por favor e depois nós vamos interromper. Faria um apelo
2262 para que às 14h30 nós possamos retornar com quorum por favor.

2263
2264 **Maurício Andrés - ANA**

2265
2266 Bom, existe um Grupo de Trabalho aqui no CONAMA e na Câmara Técnica de Controle e Qualidade
2267 Ambiental que é revisão dos padrões de lançamento de efluentes da Resolução 357. Parece que esse
2268 tema a ser discutido aqui se enquadra perfeitamente dentro desse tema. Talvez pudesse então a
2269 minha sugestão seria o seguinte. Não discutir essa emenda aqui nessa Resolução, mas remeter esse
2270 tema para o GT da Câmara Técnica de Controle e Qualidade Ambiental e incluir nele toda essa
2271 discussão.

2272
2273 **João Paulo Ribeiro Capobianco – Secretário Executivo do CONAMA/MMA**

2274

2275 Bom, então se essa questão Francisco e Zuleica, esse encaminhamento trazido pelo Maurício ele
2276 satisfaz?

2277

2278 **Zuleica Nycz - APROMAC**

2279

2280 Bom, o problema é o tempo. Em meio ambiente tempo é tudo. O volume de efluentes com esses
2281 metais pesados e compostos orgânico tendo aumentado de 20 para 29 criou um problema de
2282 precaução. Se nós remetermos para a revisão da 357 e ela não tem prazo definido para aparecer aqui,
2283 nós estamos numa discussão de risco.

2284

2285 **João Paulo Ribeiro Capobianco – Secretário Executivo do CONAMA/MMA**

2286

2287 Então nós vamos almoçar e voltamos a discutir a proposta de encaminhamento do Maurício como
2288 primeiro tópico.

2289

2290 **Intervalo para Almoço**

2291

2292 **Nilo Diniz – Diretor do CONAMA**

2293

2294 Boa tarde, Conselheiros, nós vamos retomar a plenária, ainda tem muitos Conselheiros do lado de fora,
2295 mas se a gente não inicia, eles não tem razão nenhuma para entrar no ambiente do plenário. Então,
2296 nós vamos dando início enquanto aguardamos a presença do Secretário Executivo João Paulo
2297 Capobianco. Eu quero aproveitar antes de fazermos aqui o informe que restava fazer, nós temos na
2298 verdade dois informes breves, um informe sobre a Terceira Conferência Nacional de Meio Ambiente e o
2299 informe da Confederação Nacional da Indústria sobre a Conferência de Meio Ambiente do Setor
2300 Empresarial. Foi realizada em São Paulo recentemente. E em seguida a esses informes, nós vamos
2301 ter aqui uma brevíssima cerimônia de assinatura de um protocolo, a Ministra estará novamente aqui no
2302 plenário e isso vai ser muito rápido. Só então a gente retoma a seqüência do debate sobre a Resolução
2303 que trata do descarte contínuo de águas de processo. Então, eu quero convidar para vir à tribuna o
2304 Secretário Executivo já está adentrando o plenário. Quero então pedir para que você Geraldo possa
2305 assumir a tribuna e pedir silêncio aos Conselheiros para essa apresentação do informe sobre a Terceira
2306 Conferência Nacional do Meio Ambiente.

2307

2308 **Geraldo Vitor de Abreu – MMA**

2309

2310 Boa tarde a todos. Aos demais Conselheiros aqui presentes, eu gostaria em nome do Ministério do
2311 Meio Ambiente de agradecer esse espaço na reunião do Conselho para que a gente pudesse
2312 apresentar a Conferência Nacional do Meio Ambiente. Eu gostaria de inicialmente passar uns slides
2313 com um breve histórico desse processo de conferências inaugurado em 2003. Nós temos ali o primeiro
2314 slide que vem com o texto da carta da terra e o tema dessa conferência desse ano que vai ser dedicado
2315 às mudanças climáticas. Nós temos as diretrizes do Ministério do Meio Ambiente. Desenvolvimento
2316 sustentável, transversalidade, fortalecimento do Sistema Nacional do Meio Ambiente e Controle da
2317 Social. A conferência foi instituída em decreto do Presidente Lula em cinco de junho de 2003 e ela se
2318 realiza em duas versões. A versão adulta e a versão infanto juvenil que tem sua coordenação executiva
2319 hoje a cargo do Ministério da Educação em conjunto com o Ministério do Meio Ambiente. O lema das
2320 conferências nós mantemos o mesmo, é VAMOS CUIDAR DO BRASIL. É um convite que o Ministério
2321 faz com a conferência e o processo tem caráter transversal, participativo e deliberativo da política do
2322 meio ambiente no que se refere ao nosso Ministério. Nós temos número de participantes mobilizados no
2323 país em torno de 65 mil. Na plenária final, nós tivemos 1500 participantes, 912 delegados e 588
2324 convidados e um total de 659 Resoluções, sendo 323 deliberações, que nós consideramos da
2325 competência do Ministério do Meio Ambiente e 336 recomendações que são aquelas que envolvem os
2326 Governos de Estado, os Municípios e outros Ministérios do Governo Federal que são recomendações
2327 que a conferência faz a estes órgãos. A segunda conferência, nós já tivemos um avanço no sentido da
2328 participação popular, a participação é de 86 mil participantes em todo o processo da conferência. Na
2329 plenária final nós tivemos em torno de duas mil pessoas, sendo 1331 delegados representando todos
2330 os setores da sociedade, e isso significou um avanço grande e nessas duas conferências nós
2331 totalizamos em torno de 150 mil participantes mobilizados no Brasil. Aí são algumas fotos que nós
2332 trouxemos das conferências passadas, mostrando um pouco as plenárias. E aí nós entramos na
2333 terceira conferência, que é o nosso objetivo nesse ano de 2007 a 2008, nós teremos como objetivo
2334 contribuir para a construção do Plano Nacional de Enfrentamento das Mudanças Climáticas que está

2335 sendo elaborado pelo Governo Federal junto com o Ministério do Meio Ambiente, nós temos agora uma
2336 Secretaria de Mudanças Climáticas que está desenvolvendo esse plano e a conferência certamente irá
2337 contribuir para que esse plano possa ser efetivamente bem desenvolvido no âmbito do Ministério e do
2338 Governo Federal. O público alvo é o público da conferência, o objetivo é horizontalizar o debate e
2339 atingir o máximo possível de representação da sociedade civil e dos governos. O cronograma de
2340 realização da terceira conferência desse ano de 2007, as conferências estaduais estarão sendo
2341 realizadas até o dia 15 de dezembro próximo. E a conferência nacional plenária final, nós estaremos
2342 até maio de 2008. A conferência é presidida pela Ministra e tem na sua estrutura a coordenação das
2343 suas diferentes atividades a COM que é a Comissão Organizadora Nacional que tem inclusive a
2344 representação do CONAMA, e que estamos aguardando já foi enviado um ofício para a representação
2345 do seu representante. A estrutura da conferência no Ministério, eu acho que ele é uma novidade em
2346 termos de conferência. Ela é do Grupo de Trabalho vinculado ao gabinete da Ministra e hoje ela ganha
2347 uma estrutura dentro do Ministério e está vinculada à Secretaria de Articulação Institucional e Cidadania
2348 que tem na estrutura o Ministério e inclusive o Comitê Interministerial de Acompanhamento e o Comitê
2349 Interno de Apoio. Tem a Secretaria de Articulação Institucional e cidadania, o Departamento de
2350 Cidadania e responsabilidade sócio ambiental e a coordenação da executiva da conferência que eu
2351 estou representando agora nessa coordenação para a terceira conferência. Então eu diria que a equipe
2352 que foi mandada agora com os coordenadores regionais vamos ter um mobilizador cada região do país
2353 sendo que no Nordeste por quantidade de estado nós teremos dois que estarão acompanhando o
2354 desenvolvimento das conferências dos estados. Então esse novo cronograma ele dá a dimensão do
2355 Ministério hoje em cada conferência que deixa de ser o evento para ser um programa permanente do
2356 Ministério com vistas a ampliar a participação da sociedade civil na elaboração das políticas ambientais.
2357 Nós estimamos este ano uma ampliação da participação da sociedade civil. Nós estamos com uma
2358 expectativa de passar de cem mil pessoas envolvidas nos eventos de preparação na plenária que nós
2359 realizaremos em 2008 uma expectativa de 1400 delegados e cinco mil pessoas no evento final. O
2360 documento base no meio ambiente este ano nós vamos estar dedicados ao enfrentamento das
2361 mudanças climáticas e esse é um tema que domina hoje ambiental mundial e certamente a
2362 horizontalização desse debate junto à sociedade civil nos permitirá efetivamente ampliar o
2363 conhecimento do tema para que a gente possa dar a contribuição brasileira para o seu enfrentamento,
2364 para a sua mitigação que a gente possa superar esse estágio tão negativo que nós vivemos hoje em
2365 relação ao crescimento global. O documento para articulada dentro do Ministério do Meio Ambiente
2366 com a colaboração técnico científico da Secretaria de Mudanças Climáticas e estará disponibilizada já
2367 no início de agosto para que os estados possam debater ou discutir as suas plenárias. Nós temos no
2368 âmbito dos estados e do Distrito Federal uma orientação para que as comissões organizadoras
2369 estaduais se estruturam com essa representação mínima posta ali, que são dos governos municipais
2370 dos governos do estado, do MMA e os movimentos industriais e setor empresarial. Nós queremos
2371 retomar um grau de articulação com todos esses setores, alguns nós tivemos em determinado momento
2372 das conferências passadas um distanciamento, nós estamos querendo reaproximar todo o conjunto da
2373 sociedade para esses debates que nós vamos desenvolver durante esse período de preparação da
2374 Terceira Conferência Nacional do Meio Ambiente. Eu agradeço a essas colocações sobre a
2375 conferência, a gente espera ter êxito no desenvolvimento desse tema durante esse de 2007 e 2008, e
2376 gostaríamos de fazer um convite a cada Conselheiro, a cada membro do debate, que a gente tenha um
2377 engajamento maior possível para que a gente possa ter um bom resultado ao final desse processo.
2378 São essas as considerações, agradecemos mais uma vez ao Nilo e estamos aí à disposição da mesa
2379 para qualquer consideração que precise ser feita ou esclarecer.

2380

2381 **João Paulo Ribeiro Capobianco – Secretário Executivo do CONAMA/MMA**

2382

2383 Geraldo, obrigado pelos informes. Francisco Iglesias quer comentar?

2384

2385 **Francisco Iglesias - IMARH**

2386

2387 Boa tarde a todos. Francisco Iglesias do IMARH, Representante Civil de ONGs do Nordeste. É bom a
2388 gente ver mudanças, sempre é bom ver mudanças. Na segunda conferência, por incrível que pareça,
2389 se não fosse o esforço do GT clima do qual a minha instituição é uma das coordenadoras, eu estou aqui
2390 representando o IMARH, mas faço parte da Associação Potiguar Amigos da Natureza. Não teria o tema
2391 clima na segunda conferência. O tema de mudança climática quase foi alijado, jogado no mar, é um
2392 tema nosso mesmo, um descarte contínuo de mudanças climáticas, vou manter o alijamento, mas como
2393 o plenário decidiu...

2394

2395 **João Paulo Ribeiro Capobianco – Secretário Executivo do CONAMA/MMA**

2396

2397 Vamos concluir, companheiro?

2398

2399 **Francisco Iglesias - IMARH**

2400

2401 Então o que acontece? A gente vê essa mudança de na terceira conferência, quer dizer na segunda
2402 que era o que deveria estar trabalhando no tema, talvez ser o tema exatamente para o Ministério do
2403 Meio Ambiente sinalizar que essa questão é importante? Não, quase que foi deixado de fora. Se não
2404 fosse do esforço do Fórum Brasileiro de ONGs não teria nem o tema. Aí eu quero a mudança de
2405 colocar esse tema agora. Infelizmente à reboque de boa parte da imprensa nacional, mas que seja
2406 bem-vindo o tema, nós queremos que esse tema seja amplamente debatido. Agora, a minha
2407 preocupação, e é uma preocupação que eu quero trazer, são duas preocupações para a comissão
2408 organizadora, primeiro é que se há uma garantia de se incorporar em termos legais, eu não sei se isso
2409 foi feito, eu não vi essa discussão no legislativo nacional, que é como a Conferência Nacional de Saúde
2410 que é lei, dessa conferência se tornar lei. Colocar essa preocupação. A segunda preocupação é no
2411 sentido dos resultados. Os resultados que a gente tem ainda. O que aconteceu com as decisões da
2412 primeira e da segunda? Como é que ficou isso? Isso não é bem traduzido para a sociedade. Então,
2413 eu queria que tivesse a preocupação até de nesse processo de discussão que a gente vai ter, quais
2414 foram os resultados das duas outras para poder garantir que isso alimente novas idéias para a gente
2415 não voltar ao ciclo vicioso. Para que a gente vai repetir uma idéia que já foi dada na primeira e na
2416 segunda? De repente, até fazer uma reflexão do processo das proposituras das que já foram feitas ser
2417 isso o texto base nas duas outras já que nós temos já uma cultura de conferência nacional de meio
2418 ambiente com as duas e isso ser um texto base até para as pessoas encaminharem novas propostas,
2419 para a gente não cair num ciclo vicioso de fazer as mesmas propostas nas conferências. Obrigado.

2420

2421 **João Paulo Ribeiro Capobianco – Secretário Executivo do CONAMA/MMA**

2422

2423 Obrigado, Conselheiro Chico. Rosalvo para muito breves colocações a esse respeito para passarmos
2424 ao próximo informe e voltarmos ao debate da nossa Resolução, por favor.

2425

2426 **Rosalvo Oliveira Júnior - Ministério da Integração Nacional**

2427

2428 Senhor Presidente, Conselheiros e Conselheiras. Eu sou uma pessoa suspeita no que eu vou dizer,
2429 mas eu acho que a emoção deve fazer parte também aqui do Conselho. Eu sou um entusiasta das
2430 conferências. Tive a oportunidade de poder participar da primeira e da segunda conferência e fiquei lá
2431 de madrugada, fiz a defesa na segunda conferência do projeto de integração de bacias as duas e meia
2432 da manhã de um frio louco de uma sexta-feira e então eu sou um entusiasta. A única coisa que eu
2433 gostaria de colocar e também gostaria de colaborar independente da instituição, como militante, como
2434 pessoa da causa e que para mim isso é uma coisa muito importante é que o Brasil tem 5561, alguém
2435 hoje disse 5563 municípios. E pelos dados que o nosso colega apresentou, a terceira conferência vai
2436 envolver cem mil pessoas nesse país. Eu acho que tinha que ser meta nossa, e aí eu quero colaborar
2437 como militante lá trabalhando sem ter nenhuma remuneração, sábado, domingo, de noite, o que for,
2438 tinha que ser meta nossa Senhor Presidente que essas cem mil pessoas que serão mobilizadas nesse
2439 país, 10% dessas fossem duas pessoas de cada um dos municípios do Brasil, e aí quero invocar um
2440 pouco as nossas discussões de ontem e hoje, que a gente diz o seguinte, quando a gente coloca uma
2441 meta a gente trabalha para alcançar e executar aquela meta. E então eu acho que a terceira
2442 conferência e eu queria deixar isso para a comissão coordenadora, que fosse meta de que pelo menos
2443 nas conferências estaduais houvesse no mínimo duas pessoas de cada um dos municípios desse país.
2444 E por que eu digo isso para o senhor? Porque principalmente se for um adolescente uma dessas
2445 pessoas. Porque estaremos ali com aquela pessoa que veio daquele município e com uma quantidade
2446 de documentos, debates, e enfim contatos que a gente faz, você esteja plantando naquele município
2447 uma semente de alguém que no futuro vá ter uma atuação com relação às questões de meio ambiente.
2448 Então, essa é a primeira colaboração, quero me colocar à disposição como militante independente, mas
2449 que essa seja uma meta da comissão organizadora, dessas cem mil pessoas que serão mobilizadas
2450 para a terceira conferência de meio ambiente. Obrigado.

2451

2452 **João Paulo Ribeiro Capobianco – Secretário Executivo do CONAMA/MMA**

2453

2454 Obrigado Rosalvo pela sugestão. Passemos agora ao informe da Confederação Nacional da Indústria.
2455 Patrícia Boson, por favor. E viva a conferência.

2456
2457 **Patrícia Helena Gambogi Boson – CNI**

2458
2459 Boa tarde a todos. Sou Patrícia Boson da CNI. Serei bastante breve, presidente. É simplesmente para
2460 comunicar aos senhores que nós realizamos no dia 13 e 14 e 15 de junho, mês passado, a Primeira
2461 Conferência da Indústria Brasileira para o Meio Ambiente. Aconteceu em São Paulo com parceria com
2462 a Federação das Indústrias de São Paulo e nela nós reunimos quatrocentos representantes da indústria
2463 brasileira, foram empresários de todo o Brasil representando as 27 federações da indústria brasileira
2464 para discutir alguns temas estratégicos na questão ambiental. Essa conferência teve como objetivo tirar
2465 posicionamentos no informe consensuais a respeito de alguns temas e teve também como objetivo
2466 nivelar a indústria em relação a alguns conceitos. Com relação aos nossos posicionamentos, a gente
2467 tem temas como biodiversidade e florestas, dentro deles reserva legal, área de preservação
2468 permanente, áreas protegidas e prioritárias, discutimos também dentro da agenda de qualidade
2469 ambiental e mudanças climáticas e discutimos dentro da agenda de recursos hídricos o plano nacional
2470 de recursos hídricos, cobrança pelo uso da água e agência de bacia e ainda discutimos o tema
2471 ambiental e relações institucionais. Esses temas tiveram posicionamentos que foram consensados por
2472 todos os empresários e em breve os senhores receberão um convite nosso para estar recebendo o
2473 resultado dessa nossa conferência.

2474
2475 **João Paulo Ribeiro Capobianco – Secretário Executivo do CONAMA/MMA**

2476
2477 Muito obrigado. Algum comentário? Muito bem. Tem um informe solicitado pela representação do
2478 Ministério da Indústria e Comércio. Um informe cirúrgico do MDIC.

2479
2480 **Fernanda Messias – MDIC**

2481
2482 Boa tarde, companheiros Conselheiros. Na verdade, eu vim fazer um informe a respeito do
2483 lançamento, conforme o decreto do dia 11 do 7 do Ano Nacional do Desenvolvimento Limpo, assinatura
2484 do Presidente da República. Ele tem como objetivo articular esforços comuns nos órgãos e editais
2485 envolvidos com o tema das mudanças climáticas para auxiliarem mutuamente na mobilização da
2486 sociedade brasileira para empreender ações que contribuam para redução das emissões de gases de
2487 efeito estufa. O lançamento do Ano Nacional de Desenvolvimento Limpo, está incluído na pauta da 22^a.
2488 Reunião do Conselho de Desenvolvimento Econômico Social que é presidido pelo Presidente da
2489 República que acontecerá no dia 17 de junho de 2007. Além do Presidente da República ele conta
2490 com 90 representantes da sociedade sendo 14 Ministros de Estado, grandes empresários, Presidente
2491 da CNI, entre outros. Na reunião será anunciado pelo senhor Miguel Jorge, Ministro do MDIC, a
2492 Instituição do Ano Nacional de Desenvolvimento Limpo acontecerá no dia 17 de julho, no salão oeste do
2493 Palácio do Planalto. No mesmo dia 17 das 14 às dezoito e nos dias 18 das 9 às 12 horas, acontecerá
2494 no auditório da CNI um seminário sobre o Ano Nacional Do Desenvolvimento Limpo. Será assinado o
2495 protocolo de intenções, a cópia em anexo estará disponível posteriormente a todos os Conselheiros
2496 entre entidades do setor público e privado para desenvolvimento da programação do ano do
2497 desenvolvimento limpo. Já aderiram ao protocolo inúmeras entidades do Setor Industrial como CNI,
2498 IBS, BRASELPA, FBDS, ABCP, SBS, ACOGEN, BNDES, BNF, Ministério das Cidades, MCT e MMA, e
2499 estando o documento aberto a novas adesões. As entidades do Ano Nacional do Desenvolvimento
2500 Limpo, ocorrerão no período de julho de 2007 a junho de 2008, conforme a logomarca que eu pedi para
2501 que eles colocassem ali e essa logomarca está disponível a todos, foi desenvolvida em vários
2502 escritórios de design do Brasil e ela está disponível a ser usadas em todas as ações correlatas ao Ano
2503 Nacional do Desenvolvimento Limpo. Convidamos a todos os presentes participarem do seminário do
2504 dia 17 e 18 e das atividades do Ano Nacional de Desenvolvimento Limpo sugerindo que verifiquem o
2505 interesse das atividades que representam e sejam signatários ao protocolo.

2506
2507 **João Paulo Ribeiro Capobianco – Secretário Executivo do CONAMA/MMA**

2508
2509 Muito obrigado. Algum comentário adicional? Vamos continuar então a nossa discussão. Nós teremos
2510 dentro de alguns minutos, senhoras e senhores Conselheiros, a presença aqui da Ministra Marina Silva
2511 para uma breve solenidade a respeito de uma parceria de apoio ao Parque Nacional das Rocas e nesse
2512 momento nós interromperemos e depois voltamos à Resolução. Nós tínhamos então depois do
2513 encaminhamento do Maurício, foi o último ponto apresentado no debate. Queria solicitar então que o

2514 Maurício Andrés voltasse ao microfone e refizesse sua proposta para que possamos voltar ao debate
2515 sobre a inclusão do artigo, de um novo artigo. Não é esse, não Nós temos duas redações, não é isso?
2516 O novo artigo é só para mercúrio e cádmio. O CAETÉ é mais amplo. Originalmente a proposta foi da
2517 CAETÉ, mas depois eles modificaram a proposta, mas a primeira não foi retirada. Está retirando?
2518 Então pode retirar a primeira, por favor. E essa segunda redação, é do IBAMA essa segunda? Fez
2519 uma redação final? Então, essa segunda redação tem CAETÉ e a segunda é da Zuleica. Conselheira
2520 Zuleica. Pode ser ou não é?

2521
2522 **Zuleica Nycz - APROMAC**

2523
2524 É que a emenda é do André, nós estamos melhorando ainda quando terminou a discussão foi para
2525 outro assunto e nós não continuamos esse. Então não terminamos a redação ainda.

2526
2527 **João Paulo Ribeiro Capobianco – Secretário Executivo do CONAMA/MMA**

2528
2529 Então vamos ouvir o encaminhamento feito pelo Maurício Andrés por favor, e vamos ver se chegamos à
2530 conclusão.

2531
2532 **Maurício Andrés - ANA**

2533
2534 A proposta é a seguinte, é que essa emenda não seja discutida aqui nessa Resolução mas seja
2535 remetida para a Câmara Técnica de controle e qualidade ambiental no CONAMA que tem lá em aberto
2536 um tema que está sendo discutido lá que é a revisão dos padrões de lançamento da Resolução 357.
2537 Então lá seria o endereço adequado para discutir esse tipo de discussão e daqui a seis meses a
2538 Câmara Técnica traria ao plenário uma proposta mais amadurecida sobre esse assunto.

2539
2540 **João Paulo Ribeiro Capobianco – Secretário Executivo do CONAMA/MMA**

2541
2542 Bom, consulto, identifico aqui uma recepção positiva de vários membros do plenário. Por favor, ao
2543 proponente da emenda, André da CAETÉ.

2544
2545 **André Soares - CAETÉ**

2546
2547 Nós, durante o nosso almoço e após a digestão, estivemos aqui avaliando os termos da Resolução 357,
2548 e para os colegas que tiverem em mãos o seu documento poderiam avaliar o artigo 43, parágrafo
2549 quarto. O descarte contínuo de águas de processo ou de produção em plataformas marítimas de
2550 petróleo será objeto de resolução específica a ser publicada no prazo máximo de um ano a contar da
2551 data da publicação dessa Resolução, ressalvado o padrão de lançamento de óleo e graxa a serem
2552 definidos nos termos do artigo 34 dessa Resolução até a edição de Resolução específica. O que este
2553 parágrafo está afirmando é que a 357 jogava especificamente a discussão para os efeitos das
2554 plataformas para uma Resolução específica. Esta que nós estamos discutindo hoje. Entretanto essa
2555 Resolução que estamos discutindo hoje, avançou apenas na proposição de quantidade de descarte de
2556 óleos e graxas, estabeleceu então saindo de 20 miligramas por litro ou 20 PPMs que estava na 357, e
2557 estabeleceu 29 miligramas. Mas nós não estabelecemos nessa presente Resolução nenhuma
2558 quantidade dos demais componentes que estão listadas aí no artigo décimo. Então para reforçar que
2559 esse artigo que nós estamos propondo inclusão, para que os parâmetros de lançamento das águas
2560 produzidas que estava no artigo dez deverão merecer os mecanismos de padrões definidos na
2561 Resolução 357, a não ser que nesta Resolução nós estabeleçamos os padrões desses compostos, o
2562 que não é o caso, haja visto que essa é uma discussão técnica que é feita no devido tempo com
2563 participação de todos os setores para então vir a plenária. Então, desta maneira nós continuamos
2564 atrelados na 357, querendo ou não e por isso que se mantém a necessidade deste artigo e poderemos
2565 então acrescentar ainda nesse artigo, havendo a necessidade consensual após o ponto até que
2566 Resolução específica sobre estes compostos seja exercida pela Câmara Técnica.

2567
2568 **João Paulo Ribeiro Capobianco – Secretário Executivo do CONAMA/MMA**

2569
2570 Minas e Energia, por favor com a palavra.

2571
2572 **José Carlos Gomes Costa - Ministério Minas e Energia**

2573

2574 Bom, José Carlos de Minas e Energia. Conceitualmente nós temos interesse por essa proposta em
2575 conjunto com a forma calorosa como o nosso Conselheiro Byron falou na parte da manhã. Vai virar um
2576 campeonato aqui se é cádmio, se tem vanádio e daqui a pouco estamos falando até se tem mercúrio e
2577 aquelas substâncias todas que estão faladas ou as 80 que são acompanhadas pelo menos pela
2578 Petrobrás. A minha sugestão é que nós aprovemos, nós não venhamos a considerar em nenhum
2579 momento nem da CAETÉ separado isso aí, e que nós coloquemos no máximo uma remissão de que a
2580 Câmara Técnica deverá estudar, propor uma Resolução complementar a essa, que determine os
2581 valores a serem observados nos outros parâmetros que tem que ser acompanhados nas águas de
2582 descartes. Ou seja, não percamos todo o esforço que já foi feito na aprovação, na elaboração que
2583 demorou para se chegar até óleos e graxas, a gente preserve a competência do grupo que chegou lá e
2584 obviamente toda a discussão que o plenário mantém hoje e todo esse texto seja substituído no máximo
2585 por um outro dizendo que a Câmara Técnica correspondente deverá preparar uma outra proposta de
2586 Resolução para complementar os parâmetros necessários. .

2587
2588

João Paulo Ribeiro Capobianco – Secretário Executivo do CONAMA/MMA

2589
2590
2591
2592

Qual seria então a redação exatamente, por favor? Qual é a proposta de redação, por favor? Qual é a proposta de redação objetiva. Sente-se ali no computador, por favor. Vamos ver a redação proposta. Enquanto isso, por favor Francisco Iglesias com a palavra.

2593
2594
2595

Francisco Iglesias - IMARH

2596
2597
2598
2599
2600
2601
2602
2603
2604
2605
2606
2607
2608
2609
2610
2611
2612
2613
2614
2615

Uma das minhas preocupações, tem um acordo que a gente vai mandar para a Câmara Técnica, já tem um acordo, mas nós temos que tentar nesse GT ou nessas discussões que vão abrir uma participação mais efetiva, principalmente do setor acadêmico. Quero repetir aqui, porque eu levantei para ver se a gente consegue com as contribuições da Petrobrás trazer pessoas independentes, inclusive para gente da academia. Não falo só independentes, mas da academia para trabalhar com isso, doutores e cientistas para poder trabalhar com isso, para a gente evitar a situação que teve no grupo de trabalho, o último, o anterior. Mas de qualquer forma tem uma diferença ainda grande entre as duas propostas. Uma é o seguinte. Como fica, nós aprovamos a Resolução, tudo bem. Como é que fica aqueles produtos, os compostos do artigo 10? Quer dizer, vai ficar lançando, né? Hoje eu entendo que não tenha a zona de mistura. Tecnicamente, apesar que o Marcelo afirmou que inviabilizaria a produção da Petrobrás, seria a 357, não sei se estou errado. Sem essa Resolução é a 357. Eu acho que se a saída inviabiliza a produção de petróleo no Brasil. Vamos tentar chegar num acordo, mesmo que não tenha aparato técnico científico, se não aplicarmos a 357, vamos reduzir essa zona de mistura, entendeu? Porque se a gente não vai trabalhar a 357, então vamos reduzir a zona de mistura. A outra colocação que eu queria fazer, é que a gente e eu queria, eu não vi aí esclarecido aonde serão coletadas amostras dentro da zona de mistura, e nem fora dela. Então eu queria ter uma idéia. Eu não lembro de ter visto esse artigo da coleta na área do mar. Tem a coleta do lançamento. E que está sendo lançado, mas não tem a coleta dentro da área da zona de mistura ou fora dela que também seria interessante até para ver os efeitos. Então eu estou trazendo essas preocupações para a gente tentar fazer um processo de negociação aqui dentro.

2616
2617
2618

João Paulo Ribeiro Capobianco – Secretário Executivo do CONAMA/MMA

2619
2620
2621
2622
2623
2624
2625
2626
2627
2628
2629
2630

Muito bem. Antes de passar a palavra, eu tenho aqui Zuleica e José Carlos. Nós tínhamos uma proposta elaborada pela representação do IBAMA de redução da área de mistura, não é isso? Então, talvez a gente possa então caminhar nessa direção. Quer dizer, nós temos uma proposta do Ministério das Minas e Energia que é consensual em relação à APROMAc exceção do parágrafo único. E temos a proposta da CAETÉ que na realidade aplicaria o parágrafo único imediatamente. No fundo é isso. Nós temos basicamente três em termos de conteúdo, três tipos de proposta. Uma que prevê a necessidade de que esses parâmetros sejam definidos, e propõe que seja feito no prazo de um ano. Uma segunda, que concorda em dar o prazo de um ano só que enquanto isso já vale a Resolução do CONAMA 357. E uma terceira, digamos mais radical que não prevê os parâmetros mas aplica desde já a 357 de forma permanente, digamos assim. E nós temos uma questão que foi levantada em relação à redução da área de mistura. Essa proposta do IBAMA. IBAMA, atenção. Essa proposta foi formulada? Por favor. O pessoal da redação, por favor anotem a proposta do IBAMA.

2631
2632
2633

Adriana Maximiano – IBAMA

2634 Sim, Presidente. Mas antes de falar a redação, eu preciso retomar a questão do espírito com que ela
2635 foi formulada. A alteração no texto se daria no artigo quarto, parágrafo único. Agora vale retomar o
2636 porque dessa proposição no momento em que a reunião se conduzia e talvez não se faça mais
2637 pertinente agora nessa questão. O que nós discutimos e vale retomar o espírito dessa Resolução.
2638 Quando ela foi proposta por essa plenária na ocasião da discussão da 357, o impasse que merecia uma
2639 abordagem específica e que conduziu essa norma, eram os lançamentos de óleos e graxas. Era o
2640 valor para lançamento, descarte de óleo e graxa. O IBAMA entende que essa norma avançou trazendo
2641 benefícios ao processo de gestão quando introduziu a possibilidade de monitoramento de uma série de
2642 parâmetros. Então a preocupação para o legislador, o IBAMA, emquanto monitoramento e controle era
2643 ter controle sobre emissão de óleos e graxa e o monitoramento de um conjunto de parâmetros que o
2644 órgão desconhecia. Então quando a gente estabelece uma lista de radiosótopos, compostos orgânicos,
2645 inorgânicos a serem monitorados é de interesse do órgão público ter noção da qualidade das águas que
2646 são descartadas frente ao processo de prospecção e plataforma marítima. Isso quer dizer o seguinte.
2647 Por exemplo, vanádio, inclusive como foi dito pelos colegas não há o padrão, se ele é 1 PPM, 1 PPB ou
2648 cem PPMs, não há mensuração toxicológica e de risco para esse valor. Então era proposta dos órgãos
2649 reguladores fazer uma série histórica desses valores, comparar com as diferentes plataformas ao longo
2650 de nossa costa e depois avaliar um risco, que medidas seriam necessárias a serem adotadas. Vai se
2651 estabelecer tecnologias para a redução de algum desses elementos. Essa atividade que a gente
2652 disponibiliza para o Meio Ambiente, para alguma substância que merece diferenciar o tratamento, esse
2653 era o espírito dessa proposição. Se essa plenária dá uma condução hoje. Desculpa, antes de entrar no
2654 segundo ponto, nessa ótica é que se pautava a questão da alteração do parágrafo único do artigo
2655 quarto. Porque não tendo o valor específico é de nosso interesse assegurar a qualidade, e então a
2656 redução da zona de mistura implicaria independente de ser 0,5, 0,8 ou 10, o valor de lançamento de um
2657 determinado elemento que passará a ser monitorado, aquela plataforma o gestor tem a preocupação de
2658 que a qualidade daquele meio não seja operado. Se a gente trabalha com a zona de mistura, mesmo
2659 sem saber quando eu estou lançando, discutindo a carga do receptor a carga de dispersão desse
2660 contaminante independente de estabelecer um valor, nós estabeleceremos o gerenciamento pela
2661 manutenção da qualidade. E a proposta do IBAMA, era fazer com que o parágrafo único que consta
2662 que a zona de mistura está limitada a um raio de 500 metros, há proposição de estabelecer trezentos
2663 metros, sem estabelecer a fonte de lançamentos parâmetros para fonte de lançamento. Se essa
2664 plenária entende que remeterá esse assunto à Câmara de Efluentes para que todos os parâmetros que
2665 passarão a ser monitorados nas águas produzidas, então eu acho que não cabe mais discutir a questão
2666 da zona de mistura. Então, poderia se manter o texto original, se essa matéria for reportada à Câmara
2667 de Efluentes, e se é essa condução que a plenária pretende dar.

2668
2669 **João Paulo Ribeiro Capobianco – Secretário Executivo do CONAMA/MMA**
2670

2671 Eu queria fazer um apelo no seguinte sentido, nós temos duas posições definidas aqui, uma posição de
2672 preocupação expressa por diferentes formas, digamos assim, a respeito do, " potencial impacto " que
2673 esses lançamentos estão produzindo e que ainda não é conhecido. E então a proposta do IBAMA ela é
2674 positiva no sentido de que ela restringe essa área de entorno e portanto restringe a área que está sendo
2675 perturbada. Só atende parcialmente a preocupação daqueles que trouxeram esse tema pela
2676 preocupação ambiental. Por outro lado, resta uma preocupação acho que de todos nós que há
2677 necessidade de definir esses parâmetros. Já que nós não temos esses elementos agora, já que nós
2678 não temos aqui nesse momento as informações necessárias e suficientes para tomar alguma decisão
2679 sobre esses limites grandes, nós não podemos fazê-lo sob o risco de inviabilizar a produção inclusive.
2680 No entanto, eu acredito que a sua proposta junto com a proposta que determina um prazo para que
2681 esses parâmetros sejam definidos, elas são sinérgicas no sentido de satisfazer para atender a
2682 preocupação maior do plenário que é em relação à segurança ambiental em relação a esses
2683 procedimentos. E de fato nesse sentido eu queria argumentar que ao impor neste momento valores já
2684 pré definidos sem avaliação real desses valores, do impacto dessas aplicações imediatas certamente
2685 estamos correndo risco de termos uma medida que pudesse criar impedimentos gravíssimos de
2686 produção. Então eu não sei se é possível, mas o Ministério das Minas e Energia juntamente com o
2687 IBAMA, eu entendo que pode haver um consenso no sentido de definir um prazo para os parâmetros,
2688 ao mesmo tempo reduzir a área de mistura e faria um apelo nesse sentido que nós concordássemos
2689 em não estabelecer a partir de agora os parâmetros da Resolução 357 que permitiria, por exemplo, que
2690 nós chegássemos a um entendimento. Caso contrário, se houver manutenção da proposta, avançamos
2691 e vamos a voto. Com a palavra Zuleica, por favor.

2692
2693 **Zuleica Nycz - APROMAC**

2694
2695 A gente concorda naturalmente com a aquisição da zona de mistura. Não sabemos realmente como
2696 surgiu o número trezentos, mas certamente pela intuição a gente observa que quanto menor, melhor.
2697 Agora, eu não concordo com a lógica de que diminuindo a zona de mistura você não precisa mais de
2698 parâmetros, porque o mar continua um corpo receptor do mesmo jeito, e o cádmio, mercúrio e o cromo
2699 não vão desaparecer dentro desses trezentos metros eles vão desaparecer no exame da análise da
2700 água, mas eles vão continuar viajando pelo mar inteiro. E então toda a nossa luta é para fazer efeito à
2701 aquele considerando que foi votado ontem, considerando que o mar é um organismo vivo que foi
2702 aprovado pelo plenário. Então, eu vou manter a proposta da 357 em vigor porque foi dada uma chance
2703 de dois anos e eu gostaria de terminar a minha colocação e dizer que a 357 foi publicada em dezessete
2704 de março, previu que em um ano no artigo 43 o grupo teve dois anos, a Petrobrás foi em todas as
2705 reuniões, aliás em março pela lista de presença a gente observa que só tinha Petrobrás e governo, mas
2706 não tinha ciência, não tinha academia, e os argumentos não são suficientes para chegar aonde
2707 chegamos. Então em função disso, tendo havido a chance e provavelmente se a Petrobrás declarou
2708 aqui no microfone que não consegue cumprir os valores da 357, ela provavelmente veio descumprindo
2709 desde então até agora a 357. Então, a questão é a seguinte, o país precisa ter uma regra. Qual é a
2710 regra que vai ser instalada, se não passar a proposta de parágrafo único de que vai dar mais um ano de
2711 chance para a Petrobrás apresentar os estudos que ela tem, que ela não apresentou para a gente
2712 saber o que é razoável. Então até lá tenho que prevalecer a 357.

2713

2714 **João Paulo Ribeiro Capobianco – Secretário Executivo do CONAMA/MMA**

2715

2716 Só um esclarecimento. O primeiro esclarecimento é que não há nenhuma discordância em relação à
2717 necessidade de definir parâmetros. Todos concordam, o Ministério de Energia concorda, a Petrobrás
2718 concorda e todos nós concordamos e então não procede sua avaliação de que a proposta ignora a
2719 necessidade de haver parâmetros. Desculpe, deixa eu concluir. Segunda questão. A responsabilidade
2720 sobre a nova Resolução não era da Petrobrás, era nossa. Portanto não se pode responsabilizar uma
2721 instituição, muito menos uma instituição privada ou de serviço público como a Petrobrás pela não
2722 elaboração da resolução, nós CONAMA não elaboramos a resolução, não foi a ela delegada essa
2723 função e nem poderia. Então essa é uma coresponsabilidade nossa e o que nós estamos fazendo aqui
2724 é exclusivamente do ponto de vista de processo. Quer dizer, a pergunta feita ao Ministério das Minas e
2725 Energia e a Petrobrás é se eles teriam condição de enquanto se avalia a definição dos parâmetros, se
2726 seria possível adotar imediatamente a Resolução 357, e a resposta é que não, eles não podem aplicar
2727 imediatamente. Segundo, isso não quer dizer que a empresa descumpra a resolução porque a
2728 Resolução não foi feita e portanto não pode estar descumprindo algo que não foi elaborado ainda.
2729 Então nesse sentido eu queria encaminhar a votação na seguinte direção. Primeiro nós temos uma
2730 parte consensuada. Essa parte consensuada que trata do primeiro ponto referente à zona de mistura.
2731 Nós podemos entender e a mesa entende, eu quero checar isso por favor, a mesa entende que há uma
2732 concordância em relação à possibilidade da redução da zona de mistura para trezentos metros.

2733

2734 **Plenário**

2735

2736 O senhor disse que a 357 não está em vigor.

2737

2738 **João Paulo Ribeiro Capobianco – Secretário Executivo do CONAMA/MMA**

2739

2740 Não, do ponto de vista do descarte da possibilidade de off shore.

2741

2742 **Zuleica Nycz - APROMAC**

2743

2744 Senhor Presidente, posso terminar minha colocação? A 357 está em vigor só que a Petrobrás afirmou
2745 no microfone que ela não pode cumpri-la, mas ela está em vigor. A questão é o seguinte, se ela teve a
2746 oportunidade de ir em todas as reuniões do GT e nunca apresentou, olha nós não podemos cumprir a
2747 357, não está no processo. O CONAMA esqueceu de colocar no processo. Então se ela disse eu não
2748 consigo, quais são os limites que ela consegue? Não que a Petrobrás deva ditar quais são os limites
2749 que a resolução. A Petrobrás deveria apresentar, é uma obrigação da empresa, é um interesse da
2750 empresa ter apresentado quais são os parâmetros que ela pode cumprir para que a Câmara Técnica
2751 pudesse examinar. Isso não aconteceu e por isso que eu evoquei que a Resolução 357 foi publicada
2752 em 2005, março de 2005 e foi aberto o grupo de trabalho em cumprimento à aquele artigo e esses
2753 parâmetros não foram discutidos. Então, agora resta exigir algum parâmetro pelo menos já que a gente

2754 está dando mais um prazo de um ano, que pelo menos então se estabeleça um parâmetro agora já que
2755 a Petrobrás acaba de anunciar que não pode cumprir a 357. Vai ficar mais um ano lançando o quanto
2756 quiser, quanto quiser, porque nós não sabemos o que é. Eu tenho o direito de estar muito insegura,
2757 porque eu não sei o que a Petrobrás vem fazendo até então com a 357 em vigor.

2758
2759 **João Paulo Ribeiro Capobianco – Secretário Executivo do CONAMA/MMA**

2760
2761 Só uma questão de esclarecimento, por favor. Antes de avançar, só uma questão de esclarecimento.
2762 O parágrafo quatro do artigo 43 da Resolução 357, Conselheira, diz o seguinte. Eu vou reler. O
2763 descarte contínuo de água de processo ou de produção em plataforma marítima de petróleo, será
2764 objeto de Resolução específica a ser publicada no prazo máximo de um ano a contar da data da
2765 publicação dessa Resolução ressalvado o padrão de lançamento de óleos e graxas a ser definido no
2766 artigo 34 dessa Resolução até a edição de Resolução específica. Portanto, não liberou tudo. O fato
2767 concreto é que a questão que eu coloquei aqui é que a Conselheira disse que a Petrobrás vem
2768 descumprindo a Resolução há dois anos, mas na realidade a Resolução que estabelece esses
2769 aspectos não foi editada, não por responsabilidade desta empresa ou qualquer outra empresa, não foi
2770 editada por uma responsabilidade nossa, do Conselho Nacional do Meio Ambiente. Portanto, eu só fiz
2771 essa colocação com o objetivo de nós tratarmos os temas com um certo grau de entendimento para não
2772 reforçar desentendimentos. Nós estamos aqui para buscar entendimento e não reforçar
2773 desentendimentos. Portanto estamos aqui com o objetivo de adequar a atividade de produção de
2774 petróleo, do ponto de vista das normas ambientais aprimorando esse procedimento. Esse é o objetivo
2775 do CONAMA. Só esse objetivo. Nesse sentido, nós temos o entendimento que é comum a respeito da
2776 redução da área de mistura e a respeito da necessidade de se definir os parâmetros específicos num
2777 prazo aqui definido de um ano. E temos uma parte dessa proposta que não é de consenso, que é o que
2778 seria o fato de que até a definição desses parâmetros estaria valendo os parâmetros da 357. Esse é o
2779 ponto que nós temos que separar na discussão, está certo? Então, a pergunta que eu faço ao plenário,
2780 porque o entendimento da mesa vai numa direção, eu queria checar se o entendimento da mesa está
2781 correto. Não quero discutir aqui, é apenas o entendimento para encaminhamento. O entendimento da
2782 mesa é que há consenso em relação à questão da redução da zona de mistura e em relação à
2783 necessidade de definir os parâmetros para isso, foi definido pela emenda no prazo de um ano a contar
2784 da aplicação dessa resolução. Sobre esse ponto há consenso? Não há consenso?

2785
2786 **Sérgio Roberto Pereira Anníbal - FBCN**

2787
2788 Esclarecimento sobre área de mistura.

2789
2790 **João Paulo Ribeiro Capobianco – Secretário Executivo do CONAMA/MMA**

2791
2792 Por favor. Então essa discussão apenas este ponto, depois nós vamos discutir a questão de se vale a
2793 357 nesse período de um ano. Então vamos discutir essa primeira parte onde há um elevado grau de
2794 consenso. Por favor.

2795
2796 **Sérgio Roberto Pereira Anníbal - FBCN**

2797
2798 É só para esclarecer que esses 500 metros da mistura tem uma referência na convenção de direitos do
2799 mar que o Brasil é signatário que estabelece que todas as plataformas de petróleo no mundo inteiro tem
2800 uma área de atividade petrolífera em torno de 500 metros, no diâmetro de 500 metros e por isso como
2801 isto é previsto para vocês terem idéia na central nuclear de Angra dos Reis o aquecimento é previsto
2802 numa área de 500 a mil metros no entorno da área, onde é possível não que se haja uma atividade de
2803 despêndio industrial sem efetivamente se cobrar que naquela área haja os mesmos padrões de
2804 qualidade ambiental que existe fora da área. Então o que eu estou querendo prever é que se a gente
2805 estabelece trezentos ou duzentos metros a gente pode ter amanhã de uma outra empresa de petróleo,
2806 a discussão de que a área prevista internacionalmente que o Brasil é signatário é a convenção de
2807 direitos do mar que é 500 metros para qualquer plataforma do mundo.

2808
2809 **João Paulo Ribeiro Capobianco – Secretário Executivo do CONAMA/MMA**

2810
2811 Tudo bem, Conselheiro mas o Brasil pode. Ele não pode estabelecer maior de 500 metros. Ele pode
2812 estabelecer menor e então não tem nenhum problema na redução da área. Se há concordância das

2813 partes, não há nenhum problema. O que a convenção exige que seja no máximo 500 metros e não
2814 obriga o país ele poderia adotar zero em tese.

2815

2816 **Sérgio Roberto Pereira Anníbal - FBCN**

2817

2818 Só para completar esclarecimentos que foi colocado aqui que não há estudos, que não tem estudo
2819 nenhum impacto ambiental das atividades da Petrobrás. Esses estudos existem, tem o EIA RIMA antes
2820 da plataforma e o monitoramento contínuo da área e estou só dizendo que não estabeleceu, que eu
2821 saiba, nenhum desses estudos de monitoramento da área em torno das plataformas e tal eliminação de
2822 biodiversidade, modificações de padrão e inclusive há a premissa dos pescadores que reclamam e isto
2823 é verdade do acúmulo e do aumento dos peixes em torno da plataforma. Esses peixes são pescados,
2824 coletados e vendidos para a população brasileira sem nenhum registro de contaminação de nada.
2825 Então, eu sou a favor do meio ambiente, sou a favor, mas a gente não pode exagerar e extrapolar
2826 idéias de acumulação de poluentes, porque aí a gente não vai para frente em nenhuma Resolução aqui.

2827

2828 **João Paulo Ribeiro Capobianco – Secretário Executivo do CONAMA/MMA**

2829

2830 Obrigado. Só uma questão, por favor. Nós estamos discutindo exclusivamente neste momento a
2831 questão da zona de mistura e do estabelecimento do prazo de um ano para os parâmetros de descarte
2832 sejam definidos. É só isso que estamos discutindo nesse momento.

2833

2834 **Francisco Iglesias - IMARH**

2835

2836 Boa tarde, Ministra. Seja bem-vinda ao nosso Conselho. A minha preocupação é a seguinte, eu peguei
2837 a 357 para dar uma olhada nela, e na 357 no artigo 18 nós temos uma série de classificações de águas
2838 salinas. Tem o conceito de zona de mistura e já consultei o doutor 357 que é o Roberto, mas não tem a
2839 delimitação da zona de mistura. A minha preocupação é a seguinte. Na realidade se a gente for
2840 analisar, nós deveríamos dizer até pela intervenção que o José Cláudio fez antes do final do almoço de
2841 que o que está sendo lançado lá na realidade deveria estar sendo regulado pela 357. Correto? Está
2842 sendo lançado hoje, está sendo lançado lá e deveria ser regulado pela 357, porque ainda não tem
2843 esses conceitos que está trazendo nessa Resolução. Então a minha preocupação é de trazer essa
2844 preocupação de repente a gente ter um buraco aí. Nós estamos tentando definir para uma
2845 preocupação, e eu trouxe até a preocupação do conceito de redução da área de mistura para tentar a
2846 gente chegar num acordo, mas eu acho o seguinte, se é no sentido de querer pelo menos estabelecer
2847 um acordo para reduzir, eu acho que essa área deveria ser assim menor. Vocês podem rir, eu também
2848 vou rir porque eu já acho 500 metros muito. Eu acho que trezentos não atende se ainda não tem os
2849 parâmetros. Se tivesse os parâmetros, eu não iria nem discutir os 500. Eu não iria discutir os 500.
2850 Mas como nós não temos parâmetro nenhum, qual é o parâmetro? Seria a da 357 inviabilizaria a
2851 produção de petróleo. E então eu vou fazer uma sugestão até em função que dilui na realidade a
2852 capacidade de poluição, se não me engano é quase 42 vezes, chega a 60 vezes em 33 metros de
2853 profundidade, tem lá o estudo específico de uma plataforma, não de todas. Então eu vou fazer uma
2854 proposta, porque nós teremos aqui uma situação, ou nós aprovamos o parâmetro 357 e inviabiliza,
2855 porque ele deveria ser ele, mas não está sendo monitorado. Não vou discutir a capacidade de quem
2856 deveria monitorar e não está fazendo o trabalho. Isso é outra discussão. Mas eu acho que então tá,
2857 nós aceitamos e então vamos reduzir essa zona de mistura para cem metros. Para exatamente garantir
2858 um padrão de qualidade, principalmente porque tem materiais, tem substâncias extremamente nocivas
2859 aí. Segundo já afirmou o químico que veio da PUC do Rio de Janeiro, nunca, pelo menos foi o que
2860 afirmou, que não chegaria a ter esse padrão no caso específico de mercúrio e cádmio, foi o que ele
2861 disse aqui. É bem menor do que está inclusive na 357. Então não teríamos nenhum problema, mas aí
2862 eu tenho preocupação com cromo, com com outras substâncias que estão lá. Então eu gostaria que a
2863 gente procurasse ser, que esse aqui é o Conselho Nacional de Meio Ambiente, eu vou voltar a repetir
2864 aqui. Não é o Conselho Nacional de Tecnologia ou Conselho Nacional de Desenvolvimento. Nós
2865 somos o Conselho Nacional de Meio Ambiente. Nós estamos trabalhando aqui com a garantia de vida
2866 das futuras gerações, e então nós temos que ter essa preocupação de maximizar a ação ambiental e
2867 minimizar os que nós estamos fazendo no planeta.

2868

2869 **João Paulo Ribeiro Capobianco – Secretário Executivo do CONAMA/MMA**

2870

2871 José Carlos e André. Eu estou fazendo um apelo mais uma vez para que a gente busque construir um
2872 consenso aqui...

2873
2874
2875
2876
2877
2878
2879
2880
2881
2882
2883
2884
2885
2886
2887
2888
2889
2890
2891
2892
2893
2894
2895
2896
2897
2898
2899
2900
2901
2902
2903
2904
2905
2906
2907
2908
2909
2910
2911
2912
2913
2914
2915
2916
2917
2918
2919
2920
2921
2922
2923
2924
2925
2926
2927
2928
2929
2930
2931
2932

André Soares - CAETÉ

Bem, a preocupação que nós temos é que a 357 estabeleceu um prazo de um ano, foi extrapolado em dobro esse prazo, aliás isso foi extrapolado em um ano e estamos agora dando mais um ano. Nós não temos garantias de que este novo prazo vai ser cumprido a exploração de petróleo é uma atividade que fica descoberta, e penso eu que ficaria muito mais conveniente para nós propormos como forma de mediação reduzir esse prazo de construção de uma nova proposta para seis meses ao invés de um ano, haja visto que os itens a serem demitidos são menores, ou seja, nós temos menos trabalho e menos discussão. Estamos remetendo a discussão a parâmetros e quantidade desses elementos e não toda uma Resolução e todos os seus artigos e seus dispostos. Então eu acho que vai precisar de um esforço concentrado nesse Conselho da Câmara Técnica para colocar essa discussão mais rápido possível e demonstrar que esse Conselho está empenhado e tem uma preocupação em resolver esse problema o quanto antes. Essa é a proposta que estou fazendo e então reduzir o prazo de um ano para seis meses.

João Paulo Ribeiro Capobianco – Secretário Executivo do CONAMA/MMA

Nesse período então retiráramos o parágrafo único?

André Soares – CAETÉ/ Região Sul

Neste período nós continuaríamos sem fazer referência à Resolução 357.

João Paulo Ribeiro Capobianco – Secretário Executivo do CONAMA/MMA

Captaram a proposta, senhores?

José Carlos Gomes Costa - Ministério Minas e Energia

José Carlos do Ministério das Minas e Energia. Algumas intervenções de ontem resultaram em recomendações que eu fosse mais gentil nas minhas falas, mas é difícil ouvir ataques à Petrobrás, à excelência da Petrobrás há 30 anos operando na Bacia de Campos sem acidente tomando todos os cuidados que permite, é detentora de vários prêmios de cunho internacional e da certificação de como ela é capaz de fazer e ouvir ataques do tipo o que a Conselheira Zuleica fez aqui. Realmente eu como brasileiro e bom, já fui acionista o hoje nem posso mexer mais com isso da Petrobrás e tudo. Olha, me causa muita espécie que outros brasileiros achincalhem a competência, classificação e excelência com que a Petrobrás atua há mais de 50 anos no Brasil, e é na Bacia de Campos objeto dessa resolução principal aqui no país, se ataque e observe que não se faz isso e não faz aquilo. Realmente eu não esperava isso de um brasileiro que provavelmente se tivesse vivido nos anos 50, é muito mais nova que isso, teria certamente engrossado a criação da Petrobrás. A segunda colocação que eu gostaria de fazer é sobre os pesquisadores. Também lamentavelmente eu estou ouvindo isso aqui continuamente. Olha, não estamos no regime da ditadura, não vejo maneiras de que numa audiência pública, reuniões públicas, aberta a qualquer um, todo mundo sabe e todo mundo consulta o site e todo mundo que se interessa no que tem lá, eu não vejo como chamar a Polícia Federal para poder caçar pesquisador nas universidades para comparecer as reuniões. Isso não dá, não dá. Não é esse o processo democrático, não é assim que se processa e está aberto, todos tiveram a oportunidade, as ONGs tiveram oportunidade e pouquíssimas compareceram também, é outro fato que realmente atinge o meu limite de paciência de ficar ouvindo continuamente esse tipo de ataque ao invés de utilizar a energia para cuidar do mais importante que está sendo feito aqui que é discussão de uma Resolução prevista pela famosa 357. Agora, parece que os Conselheiros, voltando agora para a reunião, não conseguiram ler, alguns Conselheiros não conseguiram ler o que está escrito no artigo quarto. “A água produzida só pode ser lançada se na zona de diminuição mantiver as características originais.” Não interessa-se o parâmetro é A, B, C e D, não interessa o parâmetro. Ali está bem claro. A água produzida, o descarte, passada a zona de diluição tem que estar igualzinho como está. Existe legislação mais clara. Isso envolve os oito, nove ou dez parâmetros como todos os outros que possam existir. Está claro ali. Agora, está se trazendo aqui para um plenário político de Conselho um campeonato de química. É 10, 20, 30, é 500 metros, o outro já quer cinco metros. Isso é campeonato de engenharia. Não tem sentido. Eu gostaria encarecidamente que os Conselheiros lêssem o que já foi aprovado que é o caput do artigo quarto. A água que estava tem que continuar estando do mesmo jeito depois do descarte. É isso que está dito no

2933 artigo quarto, não há outra compreensão possível além dessa, em vez de ficar vamos discutir se vai ou
2934 não na 357.

2935

2936 **João Paulo Ribeiro Capobianco – Secretário Executivo do CONAMA/MMA**

2937

2938 Conselheiro, antes só um minutinho, por favor. Eu só queria fazer uma observação, claro que todos
2939 nós respeitamos a sua intervenção, no entanto, apesar de em alguns momentos no debate, digamos,
2940 encaminhar um pouco na direção do que preocupa algumas observações não tão, talvez na minha
2941 opinião também não tão corretas em relação à Petrobrás, eu acho que há um esforço aqui, apesar
2942 disso, um esforço de buscar o entendimento de uma solução. Nós estamos num momento e eu queria
2943 a opinião do Ministério das Minas e Energia em relação a dois que nós apresentamos. Uma em relação
2944 à redução da zona de mistura a proposta é para trezentos metros.

2945

2946 **José Carlos Gomes Costa - Ministério Minas e Energia**

2947

2948 Aceito.

2949

2950 **João Paulo Ribeiro Capobianco – Secretário Executivo do CONAMA/MMA**

2951

2952 Perfeito. Segundo ponto que foi trazido aqui é que nós temos uma concordância em relação à
2953 necessidade da diminuição dos parâmetros. O Ministério das Minas e Energia junto com a Petrobrás
2954 propôs que fosse para o prazo de um ano. O proponente do MMA que concorda com isso desde que
2955 tenha valor a partir de agora nesse período a 357 propôs que aceitasse uma redução para 6 meses. No
2956 caso de que aqui se aprove que esses parâmetros sejam para seis meses, então ele concordaria em
2957 retirar a proposta de que até lá teria validade os parâmetros da 357. Como é que o MME vê isso?

2958

2959 **José Carlos Gomes Costa - Ministério Minas e Energia**

2960

2961 O Ministério das Minas e Energia tem tranquilidade e tem certeza absoluta sobre o que vai acontecer.
2962 A medida de parâmetros dessa qualidade exige um tempo. Ele quer seis meses, a gente pode fazer
2963 com seis meses e parar por aí. Mas eu tenho certeza que quando as pessoas que realmente entendem
2964 do assunto, pesquisadores, biólogos e tudo forem lá e tiverem na frente seis meses eu tenho certeza
2965 absoluta que vai dizer essa quantidade de dados é insuficiente para me dar certeza de fixar parâmetros.
2966 Na verdade, isso daí tem que ser feito ao longo de muitos anos. Está se convencendo que talvez um
2967 ano dê para fazer. Aí está se dizendo que vai ser um ano. Num ano eu já tenho quase a convicção de
2968 que vai ter um número aceitável, mas alguns pesquisadores independentes vão dizer, olha, bom um
2969 ano eu não sei se corresponde. .

2970

2971 **João Paulo Ribeiro Capobianco – Secretário Executivo do CONAMA/MMA**

2972

2973 Seis meses não é possível? Não é possível aceitar seis meses? Objetivamente a questão dos seis
2974 meses.

2975

2976 **Marcelo Ramos - Petrobrás**

2977

2978 Só para esclarecer que aliás a boa vontade a gente poderia fazer uma campanha, um movimento
2979 dentro da Petrobrás tentando que se fizesse porque a gente vai precisar de análise, efetivamente
2980 análise. Coletar amostra no mar, coletar amostra na plataforma, fazer um levantamento de dados
2981 consistente para que os especialistas possam realmente avaliar quais são os padrões de lançamento.
2982 Se fosse em terra talvez até fosse factível considerando a questão que a gente tem que uma coleta no
2983 mar depende de condição de mar, de um monte coisa eu acho muito complicado que a gente consiga
2984 executar em seis meses, até pelo o que a gente discutiu na questão da análise dos parâmetros a gente
2985 fez um acordo exatamente pela dificuldade de fazer essa análise. Então eu acho que ficaria seis meses
2986 eu acho que ficaria uma coisa muito pró-forma e a gente acabaria colocando e estou sendo sincero a
2987 gente caberia colocando nos seis meses mas acho que efetivamente a gente não teria. Eu acho que
2988 temos que ter dados consistentes para enxergar valores coerentes. Eu acho assim num prazo de um
2989 ano seria mais factível. Eu acho que talvez colocando como o José Carlos colocou que talvez alguns
2990 parâmetros ao final de um ano a gente ainda não tenha dados, mas com certeza alguns nós vamos ter.

2991

2992 **João Paulo Ribeiro Capobianco – Secretário Executivo do CONAMA/MMA**

2993
2994 Muito bem. Então o que nós temos aqui. Conselheira Zuleica, antes da palavra uma pergunta. A
2995 senhora vai tratar especificamente da proposta ou a senhora vai tratar da questão da Petrobrás e da
2996 sua visão do petróleo é nosso. No final, deixa eu só esclarecer um ponto. Posso esclarecer? No final,
2997 o Presidente lhe garante a palavra para tratar dos aspectos em relação à sua visão da Petrobrás e
2998 sobre tudo mais, mas nesse momento eu faço um apelo à senhora que trate exclusivamente do
2999 conteúdo da proposta do que nós vamos pôr em votação. O último inscrito é o Francisco Iglesias e
3000 após nós vamos colocar em votação, a mesa não aceitará mais inscrições a partir da fala do Francisco
3001 Iglesias. Por favor.

3002
3003 **Zuleica Nycz - APROMAC**

3004
3005 Bom, eu vou ter que repetir algumas coisas, porque a palavra do doutor Marcelo da Petrobrás, que eles
3006 vão ter que começar a agora reunir os dados, mas eles concordaram em 2005 com esse artigo, e eles
3007 estavam presentes e participaram das discussões e então quando eles concordaram que um ano, a 357
3008 previu um ano para estabelecer os padrões e critérios de água de processo, estamos em dívida com
3009 água de processo e além disso água de produção, e o GT só discutiu água de produção e só se discutiu
3010 o teor de óleos e graxas. Os compostos não foram discutidos. Então voltando, há quantos anos que a
3011 Petrobrás tem plataforma no Brasil? A primeira plataforma tem 30 anos. São 30 anos de dados que
3012 vocês tem acumulados e vocês concordaram que em um ano era possível. Tanto que na 357 foram
3013 aprovados sem nenhuma ressalva. Eu acho assim que em seis meses agora, a é só para vocês pegarem
3014 todos os dados que vocês tem e trazerem às conclusões, não vocês todos, mas acho que a academia e
3015 vai depender do CONAMA agora, e da diretoria do CONAMA estabelecer que outras fontes também
3016 possam trazer novos. E seis meses então entendemos que é perfeitamente possível. Vocês
3017 concordaram com um ano e tiveram dois. Então mais dois anos e meio está bom. Dois anos e meio
3018 está bom?

3019
3020 **João Paulo Ribeiro Capobianco – Secretário Executivo do CONAMA/MMA**

3021
3022 Nós temos duas propostas. A proposta de um ano e uma proposta de seis meses.

3023
3024 **Zuleica Nycz - APROMAC**

3025
3026 Eu estou reforçando a proposta de seis meses, porque é perfeitamente factível. Em seis meses dá dois
3027 anos e meio. Eu acredito que é possível sim que a Petrobrás já reúna os dados que ela já tem. .

3028
3029 **João Paulo Ribeiro Capobianco – Secretário Executivo do CONAMA/MMA**

3030
3031 A srnhora acredita mas a empresa diz que não é viável.

3032
3033 **Zuleica Nycz - APROMAC**

3034
3035 Mas não podemos se ele afirmou que não cumpre a 357, é porque ele tem os dados. Só pode afirmar
3036 que não cumpre a 357 quem cumpre os dados.

3037
3038 **João Paulo Ribeiro Capobianco – Secretário Executivo do CONAMA/MMA**

3039
3040 Só um minutinho. Francisco Iglesias é o último inscrito e vamos entrar em regime de votação.
3041 Francisco, por favor.

3042
3043 **Francisco Iglesias - IMARH**

3044
3045 A minha preocupação é a seguinte. Primeiro, parece que a vítima é a Petrobrás, é o Ministério das
3046 Minas e Energia, e se coloca às vezes dessa forma aqui. Nós estamos aqui tentando chegar a uma
3047 coerência de uma Resolução que realmente atenda à questão ambiental. Agora, o que acontece? Nós
3048 não podemos ficar nessa situação. Só nós que cedemos? Só nós que cedemos? Por exemplo, vocês
3049 têm um estudo que vocês disseram aqui que fizeram de novembro de 2005 a janeiro de 2006, não foi
3050 isso? Se vocês não fizeram outros estudos ou o IBAMA não pediu outros estudos, nós temos que
3051 trabalhar com os dados que vocês têm, nós já trabalhamos e vai mais um ano e nós precisamos de
3052 mais seis meses e aí vai transferir. Eu já estou prevendo que quando chegar seis meses nós vamos

3053 precisar dar mais seis meses e então tem que ficar seis meses. Porque se chegar daqui um ano e a
3054 gente não tem e inclusive eu quero que esse escopo fique bem claro no grupo de trabalho para a gente
3055 não ter as deficiências que teve nesse grupo de trabalho e a gente estar nessa situação aqui. Talvez
3056 até pelo menos informar aos Conselheiros qual é o escopo quando a Câmara Técnica definir e tiver a
3057 primeira reunião definir o escopo e passar para os Conselheiros para evitarmos essa porque se no
3058 trabalho anterior tivesse o escopo claro e definido, nós não estaríamos vivendo essa situação porque
3059 esse assunto já estaria sendo trabalhado pelo grupo de trabalho e evitaríamos isso. E então vocês
3060 também tem que ceder e procurar uma negociação. Nós já cedemos na questão da 357 e atendendo a
3061 questão dos trezentos metros, correto André? Não é isso?

3062
3063 **João Paulo Ribeiro Capobianco – Secretário Executivo do CONAMA/MMA**

3064
3065 Na realidade nós vamos trabalhar separado essa proposta. Vamos primeiro resolver esse aqui. É a
3066 questão dos trezentos metros nós vamos tratar na seqüência.

3067
3068 **Francisco Iglesias - IMARH**

3069
3070 Eu quero manter e reforçar a proposta de seis meses, porque na realidade essa discussão tem dois
3071 anos.

3072
3073 **João Paulo Ribeiro Capobianco – Secretário Executivo do CONAMA/MMA**

3074
3075 Muito bem. Então senhores e senhoras Conselheiros. Temos três propostas e a pergunta que eu faço
3076 à CAETÉ e a APROMAC se podemos juntar as duas e ter apenas uma proposta. É possível resolver as
3077 duas para facilitar o processo de votação? Porque na realidade a proposta CAETÉ estabelece o
3078 parâmetro da 357 permanentemente. E a APROMAC estabelece o prazo de um ano para definir os
3079 parâmetros e até lá vale a 357. Eu tinha entendido que havia uma proposta de seis meses que não
3080 valeria a 357. É isso? Então, poderia haver um entendimento para ter duas propostas aí?

3081
3082 **André Soares – CAETÉ/ Região Sul**

3083
3084 É sempre difícil, porque nós somos sempre tocados, vou continuar fazendo da mesma forma e ficando
3085 calado em relação a certas menções a nossa honra. Está faltando lá trocar na proposta do MME para
3086 fazer a minha proposta os seis meses ou então fica na proposta da APROMAC que julgo que contem a
3087 proposta que eu apresentei. Nos lançamentos dos compostos mencionados no artigo dez serão objetos
3088 de resolução específica encaminhada ao plenário do CONAMA no prazo de seis meses a contar da
3089 publicação desta Resolução.

3090
3091 **João Paulo Ribeiro Capobianco – Secretário Executivo do CONAMA/MMA**

3092
3093 Sem parágrafo único. Tira o parágrafo único. Então são essas duas. No fundo é a mesma. Uma
3094 propõe um ano, proposta do Ministério das Minas e Energia e a proposta da APROMAC combinada
3095 com o CAETÉ é de seis meses, não é isso? A proposta da APROMAC permanece como parágrafo
3096 único. É de seis meses valendo a 357, é isso? Mas agora eu não entendi nada. Espera um pouco, aí
3097 não estou entendendo. Está certo assim? Senhores, vou pedir ajuda aos universitários. Placas, por
3098 favor. Então, nós temos duas propostas. A diferença entre as duas é exclusivamente o prazo de um
3099 ano ou de seis meses, está correto? Vamos à votação. Senhores Conselheiros, por favor.

3100
3101 **Zuleica Nycz - APROMAC**

3102
3103 Só uma questão. Eu acho que o parágrafo único da APROMAC deveria ficar para uma votação em
3104 seguida para ver primeiro os caputs.

3105
3106 **João Paulo Ribeiro Capobianco – Secretário Executivo do CONAMA/MMA**

3107
3108 Está bom, então separa o parágrafo único e agora vamos votar exclusivamente os dois primeiros
3109 pontos aí, os dois pontos assinalados e no final votamos o parágrafo único. Podemos encaminhar
3110 assim? Votação nominal. Mas o número de assinaturas mantém. Questão de ordem, por favor.
3111 Vamos preparar a votação nominal? Coloca a lista na tela, por favor.

3112

3113 **Adriana Maximiano – IBAMA**

3114
3115 Senhores, eu queria pedir uma questão de ordem e apreciação dos senhores pelo seguinte, é colocado
3116 ali a definição de parâmetros de lançamento. Não devemos confundir a questão de parâmetros e
3117 padrão. Eu não sei se todos têm isso claramente. A 357 estabelece padrão de lançamento quando se
3118 pretende estabelecer a quantidade autorizada para lançamento. Parâmetro está na ordem da
3119 qualidade, quais são os elementos que vão ser investigados. Ali eu acho que há uma dubiedade desse
3120 entendimento, é o que está colocado. E eu queria fazer só mais um destaque, se me permite. Dentro
3121 das duas propostas está no artigo. É na proposta, não é no texto da redação. É na proposta que se
3122 encaminhe para a votação. Onde estão os parâmetros de lançamento se é esse o entendimento que se
3123 discute padrão de lançamento ou parâmetros de lançamento? Eu entendo que os trabalhos se
3124 encaminham no sentido de padrão. Então é parâmetros e padrões. O que se busca é o que vai se
3125 investigar e o que vai se estabelecer em limite de controle e em que quantidades. Eu queria colocar se
3126 me permite só mais uma questão. Porque nos proponentes de propostas eles inqueriram a Petrobrás
3127 aqui presente com seus valores de monitoramento. Eu queria dizer que um padrão não é estabelecido
3128 com base no valor de monitoramento. As plataformas vem hoje monitorando e tem valores de 50 PPM
3129 para um determinado valor que esse 50 PPM é um padrão a ser estabelecido. Padrões são
3130 estabelecidos com base em dados toxicológicos e em tecnologias ambientalmente adequados e viáveis
3131 economicamente. Então dentro disso eu peço a atenção de vocês que vários dos parâmetros não
3132 dispõe de padrões e sequer conhecimento técnico agregado para estabelecimento dos mesmos. Seis
3133 meses é um prazo bastante, quiçá um ano ainda alcance isso. Por isso a preocupação do IBAMA
3134 enquanto licenciador e gerenciador desses riscos ambientais é para nós importante terem mente a
3135 questão da diluição, a questão de risco e exposição. Há locais onde a área de zona de mistura tem que
3136 ser zero. No nosso entendimento é que plataformas off shore se está em alto-mar a capacidade de
3137 diluição do meio e captação do meio deste impacto é passível de ser assimilado pelos padrões que hoje
3138 vem sendo exibidos e o interesse é monitorar para ter mais elementos para a gerência desaponto. É
3139 isso, obrigada.

3140
3141 **Coronel Marcondes José Tenório da Silva – Ministério da Defesa**

3142
3143 Questão de ordem, por favor. Coronel Tenório do Ministério da Defesa. Eu gostaria que ficasse
3144 esclarecido se a proposta do MME, ou seja, a proposta dos padrões com um ano, ela foi lançada
3145 acatando o parágrafo único da APROMAC. Então se não foi, nós devemos votar a proposta do MME e
3146 a proposta da APROMAC e não somente deixar o parágrafo único para ser votado após a decisão de
3147 qual das duas. Se eu me fiz entender. O parágrafo único está acoplado à proposta da APROMAC e
3148 não à proposta do MME. Eu gostaria que o MME se pronunciasse, haja visto eu ter entendido dessa
3149 forma.

3150
3151 **José Carlos Gomes Costa - Ministério Minas e Energia**

3152
3153 José Carlos do Ministério das Minas e Energia. Vou reterar o que já foi falado várias vezes pelo
3154 Ministério e a equipe da Petrobrás aqui presente, que os parâmetros da 357 não são viáveis. Nós
3155 estamos repetindo as palavras do Marcelo, vai significar o fechamento das plataformas hoje em
3156 operação no país que não tem a tecnologia para cumprir a 357 hoje. Pode ser que tenha no futuro, mas
3157 hoje não tem condições de cumprir os parâmetros, então se for para votar o Ministério das Minas e
3158 Energia não concorda com esse parágrafo único.

3159
3160 **João Paulo Ribeiro Capobianco – Secretário Executivo do CONAMA/MMA**

3161
3162 Espera um minutinho. Nós vamos manter a votação nós vamos manter a votação hora tal como foi
3163 proposta. Nós vamos primeiro votar o prazo da elaboração e depois nós vamos submeter a questão se
3164 até lá vale ou não a 357, no momento em que o plenário irá se pronunciar a respeito desse tópico.
3165 Então estamos em votação, regime de votação por favor, os Conselheiros se comportem aí no fundo e
3166 vamos começar. Por favor, rapidamente porque o tempo urge. A proposta 1, Minas e Energia. A 2,
3167 APROMAC/CAETÉ. Proposta 1, um ano e proposta dois, seis meses. Proposta 1, 1 ano e proposta 2,
3168 seis meses. Tudo bem. Então vamos.

3169
3170 **Nilo Diniz – Diretor do CONAMA**

3171

3172 Vamos lá. ABES. Ausente. ADEMA. 1 ano. Opção 1. Planeta Verde. Ausente. Centrais Sindicais.
3173 Proposta 2. Proposta 1 é um ano e proposta 2 seis meses. OK. Comunidade Científica. Ausente.
3174 Comunidade Indígena. 2. Confederação dos Trabalhadores CONTAG. 2. CNCG. Ausente. ICV. 2.
3175 OCA Brasil. 2. GERC. Ausente. IMARH. 2. KANINDE. 2. Novos Curupiras, 2. AMDA. 2. Bicuda.
3176 2. APROMAC. 2. CAETÉ. 2. Vidágua. Ausente. FBCN. 1. Populações Tradicionais 2. Entidades
3177 Empresariais. CNA. 1. CNI. 1 É porque são três votos da CNI. CNI. 1. CNI de novo. 1. CNI de
3178 novo. 1. CNC está ausente. CNT. 1. Setor Florestal. Ausente. Governos Municipais. CNM. Ausente.
3179 Frente Nacional de Prefeitos. Ausente. Governos Municipais de Âmbito Nacional. Ausente. Região
3180 Centro-Oeste. Ausente. Região Nordeste. Ausente. Região Norte. Ausente. Região Sudeste.
3181 Ausente. Região Sul. Ausente. Distrito Federal. Ausente. Acre. Ausente. Alagoas. 2. Amapá. 2.
3182 Amazonas. 2. Bahia. Ausente. Ceará Ausente. Espírito Santo. 2. Goiás. Ausente. Maranhão.
3183 Ausente. Mato Grosso. Ausente. Mato Grosso do Sul. Ausente. Minas Gerais. 2. Pará. 1. Paraíba.
3184 Ausente. Paraná. Ausente. Pernambuco. Ausente. Piauí 2. Rio de Janeiro. Ausente. Rio Grande do
3185 Norte. Ausente. Rio Grande do Sul. 1. Rondônia. 1. Roraima. 1. Santa Catarina. Ausente. São
3186 Paulo. 2. Sergipe. Ausente. Tocantins. 1. Agência Nacional de Águas. ANA. 1. Casa Civil. 1.
3187 Comando da Aeronáutica. 1. Comando da Marinha. 1. Comando do Exército. Ausente. IBAMA.
3188 Abstenção. Agricultura. MAPA. 1. Ministério das Cidades. Ausente. Ciência e Tecnologia. Ausente.
3189 Comunicações. 1. Cultura. Ausente. Defesa. 1. Desenvolvimento Agrário. Ausente. Desenvolvimento
3190 Social. Ausente. MDIC. Ausente. Educação. Ausente. Esportes. 1. Fazenda. Ausente. Integração
3191 Nacional. 1. Justiça. 1. Meio ambiente. 1. Minas e Energia. 1. Planejamento. Ausente. Previdência-
3192 Social. 1. Relações Exteriores. Ausente. Saúde. 2. Trabalho. 1. Transportes. Ausente. Turismo.
3193 Ausente. Secretaria de Acompanhamento Estudos Institucionais do Gabinete de Segurança
3194 Institucional. 1. Secretaria de Comunicação Social. 1. Secretaria de Relações Institucionais da
3195 Presidência da República. Ausente. SEAP. 1. Secretaria Especial de Políticas de Promoção da
3196 Igualdade Racial. Ausente. Secretaria das Mulheres. Ausente. Secretaria de Direitos Humanos. 1.
3197 Secretaria Geral da Presidência. Ausente. Membro Honorário. 2. Vamos à apuração dos votos. Nós
3198 temos o quorum em cima. 53. Temos opção um, 30 votos um ano e opção dois, 22 votos seis meses
3199 com uma abstenção.

3200

3201 **João Paulo Ribeiro Capobianco – Secretário Executivo do CONAMA/MMA**

3202

3203 Muito bem. Passemos à segunda votação, a questão do parágrafo único trata de aprovado o que fica
3204 neste caso período de um ano repete até que estes parâmetros sejam definidos prevalecem os
3205 estabelecidos na Resolução CONAMA. Quem é a favor. Opção 1 a favor e opção 2 contra.

3206

3207 **Nilo Diniz – Diretor do CONAMA**

3208

3209 Vamos lá, de novo nominal. Opção 1 a favor do parágrafo.

3210

3211 **João Paulo Ribeiro Capobianco – Secretário Executivo do CONAMA/MMA**

3212

3213 Questão de ordem em plena votação? Tudo bem, depois corrige para padrões. Então vamos lá por
3214 favor.

3215

3216 **João Paulo Ribeiro Capobianco – Secretário Executivo do CONAMA/MMA**

3217

3218 Então opção 1 é a favor do parágrafo único e opção 2 contra o parágrafo único. Vamos acelerar, por
3219 favor.

3220

3221 **Nilo Diniz – Diretor do CONAMA**

3222

3223 Muito bem, vamos lá. Opção 1 a favor e a opção 2 contra. Nós vamos fazer um pouco mais rápido e
3224 então eu peço atenção dos Conselheiros e imagino que a ABES. Ausente. ADEMA. 1. Relembrando
3225 que 1 é a favor. Quem é a favor do parágrafo único. 2 é contra o parágrafo único. Planeta Verde.
3226 Ausente. Centrais Sindicais. Ausente. Comunidade Científica. Ausente. Comunidade Indígena. 1.
3227 Confederação Nacional, CONTAG. 1. CNCG. Ausente. ICV. 1. OCA Brasil. 1. GERC. Ausente.
3228 IMARH. 1. Kanindé 1. Novos Curupiras, 1. AMDA. 1. Bicuda. Ausente. APROMAC. 1. CAETÉ.
3229 Ausente. Vidágua. Ausente. FBCN. 2. Populações Tradicionais. 1. CNA. 2. CNI 2. CNI 2. CNI 2.
3230 CNC. Ausente. CNC Ausente. CNT. 2. Setor Florestal. Ausente. Confederação Nacional de
3231 Municípios, CNM, Ausente. Frente Nacional de Prefeitos. Ausente. Âmbito Nacional, Ausente. Região

3232 Centro-Oeste de Municípios, Ausente. Municípios da Região Nordeste. Ausente. Região Norte e
3233 Municípios. Ausente. Região Sudeste. Ausente. Região Sul. Ausente. Distrito Federal. Ausente.
3234 Acre. Ausente. Alagoas. 1. Amapá. 1. Amazonas. 2. Bahia. Ausente. Ceará. Ausente. Espírito
3235 Santo. 1. Goiás. Ausente. Maranhão. Ausente. Mato Grosso. Ausente. Mato Grosso do Sul.
3236 Ausente. Minas Gerais. 1. O Governo do Estado do Pará. 2. Paraíba. Ausente. Paraná. Ausente.
3237 Pernambuco. Ausente. Piauí. 1. Rio de Janeiro. Ausente. Rio Grande do Norte. Ausente. Rio Grande
3238 do Sul. 2. Estado de Rondônia. 1. Roraima. 2. Santa Catarina. 2. São Paulo. 1. Sergipe.
3239 Ausente. Tocantins. 1. Governo Federal. ANA. 2. Casa Civil. 2. Aeronáutica. 2. Marinha. 2.
3240 Exército. Ausente. IBAMA. 2. Agricultura. 2. Cidades. Ausente. Ciência e Tecnologia. Ausente.
3241 Comunicações. 2. Cultura. Ausente. Defesa. 2. Desenvolvimento Agrário. Ausente. Desenvolvimento
3242 Social e Combate a Fome. Ausente. MDIC. 2. Educação. Ausente. Esporte, 2. Fazenda. Ausente.
3243 Integração. 2. Justiça. 2. Meio ambiente. 2. Minas e Energia. 2. Planejamento. Ausente.
3244 Previdência-Social. 2. Relações Exteriores. Ausente. Saúde. 2. Trabalho. 2. Transportes. Ausente.
3245 Turismo. Ausente. Secretaria de Acompanhamento de Estudos Institucionais do Gabinete de
3246 Segurança. 2. Secretaria de Comunicação Social. 2. Secretaria de Relações Institucionais. Ausente.
3247 SEAP. 2. Secretaria de Políticas da Promoção de Igualdade Racial. Ausente. Secretaria das Mulheres.
3248 Ausente. Direitos Humanos. 2. Secretaria Geral da Presidência. Ausente. Membro Honorário.
3249 Ausente. Nós temos exatamente o quorum, porque temos o Secretário Executivo e a Presidente do
3250 Conselho à mesa que não votaram, portanto são 53, deu dezenove opção 1, e 32 opção 2, então vitória
3251 da opção 2.

3252

3253 **João Paulo Ribeiro Capobianco – Secretário Executivo do CONAMA/MMA**

3254

3255 Contra a adoção do parágrafo. Próxima emenda, por favor. Próxima emenda. Questão de ordem?
3256 Enquanto isso, nós só temos mais uma emenda, não é isso?

3257

3258 **João Carlos De Carli Petribu – CNA**

3259

3260 João Carlos da CNA. Ficou claro que houve uma manobra de esvaziamento da plenária, e então eu
3261 peço que as pessoas que nessa votação não estavam presentes e que recebem recursos do Ministério
3262 para estar presentes aqui, tenham o ponto cortado dessa reunião. As pessoas saíram da reunião se
3263 tinha 53 duas pessoas saíram, e outras pessoas chegaram, porque eu vi outras pessoas que não
3264 votaram na primeira votação chegarem, e então eu gostaria que ficasse registrado isso.

3265

3266 **João Paulo Ribeiro Capobianco – Secretário Executivo do CONAMA/MMA**

3267

3268 Isso não é bem uma questão de ordem, é uma questão de encaminhamento.

3269

3270 **João Carlos De Carli Petribu – CNA**

3271

3272 De ordem.

3273

3274 **João Paulo Ribeiro Capobianco – Secretário Executivo do CONAMA/MMA**

3275

3276 Senhor Conselheiro. Obrigado pelo encaminhamento. Só esclarecer ao senhor que a presença em
3277 plenária não é obrigatória, as pessoas participam conscientemente.

3278

3279 **João Carlos De Carli Petribu – CNA**

3280

3281 Sim, mas quando a pessoa recebe recurso do Ministério para estar aqui, e recebe diária e passagem
3282 para estar aqui e então a presença dele é obrigatório estar aqui. Senão o dinheiro público está saindo
3283 dos nossos bolsos para passear aqui em Brasília.

3284

3285 **João Paulo Ribeiro Capobianco – Secretário Executivo do CONAMA/MMA**

3286

3287 Muito obrigado. Não vamos abrir debate sobre isso. Próxima emenda é um novo artigo. Sobre?
3288 (comentário fora de microfone) Sim, bem lembrado, o artigo que acaba de ser aprovado deve ser
3289 deslocado para disposições transitórias. Muito bem, muito obrigado Conselheira. Nós estamos na
3290 próxima emenda. A penúltima, vamos encerrar essa Resolução, por favor. É um novo artigo. Se for
3291 constatado o descarte de água produzida com teor de óleos e graxas acima de 100 PPM e das

3292 substâncias previstas no artigo dez em desacordo com as condições e padrões estabelecidos nesta
3293 Resolução o empreendedor deverá elaborar imediatamente um plano de contingências para adequação
3294 aos níveis máximos estabelecidos por esta Resolução no menor prazo possível devendo o órgão
3295 ambiental competente exigir sua imediata aplicação. Qual é a opinião de Minas e Energia?

3296
3297 **Marcelo Ramos – Petrobrás**

3298
3299 Eu não sei. Sou Marcelo da Petrobrás. Eu acho que esse artigo em princípio não é que ele tenha
3300 problema, até porque a gente está definindo uma média de 29 com um pico de 42. No momento que a
3301 gente atinge 42 de pico em qualquer das amostragens a gente tem que informar o órgão ambiental e já
3302 prevê que se a gente for ter algum problema, estou tentando procurar o artigo, se alguém puder me
3303 ajudar a achar aqui. O artigo original em que a gente tratava do plano e cronograma, no caso da gente
3304 ter algum problema a gente teria que fazer um programa e um cronograma. Artigo sétimo. O órgão
3305 ambiental competente poderá autorizar o descarte de água produzida acima das condições de padrões
3306 estabelecidos na Resolução em condições e contingentes mediante a aprovação de cronograma
3307 elaborado pelo empreendedor para soluções dessas condições. Eu entendo que atende plenamente a
3308 colocação que está aí até porque é exatamente os valores, para valores muito menores do que
3309 100ppm. Muito menores.

3310
3311 **João Paulo Ribeiro Capobianco – Secretário Executivo do CONAMA/MMA**

3312
3313 Franciscoglesias, por favor. Ou seja na opinião de vocês a emenda não acrescenta.

3314
3315 **Francisco Iglesias - IMARH**

3316
3317 É, concordo com a observação do Marcelo da Petrobrás e acho que, como nós votamos agora que nós
3318 vamos fazer uma tabela específica para lançamento e para descarte, então vamos fazer uma tabela
3319 específica para o alijamento, eu acho que fica vencido porque a minha preocupação atende a teor de
3320 óleo e graxa, mas não atende à questão de substância. Mas aí é esperar a tabela para podermos aí
3321 dizer o que vamos fazer se tivermos teores assim. Então eu proponho a retirada.

3322
3323 **João Carlos De Carli Petribu – CNA**

3324
3325 É 42, acima de 42. Então eu acho que o artigo sétimo atende à questão de TOG. Como nós vamos
3326 fazer uma tabela, só esclarecendo. Como a uma nova tabela de lançamentos nós vamos estabelecer
3327 parâmetros que será em um ano, então depois nós discutimos.

3328
3329 **João Paulo Ribeiro Capobianco – Secretário Executivo do CONAMA/MMA**

3330
3331 Perfeito. Muito obrigado. Próxima emenda e última emenda. É um novo artigo que trata do Órgão
3332 Federal do Meio Ambiente divulgará e manterá na lei mundial de computadores, Internet, os relatórios
3333 apresentados pelos empreendedores oriundos dessa Resolução indicando seu elo na sua página
3334 principal na Internet. Seu link, seu elo. Algum problema em relação a isso? Por favor, no microfone.

3335
3336 **Rômulo Mello – IBAMA**

3337
3338 O IBAMA é favorável, entretanto, para que isso seja... Sou Rômulo Mello, diretor de conservação do
3339 Instituto Chico Mendes. Nós precisamos de um tempo para implementar a decisão da Resolução.

3340
3341 **João Paulo Ribeiro Capobianco – Secretário Executivo do CONAMA/MMA**

3342
3343 Qual é o prazo necessário? É possível quantificar?

3344
3345 **Bazileu Alves Margarido Neto - IBAMA**

3346
3347 Só uma observação nesse sentido, é que existem vários órgãos federais e do Meio Ambiente. Existem
3348 vários Órgãos Federais de Meio Ambiente e precisaria ser mais específico com relação ao órgão
3349 licenciador. O Órgão Federal Licenciador.

3350
3351 **João Paulo Ribeiro Capobianco – Secretário Executivo do CONAMA/MMA**

3352
3353
3354
3355
3356
3357
3358
3359
3360
3361
3362
3363
3364
3365
3366
3367
3368
3369
3370
3371
3372
3373
3374
3375
3376
3377
3378
3379
3380
3381
3382
3383
3384
3385
3386
3387
3388
3389
3390
3391
3392
3393
3394
3395
3396
3397
3398
3399
3400
3401
3402
3403
3404
3405
3406
3407
3408
3409
3410
3411

Inclui licenciador aí, por favor.

Bazileu Alves Margarido Neto – Presidente do IBAMA

São vários relatórios. Eu creio que uma vez apresentado para o IBAMA no formato correto, e aí o IBAMA precisaria normatizar para que esses relatórios fossem apresentados em PDF num formato correto, nós podemos disponibilizar em uma semana, quinze dias, seja quinze dias num prazo razoável. É só estabelecer com as empresas o formato correto com que deve ser apresentado esse relatório em meio digital.

João Paulo Ribeiro Capobianco – Secretário Executivo do CONAMA/MMA

Tudo bem. Eu só queria esclarecer que a emenda não especifica prazo, portanto, o órgão deve divulgar, e aí se fará um entendimento no sentido de divulgar isso no prazo mais rápido possível, tornando disponível os relatórios. José Carlos de Minas e Energia.

José Carlos Gomes Costa - Ministério Minas e Energia

Só para lembrar que nas definições pelo padrão de discussão que houve aqui, o plano de emergência e plano de contingência dos itens 7 e 8 já não faz mais sentido e deveria ser excluído. Ficou para discussão, o Capobianco está sabendo ficou para discussão ao final, mas agora não tem mais sentido, só para não esquecer de eliminar da Resolução.

João Paulo Ribeiro Capobianco – Secretário Executivo do CONAMA/MMA

Desculpe, você avançou um pouco a discussão. Estamos ainda naquela emenda preliminar ainda. Desculpe. Só para checar e ver se a mesa está correta, o entendimento é que estamos de acordo com o novo artigo proposto pelo IMARH com o adendo de licenciador. É isso? Então por favor, pró-forma, aqueles que são favoráveis por favor votando. Quem for contra então. Quem for contra. Abstenções. Problemas de redação, nós remetemos à equipe. Mas qual é a questão central na redação que incomoda tanto? (Discussão fora do microfone) Olha, eu pediria o seguinte que aqueles aficionados no português sentassem ali no computador e a emenda está aprovada com ajustes de português. Poderia fazer isso para nós, por favor? E temos um considerando ainda. Volta aos considerandos que ficaram pendurados, por favor. Eu queria lembrar a todos, senhoras e senhores Conselheiros, eu queria lembrar a todos os senhores que a reunião não termina com a aprovação dessa importante Resolução. A Resolução é importantíssima, fruto do debate intenso, contou com a colaboração de todos com alguns percalços, mas entre mortos e feridos salvaram-se todos, e a produção do petróleo agora continuará de vento em popa no Brasil ainda com mais cuidados ambientais e agora na seqüência ainda teremos assuntos fundamentais ainda na pauta e teremos uma solenidade importante aqui com a presença da Ministra, e portanto eu peço que todos aqueles que ao terminarem a votação da Resolução que permaneçam, caso contrário serei obrigado a trancar as portas. Eu sugiro também aos organizadores do CONAMA que tragam o microfone de lapela para deixar permanentemente com o nosso Conselheiro Francisco Iglesias.

Francisco Iglesias - IMARH

O José Carlos também merece, não sou só eu. É assim, né? Tratamento diferenciado, né?

João Paulo Ribeiro Capobianco – Secretário Executivo do CONAMA/MMA

Sociedade civil nós tratamos a pão-de-ló aqui, meu amigo. (risos).

Francisco Iglesias - IMARH

Eu queria colocar a preocupação seguinte, só ficou uma dúvida minha. A zona de mistura ficou trezentos ou ficou 500?

João Paulo Ribeiro Capobianco – Secretário Executivo do CONAMA/MMA

3412 500.

3413

3414 **Francisco Iglesias - IMARH**

3415

3416 Não havia uma proposta de ser trezentos?

3417

3418 **João Paulo Ribeiro Capobianco – Secretário Executivo do CONAMA/MMA**

3419

3420 Havia uma proposta de ser uma combinação.

3421

3422 **Francisco Iglesias - IMARH**

3423

3424 A outra proposta é a seguinte, a questão de vôo, tem gente que tem que sair mais cedo, já são cinco horas. Francisco Iglesias, aqueles considerandos estão prejudicados então.

3425

3426 **Francisco Iglesias - IMARH**

3427

3428 Só uma informação, os dois considerandos são preocupações ambientais que se reproduziu aqui nos considerandos. Só isso. Até houve um acordo.

3429

3430 **João Paulo Ribeiro Capobianco – Secretário Executivo do CONAMA/MMA**

3431

3432 José Cláudio você não pode se retirar do plenário, porque até agora não conseguimos fechar a redação. O nosso Saramago de plantão não pode ficar ausente. Pronto. Francisco Iglesias. Então está resolvido. Encerramos com isso a nossa Resolução? Eu entendi que todo mundo concorda com isso. .

3433

3434 **Francisco Iglesias - IMARH**

3435

3436 Na realidade o texto consenso não tinha sido apresentado. A Patrícia redigiu o texto e não foi apresentado. Mas já havia um consenso de que ia ter modificação no texto.

3437

3438 **João Paulo Ribeiro Capobianco – Secretário Executivo do CONAMA/MMA**

3439

3440 É isso? Alguma dúvida aí da leitura para Minas e Energia? Muito bem. Então está OK. Então com isso... Desculpe, tem alguma dúvida? Pronto? Com isso, encerramos a nossa Resolução. Mais uma Resolução para a história (palmas). Vamos então de imediato dar início à nossa solenidade. Eu queria convidar o doutor Roberto Luiz Leme Klabin Presidente da Fundação SOS Mata Atlântica para fazer parte da mesa, Marcelo Françaço, Diretor de Áreas Protegidas do Instituto Chico Mendes. Eu queria também solicitar a presença à mesa da Maria Cecília Wey de Brito, Secretária de Biodiversidade e Floresta do Ministério do Meio Ambiente. Solicitar também a presença do Presidente do IBAMA, Bazileu Alves Margarido Neto. E o Paulo Sérgio Muçouçah Representando o Secretário de Articulação Institucional do Ministério do Meio Ambiente. E também queria convidar para fazer parte da mesa o nosso patrono da ecologia do CONAMA que é o doutor Paulo Nogueira Neto. Eu queria solicitar que o Marcelo Françaço, diretor de Unidades de Conservação de Proteção Integral Diretor do Instituto Chico Mendes fizesse introdução do tema. Por favor, Marcelo.

3441

3442 **Marcelo Françaço - Diretor de Áreas Protegidas do Instituto Chico Mendes**

3443

3444 Boa tarde. Eu queria, cumprimentando a Ministra Marina, cumprimentar a todos os integrantes da mesa, amigos de plenário e me foi passado há minutos atrás essa questão de mestres de cerimônia para tentar explicar um pouquinho a razão desse evento, eu acho que entre todas as minhas inabilidades eu acho que talvez mestre de cerimônia seja a mais premente, mas eu vou abrir mão do jogral que nós ensaiamos hoje na manhã no congresso hoje Roberto, Márcia e eu tentamos explicar a bancada ambientalista o que está acontecendo. Isso diz respeito a um termo de cooperação que estaremos celebrando hoje entre o Instituto Chico Mendes e a SOS Mata Atlântica, mais especificamente numa cooperação operacional e financeira na gestão e documentação da reserva biológica ambiental de Atol das Rocas e na verdade ele é o primeiro filhote de um termo de cooperação já assinado em São Paulo onde a gente definiu alguns parâmetros de uma cooperação mais ampla entre a SOS e o Instituto Chico Mendes no âmbito de um programa que está sendo criado lá de gestão

3445

3472 de zonas marinhas e esse é aquele ponto mais específico, esse é o primeiro filhote dessa cooperação
3473 de base do nosso continente à fora. A gente já tem outras experiências mas isso já está claro definidos
3474 os papéis de cada um. Eu vejo isso sobre dois aspectos. O primeiro vem exatamente em linha com um
3475 modelo de gestão que a gente tem adotado no IBAMA dentro de um ano e meio ou dois e agora no
3476 instituto Chico Mendes quando redirecionamos nossas equipes e nossos técnicos para passar o modelo
3477 de gestão por temas dentro das áreas protegidas nossas e ter mais uma gestão territorial em cima de
3478 biomas e ecossistemas. E isso é um exercício que a gente vem trabalhando desde 2002 e acho que
3479 tem produzido resultados já prático operacional dentro das nossas unidades. Ou seja, a gente tem
3480 criado equipes com expertiz específica para cada um dos nossos biomas. O que isso tem a ver com
3481 esse termo de cooperação? Sabidamente num histórico passado, o meio ambiente marinho aquele que
3482 não teve o cuidado todo ou a prioridade toda que mereceria. É o que a gente tem mudado de um
3483 horizonte de tempo para cá, criando essa gestão territorial e essa questão biomática onde nossas
3484 equipes doravante ou desse tempo de ano e meio para cá tem uma gestão mais focalizada e específica
3485 no ambiente costeiro e marinho, que é sabidamente muito diferenciada em relação aos outros
3486 ambientes, até porque todos os outros que a gente está falando em terra, e marinho é essencialmente
3487 água e pressupõe a expertiz diferenciada e isso a gente vem construindo, e esse parceiro, essa nossa
3488 construção e nesse novo cenário é para nós fundamental. E um outro aspecto à época do IBAMA e
3489 agora no instituto Chico Mendes não serão um, nem dois, nem quatro institutos que serão capazes de
3490 manejar e proteger realmente todo o nosso patrimônio cultural. Se a gente não tiver a sociedade se
3491 adonando desse tipo de responsabilidade por mais eficazes e fortalecidos queiramos fazer. Essa
3492 parceria é para mim muito gratificante e para a sociedade se adonando disso e criando
3493 responsabilidades múltiplas. Eu volto a dizer. É o primeiro filhotinho que eu espero de muitos. Então
3494 mais uma vez a gente agradece essa parceria na pessoa do Humberto e como combinado de manhã
3495 essa primeira parte do jogral, eu passo agora à segunda fase.

3496
3497 **Roberto Luiz Leme Klabin – Presidente da Fundação SOS Mata Atlântica**
3498

3499 Bom, meus amigos, boa tarde. Eu estava aqui, fiquei com vocês acho que uma hora e pouco assistindo
3500 uma parte dos debates e imagino que vocês estão muito cansados. Eu fiquei, pelo menos. Eu queria
3501 dizer o seguinte, primeiro agradecer que a gente possa apresentar esse projeto nesse fórum, e sei que
3502 vocês tem uma série de questões a serem resolvidas, mas talvez esse momento, essa interrupção sirva
3503 para vocês refletirem sobre algumas coisas diferentes que estão acontecendo na sociedade brasileira, e
3504 isso tem a ver exatamente com essa questão do mar. O mar que foi deixado de lado há muito tempo na
3505 questão ambiental, pouca discussão e pouco trabalho nessa área, está sendo resgatado de uma forma
3506 muito inteligente. Nós tivemos o contato com o IBAMA a questão de um ano e pouco atrás, e nós
3507 fizemos um desafio ao IBAMA e dissemos, veja, nós queremos ajudá-los mas nós queremos que essa
3508 ajuda seja compreendida como uma interferência e sim a construção de alguma coisa nova, um
3509 paradigma novo e para isso nós queremos propor uma ajuda pontual específica no local que é o Atol
3510 das Rocas. Porque o Atol das Rocas? E o que seria essa ajuda. Conversando com o pessoal do
3511 IBAMA nós perguntamos, por favor, quanto custa o atol das rocas por ano para o IBAMA? Isto foi
3512 colocado e nos foi apresentado um orçamento. E nesse orçamento nós detectamos que o IBAMA
3513 conseguia cobrir aproximadamente 40% das necessidades daquela unidade de conservação. E esses
3514 40% não são, vamos dizer assim, suficientes para garantir a boa manutenção daquela unidade, porque
3515 o maior problema são as viagens entre o continente e o atol, em função de não ter recursos muitas
3516 vezes as viagens eram esporádicas e as vezes dependiam de outras instituições. Então o que propomos
3517 foi o seguinte. Nós propomos criar um fundo de sustentabilidade com característica de perpetuidade
3518 que irá buscar recursos, juntar esses recursos desse fundo, fundo esse que aplicará seus recursos e o
3519 rendimento desses recursos líquido bancará esses outros 60% que o atol necessita para sua adequada
3520 manutenção e trabalho. Nós calculamos quanto isso seria. Nós calculamos que nós teríamos uma
3521 necessidade da ordem de aproximadamente quatro milhões de reais aplicados para garantir uma
3522 aplicação líquida que gerasse esse 60%. Então nós saímos a campo e o mais importante que eu queria
3523 relatar aos senhores é que nós estamos falando de uma busca com doadores pessoa física. Para uma
3524 unidade de conservação, a mais fechada possível. Reserva biológica, aonde não existe qualquer
3525 possibilidade de patrocinador ou quem quer que seja de até usufruirmos disso, e o que nós
3526 conseguimos foi o seguinte, conseguimos uma doação até agora de dois milhões e cem mil reais e
3527 vamos chegar aos quatro milhões e somente essa doação já aplicada já daria condições para que a
3528 gente conseguisse manter grande parte do atol e resolver parte dos problemas de suprimento. Então o
3529 que nós estamos relatando hoje aos senhores é isso. É uma mudança de paradigma. É algo novo que
3530 a sociedade está aberta, mesmo sem mecanismos de incentivo tributário à sociedade para que ela doe
3531 recursos para iniciativas como essa a sociedade reagiu muito bem. E eu achei que esse era o fórum

3532 para apresentar uma coisa tão inovadora, já que os senhores é que cuidam dessas questões e
3533 precisam na minha opinião estar sempre colocados diante de questões que quebrem paradigma e criem
3534 oportunidades novas. Então, é isso que eu queria dizer aos senhores e a partir dessa relação com o
3535 IBAMA e hoje o Instituto Chico Mendes, com a participação do pessoal que reagiu de forma muito
3536 positiva, nós estamos iniciando um novo caminho. Porque um novo caminho? Porque se nós tivermos
3537 sucesso nisso e uma vez criado esse fundo e terminado o fundo, nós iremos para outras unidades de
3538 conservação marítima buscando exatamente o mesmo modelo. Então é uma parceria entre governo,
3539 ONG, sociedade civil, doadores, nós queremos envolver o Ministério da Defesa, porque nós precisamos
3540 do apoio da Marinha, já estivemos conversando com a Marinha e ela se prontificou a participar das
3541 conversas, nós estamos com uma aproximação e queremos que todos se envolvam nessa questão,
3542 porque é o patrimônio brasileiro e nós não podemos deixar que por questões muitas vezes
3543 orçamentárias essas áreas sejam desassistidas. Então eu quero agradecer a praotivo dado do IBAMA,
3544 do Instituto Chico Mendes e a participação do Ministério do Meio Ambiente e a Ministra que sempre nos
3545 acolhe muito bem e agradecer a todos vocês e convidá-los a participarem dessa iniciativa. Muito
3546 obrigado (palmas).

3547
3548 **João Paulo Ribeiro Capobianco – Secretário Executivo do CONAMA/MMA**
3549

3550 Muito bem, Roberto. Antes de passar a palavra à Ministra, eu queria apenas na posição de Presidente
3551 Interino do Instituto Chico Mendes, foi uma conquista importantíssima do ponto de vista do aumento da
3552 capacidade da gestão pública na área ambiental, especificamente neste caso em relação às unidades
3553 de conservação, e eu queria apenas dizer aos senhores Conselheiros, senhores e senhoras
3554 Conselheiros, que essa iniciativa da Fundação SOS Mata Atlântica é extremamente importante, mas ela
3555 não é uma iniciativa isolada. Dentro de alguns dias nós devemos por em funcionamento um
3556 mecanismo inovador extremamente significativo e importante que diz respeito à utilização dos recursos
3557 da compensação ambiental e aliás a Petrobrás que está aqui hoje ela é uma das empresas que vai
3558 participar da adesão a esse novo mecanismo e é uma gestão que envolve a Caixa Econômica Federal
3559 que vai implicar numa destinação de recursos extremamente significativos para a gestão das unidades
3560 de conservação. Teremos um conjunto grande de empresas que poderão se utilizar deste mecanismo
3561 inovador para adequada e ágil e eficiente utilização desse instrumento da compensação ambiental.
3562 Somando-se a iniciativa e outra discussão no sentido de envolver a sociedade civil organizada com o
3563 setor privado, ou seja, todos aqueles atores da sociedade brasileira, públicos e privados que
3564 reconhecem na conservação da biodiversidade, nas unidades de conservação como uma estratégia
3565 central da manutenção do Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável. Portanto eu fico muito feliz
3566 de estar aqui tendo a honra nesse momento como Presidente do instituto Chico Mendes interino de
3567 assinar esse termo de colaboração com a Fundação S.O.S. Mata Atlântica, e tenho certeza que esse é
3568 apenas o primeiro de uma série de outros que vamos poder fazer na seqüência. Eu queria passar
3569 antes da Ministra a palavra ao nosso inspirador mor, o doutor Paulo Nogueira Neto, e na seqüência
3570 faremos a assinatura do termo e encerramento da solenidade pela Ministra.

3571
3572 **Paulo Nogueira Neto - ADEMA**
3573

3574 Bom, eu acho que nós estamos dentro de um acontecimento histórico, e eu fico extremamente grato,
3575 porque ao protegermos as unidades de conservação nós estamos pensando no futuro. Estamos
3576 trabalhando em benefício das próximas gerações e isso no nosso entender é fundamental.
3577 Fundamental para um país como o Brasil que é um país que vamos no ano que vem comemorar a
3578 vinda de D. João VI, e ele deu o início, digamos assim à nossa preocupação ambiental, fundando o
3579 Jardim Botânico do Rio de Janeiro. Agora com essa nova unidade de conservação, nós estamos
3580 voltando também nossas atenção para o mar que é extremamente importante. Então mais uma vez
3581 parabéns e fico muito feliz e emocionado de estar aqui ao lado da Ministra Marina e do Capobianco e
3582 de todos os companheiros, o Roberto, trabalhamos juntos também lá em São Paulo e acho que
3583 realmente eu me sinto assim como quem ganhou um prêmio ou achou de repente um bilhete de loteria
3584 premiado, porque realmente isso me dá uma extrema emoção e satisfação. Muito obrigado. (Palmas).

3585
3586 **Nilo Diniz – Diretor do CONAMA**
3587

3588 Antes da Ministra se pronunciar, o Presidente Interino do Instituto Chico Mendes pediu para mencionar
3589 aqui algumas pessoas que abrilhantam ainda mais essa breve cerimônia. A nossa amiga Márcia
3590 Heirota da S.O.S. Mata Atlântica que está aqui presente. O companheiro Mário Mantolvano também da
3591 S.O.S. Mata Atlântica e claro que lembramos primeiro da Márcia com toda a simpatia dela e em seguida

3592 também lembramos aqui do nosso Secretário Adjunto de Meio Ambiente em São Paulo, Pedro escolrel
3593 que está aqui presente Conselheiro do CONAMA, o Rômulo Mello, Diretor de Conservação e
3594 Biodiversidade do Instituto Chico Mendes, o Marcelo Françoso, Diretor de Unidades de Conservação do
3595 Instituto Chico Mendes, o José Cláudio Junqueira, Presidente da FEAM Fundação Estadual do Meio
3596 Ambiente de Minas Gerais, em nome do qual eu saúdo os demais representantes dos estados aqui no
3597 CONAMA. Sebastião Vaz Júnior que é Presidente Nacional da ANAMMA em nome do qual saudamos
3598 também os demais representantes dos municípios no CONAMA. O André Geraldo Soares,
3599 Representante das Entidades Ambientistas da Região Sul, e Presidente do CNEA, e em nome do qual
3600 saudamos também os demais Representantes da Sociedade Civil no CONAMA, Patrícia Boson,
3601 Representante da CNI também em nome dela saudamos o Setor Empresarial no CONAMA e demais
3602 Conselheiras e Conselheiros do CONAMA aqui presentes. Eu acho que podemos passar à assinatura
3603 do termo então, Presidente. (palmas).
3604

3605 **Marina Silva – Ministra de Estado do Meio Ambiente**

3606
3607 Boa tarde a todos e todas. Estou muito feliz de estarmos aqui e estar novamente acompanhando
3608 inclusive parte das votações e Resoluções. E quero cumprimentar de um modo especial o Secretário
3609 Executivo do Ministério do Meio Ambiente, o doutor João Paulo Capobianco e Presidente Interino do
3610 Instituto Chico Mendes, Bazileu Alves Margarido, Presidente do IBAMA, o nossa Secretária de
3611 Biodiversidade e Floresta a doutora Cecília. Quero cumprimentar o nosso parceiro e amigo, doutor
3612 Roberto Luiz Leme Klabin Presidente da Fundação S.O.S. Mata Atlântica. Quero cumprimentar
3613 também o doutor Paulo Nogueira Neto na pessoa de quem cumprimento a todos os demais, dizendo
3614 que para mim é motivo de satisfação podermos estar nessa solenidade aonde se está assinando um
3615 termo de cooperação entre a S.O.S. Mata Atlântica e o Instituto Chico Mendes, mas fruto de uma
3616 articulação do Setor Empresarial aportando recursos para a proteção de uma unidade de conservação e
3617 como muito bem disse o Roberto, buscando suprir aquilo que o poder público ainda não consegue fazê-
3618 lo adequadamente. Até bem pouco tempo a maior parte dos recursos de doações que tínhamos eram
3619 doações feitas por empresários ou organizações internacionais. É bem recente esse processo da
3620 iniciativa privada dentro do nosso país de fazer esse gesto que agora se transforma em ato aqui
3621 assinado pelo Roberto e pelo Capobianco. E porque isso? Não é que não estivesse no coração das
3622 pessoas o desejo de contribuir. Existem muitas pessoas que têm esse desejo, que se dedicam à causa
3623 e até fazem para outras instituições, sobretudo as nossas grandes parceiras organizações não
3624 governamentais. Mas o trabalho que vem sendo feito nos últimos quatro anos, no sentido de estruturar
3625 adequadamente o setor ambiental, no que concerne à gestão das unidades de conservação, e devo
3626 registrar aqui que com um referencial muito positivo que foi feito uma parceria do IBAMA e Ministério do
3627 Meio Ambiente juntamente com a WWF que foi o programa ARPA passou a inspirar o nosso esforço
3628 brasileiro nessa direção. E queria referir que durante a COPI 8 em Curitiba a Fundação Boticário doou
3629 um milhão de dólares para o ARPA e também a Natura fez uma doação no mesmo valor e isso
3630 inaugurou um processo muito importante nesse esforço de governo, sociedade, através da iniciativa
3631 privada. Nesse momento aqui, nós temos a criação de um fundo para cuidarmos adequadamente de
3632 uma unidade de conservação que é a reserva biológica Atol das Rocas, e que como o Roberto falou
3633 ainda há pouco, nós temos nos voltado muito para a proteção das florestas, dos remanescentes de
3634 floresta, mas no caso de protegermos o mar, ainda estamos muito a desejar. O próprio Ministério da
3635 Defesa através da Marinha fala da Amazônia Azul, e eu celebrei com muita alegria esse conceito, essa
3636 idéia. Nós precisamos cuidar da nossa Amazônia Azul. E nesse caso aqui nós temos já um aporte de
3637 recursos para o fundo de cerca de dois milhões. A idéia é de que se chegue a quatro milhões,
3638 exatamente para suprir as necessidades quanto à proteção desse ecossistema tão importante. E o
3639 Ministério do Meio Ambiente vem cada vez mais reforçando a gestão dos nossos ativos ambientais, é
3640 uma discussão difícil, é uma discussão delicada, vocês todos sabem disso, e esse público aqui mais do
3641 que ninguém, mas essa convivência fazendo a mediação entre os diferentes interesses da conservação
3642 do uso sustentável, tem sido muito rica e o Brasil está criando uma nova qualidade. De sorte que eu só
3643 quero agradecer a parceria com a S.O.S. Mata Atlântica que faz um gesto muito importante, e que com
3644 certeza será seguido de outros, porque eu sempre insisto que é muito bom liderar pelo exemplo. Nós
3645 tivemos também uma experiência positiva em 2006, para além daquela do Boticário e da Natura, que foi
3646 a doação também de cerca de um milhão de reais feita pelo senhor Hanz Gruber que fez uma doação
3647 para o cuidado com a Serra da Bocaina. De sorte que isso é um esforço que tanto o Governo Federal já
3648 está se beneficiando quanto os governos estaduais e municipais e organizações e comunidades locais
3649 e que eu celebro. E o Roberto falou uma coisa interessante. Ainda que não se tenha nenhum benefício
3650 em termos de incentivo do ponto de vista de Imposto de Renda ou qualquer coisa semelhante como a
3651 gente tem em relação à cultura, mesmo assim as pessoas estão fazendo talvez um gesto bem mais

3652 forte, porque não recebem nenhum tipo de benefício financeiro com essas doações, a não ser o
3653 benefício do compromisso, da contribuição que é dada. E é por isso que nesse processo de ré
3654 estruturação do Ministério do IBAMA, nós criamos inclusive na Secretaria Executiva, o secretário João
3655 Paulo Capobianco está com a função de colocar em três dimensões um departamento voltado para
3656 apresentar propostas referentes a instrumentos econômicos para o Setor Ambiental. E o Congresso
3657 Nacional tem uma iniciativa de Imposto de Renda Ecológico que nós estamos trabalhando nela, temos
3658 uma discussão com o Ministério da Cultura que é delicada, porque já teve um processo, não digo
3659 tensionamento, mas um debate intenso entre o Ministério da Cultura e o Ministério do Desporto enfim
3660 de buscar os mesmos recursos numa espécie de lei e cultura para o esporte, e uma espécie de lei do
3661 meio ambiente nas mesmas bases semelhante ao que temos para o Setor Cultural. Então o que nós
3662 estamos fazendo aqui é algo que antecipa um processo, que no meu entendimento, deve ser bem
3663 maior e melhor do que o que temos, da busca de instrumentos econômicos que viabilize cada vez mais
3664 a iniciativa privada de fazer esse tipo de apoio que está sendo feito aqui. Eu quero mais uma vez
3665 parabenizar a fundação SOS Mata Atlântica, o Instituto Chico Mendes, Marcelo, Cecília e todos os
3666 parceiros, todos nós aqui sobre o olhar histórico e ao mesmo tempo afetuoso do nosso professor Paulo
3667 Nogueira Neto. Muito obrigado e parabéns pelo intenso trabalho que vocês tiveram nesses dois dias e
3668 que o Roberto só com uma hora já ficou cansado. (palmas).

3669

3670 **Nilo Diniz – Diretor do CONAMA**

3671

3672 Pessoal, ainda temos pelo menos uma decisão importante antes do fechamento da reunião. Pedimos
3673 que os Conselheiros permaneçam um pouquinho mais.

3674

3675 **João Paulo Ribeiro Capobianco – Secretário Executivo do CONAMA/MMA**

3676

3677 Muito bem. Senhores e senhoras Conselheiros, depois desse intervalo, a reunião não acabou,
3678 senhoras e senhores Conselheiros. Pesca, CNA, Agricultura, Minas e Energia, vamos sentar por favor.
3679 Vamos retomar aqui por favor. Vamos lá, por favor. Que os nossos Conselheiros por favor sentem-se,
3680 é mais confortável. Vamos retomar, por favor. Próximo ponto de pauta.

3681

3682 **Nilo Diniz – Diretor do CONAMA**

3683

3684 O próximo ponto de pauta é a proposta de Resolução que dispõe sobre os critérios para determinação
3685 de espécies silvestres a serem criadas e comercializadas como animais de estimação. Tem um pedido
3686 de vistas solicitado durante a 85ª. Reunião Extraordinária pelas Entidades Ambientalistas na figura da
3687 Entidade AMDA Associação Mineira Defesa do Meio Ambiente. Representa a Região Sudeste. E a
3688 Conselheira Cristina pediu para antes de apresentar o parecer dela que a gente ouvisse o Presidente
3689 da Câmara Técnica de mérito, o doutor Paulo Nogueira, que ele tem uma proposta em relação a essa
3690 matéria.

3691

3692 **Paulo Nogueira Neto – ADEMA**

3693

3694 Compete aos presidentes de Câmara Técnica pedirem a volta dos assuntos a serem tratados para a
3695 Câmara Técnica, e é o que eu faço nesse momento. Tivemos o entendimento com a AMDA no sentido
3696 de que eles apesar de serem fundamentalmente contrário à Resolução, eles estão prontos a discutir
3697 como seria feita essa aplicação prática aqui no CONAMA como seria apresentado o projeto aqui no
3698 CONAMA. E então, nós achamos oportuno, nós pedimos o retorno, que tenhamos uma nova discussão
3699 em Câmara Técnica para que o assunto seja amplamente debatido para que depois os pontos de
3700 concordância e também os pontos de discordância sejam apresentados ao plenário do CONAMA.

3701

3702 **João Paulo Ribeiro Capobianco – Secretário Executivo do CONAMA/MMA**

3703

3704 Muito obrigado. Então a Resolução que trata de critérios para determinação de espécies silvestres a
3705 serem criadas e comercializadas como animais de estimação volta para a Câmara Técnica conforme
3706 determinado pelo Sr. Presidente, o doutor Paulo Nogueira Neto. Com isto, nós encerramos a parte de
3707 Resoluções. A nossa Resolução de gestão compartilhada já foi retirada e essa Resolução 7. 4 voltou
3708 para a Câmara Técnica. Então portanto entramos no tópico de multas. Nessa questão do tópicos de
3709 multas nós temos algum encaminhamento? Pode fazer o encaminhamento Nilo, por favor.

3710

3711 **Nilo Diniz – Diretor do CONAMA**

3712
3713 Nós temos um parecer do Ministério das Minas e Energia sobre esses processos de multas. Eu pediria
3714 para que se manifestasse.

3715
3716 **José Carlos Gomes Costa - Ministério Minas e Energia**

3717
3718 José Carlos de Minas e Energia. Bom, essa matéria aí não é tão simples quanto pode parecer,
3719 multiplicadas por 22, são 22 processos, 22 discussões, se bem que o conceito é muito semelhante em
3720 cada uma delas. O Ministério das Minas e Energia apresentou suas razões acompanhando não só os
3721 questionamentos já feitos pela Petrobrás anteriormente no decorrer dos processos, mas acrescentou
3722 fatos novos e inclusive alguns vícios de processo, que nos preocupa que deveriam ter sido
3723 considerados não só no processo mas pessoalmente considerando sua apreciação final. E não sei,
3724 para nós não há discussão simples, não é uma discussão tão fácil, eu posso imaginar, aprova ou não
3725 aprova, não seria só isso, nós teríamos um conjunto grande de discussões a fazer. Eu vejo o plenário
3726 bastante prejudicado. Eu consultoria aos Conselheiros, se não seria o prazo de levarem à mesa, se
3727 não seria o caso de levar para a próxima reunião para que haja a platéia e esses questionamentos,
3728 então por uma questão de prudência e até para que se possa fazer uma discussão melhor, e para que
3729 os Conselheiros acompanhassem eu pediria que esses assuntos ficassem então para a próxima
3730 plenária do CONAMA.

3731
3732 **João Paulo Ribeiro Capobianco – Secretário Executivo do CONAMA/MMA**

3733
3734 Diante da proposta de encaminhamento apresentada pelo Conselheiro José Carlos, existe algum
3735 Conselheiro contrário a este encaminhamento, ou seja, de transferir esse item de pauta para a próxima
3736 reunião do plenário? Por favor, Conselheiro.

3737
3738 **Carlos Osório – BICUDA ECOLÓGICA/Região Sudeste**

3739
3740 Carlos Osório Bicuda Ecológica, Região Sudeste. Eu gostaria que se houvesse outro encaminhamento,
3741 que fosse mais claro. Eu acho que já que nós estamos aqui já há dois dias, caberia a gente então votar
3742 essas multas. Se alguém achar que não é conveniente e não apropriado, que faça um
3743 encaminhamento mais direto. Mas caso contrário, nós já estamos aqui, vamos vota-las.

3744
3745 **João Paulo Ribeiro Capobianco – Secretário Executivo do CONAMA/MMA**

3746
3747 Muito bem.

3748
3749 **José Carlos Gomes Costa - Ministério Minas e Energia**

3750
3751 Por favor. José Carlos, de Minas e Energia. Então eu peço para que a gente evite uma discussão sem
3752 que haja questão de quantidade de voto, eu peço verificação de quorum nesse momento com o termo
3753 adequado para saber se nós temos votos suficientes aqui para análise dessa matéria. Peço contagem
3754 de votos.

3755
3756 **João Paulo Ribeiro Capobianco – Secretário Executivo do CONAMA/MMA**

3757
3758 Eu pediria que os Conselheiros que estejam no saguão por favor, a secretaria do CONAMA pode
3759 verificar na área externa, por favor?

3760
3761 **Rosalvo Oliveira Júnior - Ministério da Integração Nacional**

3762
3763 Presidente, sou do Ministério de Integração. Eu queria apenas que me contassem também, é porque
3764 eu estou sem crachá como eu relatei.

3765
3766 **João Paulo Ribeiro Capobianco – Secretário Executivo do CONAMA/MMA**

3767
3768 Você não será incluído. Na verdade você são dois. Temos mais alguém? A secretaria já verificou?
3769 Temos mais uma pessoa. Então, quanto nós temos no plenário? Pode contar. Trinta está bom para
3770 você? Bom, nós consideramos a solicitação de verificação de quorum e constatando que não há
3771 quorum suficiente para deliberação por solicitação do Ministério das Minas e Energia, damos por

3772 encerrada a 86^a. Reunião do CONAMA, agradecendo aos senhores e senhoras Conselheiros pelo
3773 esforço empreendido na aprovação da Resolução que tratou do descarte contínuo de água de processo
3774 e de produção de plataforma marítima de petróleo e gás natural. Desejando a todos um bom retorno
3775 aqueles que vão retornar e uma boa noite à aqueles que vão ficar e até a próxima reunião do Conselho
3776 Nacional do Meio Ambiente (palmas).